

ANAIS 11ª EDIÇÃO

SEDEPEX

sociedades inteligentes

SEMINÁRIO DE
DESENVOLVIMENTO
DO ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO

PESQUISA CIENTÍFICA

REALIZAÇÃO:



Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

ANAIS SEDEPEX 2020/1

PESQUISA CIENTÍFICA

V.03, N.01 - Julho 2020

Caçador-SC

| | | | |
|--|---------|-----------------------|------------|
| Anais Sedepex 2020/1 - Pesquisa Científica | Caçador | V.03, N.01 - p. 1-242 | Julho/2020 |
|--|---------|-----------------------|------------|

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva Funiarp

Presidente: Neoberto Geraldo Balestrin
Vice-Presidente: Moacir José Salamoni
Reitor Uniarp: Anderson Antônio Mattos Martins
Diretor Colégio de Aplicação: João Pedro Gonçalves
Diretor Geral Financeiro Funiarp: Carlos Alberto Luhrs
Secretário: Claudinei Bertotto

Reitoria

Reitor: Prof.Dr. Anderson Antônio Mattos Martins
Vice-Reitor Acadêmico e Vice-Reitor de Administração e Planejamento:
Prof.Dr. Jolmar Luis Hawerth
Pró-Reitor do Campus de Fraiburgo: Me.Almir Granemann dos Reis
Secretária Geral: Suzana Alves de Moraes Franco
Secretária Acadêmica: Marissol Aparecida Zamboni

Coordenação Geral do Sedepex 2020/1

Me. Juciele Marta Baldissarelli

Bibliotecária

Célia De Marco

Comissão Organizadora e Avaliadora do SEDEPEX

Profa. Ma. Juciele Marta Baldissarelli (coordenação geral)
Profa. Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi
Profa. Dra. Ivanete Schneider Hahn
Profa. Ma. Mariluci Auerbach;
Profa. Ma. Talize Foppa;
Prof. Me. Emyr Hiago Bellaver;
Prof. Me. Marcio Takahashi Kawamura
Profa. Ma. Sandra Mara Bragagnolo
Profa. Ma. Mayne Francieli Gonçalves
Profa. Esp. Marissol Aparecida Zamboni
Profa. Esp. Emilene Murer
Prof. Esp. Heitor Antônio Cofferi
Coordenadoria de Extensão, Cultura e
Serviços Comunitários: Rosana Rachinski D'Agostini.

Editoração

Agecom - Agência de Comunicação e Marketing - Uniarp

Coordenação: Juciele Marta Baldissarelli
Designer: Leonardo Passarin
Diagramação: Angela Faoro e Anderson Mazzotti

Conselho Editorial da EdiUniarp

Editor-Chefe

Prof. Dr. Levi Hülse

Membros

Dr. Adelcio Machado dos Santos
Dr. Anderson Antônio Mattos Martins
Dr. André Trevisan
Dra. Ivanete Schneider Hahn
Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi
Dr. Joel Haroldo Baade
Dra. Marlene Zwierewicz
Dr. Ricelli Endrigo Ruppel da Rocha
Dr. Saturnino de la Torre
Universidad de Barcelona – ES
Dra. Maria Antônia Pujol Maura
Universidad de Barcelona – ES
Dr. Juan Miguel González Velasco
Universidad Mayor de San Andres – BO

© 2020 - UNIARP

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui na violação da LDA 9.610/98.

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp Campus Caçador
Rua Victor Baptista Adami, 800 - Centro - Caçador/SC
CEP: 89500-199
Tel.: (49) 3561-6200

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp Campus Fraiburgo
Rua Carlos Maester - nº 411 - Centro - Fraiburgo/SC
CEP: 89580-000
Tel.: (49) 3561-6299

FICHA CATALOGRÁFICA SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENÇÃO - SEDEPEX (XI 2020: CAÇADOR, SC). Anais XI Seminário de Desenvolvimento do Ensino Pesquisa e Extensão, julho de 2020. Volume III. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. ISSN 2317-9791



SUMÁRIO

- LEITURA INTERDISCIPLINAR: INFECÇÃO RELACIONADA À ASSISTENCIA A SAÚDE NO USO DO CATETER VESICAL DE DEMORA.....08
- DESESTRUTURAÇÃO FAMILIAR: RELAÇÃO COM A PRÁTICA DO ATO INFRAACIONAL..... 14
- ABANDONO MATERIAL: TEXTO DE LEI OU REALIDADE?..... 17
- RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO ÂMBITO DA SAÚDE PÚBLICA 19
- AACELERADA EVOLUÇÃO SOCIAL E TECNOLÓGICA GLOBAL COMO VIABILIZADORES DE CRIMES CIBERNÉTICOS, FRENTE AO LENTO DESENVOLVIMENTO DE FREIOS LEGAIS PARA SUA CONTENÇÃO 21
- O USO DO DIREITO DE IMAGEM DO ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL COMO INSTRUMENTO DE FRAUDES NA ESFERA TRABALHISTA 26
- A RESPONSABILIDADE CIVIL NA ATIVIDADE DE NOTÁRIOS 29
- RESUMO DE COMPREENSÃO DA OBRA DIREITOS E DEVERES NA REPUBLICA..... 34
- ESTUDO DA VIABILIDADE DO TIJOLO ECOLÓGICO E DE ADOBE NA CONSTRUÇÃO CIVIL..... 39
- NÚMERO DE MULHERES QUE FAZEM O PRÉ-NATAL DE FORMA INTEGRAL, E OS FATORES QUE LEVAM MUITAS A NÃO REALIZAREM ESSE ACOMPANHAMENTO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC 43
- INTERVENÇÃO FARMACÊUTICA COM ÊNFASE EM AMBIENTES HOSPITALARES 48
- PROPORÇÃO DE GESTANTES COM PELO MENOS SEIS CONSULTAS DE PRÉNATAL REALIZADAS NUMA DETERMINADA UBS DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA..... 54
- IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE INOVAÇÃO NA CIDADE DE CAÇADOR-SC 59
- A PRÁTICA DO EXAME FÍSICO PELOS ENFERMEIROS (A) S DE UM HOSPITAL GERAL DA REGIÃO DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA..... 64
- DIAGNOSTICO TÉCNICO DOS PRODUTORES RURAIS, SOBRE O USO CORRETO E CALIBRAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PULVERIZADORES VISANDO A REDUÇÃO DO RISCO AMBIENTAL CAUSADO POR AGROTÓXICOS 70
- ALTERNATIVAS DE COMERCIALIZAÇÃO NA PRODUÇÃO ORGÂNICA..... 75

| | |
|---|-----|
| • DOENÇA DE PARKINSON E SUAS GENERALIDADES..... | 78 |
| • PATOLOGIAS PRESENTES NA PONTE JACINTO FORLIN – VIDEIRA -SC | 83 |
| • ANÁLISE DE EFICIÊNCIA DE UM SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTE PROVENIENTE DE UM PROCESSO DE PRODUÇÃO DE VINHO NA REGIAO DE PINHEIRO PRETO - SC..... | 87 |
| • INCIDÊNCIA DE DIABÉTICOS TIPO II E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÕES NA POPULAÇÃO BRASILEIRA..... | 92 |
| • ARBITRAGEM NO ÂMBITO INTERNACIONAL: ARÁBIA SAUDITA, CORÉIA DO SUL E EMIRADOS ÁRABES UNIDOS..... | 97 |
| • FORTALECIMENTO DE PRECONCEITOS ÉTNICOS, DE GÊNERO E RELIGIOSOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19..... | 101 |
| • PRINCIPIOS DO PROCESSO CIVIL | 106 |
| • DIREITOS E DEVERES NA REPÚBLICA: OS GRANDES TEMAS DA POLÍTICA E DA CIDADANIA.. | 109 |
| • GESTÃO DE CARREIRA PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NA ERA DA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIA..... | 114 |
| • LEITURA INTERDISCIPLINAR: O USO DA MAQUIAGEM PARA A CORREÇÃO DOS DEFEITOS DA PELE | 118 |
| • PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA' | 122 |
| • ESTRATÉGIAS PARA REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DE QUEIMADURAS DE SOL EM FRUTOS DE MACIEIRA..... | 130 |
| • LEITURA INTERDISCIPLINAR: PRODUÇÃO DE UVA ORGÂNICA | 135 |
| • AGENDA 2030 E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 139 |
| • IMPORTANCIA DA AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DO ESTADO TROFICO PARA A DETERMINAÇÃO DA QUALIDADE DE SISTEMAS HIDRÍCOS | 144 |
| • GESTÃO AMBIENTAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (RSS) EM ÉPOCA DE PANDEMIA DO COVID-19..... | 148 |
| • APONTAMENTOS ACERCA DO INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA..... | 153 |
| • | |
| • “DIREITO, JUSTIÇA E SOCIEDADE” NA PERSPECTIVA DE SÉRGIO CAVALIERI FILHO | 158 |



- HISTÓRIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA.....163
- AGENDA ONU 2030: UMA PREOCUPAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL PARA AS GERAÇÕES FUTURAS168
- VIABILIDADE AMBIENTAL DA UTILIZAÇÃO ORGÂNICA E INORGÂNICA EM SUBSTRATO DE MUDAS DE PINUS TAEDA.....174
- A RESPONSABILIDADE CIVIL NA ATIVIDADE DE NOTÁRIOS179
- NÚMERO DE MULHERES QUE FAZEM O PRÉ-NATAL DE FORMA INTEGRAL, E OS FATORES QUE LEVAM MUITAS A NÃO REALIZAREM ESSE ACOMPANHAMENTO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.....183
- ANÁLISE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030.....188
- ANÁLISE DO ÍNDICE DA QUALIDADE DA ÁGUA (IQA) DO LAGO DASARAUCÁRIAS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, SANTA CATARINA, BRASIL.....192
- LEITURA INTERDISCIPLINAR: MEIO AMBIENTE/EMPRESAS197
- CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS DOS CONJUNTOS.....204
- DIÁLOGOS ATUAIS COM O TEXTO “DIREITO, JUSTIÇA E SOCIEDADE” DE SÉRGIO CAVALIERI FILHO208
- RELAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE PARTO HUMANIZADO E A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA213
- ISS: POR QUE SURTIU? QUAL SEU PAPEL? QUEM É OBRIGADO A PAGAR?218
- A FOME DO LEÃO: LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR.....222
- TRIBUTAÇÃO NOS MOLDES DA CPMF, DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DAS EMPRESAS, E QUAIS CONSEQUÊNCIAS PODEREM ACONTECER COM ESSA APROVAÇÃO.226
- RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NAS ÁREAS DE SISTEMA, COMPRAS E ALMOXARIFADO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC230
- RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM CONTROLE PATRIMONIAL EM EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC234
- EXÔDO URBANO NA REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE: DADOS PRELIMINARES.....238

LEITURA INTERDISCIPLINAR: INFECÇÃO RELACIONADA À ASSISTÊNCIA A SAÚDE NO USO DO CATETER VESICAL DE DEMORA

RAQUEL FATIMA RIBEIRO DE ANDRADE*
VANESSA RIBEIRO SILVEIRA*
DANIELA DIAS*
JOSEANE CARLA MILANI*
SARAH C. C. MASSOCO**

RESUMO

É perceptível atualmente, que o assunto de infecção de cateter vesical de demora está sendo muito abordado, principalmente no que se refere aos seus cuidados. Isso se dá por conta do significativo crescimento das infecções em pacientes, principalmente de idade avançada, durante os procedimentos hospitalares realizados de maneira inadequada. Sendo um desafio para a Enfermagem e para o setor da saúde, a pesquisa tem como objetivo suprir ou menos tentar diminuir dúvidas sobre a temática, bem como os cuidados que se pode tomar, para garantir a diminuição dessas infecções, tornando o trabalho mais seguro e qualitativo aos pacientes submetidos a esse tipo de procedimento. Esse projeto de leitura interdisciplinar abordou como metodologia a pesquisa bibliográfica na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), para levantamento de informações teóricas, pautadas em artigos publicados disponíveis em formato integral para avaliação das principais recomendações quanto a prevenção de infecção no uso do cateter vesical de demora na prática da assistência de enfermagem.

Palavras-chaves: Infecções do Trato Urinário, Cateter Vesical de Demora, Práticas segura e Enfermagem.

Objetivos:

A leitura interdisciplinar tem por objetivo a construção do conhecimento, através do alinhamento das contribuições dentre as disciplinas que compõem a grade curricular vigente. À medida que é tratado uma temática de forma interdisciplinar, é possível ampliar os horizontes, proporcionando a iniciação científica do acadêmico do curso de graduação em enfermagem. Pois a imersão no meio científico pelas estratégias metodológicas como: produção textual de fichas de leitura dos protocolos de recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) na prevenção das infecções relacionadas a assistência à saúde e por fim a revisão de literatura junto a BVS, através da revisão sistemática para evidenciar as principais

* Acadêmicos do Curso de Graduação em Enfermagem 5ª – Campus de Fraiburgo – UNIARP.

** Professora orientadora da Leitura Interdisciplinar – Saúde do Adulto e do Idoso.

recomendações de prevenção de infecção relacionada ao cateter vesical de demora para a assistência de enfermagem.

Revisão de literatura:

Centenas de milhões de pacientes são afetados pelas IRAS em todo o mundo, levando a uma mortalidade muito significativa. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) a uma maior prevalência de IRAS em unidades de terapias intensivas, enfermarias cirúrgicas e alas de ortopedia. Sendo que infecções de sítio cirúrgico, infecções do trato urinário e do trato respiratório são as que mais ocorrem. Tudo isso pode ser decorrente de uma higienização inadequada das mãos.

As infecções relacionadas à assistência em saúde (IRAS) são adquiridas durante a prestação de cuidados em saúde, pode ser adquirido uma infecção não apenas hospitalar, mas em outros setores de procedimentos como em laboratórios, serviços de hemodiálise etc. Uma infecção é causada pela entrada de um agente patógeno (vírus, bactérias, fungos, protozoários) que multiplicam-se desencadeando manifestações clínicas. Esses agentes podem adentrar nosso organismo através da via respiratória, circulatória e mucosa. Podendo ocorrer pela transmissão direta onde ocorre pelo contato físico, ou indireta por meio de materiais ou objetos contaminados (BRASIL, 2017).

A enfermagem vem se reinventando e se renovando dia a dia, implementando novas formas diversificadas no processo de cuidar e também na prática profissional, intensificando habilidades clínicas e abordando estratégias direcionadas a qualidade da assistência, tendo em vista que os cuidados, pois nas infecções de cateter vesical de demora, muitas vezes são adquiridas por falhas nos procedimentos voltados ao trato urinário dentro do ambiente hospitalar.

Metodologia:

No desenvolvimento da leitura interdisciplinar, o método de iniciação científica foi dividido em etapas: primeira - introdução as infecções relacionadas a assistência a saúde (IRAS) com a elaboração de fichas de leitura, proporcionando ao acadêmico a síntese da temática; segunda - a divisão em equipes para os estudo a fins direcionadas na temática central, que para este definido como infecção relacionada a cateter vesical de demora e por fim terceira - a revisão sistemática com os descritores: infecção, cateter vesical de demora, enfermagem na base da BSV em

um corte temporal de publicações nos últimos 5 anos; e critérios de inclusão: texto completo em português, apenas artigos científicos, com exclusão de teses e dissertações.

Para esta leitura foram encontradas 13 publicações, sendo 9 artigos sobre o tema, 1 sobre cateterismo intermitente e 2 dissertações. Sendo disponibilizado em ambiente acadêmicos os artigos, os acadêmicos realizaram a leitura integral com a elaboração da síntese dos artigos descritos na tabela 1, com 9 artigos revisados e destacam as principais recomendações para prevenção de IRAS em cateter vesical de demora.

Conforme Pereira (2014) a revisão sistemática trata-se de um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis, através da atividade de compilar dados científicos sobre um tema é praticada na área da saúde.

Limitações:

A leitura interdisciplinar prioriza a integração dos conteúdos através da interdisciplinaridade dos conhecimentos construídos pelas disciplinas que compõem a fase do curso de graduação. Para eventuais revisões a ampliação da base de artigos é recomendada. Neste limitou-se aos descritores: infecção, cateter vesical de demora, enfermagem na base da BSV. No corte temporal: publicações nos últimos 5 anos. Critérios de inclusão: texto completo em português, apenas artigos científicos, com exclusão de teses e dissertações.

Resultados e conclusões

Tabela 1 – Artigos relacionados para a leitura interdisciplinar – infecções relacionadas a assistência à saúde – assistência de enfermagem no procedimento de cateterismo vesical de demora.

| Artigo | Título | Publicação | Ano |
|--------|--|---|------|
| 1 | Controle de infecção em cateterismo vesical de demora em unidade de terapia intensiva. | Artigo – revista de enfermagem | 2015 |
| 2 | Infecção do trato urinário associada ao cateter vesical em uma unidade de terapia intensiva. | Artigo – revista de controle de infecção hospitalar | 2019 |
| 3 | Pós-operatório de vulvectomia e cateterismo vesical de demora: revisão integrativa. | Artigo – revista de enfermagem | 2017 |

| | | | |
|---|---|---------------------------------------|------|
| 4 | Conhecimento de profissionais intensivistas sobre o bundle para a prevenção de infecção do trato urinário associada ao uso de sondas. | Artigo – revista de enfermagem | 2017 |
| 5 | Enterococcus spp. Resistentes à vancomicina: características clínicas e fatores de risco. | Artigo – revista de multiprofissional | 2015 |
| 6 | Adesão ao protocolo de prevenção de infecção do trato urinário. | Artigo – revista de enfermagem | 2018 |
| 7 | Educação permanente em cateterismo vesical para prevenção de Infecção do trato urinário. | Artigo – revista de enfermagem | 2019 |
| 8 | Resultados da implementação de um protocolo sobre a incidência de infecção do trato urinário em unidade de terapia intensiva. | Artigo – revista de enfermagem | 2016 |
| 9 | Consequências do uso de fraldas descartáveis em pacientes adultos: implicações para a assistência. | Artigo – revista de enfermagem | 2015 |

Fonte: dados do estudo, 2020.

As ações e práticas protetoras contra as infecções, demonstradas pelo estudo, foram: os cuidados com o cateter no que tange a sua manipulação, o uso do sistema de drenagem do tipo fechado, a redução máxima do tempo de permanência do cateter vesical, o uso racional da sondagem vesical; a inserção do cateter com técnica estéril e o posicionamento da bolsa coletora de urina abaixo do nível da bexiga. A lavagem das mãos é, isoladamente, a ação mais importante para a prevenção e controle das infecções hospitalares, fator que precisa de um enfático estímulo nos ambientes de saúde (recomendações artigos:1, 2,3,5 e 7).

Destaca-se o manuseio correto do cateter: após a inserção, fixar de modo seguro e que não permita a tração ou movimentação; manter o sistema de drenagem fechado e estéril; não desconectar o cateter ou tubo de drenagem, exceto se a irrigação for necessária; trocar todo o sistema quando ocorrer desconexão, quebra da técnica asséptica ou vazamento; para exame de urina, coletar pequena amostra pela aspiração de urina com agulha estéril (recomendações artigos: 7 e 8).

Adverte-se que é necessário que os profissionais da saúde envolvidos no cuidado a esse paciente, que necessita da cateterização vesical, compreendam a necessidade de fazer, de maneira correta, a higienização das mãos ao manipular o cateter vesical da região periuretral antes mesmo de inserir o cateter vesical no indivíduo e prestar cuidados com maior segurança (recomendações artigos: 7,8 e 9).

Destaca-se que, a falta de cuidado com o material seja contaminada durante a colocação ou a técnica asséptica seja realizada de maneira errônea, o risco para

Infecção de Trato Urinário (ITU) torna-se maior, assim como o tempo de exposição desse corpo estranho no indivíduo. Pode-se levar em consideração, para meio de cultura, que o cateter inserido na uretra e o balão de permanência, não permite que a bexiga seja esvaziada por completo aumentando a chance da multiplicação das bactérias (recomendações artigo: 7).

Dentre as IRAS destaca-se a infecção do trato urinário (ITU), principalmente aquela relacionada ao cateter vesical de demora (CVD). Esta afeta qualquer parte do sistema urinário, incluindo uretra, bexiga, ureteres e rins. Os riscos para ITU após a realização da inserção do Cateter Vesical de Demora (CVD) aumentam significativamente ao decorrer de 72 horas de permanência do cateter, o que pode ainda ser agravado pelo trauma do tecido uretral durante a inserção (recomendações artigo: 5).

Comparar os resultados da incidência de infecção do trato urinário, por meio da taxa de utilização do cateter vesical de demora e identificar os micro-organismos na urocultura e cultura de vigilância antes e após a implementação de um protocolo assistencial em pacientes internados e o uso racional de antibioticoterapia é essencial no manejo para a prevenção de IRAS relacionado a CVD (recomendações artigos: 5 e 6). Além da educação continuada e manutenção do protocolo podem apresentar efeitos favoráveis na redução de casos notificados de ITU (recomendações artigo: 8).

Recomendações do estudo:

Destaca-se o papel dos profissionais de saúde que atuam diretamente na assistência dos pacientes críticos. Com o uso de estratégias inovadoras, o trabalho em equipe multiprofissional com comunicação entre os diferentes atores e, a participação da equipe de enfermagem, são apontadas em estudos internacionais como propulsores da redução de ITU. Estas são consideradas eventos adversos evitáveis e a incorporação de novas tecnologias e medidas eficazes para prevenção são necessárias para garantir a segurança do paciente.

É importante salientar que capacitações baseadas na conscientização e atenção a protocolos de controle de infecção, devem ser cruciais a todos os profissionais, pois garantem a qualidade de vida e a segurança da assistência aos pacientes.

Instituições financiadoras e apoiadoras

Este pertence a produção científica de vinculação à Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP Campus de Fraiburgo de Santa Catarina.

Agradecimentos

Ao incentivo à iniciação científica da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP Campus de Fraiburgo de Santa Catarina, pela metodologia da leitura interdisciplinar aos acadêmicos do curso de graduação em Enfermagem na disciplina da saúde do adulto e do idoso.

Referências bibliográficas:

- ANGHIONONI, Thlema Helena. CONTRIN, Ligia Marcia. BERCARRA, Lúcia Marinilza. FRUTUOSO, Isabela Shumajer. RODRIGUES, Ana Maria da Silveira. WERNEK, Alexandre Lins. Adesão ao protocolo de prevenção de infecção do trato urinário . **Revista Enfermagem UFPE**. Ano: 2018
- AMARAL, Dayana Medeiros. COROPES, Viviane Brasil do Amaral dos Santos. PAULA, Carmem Lúcia de. BERNARDO, Maria Luiza. Pós-operatório de vulvectomia e cateterismo vesical de demora: revisão integrativa. **Revista de Enfermagem UFPE**. Ano: 2017
- BARBOSA, Lorena Rodrigues. OLIVEIRA, Adriana Cristina. Infecção do trato urinário associada ao cateter vesical em uma unidade de terapia intensiva. **Revista epidemiologia**. Controle de infecção hospitalar, Santa Cruz do Sul. Ano: 2019
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. Brasília: Anvisa. Ano: 2017.
- CHAVES, Nadja Martins de Oliveira. MORAES, Cladis Loren Kiefer. Controle de infecção em cateterismo vesical de demora em unidade de terapia intensiva. **Revista de enfermagem**. Ano: 2015.
- GALVAO, Tais Freire. PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura passos para sua elaboração. **Revista de epidemiologia**. Serviços de Saúde. Brasília. Ano: 2014.
- MIRANDA, Roberta Silmara. ASSIS, Gisela Maria. MESSIAIS, Aline Maria Benita. BATISTA, Valeria Teles GOMES, João Júnior. Cateterismo intermitente limpo no paciente com lesão medular: conhecimento dos enfermeiros. **Revista Estima**. v. 18. Ano: 2020.
- NOGUEIRA, Higina Kelly Lemos. GOES,Angela Cristina Fagundes. OLIVEIRA, Daniela Fagundes de. FERNANDES, Mariana Sabá. FERNANDES, Marilia Sabá. Conhecimento de profissionais intensivistas sobre o bundle para a prevenção de infecção do trato urinário associada ao uso de sondas. **Revista de Enfermagem UFPE**. Ano: 2017
- PERUGINI, Marcia regina Eches. SUGAHARA, Vanessa Hitomi. DIAS, Juliana Bulk. MAGALHAES, Gerusa Luciana Gomes. PELISSON, Marsileni. MARRONI, Floristher Eliane Carrara. YAMADA-OGATTA, Sueli fumie. YAHMAUCHI, Lucy Megumi. VESPERO, Eliane Carolina. OBARA, Vitor Yuzo. GARBIN, Renata Perugini Biase. RIBEIRO, Maria Alice Galvão. Enterococcus spp. Resistentes à vancomicina: características clínicas e fatores de risco. **Seminário ciências biológicas e da saúde**. Ano: 2015
- SILVA, Myria Ribeiro da Silva. CAZORLA, Irene Mauricio. SILVA, João Luiz Almeida. ALMEIDA, Talita Hevilyn Ramos da Cruz. OLIVEIRA, Patrícia Peres de. BARBOSA, Dulce Aparecida. Educação permanente em cateterismo vesical para prevenção de infecção do trato urinário. **Revista Mineira de Enfermagem**. Ano: 2019

UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA
PROFESSORA: Me. JOCIANE MACHIAVELLI
ACADÊMICA: NILCE PINZ

TEMA: DESESTRUTURAÇÃO FAMILIAR: RELAÇÃO COM A PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL

OBJETIVOS:

Objetivo geral

Analisar se a desestruturação familiar tem relação com a prática de ato infracional pelos adolescentes.

Objetivos específicos

1. Identificar a família desde os tempos remotos até a atualidade, seus tipos e vínculos familiares;
2. Estudar os fatores da desestruturação familiar e os seus reflexos na formação do adolescente em pleno desenvolvimento.
3. Descrever a importância da família na ressocialização do adolescente que cumpre medida socioeducativa.

RESUMO DO PRETENDIDO COM O PROJETO:

O instituto da família é o que mais sofreu alterações no decorrer dos anos, o avanço social contribuiu, e muito, para que novos arranjos familiares surgissem, aquela família considerada “modelo” formada por mãe-pai-filhos, deu lugar a várias outras formas, formadas apenas por um dos genitores e seus filhos, ou mesmo por genitores do mesmo sexo; ainda por pessoas vinculadas apenas por sentimentos.

Do mesmo modo que novos arranjos surgiram, outros se desestabilizaram, fazendo com que a estrutura familiar perdesse seu amparo para com os membros que a compõe, muitas das vezes.

Verifica-se que independentemente do tipo da composição familiar é comum os seus membros, ou grande parte deles, exercerem atividades remuneradas fora de casa para prover o sustento da prole, e conseqüentemente transferem a outros a função de cuidar e educar os filhos. Esse afastamento faz com que crianças e adolescentes passem a viver mais isolados, sem a supervisão e orientação dos seus responsáveis e assim são livres para fazerem o que bem entenderem.

Outro fator que merece especial atenção é a violência intrafamiliar, caracterizada pela violência física, psicológica, sexual, econômica e patrimonial, que atinge um número expressivo de famílias e trazem prejuízos de toda ordem às pessoas afetadas, destroem sonhos, laços afetivos e o direito ao pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes e que culmina na desestruturação familiar.

É notável que diante desse contexto, muitos adolescentes se veem desamparados e vulneráveis a diversas situações negativas, como por exemplo o uso de substâncias ilícitas, furtos, homicídios e a prática de outros atos infracionais, que resultam no cumprimento de medidas socioeducativas.

Nessa perspectiva é que se pretende avaliar se a desestruturação familiar é fator que desencadeia a prática do ato infracional pelos adolescentes e qual a

importância da família na ressocialização dos mesmos.

ILUSTRAÇÃO RELATIVA AO PROJETO:



Imagem: <http://www.findglocal.com/BR/Belo-Horizonte/1566778893595960/Direito-de-Fam%C3%ADlia-e-Viol%C3%A4ncia-Dom%C3%A9stica---Lei-Maria-da-Penha>

UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
CURSO DE DIREITO
DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA
PROFESSORA: Me. JOCIANE MACHIAVELLI
ACADÊMICO (A): RUTHNEA BERNADETE FERNANDES FRITZEN

TEMA: ABANDONO MATERIAL: TEXTO DE LEI OU REALIDADE?

OBJETIVOS: Verificar os motivos ensejadores da inaplicabilidade do crime de abandono material ao devedor de alimentos, nos casos não plausíveis de escusas para o não cumprimento da obrigação alimentar.

RESUMO DO PRETENDIDO COM O PROJETO:

Pretende-se com este projeto, dissertar sobre o viés do Direito de Família infiltrado na área do Direito Penal, cada qual com sua atribuição. Não obstante, demonstrar que a família reconhecida constitucionalmente como fonte da sociedade, está confinada apenas no Direito Civil, mesmo disciplinado na área criminal. Destacar-se-á, que o princípio da dignidade humana não é um propósito apenas do Estado, mas, também da base familiar. E, para tanto, a Constituição da República prevê responsabilidades para aquele que por qualquer razão, gerou a vida de outro ser, e a principal delas é prover recursos necessários a fim de que o descendente cresça com saúde, receba educação adequada, e um desenvolvimento sadio.

Além disso, transmitir estudos em relação a este atributo do responsável alimentar seja, ascendente ou descendente, e no mesmo prisma, pesquisar sobre a missão do órgão jurisdicional diante da proteção do direito de subsistência do alimentado provinda do alimentante. Desta feita, percebe-se, que o conflito familiar envolvendo ações de alimentos, tem sido um grande encargo ao judiciário, mas, não efetivadas pelo demandado (a) obrigacional. Assim, esta pesquisa demonstrará a não aplicação do artigo 244 do Código Penal Brasileiro (Abandono Material), por quem tem a obrigação de fiscalizar o cumprimento do ordenamento jurídico pátrio.

ILUSTRAÇÃO RELATIVA AO PROJETO:

ABANDONO MATERIAL: TEXTO DE LEI OU REALIDADE?

Deixar de cuidar é crime

É responsabilidade dos pais cuidar dos filhos

Falhar nessa missão constitui crime.

Abandono material: deixar de prover a subsistência do menor de 18 anos, cônjuge ou ascendente.

Projeto de monografia

Ruthnéa Fritzen 8ª fase

Orientadora: Jociane Machiavelli

Curso de Direito – Uniarp Fraiburgo



Fonte: Lúcio Amaral – 2019. <https://www.jolrn.com.br/2019/05/29/pai-e-condenado-por-abandono-material-ao-deixar-de-prover-o-sustento-do-filho-em-campo-grande/>

UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

PROFESSORA: Me. JOCIANE MACHIAVELLI

ACADÊMICA: Liceia Rinaldi Ramos

TEMA: RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO
ÂMBITO DA SAÚDE PÚBLICA

OBJETIVOS:

Objetivo geral

- Analisar a responsabilidade civil dos profissionais de saúde na prestação de serviços na esfera da Atenção Primária à Saúde – APS, conhecida como uma das “portas de entrada” dos usuários no Sistema Único de Saúde.

Objetivos específicos

- Descrever sobre responsabilidade civil geral;
- Diferenciar as políticas públicas referentes às três esferas de assistência primária, secundária e terciária, destacando a responsabilidade civil no âmbito da prestação de serviços na Atenção Primária à Saúde;
- Identificar os reflexos do Código de Defesa do Consumidor diante das lesões sofridas pelas pessoas que têm seu direito lesado por erro dos profissionais da área de saúde.

RESUMO DO PRETENDIDO COM O PROJETO:

O presente projeto tem o propósito de futura produção de monografia um dos requisitos para obtenção de título de bacharel em Direito pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Fraiburgo/SC.

Assim, o tema a ser tratado é referente responsabilidade civil dos profissionais de saúde no âmbito da saúde pública, um assunto de extrema relevância nos dias atuais, pois, conforme Kfourri, Neto, 2019 o ser humano é sujeito à dor e enfermidades, e para preservar a sua saúde, recorre aos serviços de saúde, principalmente ao Sistema Único de Saúde - SUS o qual absorve uma enorme gama da população brasileira.

Portanto é relevante descrever sobre a responsabilidade civil dos profissionais de saúde nos serviços prestados no âmbito público, bem como apresentar medidas preventivas a serem adotadas por esses profissionais, a fim de reduzir o risco de responderem ações de natureza indenizatória, objeto de vários litígios nos últimos anos decorrendo de diversos fatores, que resultam na condenação desses profissionais à reparação de danos, objetivando o pagamento de valores em juízo, decorrência da hipótese de erro.

ILUSTRAÇÃO RELATIVA AO PROJETO:



Fonte Imagem: <https://www.google.com/search?sxsr=AleKk02LInR3TzCfXsbrV-VVV7w5CFk9LA:1593471095153&source=univ&tbn=isch&q=imagem+martelo+e+estetosc%C3%B3pio&sa=X&ved=2ahUKEwiA5de0jqjAhUIH7kGHQpyAUEQsAR6BAgKEAE&biw=1366&bih=608#imgrc=IIAxZ3oRD6hnm>

A ACELERADA EVOLUÇÃO SOCIAL E TECNOLÓGICA GLOBAL COMO VIABILIZADORES DE CRIMES CIBERNÉTICOS, FRENTE AO LENTO DESENVOLVIMENTO DE FREIOS LEGAIS PARA SUA CONTENÇÃO

Aldair Marcondes¹
Antônio Luciano Bairros Ceron²
André Lemuel Ferreira Krieguer³
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Fraiburgo, Brasil

RESUMO: O presente estudo, em desenvolvimento, pretende compreender como a legislação penal brasileira tem tratado os crimes cibernéticos. Vivemos a chamada era do conhecimento, onde a globalização juntamente com a tecnologia, transformaram profundamente a sociedade. Embora essa transformação, em sua maioria, tenha vindo para beneficiar a sociedade de uma maneira geral, infelizmente esta evolução proporcionou novas formas de criminalidade. Com o aumento dos crimes cibernéticos, a sociedade se viu diante de uma lacuna não preenchida para combater tais violações. Se fez necessário o surgimento de normas específicas na esfera penal, para tratar desta nova modalidade de crime. Neste trabalho se buscará compreender como anda a legislação brasileira no tocante ao assunto, visando identificar quais os pontos já estão regulados e quais ainda necessitam de uma melhor normatização. No cenário atualmente vivido, o assunto tem se tornado cada vez mais relevante e, de uma maneira geral, de interesse de toda a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Evolução tecnológica, globalização, crimes cibernéticos.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade, de uma maneira geral vem passando por transformações ao longo da sua história. A revolução do conhecimento nos proporcionou que vivenciássemos o surgimento de novas tecnologias, as quais, nos dias de hoje, não nos vemos sem.

Tarefas corriqueiras de nosso dia-a-dia como ir ao supermercado ou até mais complexas como videoconferências com pessoas do outro lado do mundo, que antes pareciam tão distantes, hoje encontram-se na palma de nossas mãos. Mas junto com toda essa comodidade, surgiu um número cada vez maior de crimes cibernéticos.

A sensação de anonimato e de impunidade tem feito com que os usuários, de uma maneira geral, publiquem conteúdos ofensivos nas redes sociais. “Roubos” de senhas, invasão e sequestros de servidores particulares ou públicos, bem como, invasão de páginas de internet visando lesar seus proprietários, tem se tornando cada vez mais recorrente no mundo atual.

Nas palavras de Milagre (2016), a sociedade da informação hoje em dia também pode ser chamada de sociedade de riscos, pois são várias as ameaças que, embora tomando todas as medidas cabíveis de proteção, acaba ficando exposta diante do universo digital. Os criminosos digitais exploram qualquer brecha que os cidadãos deixam ao adentrar nesse universo sem fronteiras que a tecnologia da informação proporciona, fazendo-se vítimas de inúmeros delitos cibernéticos.

¹ Professor orientador – aldair.marcondes@hotmail.com;

² Acadêmico bolsita – alucianoceron@gmail.com;

³ Acadêmico colaborador – andrelfkrieguer@gmail.com

Neste contexto, a presente pesquisa, que é subsidiada pelo Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP, buscará abordar sobre a forma de como a legislação brasileira está tentando frear e punir a ocorrência dos crimes desta natureza, de modo que o cidadão passe a crer que os crimes ocorridos na esfera digital também serão penalizados.

2. OBJETIVOS

Para construção e desenvolvimento da presente pesquisa, foram estabelecidos diversos objetivos, entre geral e específicos.

Como geral, se almeja desenvolver conhecimentos acerca da acelerada evolução social e tecnológica global como viabilizadora de crimes cibernéticos, frente ao lento desenvolvimento de freios legais para sua contenção.

Já como objetivos específicos, as intenções passam a ser de efetuar resgates históricos sobre a evolução social e a tecnologia global; apresentar as normas jurídicas brasileiras vigentes que tratam de crimes cibernéticos; identificar os crimes cibernéticos tipificados na legislação brasileira; detectar novas modalidades de violações virtuais ainda não abarcadas pela lei; e, demonstrar eventuais ineficácias legais em razão do descompasso evolutivo entre tecnologias da informática e avanços na pertinente legislação penal.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

No ponto em que se encontra a presente pesquisa, tem-se alguns referenciais já destacados que versam sobre a estrutura desenhada.

3.1. DIREITOS HUMANOS E CRIMES CIBERNÉTICOS: LEGISLAÇÃO EXISTENTE

Assegurado pelos Direitos Humanos e por nossa Constituição Federal, temos garantidos os direitos à vida, liberdade, moradia, segurança, dentre outros. Além da liberdade de escolha, todo cidadão pode recorrer à justiça quando necessário for, sem ser oprimido pela mesma.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 2019).

Os Direitos fundamentais como a liberdade, igualdade, segurança e privacidade, são constantemente violados no mundo todo, tendo a internet como o principal meio para se realizar os chamados crimes cibernéticos. E apesar do Marco Civil da internet (Lei nº 12.965/14) e da Lei Carolina Dieckmann (Lei nº 12.737/12), tais infrações não são punidas conforme a severidade dos fatos, pois tais leis não são aptas, por si só, para conduzir de maneira eficaz e solucionar os crimes cibernéticos de forma geral. No seu contexto, como não existem órgãos de segurança especializados para esse tipo de crime, evidentemente há uma necessidade de inclusão do Direito Eletrônico como uma legislação específica, com a finalidade de prosseguir com os crimes específicos desta área de forma mais efetiva (LIMA; TESSMANN; VENTURIN, 2018).

3.2. TÉCNICA, COMPORTAMENTO E CRIME

Fazendo referência a grandes autores e influenciadores da área de Direito Informático, cita-se José A. Milagre e Damásio de Jesus, os quais abordam uma nova forma de tipificar os crimes informáticos, pela proposta chamada TCC (Técnica, Comportamento e Crime).

Neste contexto, há muito tempo se cobrava uma legislação no Brasil que cuidasse de crimes eletrônicos. Tal mora pode ser atribuída também ao péssimo modo de se legislar sobre o tema adotado no Brasil que, por vezes, tentou condenar técnicas informáticas (ao invés de condutas praticadas por diversas técnicas), técnicas estas que são mutantes, nascem e morrem a qualquer momento, de acordo com a evolução dos sistemas, novas vulnerabilidades e plataformas tecnológicas. Para isso apresentamos uma proposta de sistematização e que deve ser considerada quando se legisla sobre crimes informáticos. Nominamos a proposta de TCC – Técnica, Comportamento e Crime. A proposta é detalhada na sequência. (MILAGRE; JESUS, 2016, p.26).

Segundo a sistematização de Milagre e Jesus (2016), ao se legislar sobre os crimes informáticos não se pode começar pela análise de técnicas, definindo tipos penais, mas analisando as condutas que podem ser incriminadas, que são realizadas de diversas formas (técnicas), e que merecem a consideração do Direito Penal Brasileiro, pois por muitas vezes uma técnica pode ser integrante de uma ou mais condutas penais, porém nem toda a técnica é um comportamento interminável.

3.3. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

O Brasil ainda não tem uma legislação tão abrangente e efetiva, mas dispõe ao menos de duas normas específicas de nºs 12.737/12 e 12.965/14.

3.3.1. Lei Carolina Dieckmann

Vitoriano (2018) nos fala que com o avanço do uso da tecnologia da informação nos últimos tempos, o mundo jurídico precisou incluir no Código Penal os crimes ocorridos no universo virtual.

Assim, conforme Vitoriano (2018), foi sancionada a Lei dos Crimes Cibernéticos (Lei nº 12.737/12), conhecida como Lei Carolina Dieckmann (atriz famosa que teve seus dados roubados na internet), que tipifica os atos de invadir computadores, roubar senhas e dados, divulgando informações particulares na rede.

3.3.2. Marco Civil da Internet

Conforme explicação de Martins (2015), a Lei 12.965/14, denominada de Marco Civil da Internet, é quem regula os direitos e deveres dos internautas, estabelecendo assim os princípios e garantias que rege a relação entre usuários e as empresas provedoras do acesso e serviços de internet.

O referido autor diz ainda que dentre as inovações, tal lei permite a retirada de circulação daqueles conteúdos que causem danos a terceiros. Essa retirada de conteúdos danosos é feita mediante ordem judicial.

4. METODOLOGIA

O presente estudo será produzido a partir do método dedutivo, utilizando-se bases teóricas da ciência do Direito Penal e da Criminologia, realizando-se uma abordagem consistente no problema a ser investigado, utilizando os métodos histórico e monográfico, bem como, através de pesquisa bibliográfica.

5. DETALHAMENTO DO PROJETO

O presente trabalho tem como finalidade o desenvolvimento de pesquisa para a obtenção de bolsa do Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP, o que será desenvolvido junto à UNIARP.

A pesquisa se encontra num estágio de desenvolvimento, o que possibilita um relatório parcial da pesquisa desenvolvida, mas ao seu término pretende-se apresentar as respostas almejadas pelos objetivos enumerados.

Participam da construção desta pesquisa os acadêmicos Antônio Luciano Bairros Ceron (autor) e André Lemuel Ferreira Krieguer (coautor), tendo como orientador o professor Especialista/Mestrando Aldair Marcondes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível se compreender que a tecnologia que veio para suprir várias necessidades da sociedade atual, passa também por um processo fraudulento causado por malfeitores do mundo digital, os quais se utilizam de formas criminosas para se apoderar de informações privadas e lesar outras pessoas.

Nesse contexto, a legislação brasileira busca conter esses criminosos, fazendo com que as penas a eles impostas diminuam a ocorrência desta forma de delito.

O fato é que no Brasil, por mais que se tenha alguma normatização, a legislação para estes delitos ainda é incipiente, ou seja, ainda está engatinhando na busca de resultados efetivos frente à dificuldade de identificação dos autores de crimes cibernéticos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. São Paulo: Saraiva, 2010.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

JESUS, Damásio de; MILAGRE, José Antonio. **Manual de crimes informáticos**. São Paulo: Saraiva, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Ueslei de Melo Rodrigues de; TESSMANN, Dakari Fernandes; VENTURIN, Edileuza Valeriana de Farias. **Violação dos direitos fundamentais em crimes cibernéticos e a necessidade de inclusão do Direito Eletrônico como legislação específica**. Disponível em: <<http://www.ienomat.com.br/revista2017/index.php/judica/re/article/view/85>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MARINHO, Guilherme. **Hackers, Crackers e o Direito Penal**. Disponível em: <https://grmadv.jusbrasil.com.br/artigos/407334629/hackers-crackers-e-o-direito-penal>. Acesso em: 09 ago. 2019.

MATA, Leonardo André da; SANTAGATI, Claudio Jesus. **Analogia aos delitos virtuais com ênfase nos Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://revistas.cua.ufmt.br/revista/index.php/revistapanoramica/article/view/436/119>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MARTINS, Geisa. **O que é o Marco Civil da Internet?** Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-e-o-marco-civil-da-internet/>. Acesso em: 21 jun. de 2020.

VITORIANO, Larissa. **A Lei Carolina Dieckmann atua contra crimes virtuais e possui grande influência midiática**. Disponível em: <<https://cpjur.com.br/lei-carolina-dieckmann/>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

PROFESSORA: Me. JOCIANE MACHIAVELLI

ACADÊMICO (A): ANTÔNIO LUCIANO CERON

TEMA: O USO DO DIREITO DE IMAGEM DO ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL COMO INSTRUMENTO DE FRAUDES NA ESFERA TRABALHISTA

OBJETIVOS:

Objetivo geral

Buscar compreender a legalidade do uso do direito de imagem no contrato do atleta profissional de futebol.

Objetivos específicos

- Conhecer a evolução histórica do futebol e o processo legal de sua profissionalização.
- Descrever a cessão do direito de imagem como forma de complementar o contrato do atleta profissional de futebol.
- Verificar as possíveis fraudes que ocorrem no registro do contrato do atleta profissional de futebol, com o uso de sua imagem.

RESUMO DO PRETENDIDO COM O PROJETO:

O futebol está presente na cultura do povo brasileiro. São raras as pessoas que não nutrem a paixão por um time específico ou até mesmo pela nossa seleção nacional. A importância que o futebol tem na vida do brasileiro é

notória. Mais que uma paixão nacional, o futebol movimentando nossa economia, tanto no âmbito comercial como no âmbito profissional.

O presente estudo busca compreender essas relações no âmbito profissional, envolvendo os clubes de futebol e os atletas profissionais de futebol no que tange seus contratos de trabalho, mais que isso, com o uso do seu direito de imagem muitas vezes como forma de burlar os contratos na esfera trabalhista.

Busca ainda identificar os meios legais que amparam tais contratos na seara trabalhista, visto que os valores dos mesmos são cada vez maiores, e ainda a seção do uso do direito de imagem do jogador profissional como maneira de diminuir a relação trabalhista com o seu empregador, no caso os times de futebol. Como os contratos lidam com as transferências dos atletas e a possibilidade de rompimento dos contratos formados de maneira unilateral.

ILUSTRAÇÃO RELATIVA AO PROJETO:



FONTE IMAGEM:

<https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.marcellobenevides.com%2Fadvogado-de-direito-desportivo%2F&psig=AOvVaw1MQ9uxQVO0UCvPE6YVX2GM&ust=1593559073507000&source=images&cd=vfe&ved=0CAIQjRxqFwoTCKDzo6OUqOoCFQAAAAAdAAAAABAD>

Campus Caçador

Rua Victor Baptista Adami, 800 | Centro | 89.500-199
Caçador-SC | 49 3561.6200 | www.uniarp.edu.br

Campus Fraiburgo

Rua Carlos Maister, 411 | Centro | 89.580-000
Fraiburgo-SC | 49 3246.3334 | www.uniarp.edu.br



A RESPONSABILIDADE CIVIL NA ATIVIDADE DE NOTÁRIOS

Rayani das Neves Scarabotto¹

RESUMO

O presente trabalho visa a demonstrar o exercício da atividade aos Notários, destacando sua utilização nos serviços prestados por estes, onde o desconhecimento faz com que a população, sentido geral, não saiba a sua importância. Sendo este um importante serviço público, é preciso autenticar a sua demonstração no que diz respeito à Responsabilidade Civil, no contexto das atividades Tabeliãs. Atenta-se por ser um serviço como outro qualquer, carece em muitas vezes de erros, sobrecaindo a responsabilidade a quem? O estudo também mostra a origens e mudanças que estão ocorrendo no dia a dia dos Tabelionatos, fazendo com que, se faça valer o direito de todos.

Palavras-chave: *Notários. Serviço Público. Responsabilidade Civil.*

INTRODUÇÃO

A atividade de Notários, Registradores e seus Prepostos e dotada de Fé Pública, sendo que os serviços prestados pelos profissionais vêm a garantir a publicidade e segurança nos trabalhos jurídicos, tendo autonomia no contexto em sua profissão.

A relevância do exercício da atividade aos Notários, neste trabalho, vem a destacar a sua utilização nos serviços prestados por estes profissionais, a possibilidade deste tipo de serviço público, sendo fundamental para ajuda ao outros, é preciso autenticar a sua demonstração no que diz respeito à Responsabilidade Civil, no contexto das atividades Tabeliãs.

Atenta-se por ser um serviço como outro qualquer, carece em muitas vezes de erros, sobrecaindo a responsabilidade a quem? O estudo também mostra a origens e mudanças que estão ocorrendo no dia a dia dos Tabelionatos, fazendo com que, se faça valer o direito de todos.

RESPONSABILIDADE CIVIL E SEU CONTEXTO

No contexto da responsabilidade, alargando a sua raiz de origem da palavra, vem a ser o termo de “responsável, responsabilidade, assim como, enfim, todos os vocábulos cognatos, exprimem ideia de equivalência de contraprestação, de correspondência”, dando ênfase a primeira palavra noção dando sentido a obrigação da atividade do homem como um todo (DIAS, 2006, p. 04).

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Alto Valle do Rio do Peixe, Campus de Caçador, Responsabilidade Civil.

Cabe assim a compreensão de que a importância da obrigação da responsabilidade, sendo um dever jurídico necessário e fundamental, pois, em todos os aspectos jurídicos, estes devem ser prestados por profissionais da área, cumprindo esta obrigação.

A responsabilidade civil, por sua vez, é vista como a obrigação que pode incumbir qualquer pessoa a reparar o prejuízo causado a outra por fato próprio ou por fato de pessoas ou coisas que dela se originem ou dependam (SAVATIER, 2003, p. 06). Assim, a responsabilidade civil tem relação com toda a atividade humana, sendo associada às relações sociais.

Porém, um princípio geral de responsabilidade civil só se estabeleceu a partir do aperfeiçoamento das ideias românicas pelo direito francês, mesma época em que se consagrou a separação da responsabilidade civil da penal e a existência de uma responsabilidade contratual e uma extracontratual (DIAS, 2006, p. 30), a qual a culpa prevaleceu, onde aos poucos foram separando a responsabilidade civil, a vítima; da penal, o Estado.

Assim também sucedeu com o Direito Brasileiro, como exposto no Código Civil de 2002 a responsabilidade fundada na culpa, mas, diante de sua insuficiência para atender às imposições do progresso, surgiram muitos casos especiais em que a obrigação de reparar ocorreria independentemente do inquérito minucioso acerca daquele elemento.

Análise acerca dos novos paradigmas da responsabilidade civil, após apontar a erosão dos filtros tradicionais da responsabilidade civil, por meio da perda da relevância de prova da culpa e da flexibilização do nexos causal, além da expansão dos danos ressarcíveis, traz como tendências e soluções a necessidade de seleção dos interesses mercedores de tutela e o desincentivo às demandas frívolas de responsabilidade civil, não se esquecendo da correlação entre solidariedade e responsabilidade (SCHREIBER, 2013, p. 25).

É clarividente que o artigo 186 do Código Civil refere que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Já a obrigação de indenizar decorrente desse ato ilícito é retirada do artigo 927 do mesmo diploma (BRASIL, 2002), acreditando ser a culpa (em sentido lato, abrangente do dolo) apenas um elemento accidental da responsabilidade civil, pois o Código Civil também expõe a existência de uma responsabilidade objetiva, no contexto subjetivo.

Deve-se verificar, que há causalidade entre o dano que se acarreta a vítima, com a conduta, do agente causador do dano.

O dano poderá lesar um interesse patrimonial ou extrapatrimonial. De fato, o caráter patrimonial ou moral do dano funda-se não na índole dos direitos subjetivos danificados, mas nos efeitos da lesão jurídica. Assim, o dano patrimonial compreende os danos emergentes, aqueles que representam a concreta diminuição no patrimônio do lesado, e os lucros cessantes, aqueles que se relacionam à privação de um ganho pelo lesado, ou seja, o lucro que deixou de auferir em virtude do prejuízo que lhe foi causado (DINIZ, 2011, p. 26).

A respeito do dano recorde-se aqui sobre o exposto da evolução da responsabilidade civil e seus novos paradigmas, que atualmente esta em uma crescente expansão dos danos relativos de ressarcimento, em que o foco principal, está na reparação da vítima, que se apresenta na Constituição Federal e dentro Código Civil.

RESPONSABILIDADES: CIVIL CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL

Nos expostos acima, e em razão da natureza do dever jurídico lesado, pode-se dividir a responsabilidade civil em contratual e extracontratual, existindo doutrinadores que afirmam haver uma dualidade entre elas, sendo em alguns casos “uniformes”.

Afirma-se que se já existe um vínculo obrigacional e o dever jurídico é consequência de seu inadimplemento temos a responsabilidade contratual, também chamada de ilícito contratual ou relativo, por ter como fonte mais comum os contratos. Por outro lado, se tal dever surge em decorrência de lesão a um direito subjetivo sem que entre o ofensor e a vítima exista preexistência qualquer relação jurídica que o possibilite ter-se-á a responsabilidade extracontratual, também denominada de ilícito aquiliano ou absoluto (CAVALHEIRO FILHO, 2010, p. 02).

Assim sendo, quando o contrato é firmado, ambos os envolvidos assumem um compromisso firmado em contrato, sendo responsáveis pelas obrigações fechadas no ato do acordo.

NOTÓRIOS E REGISTRADORES

A atividade de notário e registrador é o de agentes públicos em colaboração com a administração mediante delegação e aprovados e concurso público (ANTUNES, 2015, p. 01), ainda a Constituição Federal de 1988, em seu art. 236, atribuiu tratamento igualitário aos serviços notariais e de registros, dispondo: Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público (BRASIL, 1988).

Assim, a lei atribui aos Notários e Registradores a fé pública, mas por outro lado impõe um regime severo de responsabilidades civis, administrativas e criminais, apurados mediante fiscalização do Judiciário. A fé pública é inerente à função notarial, dela sendo indissociável (ANTUNES, 2015).

DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

TIPO DE PESQUISA

O presente estudo se caracterizou como pressuposto o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica, sendo uma produção descritiva.

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para coleta de dados foi utilizado as fontes de pesquisas recentes que abordam a problemática da pesquisa. Para análise dos dados foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica e descritiva e sua posterior análise no comparativo com os autores citados.

RESULTADOS

Abordou-se os aspectos gerais acerca da responsabilidade civil, realizando-se um breve histórico, trazendo os principais conceitos e as classificações: responsabilidade contratual e extracontratual, onde mostrou-se o estudo acerca da responsabilidade civil pela perda de uma chance, expondo sua definição, natureza

jurídica, e alguns critérios para sua aplicação, suas modalidades que dão à chance perdida.

Ao se falar no dano que é causado ao indivíduo, a reparação seria parcial, violando o princípio de reparação integral dos danos, uma vez que também aqui a indenização é concedida de forma integral, seja ela quantificada ou não.

Todavia, em todas os danos a chances perdidas podem ser indenizadas, levando à criação de limites, ficando consignado que apenas aquelas situações consideradas como sérias e reais serão passíveis de indenização, as quais devem ser verificadas em cuidadosa análise do caso concreto com o objetivo de excluir os casos em que a chance perdida não passa de mera possibilidade aleatória. A análise da seriedade e realidade das chances perdidas, pode vir a guisa da observação de percentuais mínimos de probabilidade, outros estabelecendo elementos diversos para a sua verificação (ANTUNES, 2005) e concretização destes.

Onde então a lei atribui aos Notários e Registradores a fé pública, mas em muitas das vezes impõe severidade nas responsabilidades civis, administrativas e criminais, sendo apurados perante a lei e tendo a devida fiscalização do Poder Judiciário.

CONCLUSÃO

A responsabilidade civil nos casos em que um dano é gerado quando alguém age, diante de uma ação ou omissão, ocasiona a perda da chance de outrem de obter vantagem (ns) futura(s) ou evitar determinado prejuízo.

De acordo, a atuação do notário garante a publicidade, sua autenticidade, bem como, a segurança e eficácia dos atos jurídicos, causando obstrução ao Judiciário, advindo do acúmulo de processos instaurados que visam a estabelecer a Ordem Jurídica como um todo, sendo em sua atuação um importante instrumento de pacificação da e na sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Luciana Rodrigues. **Introdução ao direito notarial e registral**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 10, n. 691, 27 maio 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6765>. Acesso em: 2 jul. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 02.

DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil**. 11. ed. rev., atual. de acordo com o Código Civil de 2002, e aumentada por Rui Berford Dias. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 04.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. v. 7. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 26.

SAVATIER, René. **Traité de la responsabilité civile**. Paris, 1939, v.I, n. 1, apud RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 20. ed. rev. e atual. de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 06.

SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil: da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RESUMO DE COMPREENSÃO DA OBRA DIREITOS E DEVERES NA REPUBLICA.

Ana Karoline Bochnia.

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil.

Bernardo Luiz de Paula.

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil.

Isabelle Crisanto da Silva.

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil.

Isadora Kutcher de Souza.

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil.

Resumo: Trata-se de um resumo expandido do livro Direitos e Deveres na República - Bobbio e Viroli, onde foi selecionado o Capítulo 6: Temor a Deus, Amor a Deus, objeto da leitura interdisciplinar da primeira fase do curso de direito. Neste trecho do livro é explanado principalmente a ideia de comparação entre o medo das punições divinas com as punições da legislação (lei), também mostra perspectivas pessoais dos dois autores, já que o livro retrata a uma conversa que eles tiveram. Há também o posicionamento de ambos sobre a religião e seus atos na sociedade, e também uma conversa abrangente sobre os laicos e as funções dos mesmos no social comparado aos cristãos na antiguidade e no tempo contemporâneo.

Palavras-chave: Religião, Deus, Temor, Obediência, Laicos.

Introdução

O temor a Deus é algo indispensável? Ou somente a punição do Estado já é capaz de amenizar os crimes cometidos? A religião é importante para moldar as virtudes de uma pessoa, mas, quando envolvida com o direito penal, pode não trazer resultados bons. Em uma argumentação Bobbio e Viroli discutem até que ponto a fé é capaz de influenciar as pessoas, apresentando ideias de pensadores como Maquiavel e Hegel, e abordando também, conflitos atuais, para explicar assim, a religião como uma diretriz moral.

Resumo Estendido

Bobbio e Viroli através da comparação dos argumentos de Maquiavel e Tocqueville sobre a necessidade de haver religião, para dar aos cidadãos uma orientação da vida moral, mostrando que o exercício do dever está estreitamente ligado ao medo das consequências do não cumprimento, sejam elas com o

direito penal, ou poder divino. BOBBIO, Noberto; VIROLI, Maurizio. **Direito e deveres na República**, BAKUNIN, Mikhail. **Deus e o Estado**, 1882

Quando falamos de uma sociedade despótica, estamos remetendo a uma localidade onde não há aplicação de nenhuma regra, o poder absoluto fica nas mãos do Estado (o príncipe tem o direito de fazer punições sem nenhum empecilho). MAQUIAVEL, Nicolau **O Príncipe**, 1532.

Bobbio já em outro tópico de discussão afirma que no Estado de Direito deve regular o uso da força, da forma que o estado não imponha, mas sim induza os indivíduos a seguir as determinadas regras, em seguida Viroli argumenta que na democracia não é possível utilizar desta ideologia, pois os habitantes querem a punição máxima para delitos cometidos. Nas devidas colocações Viroli indaga-se que na Itália, o povo lá situado apresenta uma certa resistência em acatar as leis impostas para a punição, em contra resposta Bobbio cita que normalmente os personagens italianos escapam as punições da legislação, decorrente desta análise ambos citam as ideias fascistas como alternativa de causas dessas inimizabilidades, remetendo a uma ironia ao lema dos mesmos (“Me ne frego”). BOBBIO, Noberto; VIROLI, Maurizio. **Direito e deveres na República**

Abrangendo agora de total forma as ideologias fascistas e antifascistas é comentado sobre a expressão “I care” (eu me importo) e a sua oposição “ Não estou nem ai” fazendo correlação aos ideias citados. As ideologias fascistas afirmam que os mesmos indivíduos que cercam a localidade devem ser os mesmos que zelam e protegem a comunidade, de antemão a isso Viroli explana um dos seus artigos que questiona o fato da onda massiva da religião sobre o mundo, cegando o ser humano das questões não respondidas sobre a solidariedade. BOBBIO, Noberto; VIROLI, Maurizio. **Direito e deveres na República**.

Para Bobbio, Viroli estava comparando a justiça com a solidariedade dizendo que Laicos não alteram as situações, apenas amenizam o sofrimento ocasionado, mas estes de alguma forma fortalecem os oprimidos a lutar com justiça sobre as suas opressões. Acontece que para os cristãos a caridade tem correlação direta com Cristo pois acreditam que mesmo desinteressados de realizar a solidariedade, se convencem ser merecedores das graças divinas,

mas para os laicos com a solidariedade nada pode ser esperado além da própria satisfação de sua consciência, agora sobre a caridade pública ou privada, por mais interessante que seja, ela se transforma em constrangimento para quem a recebe, independentemente da situação do indivíduo, ele não quer ser contemplado apenas por a situação lastimável que está situado, mais sim, gostaria de oportunidades pra realização e crescimento de si próprio. Bobbio mostra que a igualdade de tratamento é algo utópico e defende que as pessoas ajudam porque acreditam que essas pessoas merecem o auxílio, mas não o recebem. Em contra partida Viroli volta a defender as leis dizendo que elas sim garantem o auxílio aos necessitados, Bobbio refuta esta ideologia explicando que na verdade a ajuda que o Estado garante é uma ajuda insuficiente pois o ansioso ou o enfermo deve se dirigir a um local onde possa ser assistido quando a verdadeira ajuda seria se a assistência fosse até o necessitado. MAQUIAVEL, Nicolau **O Príncipe**, 1532.

Para Bobbio por exemplo as freiras dos hospitais trabalham com profunda devoção cristã e não com pensamentos mazzinianistas, já Viroli discorda com a caridade cristã e toma como exemplo a ética pública da antiga Roma, e afirma novamente que existe sim benevolência sem cristandade. BOBBIO, Noberto; VIROLI, Maurizio. **Direito e deveres na República**

Eles debatem acerca do capítulo sobre o que diz respeito a fé, que na concepção de Bobbio, seria cega. Cega, pois, determinados costumes e ações são seguidos cegamente para obter-se um caminho: o céu. “Uma coisa é falar, outra é agir”, segundo Bobbio a religião seria de extrema importância para que algumas virtudes sejam cumpridas BOBBIO, Noberto; VIROLI, Maurizio. **Direito e deveres na República**

Viroli aborda o tema que se refere às palavras sagradas, estas que produziram um sentimento de alívio e conforto, pois em suas palavras: “Que outras palavras você gostaria de ouvir naquele momento, senão que a pessoa querida não partiu pra sempre, que você vai voltar a vê-la?”. BOBBIO, Noberto; VIROLI, Maurizio. **Direito e deveres na República**

Nesse contexto de religião também se faz importante abordar a ideia dos conflitos, que são extremamente atuais, conflitos entre judeus e palestinos e inúmeras outras religiões que transformam o mundo num cenário de guerra. No

livro percebe-se uma visão pessimista neste quesito. BOBBIO, Noberto; VIROLI, Maurizio. **Direito e deveres na República**

Seria interessante citar o que o próprio Bobbio comenta brevemente em uma de suas falas: “a história sempre foi um imenso matadouro”- Hegel. Percebe-se que a fé é capaz de despertar virtudes em um povo, virtudes essas que poderiam proporcionar um governo de qualidade, e, uma fé capaz de cegar uma população inteira e fazer pessoas cometerem crimes hediondos, exterminarem nações, em nome de um “um Deus”, para assim justificar suas atitudes. BOBBIO, Noberto; VIROLI, Maurizio. **Direito e deveres na República**

Experiência

Utilizando somente meios eletrônicos devido ao Covid-19, aproveitamos dos livros digitais, dos meios de pesquisa disponíveis, e devido aos tempos que estamos vivendo, as aulas sobre o livro em questão, foram realizadas à distância, dentro da plataforma da Universidade. Aliado a isso, adicionamos as pesquisas realizadas pela internet e outros meios, afim de complementar os assuntos citados nesta leitura.

Usamos também algumas analogias do livro O Príncipe de Maquiavel, para que com certa base pudéssemos dissertar sobre os temas.

Considerações finais

Com os conteúdos estudados em sala de aula, chegamos à conclusão de que os indivíduos obedecem a lei por um fator único: o medo da punição. E a regra para a vida em sociedade é a de que esse medo te fornece um autocontrole, isto é, o controle sobre suas ações. A falta deste, cria indivíduos criminosos, que agem sob a forma que os convém.

Em analogia ao contexto citado, Bobbio e Virolli no livro “Direitos e Deveres na República” entram em uma discussão sobre a importância do temor a Deus na sociedade, mais especificamente, na República. A religiosidade na maior parte das vezes, incumbe ao indivíduo agir sob boa conduta, ser uma boa pessoa, e tomar atitudes que revelem isso. BOBBIO, Noberto; VIROLI, Maurizio.

Direito e deveres na República

Mesmo que pareça hipocrisia agir com boas atitudes apenas por sentir medo às leis, ou temor a Deus, isso corrobora para que uma sociedade cresça em harmonia, aqui citando mais uma vez Bobbio: “ Dizer que o homem respeita os deveres, que tem o senso do dever apenas porque teme as consequências ruins do fato de não tê-lo cumprido [...], significa dizer que o exercício do dever está estreitamente ligado ao medo das consequências do não cumprimento.” . BOBBIO, Noberto; VIROLI, Maurizio. **Direito e deveres na República**

Em analogia ao livro Maquiavel, percebemos também a visão da religião como mantenedora da ordem social, mantenedora de princípios que regulam a sociedade. Isso se faz por meio dos escritos “sagrados”, no caso do cristianismo, através dos mandamentos. Ou seja, em meio às leituras propostas e as aulas assistidas, percebe-se o papel fundamental da religião, do temor a Deus, de algo que faça com que o povo seja submisso a uma “vontade maior”, uma vontade que os faça no mínimo, não cometer infrações que prejudicam a vida em grupo. MAQUIAVEL, Nicolau **O Príncipe**, 1532.

Referências

- BAKUNIN, Mikhail. **Deus e Estado**. [s.l.]: Hedra, 1882. 132 p.
- VIROLI, Maurizio; BOBBIO, Noberto. **Direitos e Deveres na Republica**. [s.l.]: Campus, 2007. 144 p.
- MACHIAVELLI, Niccolò di Bernardo Dei. **O Príncipe**. Florença: Edipro, 1532. 26 v.

ESTUDO DA VIABILIDADE DO TIJOLO ECOLÓGICO E DE ADOBE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Dionatan Zini

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Roger Francisco Ferreira de Campos

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

RESUMO

O Tijolo Ecológico é uma inovação para o mercado da construção civil, visto que é um material que contribui para uma construção sustentável, onde o mesmo apresenta vantagens ambientais e econômicas superiores do produto mais utilizado hoje em dia. Portanto, este trabalho tem por objetivo principal a análise da viabilidade do uso do tijolo ecológico e de adobe na construção civil, levando como requisitos sua viabilidade econômica e ambiental. Para atingir tal objetivo, se fez necessário utilizar o método indutivo e verificar, através da análise de artigos publicados anteriormente, qual a viabilidade desses materiais na construção civil. Levando em consideração os requisitos ambientais e econômicos, o tijolo ecológico se faz presente por ter recursos em abundância no planeta e de fácil acesso e por evitar a queima de gases que prejudicam o meio ambiente, dois importantes requisitos ambientais, mesmo tendo um preço mais alto comparado com o tijolo cerâmico sua economia é vista no final da obra. Assim, podemos observar que o tijolo é ecologicamente correto e viável para a utilização na construção civil.

Palavras-chave: Tijolo Ecológico. Viabilidade Ambientais. Tijolo de adobe.

INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente não é um assunto novo, no Brasil, a Constituição de 1988 já enfatizava a necessidade da preservação, onde a sustentabilidade traz consigo muitas maneiras de se economizar preservando o meio ambiente (PAULA, 2018). Na construção civil, não é muito diferente, muitos engenheiros preocupados com os recursos finitos, buscam cada dia novos produtos e técnicas de construção que tenham menos impacto ambiental (BRUNO, 2017).

Visando também minimizar os problemas causados pela extração descontrolada de matéria prima e emissão de gases poluentes na fabricação de determinados materiais para a construção civil, tanto o tijolo ecológico quanto o tijolo de adobe ganharam uma grande participação no mercado, principalmente pelo seu método de fabricação ecologicamente correto (BRUNO, 2017). Dentre Muitas Construções o tijolo de adobe e ecológico vem sendo muito utilizado, pois é uma técnica barata, simples de ser utilizada e não causa danos ao meio ambiente (BUSSOLUTI, 2008).

Segundo Bussoluti (2008), o Tijolo de Adobe é um material muito utilizado em várias regiões do mundo, inclusive no Brasil, excepcionalmente próprio para regiões que tenham solos argilosos. De todas as atividades praticadas pelo ser humano, a construção civil é uma das que mais causa impacto no meio ambiente. No Brasil cerca de 40% da extração de recursos naturais têm como destino a indústria da construção.

Além disso, 50% da energia gerada vão para abastecer o funcionamento das edificações e entre 40 e 70% dos resíduos sólidos urbanos vem das construções e de demolições (BUSSOLOTI, 2007). Portanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a viabilidade do tijolo ecológico na construção civil tanto nos quesitos ecológicos quanto no econômico

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada neste trabalho de pesquisa consiste em uma revisão sistemática de artigos publicados anteriormente sobre o tijolo ecológico e adobe, tendo enfoque na pesquisa seus pontos ambientais e econômicos, por meio da busca de artigos na base de dados Google. Temos artigos com comparativos entre edificações feitas em tijolo cerâmico e tijolo de adobe ou ecológico, em cima desses relatos foi feito o presente trabalho. Quanto a sua natureza, esta pesquisa pode ser classificada como aplicada, pois objetiva gerar conhecimento para aplicação prática, direcionados à análise da viabilidade econômica (MENEZES, 2006). Depois de identificar, ler e analisar situações já feitos anteriormente para extrair de cada publicação informações relevantes quanto a sua viabilidade econômica e Ambiental na construção civil assim estruturar fatos e argumentos para o trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Motta (2014) os tijolos ecológicos são assim chamados porque evitam a utilização do processo de queima de madeira e combustível, eliminando o corte de árvores e emissão de monóxido de carbono na atmosfera. Os benefícios da utilização do tijolo ecológico não são apenas ambientais, mas também são econômicos. Segundo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -SEBRAE (2010 apud COSTA et al., 2011), os sistemas construtivos de tijolos ecológicos trazem um excelente custo/benefício, tendo uma economia entre 20 e 40% em relação ao modelo de construção convencional.

É de grande importância que possamos juntar a praticidade com a economia de custos em uma edificação, já que muitos proprietários são influenciados na construção de suas edificações por preço ou economia de custo para se utilizar tal material ou tal método. Diante dessa interferência, o tijolo ecológico se torna uma ótima alternativa, pois, segundo Pissani (2005) o tijolo de solo cimento tem matéria prima em abundância no planeta terra, pois é terra crua, a autora ressalta ainda que não só economicamente falando em si do tijolo mas também do método em que ele é fabricado pois ele não utiliza queima isso economiza energia, além de proporcionar ambientes confortáveis, com pouca utilização de energia, isso proporciona um ambiente agradável, térmico e acústico pelo material ser isolante.

Tabela 1 - Tabela de Custos dos tijolos

| | Tijolo de solo-cimento (25 x 12,5 x 6,5 cm) | Tijolo 6 furos cerâmico (9 x 14 x 19 cm) | Bloco estrutural (9 x 19 x 29 cm) |
|-------------------------------|--|---|--------------------------------------|
| Quantidade por m ² | 55 | 37 | 13,5 |
| Custo por unidade* | R\$ 1,05 | R\$ 0,40 | R\$ 1,45 |
| Custo por m ² | R\$ 57,75 | R\$ 14,80 | R\$ 19,58 |

Fonte: Weber (2017).

Segundo Weber (2017), um orçamento completo de execução de obra pode vir a mostrar a verdadeira economia do tijolo ecológico, que se dá no processo de utilização do mesmo, tempo de execução, praticidade, economia de materiais, economia de ferragens, eficiência energética, dentre outras inúmeras vantagens. Esta economia pode ser de 30% a 50% do valor total de uma obra de alvenaria com tijolos cerâmicos. Segundo Texeira (2012), a economia não vem só por que o produto não utiliza a queima de nenhum gás, mas sim da utilização de prensas manuais, sem ser elétrica. Esta aplicação do Tijolo Ecológico, além de contribuir para o meio ambiente por evitar a emissão de gases de efeito estufa no seu processo de fabricação, contribuirá maciçamente na economia do país, tendo em vista o reaproveitamento de materiais vegetais descartáveis, pois é um produto que possui as características de ser durável e resistente, além de baixo custo e alto potencial de aplicabilidade na construção civil no que se refere à construção de moradias populares (SANTOS; SUZART; SILVA-JUNIOR, 2013).

A quantidade de resíduos que são desperdiçados na construção civil está se tornando cada dia mais um grande problema. Olhando pelo lado econômico o tijolo ecológico se torna economicamente viável, pois sua matéria prima é de baixo valor e os demais componentes são de simples acesso. Sendo assim, o preço se torna mais acessível tanto para produção quanto para venda ao consumidor final (MOTTA, 2014). Segundo Pisani (2011), os benefícios de se utilizar produtos reciclados na composição do tijolo ecológico são os retornos referentes à aplicação na reciclagem, que podem ser economia de custos e o produto da venda de materiais reciclados. A economia de custos existe quando conseguimos diminuir os gastos com os materiais que compõe a construção de uma obra, a partir do melhor aproveitamento das matérias-primas e da eliminação das perdas (PISSANI, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas pesquisas realizadas para o desenvolvimento deste trabalho pode-se concluir que os dois tipos de tijolos oferecem muitos benefícios as construções civis, e os dois são práticos e fáceis de ser fabricados, sua viabilidade ambiental é muito grande pois evita a queima de gases e não gera resíduos que poluem a atmosfera, e o principal que seu principal ingrediente tem em abundância no planeta, tanto para o tijolo de adobe que utiliza a terra crua quanto para o ecológico que utiliza entulhos que são retirados da própria construção civil para fabricação dos mesmos, já no quesito econômico são tijolos baratos para a fabricação mas infelizmente para a compra dos mesmos pronto o custo por unidade pode se tornar 40% mais caro, mas em uma pesquisa a fundo vários projetos mostram que em um orçamento completo o custo desse tijolo pode cair 80% em relação à economia de outros materiais que não seriam utilizados com o tijolo ecológico.

AGRADECIMENTOS

Em nome do projeto “Estudo da viabilidade do tijolo ecológico e de adobe na construção civil” Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo fornecimento da bolsa de pesquisa, por meio do Artigo 170º do Programa de Bolsa Universitária de Santa Catarina – UNIEDU.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Beneditto et al. **Introdução à engenharia ambiental: O desafio do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2005.

BUSSOLOTI, Fernando **Como funcionam as construções com terra e Adobe**". Publicado em 27 de fevereiro de 2008 (atualizado em 17 de novembro de 2008). Disponível em <<http://ambiente.hsw.uol.com.br/Adobe.htm>>. Acesso em: 21 junho. 2020.

DOS SANTOS, Cristian et al. Tendências tecnológicas para o processo de preparação de compósito à base de solo-cimento e fibra de bananeira para fabricação de tijolos e tecnologias correlatas através da pesquisa em documentos de patentes. **Cadernos de Prospecção**, v. 6, n. 1, p. 36-44, 2013.

MACIEL, et al. **Análise Físico-Química do Tijolo Ecológico Refratário com Filito**. Disponível em: <<http://www.abq.org.br/cbq/2012/trabalhos/3/327-13765.html>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

MOTTA, Jessica Campos et al. Tijolo de Solo Cimento: Análise das características físicas e viabilidade econômica de técnicas construtivas sustentáveis. **e-xacta**, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p. 13-26, 2014.

PISANI, Maria Augusta Justi. **Um material de construção de baixo impacto ambiental: o tijolo de solo cimento**. São Paulo: Sinergia, 2005. p. 53-59.

SANTOS, Wagna. Piler Carvalho et al. Tendência tecnológica para o processo de preparação de compósito à base de solo-cimento e fibra de bananeira para fabricação de tijolos e tecnologias correlatas através da pesquisa em documentos de patentes. **Cadernos de Prospecção**, v. 6, n. 1, p. 36-44. 2013.

TEIXEIRA, Fernanda de Moraes, et al. O uso de resíduos Lignocelulosicos na produção de tijolos de adobe. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIAS PARA O MEIO AMBIENTE, 3., 2012, Bento Gonçalves. **Anais eletrônicos ...** Bento Gonçalves: Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: https://siambiental.ucs.br/congresso/getArtigo.php?id=155&ano=_terceiro. Acesso em: 20 jun. 2007

WEBER, Eduardo. **Análise da eficiência do tijolo ecológico solo-cimento na construção civil**. 2017. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Engenharia Civil) - Universidade Alto Vale Rio do Peixe, Caçador, 2017.

NÚMERO DE MULHERES QUE FAZEM O PRÉ-NATAL DE FORMA INTEGRAL, E OS FATORES QUE LEVAM MUITAS A NÃO REALIZAREM ESSE ACOMPANHAMENTO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC

Vinicius Ricieri Deitos, vini.deitos.dc@gmail.com
Tulio Dylan Eickoff Araújo, eickoff@hotmail.com
Lucas Felipe Wagner de Oliveira, lucassoluz@gmail.com

RESUMO

A assistência pré-natal é um acompanhamento da relação mãe/conceito no período gravídico-puerperal, tem por finalidade a promoção em saúde no quesito em dispor de informações para a mãe sobre sua saúde e a saúde de seu bebê e, ainda, a prevenção e diagnóstico precoce de doenças decorrentes da gravidez. Apesar de ser uma ferramenta que traz vários benefícios para a saúde da mãe e feto e ainda ser de fácil acesso, seja pela rede pública ou privada, observamos uma prevalência de casos de mães que não realizam nenhuma ou apenas algumas das consultas de pré-natal, não realizando assim o acompanhamento de forma integral. Objetivou-se, portanto, nesse projeto a elaboração de um levantamento de dados, referentes a quantidade de mulheres que realizaram o acompanhamento pré-natal de forma integral nos anos de 2014 a 2018 no município de Caçador-SC e, identificar os motivos pelos quais o acompanhamento não foi realizado integralmente, visando a elaboração de projetos e ações em promoção de saúde, que auxiliem os profissionais da saúde a alcançarem um número ainda maior de acompanhamentos integrais do pré-natal.

Palavras-chave: Assistência Pré-Natal. Gestantes. Gestação. Prevalência. Caçador. Cuidado Pré-natal.

INTRODUÇÃO

O cuidado pré-natal constitui um essencial mecanismo de atenção à saúde de gestantes durante e após o período gestacional. Procedimentos realizados na rotina da assistência pré-natal são relacionados a melhores desfechos e resultados perinatais. Segundo recomendações do Ministério da Saúde, a assistência pré-natal é incorporada por meio de métodos acolhedores; pelo desenvolvimento de ações de promoção e prevenção em saúde, sem intervenções desnecessárias; do diagnóstico e detecção precoce de patologias e de situações de risco gestacional; de estabelecimento de vínculo entre o pré-natal e o local do parto; e de facilidade de acesso a serviços de saúde de qualidade, desde o atendimento básico ao atendimento hospitalar de alta complexidade e risco (VIELLAS et al, 2014).

Importante salientar que o acompanhamento pré-natal, diversas vezes, caracteriza a primeira relação das mulheres com os serviços de saúde, em virtude disso, deve-se organizar de modo a auxiliar as suas reais necessidades, através da

aplicação de fundamentos técnicos científicos e dos métodos recomendados, em uma condição de processo humanizado. Entretanto, pesquisas a todo momento identificam problemas que prejudicam a sua qualidade e praticabilidade, como baixa abrangência, começo tardio, disposição imprópria das consultas ou quantidade inábil, execução inacabada dos processos recomendados e deficiência de esclarecimentos a respeito da maternidade indicada para a concepção (MENDES et al, 2020).

Segundo Rosa, Silveira, Costa (2014), a assistência pré-natal tem por finalidade a promoção da saúde materna e fetal, rastrear situações de agravo com aumento do risco e tratar intercorrências o mais rapidamente possível. Esse cuidado possibilita um melhor desfecho clínico e psicológico na gestação e no puerpério, reduzindo a morbimortalidade materno-infantil. No Brasil, o Ministério da Saúde, estabeleceu um protocolo com critérios mínimos a serem observados durante o acompanhamento pré-natal, visando garantir uma melhor qualidade da assistência às gestantes atendidas na rede pública de saúde (NUNES et al, 2016). De acordo com Pogliane et al (2014), o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) recomenda a realização de no mínimo seis consultas de pré-natal da detecção da gestação até o parto a termo, com início do acompanhamento ainda no primeiro trimestre da gestação, além de recomendar a realização de exames laboratoriais e clínico-obstétricos somados às orientações sobre aleitamento materno.

Grande parte das publicações de estudos mostram que a não realização do pré-natal, está diretamente relacionado a fatores socioeconômicos (baixa renda familiar e escolaridade), local de residência distante dos serviços de saúde e elevado custo para deslocar-se, precariedade dos cuidados em saúde e amparo social. Outras razões fortemente relacionadas são: idade materna (adolescência e idade avançada), falta de um companheiro, utilização de drogas lícitas e ilícitas durante a gravidez, multiparidade, não aceitação da gestação, falta de apoio da família, contextos sociais adversos, experiência ruins de atendimento e visão de descrença sobre o pré-natal (ROSA, SILVEIRA, COSTA, 2014).

É certo que a qualidade do cuidado pré-natal “impacta diretamente nos indicadores de saúde, contribuindo para a redução das taxas de morbimortalidade materna e perinatal”. Entretanto, com o aumento na incidência de casos de sífilis congênita e o fato de a causa mais frequente de morte materna ser causada por hipertensão arterial, evidenciam que, apesar de haver um aumento na taxa de cobertura do pré-natal, a qualidade dessa assistência ainda tem suas brechas com consequentes falhas (LIVRAMENTO et al, 2019). Mesmo com um aumento da taxa de cobertura e melhor qualidade da cobertura com quase universalidade do pré-natal, uma parte da população alvo não tem acesso a esse serviço, fator esse ligado ao nível de desenvolvimento do local onde essas gestantes residem, ao acesso a serviços de saúde e da organização do sistema de saúde. A não realização do pré-natal tem sido associada a resultados adversos no período gravídico-puerperal entre mães e recém-nascidos. Intercorrências como sífilis congênita, morte neonatal e prematuridade foram identificados por vários estudos com característica associação a não realização de pré-natal de forma adequada (ROSA; SILVEIRA; COSTA, 2014).

Objetivou-se nessa pesquisa contabilizar o número de mulheres que realizam o pré-natal do início ao fim de suas gestações, comparando os resultados obtidos com os dados disponíveis no site do Ministério da Saúde e com isso compreender os motivos pelos quais muitas delas deixam de fazer esse acompanhamento, os levantamentos disponíveis são dos anos 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, que é o ano mais atual disponível.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva, a qual busca compreender as causas que fazem com que as gestantes deixem de realizar o acompanhamento pré-natal. A metodologia a ser utilizada é de caráter misto, ou seja, qualitativa, pois tem como objetivo principal o recolhimento de dados e análise estatística, além de quantitativa, pois visa ainda a obtenção de uma análise subjetiva de um problema a ser interpretado pelo pesquisador.

Para a coleta de dados na cidade selecionada, será encaminhada a solicitação as UBSs, para a realização de um levantamento da quantidade de gestantes presentes no município, e quantas delas realizaram o número mínimo de consultas pré-natal considerado adequado, correlacionando com os dados disponíveis de anos anteriores.

RESULTADOS

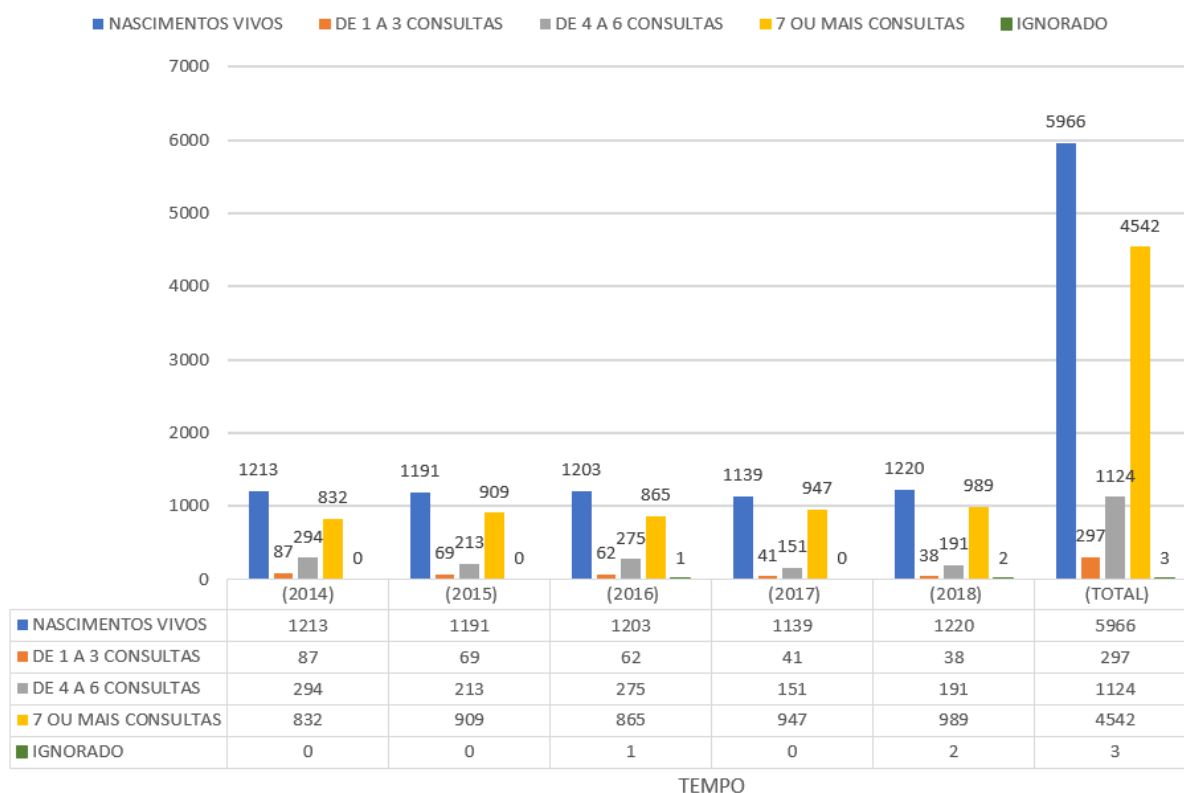
Com base nos dados do DataSUS e Ministério da Saúde, esboçamos um gráfico onde explicita a quantidade de consultas de pré-natal realizados na cidade de Caçador-SC. De acordo com os dados evidencia-se um número de 1421 gestantes que não realizaram o mínimo de 6 consultas pré-natal, correspondendo à aproximadamente 23,82% do total de nascidos vivos, considerado adequado pelo PHPN no período de 2014 a 2018, sendo 2018 os dados mais recentes realizados e disponibilizados no site. Há ainda a presença de três gestantes que não realizaram nenhum acompanhamento pré-natal, correspondendo à 0,05% do total de nascimentos nesse mesmo período.

Após pesquisas bibliográficas, constatamos que os principais fatores de não adesão ao pré-natal de forma integral, ou seja, mais de 6 consultas realizadas tanto na rede pública de saúde e/ou rede privada, são na maior parte das vezes relacionadas a questões socioculturais, entre elas, idade, presença ou não de parceiro, grau de escolaridade, aceitação da gestação por parte da gestante ou familiares, número de gestações, gerando um comodismo e tradições familiares. Há ainda a presença de questões extrínsecas alheios ao poder de escolha da gestante, como desigualdade regional e social, acessibilidade à rede de saúde, falta de apoio matricial e falta de acolhimento ou aceitabilidade dos profissionais da saúde, causando um desconforto na gestante e conseqüente abandono do acompanhamento.

Como fomos impossibilitados de irmos a campo para aplicar nossa pesquisa com questionário junto às gestantes, ficamos sem os dados referentes aos motivos de

abandono das consultas e ainda sem a atualização dos dados mais recentes, disponíveis nas UBSs, podendo apresentar dados de 2020 que era o intuito, com esses dados esperávamos encontrar resultados semelhantes aos expostos pelos autores.

Gráfico 1. Número de consultas pré-natal realizadas no município de Caçador-SC nos anos de 2014 a 2018.



Fonte: os autores.

CONCLUSÃO

Com o presente trabalho foi possível detectar que 1421 gestantes no município de Caçador, não realizaram o número mínimo de 6 consulta de pré-natal, durante o período de 2014 a 2018. Muitas dessas gestantes pecam nas questões do cuidado do pré-natal, por não conhecerem quais são os objetivos desse acompanhamento ou não se importarem com o valor dele.

REFERÊNCIAS

ROSA, Cristiane Quadrado da; SILVEIRA, Denise Silva da; COSTA, Juvenal Soares Dias da. Fatores associados à não realização de pré-natal em município de grande porte. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 48, n. 6, p. 977-984, Dec. 2014.

Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v48n6/pt_0034-8910-rsp-48-6-0977.pdf. Acesso em: 09 Abr. 2020.

LIVRAMENTO, Débora do Vale Pereira do et al. Percepções de gestantes acerca do cuidado pré-natal na atenção primária à saúde. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 40, e20180211, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rgenf/v40/1983-1447-rgenf-40-e20180211.pdf>. Acesso em: 09 de Abr. 2020.

VIELLAS, Elaine Fernandes et al. Assistência pré-natal no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. S85-S100, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v30s1/0102-311X-csp-30-s1-0085.pdf>. Acesso em: 09 de Abr. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Importância do pré-natal. **Biblioteca Virtual em Saúde**. 2016. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/dicas-em-saude/2198-importanciado-pre-natal>. Acesso em: 07 de maio, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **DATASUS**. Informações em saúde: estatísticas vitais: nascidos vivos 2018. Caçador (SC); s.d. [citado 2020 maio 07]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvSC.def>. Acesso em: 07 de maio, 2020.

ROCHA, Ivanilde Marques da Silva; BARBOSA, Vanilda Silva de Souza; LIMA, Anderson Luiz da Silva. **FATORES QUE INFLUENCIAM A NÃO ADESÃO AO PROGRAMA DE PRÉ-NATAL**. 2017. 09 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Centro Universitário Adventista de São Paulo, São Paulo, 2017.

MENDES, Rosemar Barbosa et al. Avaliação da qualidade do pré-natal a partir das recomendações do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 793-804, Mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n3/1413-8123-csc-25-03-0793.pdf>. Acesso em: 11 de Jun. 2020.

NUNES, Juliana Teixeira et al. Qualidade da assistência pré-natal no Brasil: revisão de artigos publicados de 2005 a 2015. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 252-261, June 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cadsc/v24n2/1414-462X-cadsc-24-2-252.pdf>. Acesso em: 08 Jun. 2020.

POLGLIANE, Rúbia Bastos Soares et al. Adequação do processo de assistência pré-natal segundo critérios do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento e da Organização Mundial de Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 7, p. 1999-2010, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v19n7/1413-8123-csc-19-07-01999.pdf>. Acesso em 11 jun. 2020.

INTERVENÇÃO FARMACÊUTICA COM ÊNFASE EM AMBIENTES HOSPITALARES

Ivan do Prado Ribeiro

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasilⁱ

Mariane Rafaela Seidel

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasilⁱⁱ

Resumo: *Objetivo:* comparar a prática de Intervenção Farmacêutica em diferentes ambientes da área da saúde, com ênfase em ambientes hospitalares. *Método:* realizado um estudo comparativo sobre a prática de IF em diferentes ambientes de saúde, com ênfase em ambientes hospitalares: Hospitais, Hospitais Especializados, Emergência, Unidades de Terapia Intensiva (UTI), Unidade de Cuidados à Idosos, e Unidade de Pronto Atendimento. Este estudo foi realizado através da revisão bibliográfica de artigos científicos. Foram avaliados os achados: Problemas Relacionados à Medicamentos (PRMs); principais medicamentos envolvidos com PRMs; intervenções farmacêuticas, incluindo conciliação medicamentosa; aceitabilidade das Intervenções Farmacêuticas; e impacto nos custos através da IF. *Resultados:* a maioria dos PRMs está relacionada à dose, e assim a maioria das Intervenções Farmacêuticas é para corrigir PRMs relacionados à dose. A conciliação medicamentosa foi evidenciada em alguns ambientes de saúde. Vários estudos descreveram a enoxaparina como importante medicamento relacionados aos PRMs. A aceitabilidade das IF pelos médicos e enfermagem, apresentou um bom resultado, demonstrando o impacto positivo dessa atividade. Da mesma forma, alguns estudos demonstraram que a IF traz economia para a Farmácia Hospitalar. *Conclusões:* o Farmacêutico possui papel fundamental ao realizar a Farmácia Clínica, com impacto na qualidade de vida do paciente e redução dos custos do Hospital.

Palavras-chave: Farmácia Clínica. Problemas Relacionados à Medicamentos. Intervenção Farmacêutica.

Introdução

A Farmácia Hospitalar (FH) fornece aos demais setores do Hospital serviços relacionados aos medicamentos. Uma de suas principais funções é a Farmácia Clínica, que tem como objetivo garantir um tratamento mais adequado, por meio das Intervenções Farmacêuticas (IF). O principal objetivo da IF é promover o uso racional de medicamentos, prevenindo os Problemas Relacionados aos Medicamentos (PRMs). O farmacêutico é o profissional que reúne as melhores condições para orientar o paciente sobre o uso correto dos medicamentos, esclarecer dúvidas e favorecer a adesão e sucesso do tratamento (MEDEIROS, MORAES, 2014).

Na prática das IF, podem ser realizadas várias atividades, destacando-se a conciliação medicamentosa, que consiste em uma avaliação dos medicamentos de uso contínuo do paciente no momento da internação, a fim de garantir a continuidade do tratamento, evitar erros com medicamentos no tratamento, e aumentar a segurança do paciente. Assim, a avaliação da prescrição médica previne os PRMs que são por sua vez, a principal causa de eventos adversos à saúde, como aumento no tempo de internação, morbidade, mortalidade e custos hospitalares (RIBEIRO et al, 2015).

De uma forma geral, os PRMs podem ser devido à Reações Adversas à Medicamentos (RAMs) ou a Erros de Medicação (EM) (BOTELHO, ROESE, 2017).

Entre as RAMs mais comuns, encontram-se às Interações Medicamentosas (IM) (ANDRADE et al, 2015).

A IF aplicada e elaborada pelo farmacêutico, e apresentada aos médicos e enfermagem, contribui com a instituição prestadora do serviço em um atendimento assistido direto ao paciente, a fim de evitar danos e comprometimento com a vida deste. Também tem uma parte significativa para o hospital e para o paciente em custos, que são refletidos pela diminuição do tempo de permanência, e uso do medicamento correto, na hora e pacientes certos.

O objetivo desse trabalho foi comparar a prática de IF em diferentes ambientes da área da saúde, com ênfase em ambientes hospitalares.

Metodologia da pesquisa

Foi realizado um estudo comparativo sobre a prática de Intervenção Farmacêutica e práticas relacionadas, em diferentes ambientes de saúde com ênfase em ambientes hospitalares, através de revisão bibliográfica de artigos científicos.

Os artigos escolhidos descrevem essas práticas nos seguintes ambientes: Hospitais Gerais, Hospital de Ensino, Hospital de Adultos com Especialidades, Hospital Oncológico, Unidade de Cuidados Hospitalares a Idosos, Emergências, Unidades de Terapia Intensiva (UTI), e Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Foram comparados diversos dados como: PRMs (eventos adversos com ênfase em interações medicamentosas, e erros de medicação); principais medicamentos envolvidos com PRMs; IF realizadas, incluindo conciliação medicamentosa; aceitabilidade das IFs; e impacto nos custos através da IF.

Resultados e discussão

Foi realizada uma revisão bibliográfica em artigos científicos, para comparar a prática de IF em ambientes de saúde, principalmente hospitalares.

No Brasil, a atividade do Farmacêutico Clínico ainda é pouco difundida, sendo que as decisões sobre a conduta terapêutica ainda são exclusivas do médico. Todavia, a complexidade das terapias medicamentosas e as evidências dos resultados de IF junto ao corpo clínico, reforçam a importância de uma assistência farmacêutica de qualidade. Dentre as atividades realizadas pelo farmacêutico clínico está a análise dos PRMs. O termo PRMs é frequentemente utilizado na Farmácia Clínica e pode estar relacionado às RAMs (BOTELHO, ROESE, 2017).

A maioria dos estudos evidenciou que a dose prescrita é o maior PRMs. Reis et al (2013), encontraram PRMs em 14,6% das prescrições em Hospitais de Ensino, destes 46,73% relacionados à dose (mais comum), 7,5% IM (menos comum).

Estudos realizados em UTIs tiveram resultados semelhantes. Medeiros e Moraes (2014) demonstraram que a maioria dos PRMs esteve relacionada à erros de medicação (EM), como tempo de infusão (38%), seguido de volume de diluição (36%), que afetam diretamente na dose do medicamento. Nesse estudo, as IM representaram 4% dos achados. Andrade et al (2015), descrevem ainda, que 2,9% das prescrições tem IM relevantes, e existe associação significativa em prescrições com mais medicamentos e gravidade das IMs encontradas. Esse último estudo foi realizado em um período de 2 anos, e demonstrou uma redução em 40% das IMs de um ano para outro, com significativa associação de IM identificadas e resolvidas pelo farmacêutico.

Aguiar et al (2018), encontraram em um Hospital e Oncologia, 4,5% das prescrições com PRMs, sendo a maioria, informações incompletas nas prescrições (36,1%), seguida de problemas de dose (32,1%).

Em uma UPA foram encontrados 7,22 PRMs por dia: 17,1% relacionados à dose; 48,4% IM e interações fármaco-nutriente. Nesse estudo houve uma diferença significativa, sendo a maioria dos PRMs devidos às IM (UPA - BOTELHO, ROESE, 2017). Esse resultado demonstra a necessidade nessa UPA, de ações do Farmacêutico Clínico, como a criação de protocolos para diminuir o índice de IM.

O estudo que demonstrou o menor número de PRMs, foi em Hospital do Reino Unido, onde os Farmacêuticos podem atuar como prescritores. Foram encontrados apenas 0,3% de erros em suas prescrições (BAQIR et al, 2015). Esse dado, demonstra que o profissional Farmacêutico possui conhecimento sobre medicamentos, podendo colaborar imensamente no trabalho de IF.

Com relação aos principais medicamentos envolvidos com PRMs, o estudo dos Hospitais de Ensino relata a ranitidina (28,44%), enoxaparina (13,76%), meropenem (8,26%) (REIS et al, 2015). Em estudo realizado em Hospital, a maior parte das IFs foram em antimicrobianos (43,5%), sendo especificamente os mais envolvidos: paracetamol (18%), enoxaparina (13%), amoxicilina+clavulanato (10%) (FALCÃO et al, 2014). Em outro estudo em emergência, 10,9% dos medicamentos envolvidos são de medicamentos potencialmente perigosos (anti-trombóticos, hipoglicemiantes orais; insulina; opióides; agentes imunossupressores) (PÉREZ-MORENO et al, 2017). Esses três estudos tem um achado em comum, a enoxaparina e outros agentes anti-trombóticos como representantes importantes de PRMs, mostrando a necessidade de IF, por serem medicamentos de alta vigilância (ou potencialmente perigosos).

Como a maioria dos PRMs dos ambientes de saúde em estudo está relacionada à dose, a maioria das IF também teve como objetivo corrigir a dose.

No estudo nos Hospitais de Ensino, 50,38% das IF foram para corrigir posologia (REIS et al, 2013). Em outro estudo em Hospital, 68,5% das IF foram avaliadas, sendo a IF mais aceita o ajuste de dose (58,1%) (FALCÃO et al, 2014). Leroy et al (2016), também estudaram as IFs em Hospital, com ênfase em fatores de risco dos pacientes. A taxa de IF foi significativamente diferente entre pacientes com e sem fatores de risco, 30,4% e 9,5% respectivamente. Como nos demais estudos, as ações dominantes foram ajuste de dose, destacando a IF em 43,5% de prescrições médicas em pacientes com RNI (Relação Normal Internacional) > 4, parâmetro laboratorial relacionado à atividade de coagulação (LEROY et al, 2016). Esse achado enfatiza a necessidade de uma maior Atenção Farmacêutica em pacientes que fazem uso de anticoagulantes, como a enoxaparina, como já destacado anteriormente.

Ribeiro et al (2015), desenvolveram um estudo em Hospital de Adultos com Especialidades, durante 3 anos, e encontrou no segundo ano de estudo, prevalência de ajuste de dose e posologia também (19%).

Em Hospital de Oncologia, as principais IF foram inclusão de informações (36,1%) e alteração de dose (29,9%) (AGUIAR et al, 2018).

Em Emergência, Pérez-Moreno et al (2017), registraram 64,4% das IFs relevantes, relacionadas aos medicamentos potencialmente perigosos, sendo a IF mais comum, troca do medicamento não disponível na padronização (19,1%). Ravn-Nielsen et al (2018), descreveram as IF em uma emergência com relação ao risco de readmissão, sendo 47,5% relacionadas à risco de readmissão.

Em UTI (Andrade et al, 2015), a maioria dos manejos identificados foi monitoramento dos sinais e sintomas relacionados às IMs (43,2%).

Em pesquisa em uma Unidade de Cuidados à Idosos, foram descritas 3 IF/ paciente, sendo encontradas em 14% dos casos, necessidade de adequação das prescrições por divergências ou prescrição incompleta na posologia (14%) (VIANA, ARANTES, RIBEIRO, 2017).

Uma das atividades fundamentais da IF, é a conciliação medicamentosa. Em Hospital de Adultos com Especialidades, em um dos três anos de estudo, foi realizada a conciliação medicamentosa em 20% das prescrições (RIBEIRO et al, 2015). Em estudo realizado em 3 Hospitais, onde o Farmacêutico atua também como prescritor no Reino Unido, na maioria das prescrições (68,1%) foi feita na conciliação medicamentosa (BAQIR et al, 2015). Em Emergência, 67,2% das IF estiveram relacionadas à conciliação medicamentosa (PÉREZ-MORENO et al, 2017).

Todos os estudos em todos os ambientes de saúde apresentaram uma boa aceitabilidade das IFs: 100% em UTI (MEDEIROS, MORAES, 2014); 98% em Hospital de Oncologia (AGUIAR et al, 2018); 88% em Hospital com Especialidades (RIBEIRO et al, 2015); 76,32% em Hospitais de Ensino (REIS et al, 2013); 79% para pacientes com fatores de risco e 71% sem fatores de risco em Hospital (LEROY et al, 2016); 64,3% aceitas, 28,5% não aceitas e 7,2% aceitas verbalmente em Unidade de Cuidados de Idosos (VIANA, ARANTES, RIBEIRO, 2017); 53% em outro Hospital (FALCÃO et al, 2014). O aumento na aceitabilidade está no entendimento do farmacêutico como profissional na terapia medicamentosa e na segurança do uso dos medicamentos (RIBEIRO et al, 2015). O ambiente de saúde com maior aceitabilidade foi a UTI, e esse fato pode estar relacionado com uma maior facilidade de trabalho Multidisciplinar, que é prática mais comum nesse setor. No estudo de Andrade et al (2015), também em UTI, houve um aumento de 19% de aceitabilidade dos médicos de 2008 para 2009.

Além dos impactos na qualidade de vida do paciente, a IF tem um importante impacto nos custos. Isso pôde ser verificado por Aguiar et al (2018), em Hospital de Oncologia, que obteve uma economia de R\$ 126,78 por paciente, com a IF. Na Unidade de Cuidados de Idosos, 12,7% das IFs estiveram relacionadas à economia diante da promoção do uso racional de medicamentos (VIANA, ARANTES, RIBEIRO, 2017). Em UTIs por exemplo, os gastos com medicamentos chegam em 38%, os mais onerosos são definidos para estas unidades, por isso se torna mais a importância do farmacêutico no âmbito da farmacoeconomia (MEDEIROS, MORAES, 2014).

Considerações finais

O farmacêutico é o profissional ideal para analisar medicamentos e identificar PRMs. A não identificação dos PRMs, faz com que a medicação não tenha um efeito esperado, tanto para o paciente, quanto para o Hospital, refletindo em altos custos.

O farmacêutico vem conquistando espaço no ambiente hospitalar, devido à sua atenção direcionada para o paciente, no tratamento adequado e seguro. Assim, a IF torna-se ferramenta essencial para detectar PRMs que possam colocar a vida do paciente em risco.

Referências

AGUIAR, Karina da Silva; SANTOS, Jamile Machado dos; CAMBRUSSI, Mônica Cristina; PICOLOTTO, Solane; CARNEIRO, Marcela Bechara. **Segurança do**

paciente e o valor da intervenção farmacéutica em um hospital oncológico. Einstein (São Paulo). 2018;16(1):1-7

ANDRADE, Tâmara Natasha Gonzaga de; SILVESTRE, Carina Carvalho; CUNHA, Luiza Correia; SILVA, Daniel Tenório da; MARQUES, Tatiane Cristina; FILHO, Alfredo Dias Oliveira; Jr, Divaldo Pereira Lyra De Andrade et al. **Pharmaceutical intervention assessment in the identification and management of drug interactions in an intensive care unit.** / journal of Applied Pharmaceutical Science 5 (01); 2015: 013-018

BAQIR, Wasim; CREHAN, Olga; MURRAY, Richard; CAMPBELL, David; COPELAND, Richard Baqir W. et al. **Pharmacist prescribing within a Uk NHS hospital trust: nature and extent of prescribing, and prevalence of errors.** Eur J Hosp Pharm 2015;22:79-82. doi:10.1136/ejhpharm-2014-000486

BOTELHO, Joicy de Almeida; ROESE, Fabiana Mesquita. **Intervenções Realizadas Pelo Farmacêutico em uma Unidade De Pronto Atendimento Médico.** Ver. Bras. Farm. Hosp. Serv. Saúde São Paulo v.8 n. 1 34-36 jan./mar. 2017

FALCÃO, Fátima; VIEGAS, Erica; LOPES, Carla; BRANCO, Rita; PARRINHA, Ana; ALVES, Marina Lobo; LEAL, Filipa; PINA, Vanessa; MADUREIRA, Brenda; CAVACO, Patrícia; SANTOS, Sofia; CARREIRA, Sandra Falcão F. et al. **Intervenções farmacêuticas hospitalares em um hospital central.** Eur j Hosp Pharm 2014;0: 1-4. doi: 10. 1136/ejhpharm-2014-000491

MEDEIROS, Renata Daniele do Amaral; MORAES, Juliana Pryston. **Intervenções Farmacêuticas em Prescrições Médicas na Unidade de Terapia Intensiva.** Rev. Bras. Farm. Hosp. Serv. Saúde São Paulo v.5 n.2 26-29 abr./jun. 2014

MORENO, Maria Antonia Pérez; CAMACHO, Juan Manuel Rodríguez; HERNANZ, Beatriz Calderón; DÍAZ, Bernardino Comas; TORRAS, Jordi Tarradas Pérez-Moreno MA, et al. **Clinical relevance of pharmacist intervention in an emergency department.** Emerg Med J 2016;0:1-7. doi:10.1136/emered-2015-204726

REIS, Wáleri Chistini Torelli; SCOPEL, Carolinne Thays; CORRER, Cassyano Januário; ANDRZEJEVSKI, Vânia Mari Salvi. **Análise Da Intervenções De Farmacêuticos Clínicos em um Hospital De Ensino Terciário Do Brasil.** Einstein 2013;11(2):190-6

RIBEIRO, Valeska Franco; SAPUCAIA, Kise Carvalho Guimarães; ARAGÃO, Larissa Almeida Oliveira; BISPO, Ibera Catarina Da Silva; OLIVEIRA, Vanessa Freitas; ALVES, Bruna Laranjeira. **Realização De Intervenções Farmacêuticas Por Meio De uma Experiência em Farmácia Clínica.** Ver. Bras. Farm. Hosp. Serv. Saúde São Paulo v.6 n.4 18-22 out./dez. 2015

VIANA, Stéphanie de Souza Costa; ARANTES, Tiago; RIBEIRO, Sabrina Corrêa da Costa. **Intervenções do farmacêutico clínico em uma Unidade de Cuidados Intermediários em foco no paciente idoso.** einstein. 2017;15(3):283-8

Submissão: 05/05/2020

Aprovação:

-
- ⁱ Acadêmico 5ª Fase do Curso de Farmácia UNIARP. Email: ivanpribeiro23@gmail.com
- ⁱⁱ Farmacêutica Especialista em Microbiologia, Saúde Pública, Citopatologia Oncótica e Análises Clínicas. Professora do Curso de Farmácia UNIARP. Email: marianeseidel@yahoo.com.br

PROPORÇÃO DE GESTANTES COM PELO MENOS SEIS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL REALIZADAS NUMA DETERMINADA UBS DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA

Jackson de Moura, jmoura6moura@hotmail.com¹

Matheus Lutt Lourenço, m.lutt@live.com¹

Neila Dutra Tonello, neila.dt@hotmail.com¹

Solange de Bortoli Beal, solangebeal@yahoo.com.br²

Emyr Hiago Bellaver, hi.agobellaver@hotmail.com³

¹Acadêmicos do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

²Professora do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

³Coordenador adjunto do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

RESUMO

Indicadores de saúde designam informações relevantes sobre determinados fatores e atributos do estado de saúde de um indivíduo, bem como do desempenho do sistema de saúde. Em conjunto, todos os indicadores devem refletir a situação sanitária de uma população e servir para a vigilância das condições de saúde. No ano de 2019, o Ministério da Saúde, através da Portaria N° 3.222, no âmbito do Programa Previne Brasil, dispõe sobre o pagamento por desempenho a ser observado na atuação das Equipes de Saúde da Família (ESF) e Equipes de Atenção Primária (EAP). Nesse sentido, objetivou-se deste estudo, analisar o indicador de proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 20ª semana de gestação de uma determinada Unidade Básica de Saúde, localizada num município do Meio Oeste catarinense, através da análise de dados do sistema de saúde do município. Inferiu-se que na Unidade Básica de Saúde onde foi realizado o estudo, 28 mulheres estavam no primeiro trimestre de gestação e dessas, 21 fizeram ao menos uma consulta, ou seja, uma abrangência foi de 75%, atingindo o mínimo previsto. Já no segundo trimestre de gestação havia 9 gestantes sendo que apenas 1 realizou duas consultas de pré-natal, como é preconizado pelo Ministério da Saúde. O acompanhamento pré-natal é importante, pois aponta a qualidade do desenvolvimento fetal e, também, a saúde materna.

Palavras-chave: Pré-natal; Sistema Único de Saúde; Gestantes.

INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde estabeleceu o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento através da Portaria N° 570, de 10 de junho de 2000 (BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2000). O programa define como pré-natal a assistência médica e de enfermagem à mulher no período gestacional. As consultas realizadas apresentam um papel fundamental na prevenção e promoção de saúde tanto ao feto quanto à gestante no período gravídico-puerperal. Nesse sentido, durante as consultas são repassadas informações sobre hábitos de vida como alimentação e exercícios físicos, cuidados com o recém-nascido, e exames complementares os quais tem como finalidade a captação precoce de malformações fetais e riscos materno-fetal (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

O pré-natal é classificado como de risco habitual e alto risco pelo Ministério da Saúde. O primeiro é destinado a gestantes que não apresentam doenças crônicas

e/ou comorbidades que podem ser agravadas durante o período gestacional, enquanto que no segundo encontram-se as mulheres com doenças crônicas como diabetes, hipertensão arterial, lúpus, doenças neurológicas, psiquiátricas e cardíacas, ou infecções como o vírus da imunodeficiência humana, hepatites e infecções bacterianas; gestantes com idade superior a 35 anos; dependentes de drogas ilícitas ou lícitas (BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012a).

No pré natal de risco habitual, durante o exame clínico da gestante, parâmetros como peso, pressão arterial, altura uterina e batimento cardíaco fetal devem ser analisados pelo profissional da saúde. Os encontros com os profissionais da saúde devem acontecer mensalmente até a 28ª semana, quinzenalmente da 28ª a 36ª semana e de forma semanal até a 41ª semana de gestação (BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012b). Enquanto nas consultas de alto risco, o profissional médico ou de enfermagem que acompanha a gestantes deve analisar as medicações e condutas a serem seguidas durante o período de gestação e puerpério. Ainda, são classificadas como gestantes de alto risco aquelas com abortos repetidos, descolamento prévio de placenta ou aquelas que, no decorrer da gestação, desenvolveram quadros de pré-eclâmpsia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Diante do exposto, este trabalho visa analisar o número de consultas de pré-natal, realizadas por gestantes até a vigésima semana de uma unidade básica de saúde de uma cidade situada no Meio Oeste catarinense entre o período correspondente a setembro de 2019 até abril de 2020.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo quali-quantitativo onde as informações quantitativas serão coletadas a partir da análise do Sistema de Informação do município o qual é integrado com as informações do SISPRENATAL, programa organizado pelo governo federal, além de informações pertinentes coletadas diretamente dos registros de controle de assiduidade contidos nos registros da Unidade Básica de Saúde (UBS). A coleta de dados foi realizada no período entre setembro de 2019 a abril de 2020 e análise dos mesmos será realizada após interpretação dos dados comparando-os com as informações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde acerca do tema proposto.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Evidências recentes indicam que uma maior frequência de contatos pré-natais por mulheres e adolescentes está associada a uma menor probabilidade de natimortos. Isso ocorre devido ao aumento de oportunidades de detecção e gestão de possíveis patologias e malformações. Um mínimo de oito consultas pré-natal pode reduzir as mortes perinatais em até 8 por 1.000 nascimentos, em comparação com um mínimo de quatro consultas (WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION, [s.d.]).

É indubitável a importância de exames físicos e clínicos para assegurar saúde tanto da gestante quanto do feto, quando apresentam risco habitual; entre eles estão os exames complementares que no primeiro trimestre consistem na determinação da glicemia de jejum, para investigação de diabetes gestacional e avaliação de doenças como hepatite B, toxoplasmose, HIV, rubéola e sífilis utilizando amostras de sangue total ou soro. Outro exame realizado com amostra de sangue total é a tipagem sanguínea para a determinação do fator Rh da mãe e hemograma que avalia a quantidade e o aspecto morfológico das células sanguíneas. Os exames de urina são

utilizados para detectar infecção urinária algo comum durante a gestação. O ultrassom obstétrico é indicado para confirmar a cronologia da gestação e, também, pode ser usado para diagnóstico de doenças cromossômicas ou malformações, ao passo que o papanicolau é importante para detectar câncer de colo de útero (DE ALMEIDA BASTOS et al., 2013).

No segundo trimestre, os testes rápidos para detecção de IST's são repetidos, e se necessário, o de toxoplasmose, bem como a coleta de sangue para hemograma e a determinação glicêmica, sendo que o teste de tolerância oral a glicose também pode ser solicitado quando a glicemia sérica apresenta alterações, neste período também há verificação da saúde do feto pelo ultrassom obstétrico morfológico (BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013; UNA-SUS/UFMA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2015).

Devido possíveis falhas na operacionalização do sistema de saúde da gestante e a elevadas taxas de morbi-mortalidade materna e infantil, sobretudo a neonatal fez-se necessário criar uma rede de apoio a gestante, a Rede Cegonha. Tal programa assiste a gestante desde o planejamento da gravidez ao pós-parto de forma segura e humanizada, assegurando o acolhimento e ampliação do acesso vinculando a gestante a uma UBS (UNA-SUS/UFMA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2015)

O novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS), instituído pela Portaria Nº 3.222, é regido de acordo com 7 Indicadores de Saúde, entre eles a proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natais realizadas, sendo 1ª até a 20ª semana de gestação. O programa tem como base a arrecadação de recursos a partir dos procedimentos realizados nas Unidades Básicas de Saúde dos municípios (BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Frente ao indicador já citado, a análise dos dados disponibilizados pela Secretaria de Saúde do Município, inferiu-se que na Unidade Básica de Saúde onde foi realizado o estudo, 28 mulheres estavam no primeiro trimestre de gestação e dessas, 21 fizeram ao menos uma consulta, o que mostra uma abrangência de 75% (Tabela 1), atingindo o mínimo previsto. Já no segundo trimestre de gestação (Tabela 2) haviam 9 gestantes sendo que apenas 1 realizou duas consultas de pré-natal, como preconizado pelo Ministério da Saúde.

Tabela 1: Análise das consultas de pré-natal realizadas no primeiro trimestre de gestação.

| Número de consultas no primeiro trimestre da gestação | | | |
|--|-------------------|----------------------------|------------------------------|
| <i>Consultas</i> | <i>Frequência</i> | <i>Frequência relativa</i> | <i>Frequência absoluta %</i> |
| <i>1 consulta</i> | 21,00 | 0,75 | 75,00 |
| <i>2 consultas</i> | 3,00 | 0,11 | 10,71 |
| <i>3 consultas</i> | 3,00 | 0,11 | 10,71 |
| <i>4 consultas</i> | 1,00 | 0,04 | 3,57 |
| Total | 28,00 | 1,00 | 100 |

Tabela 2: Análise das consultas de pré-natal realizadas no segundo trimestre de gestação.

| Número de consultas no segundo trimestre da gestação | | | |
|--|-------------|---------------------|-----------------------|
| Consultas | Frequência | Frequência relativa | Frequência absoluta % |
| 1 consulta | 8,00 | 0,89 | 88,89 |
| 2 consultas | 1,00 | 0,11 | 11,11 |
| 3 consultas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4 consultas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 9,00 | 1,00 | 100 |

CONCLUSÃO

Ao analisar as tabelas notou-se que as gestantes atendem a orientação do Ministério da Saúde que é de pelo menos uma consulta no primeiro trimestre da gestação, contudo, no segundo trimestre observou-se que a maioria das pacientes ainda está em débito no cumprimento da frequência das consultas. Vale ressaltar que o grupo de gestantes estudado nessa pesquisa apresentava no máximo 20 semanas de gestação, faltando ainda 6 semanas para completar o segundo trimestre. Sendo assim, esse estudo mostra que a Unidade de Saúde atende aos critérios propostos pelo Ministério da Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 570, de 01 de junho de 2000: Institui o Componente I do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento - Incentivo à Assistência Pré-natal no âmbito do Sistema Único de Saúde.** Brasília - DF: [s.n.]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0570_01_06_2000_rep.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos de Atenção Básica nº 32: Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco.** Brasília - DF: Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica., 2012a.

BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Gestação de Alto Risco: Manual Técnico.** 5. ed. Brasília - DF: Editora do Ministério da Saúde, 2012b.

BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Nota Técnica nº5/2020-DESF/SAPS/MS: Indicadores de pagamento por desempenho do Programa Previne Brasil (2020).** Brasília - DF: [s.n.].

DE ALMEIDA BASTOS, G.; SOARES ARAGÃO, J. C.; M. S. MEIRELLES, R.; BATISTA DE O ROQUE, J.; PIMENTA, M. Ultrassonografia obstétrica como ferramenta didática no rastreamento de patologias fetais. **Revista Práxis**, v. 4, n. 8, 15 mar. 2013.

UNA-SUS/UFMA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Redes de atenção à saúde: a Rede Cegonha.** Maranhão: Universidade Federal do Maranhão. UNA-

SUS/UFMA, 2015.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Pregnant women must be able to access the right care at the right time, says WHO.** Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/detail/07-11-2016-pregnant-women-must-be-able-to-access-the-right-care-at-the-right-time-says-who>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Implantação de Centro de Inovação na Cidade de Caçador-SC

Giana Cristina da Silva¹

Cláudio Antônio Klaus Júnior²

RESUMO

A compreensão contemporânea de inovação leva em consideração um ecossistema, ou uma rede integrada, para a fomentação de iniciativas inovadoras. O Governo do Estado de Santa Catarina e suas agências e fundações relacionadas ao tema, lançaram o Programa Catarinense de Inovação, tendo como uma de suas iniciativas a criação de Centros de Inovação em âmbito estadual. O município de Caçador, manifestando-se como polo da indústria e com um amplo histórico de fomento à iniciativas de empreendedorismo, é uma das cidades onde um Centro está em processo de implantação, a denominação do Centro de Inovação no município de Caçador é Inova Contestado. O Centro de Inovação Inova Contestado realizou nos anos de 2019 e 2020 diversas ações e coloca-se no ecossistema local como instituição de implantação e apoio nas iniciativas de inovação na cidade e região.

Palavras-chave: Centro de Inovação. Caçador. Empreendedorismo local.

O presente trabalho tem como objetivos: 1. Descrever a iniciativa do Governo do Estado de Santa Catarina quanto à abertura de Centro de Inovação; 2. Apresentar a cidade de Caçador e dados demográficos; 3. Brevemente apresentar sobre os aspectos do município relacionado ao empreendedorismo e inovação e as iniciativas ocorridas no passado; 4. Apresentar o Centro de Inovação de Caçador, Inova Contestado. Desenvolvido através de uma pesquisa básica e revisão bibliográfica.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, devido à maior conscientização sobre a importância da inovação, esta foi incluída na agenda política da maioria dos países desenvolvidos. Inicialmente, se pensava que o progresso tecnológico era obtido através de um processo linear simples. Atualmente, o novo pensamento sobre inovação fez surgir a importância dos sistemas, uma abordagem mais integrada de formulação e implantação de políticas ligadas à inovação. Nesse contexto está inserido o desenvolvimento de ecossistemas de inovação – organismos dinâmicos que criam, consomem e transformam conhecimento e ideias em produtos inovadores (SCHREINER, 2017).

No ano de 2008 o Estado de Santa Catarina publicou a Lei nº 14.328, dispondo sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Estado de Santa Catarina. A lei conhecida como “Lei

¹ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Itajaí (2012) e especialização em MBA Gestão de Projetos em Engenharias e Arquitetura pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação(2018). gianasilva@gmail.com.

² Graduando em Direito pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e Relações Internacionais no Centro Universitário UNINTER. juniorklaus8@gmail.com.

Estadual da Inovação”, deu continuidade a um processo de fomentação da inovação no Estado (SANTA CATARINA, 2008). Com a meta de fomentar a inovação,

[...] o Governo do Estado, ao lado das diversas entidades de alcance estadual, propõe um alinhamento de propósito e uma aliança entre as instituições e pessoas que desejam transformar Santa Catarina no estado mais inovador da América Latina até 2030 (SANTA CATARINA. 2017. P.40).

Alinhado com estas iniciativas, lançado em 18 de março de 2014, o Programa Catarinense de Inovação (PCI) tem coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação (FAPESC), a Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina (FIESC) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE/SC).

Integrando o PCI, foi criado o projeto Centros de Inovação, em diferentes regiões do Estado, com o objetivo de estes se tornarem o principal elemento articulador e promotor de ecossistemas de inovação e empreendedorismo, além de fomentarem a criação de negócios inovadores com alto potencial de crescimento (SCHREINER, 2017).

Os Centros de Inovação estão sendo implantados em 15 municípios: Lages, São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, Blumenau, Itajaí, Tubarão, Chapecó, Joaçaba, Joinville, Criciúma, Florianópolis, Rio do Sul, Brusque, Videira e Caçador; e funcionarão regionalmente, abrigando aceleradoras de empresas, incubadora, laboratórios de pesquisa, de capacitação e de consultoria para novos negócios. O Governo do Estado disponibilizou um "Guia de implantação do Centro de Inovação em 25 passos" e tal documento é base para a implantação dos centros (SCHREINER, 2017).

Há mais de 30 anos que a comunidade voltada à tecnologia e inovação em Santa Catarina vem trabalhando e incentivando o desenvolvimento de um ecossistema empreendedor. A iniciativa empreendedora é uma realidade nas mais diversas partes do estado (SCHREINER, 2017).

O Município de Caçador está situado no meio oeste de Santa Catarina, estabelecido como município em 25 de março de 1934. Sua população é estimada em 70.762 habitantes, de acordo com o censo de 2010, realizado pelo IBGE. A história do município é pautada pelo empreendedorismo nos mais diversos setores e pela presença de grandes indústrias. Para os fins deste trabalho apresentar-se-á uma breve história das empresas, iniciativas e instituições fomentadoras do empreendedorismo no município.

Endossando o histórico empreendedor do município, no dia 02 de fevereiro de 1941, empresários reuniram-se no Clube 7 de Setembro em Caçador, para a criação da Associação Comercial de Caçador – que hoje é Associação Empresarial de Caçador - ACIC. A entidade, primeiramente serviu aos interesses dos grandes madeireiros de Caçador.

A Fundação de Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico de Caçador (FETEC) foi criada em 1995 pela Prefeitura Municipal de Caçador, tratando-se de

uma sociedade civil de caráter técnico-científico e comunitário, sem fins lucrativos, filantrópica, com personalidade jurídica de direito privado, dotada de autonomia administrativa, disciplinar, financeira e patrimonial, destinada a fomentar a expansão empresarial e tecnológica no Município de Caçador (HULSE e PASOLD, 2018).

A FETEC coloca-se a atribuição de mantenedora do Parque Tecnológico e Empresarial (PET). Em cinco anos de existência a FETEC alojou cerca de 40 empresas das diversas áreas da economia. Em pesquisa realizada por Baldissera (2000), notou-se que no momento da criação do PET havia um entusiasmo muito grande em torno da ideia e o poder público municipal assumiu responsabilidades e viabilizou a sua instalação (BALDISSERA, 2000).

Assim o município de Caçador mostra que, de forma orgânica em sua história, buscou e continua buscando ter um modelo de universidade-indústria-governo, que formam uma “hélice tríplice”, que é atualmente um modelo reconhecido internacionalmente e evoluindo para a “quádrupla hélice” com a participação da sociedade civil organizada. Assim interações e relacionamentos universidade-indústria-governo fornecem uma metodologia quase ideal para o empreendedorismo e a inovação, movendo a pesquisa/conhecimento para o campo da prática/uso (ETZKOWITZ e ZHOU, 2017).

No ano de 2018, iniciaram-se as tratativas para a implantação de um programa de incentivo à inovação no município de Caçador. Inicialmente como Rede de Inovação de Caçador, o Inova Contestado (nome escolhido coletivamente, sugerido por um dos integrantes do grupo de trabalho e escolhido em votação) aparece como uma rede criada para unir o poder público, as instituições de ensino, as empresas e comunidade civil organizada (associações, entre outras), com a intenção de implantar iniciativas de inovação na cidade e região. A primeira reunião do grupo aconteceu em Dezembro de 2019 na Reitoria da Uniarp. Logo após o início dos trabalhos, viu-se a possibilidade da criação de um Centro de Inovação e os trabalhos do Inova Contestado foram encaminhados neste sentido. Em 15 de junho de 2019, foi realizada a primeira reunião do Comitê de Implantação do Centro de Inovação de Caçador.

O Centro de Inovação Inova Contestado realizou nos anos de 2019 e 2020 mais de diversas ações para apoio aos empreendedores, de fomento aos novos empreendedores e encorajamento para aqueles com ideias inovadoras. Em 2019 pode-se destacar a realização do *Hackathon*, do *Meetup* ContestÁgil e do Evento Criativo para definição do DNA do Inova Contestado e a formatura da primeira turma do *Cocreation Lab Contestado* (pré-incubação).

O 1º *Hackathon Inova Contestado* aconteceu em maio de 2019, durante a Expo Caçador, no Parque das Araucárias. A atividade foi organizada pela rede Inova Contestado, com apoio da Fapesc (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina), Prefeitura de Caçador, IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina), Uniarp (Universidade Alto Vale do Rio do Peixe), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). O *Hackathon* tratou-se de uma maratona tecnológica que buscou resolver problemas através de iniciativas inovadoras. Diversas equipes se



inscreveram para o desafio. A ideia vencedora foi a solução proposta pela equipe Devstorm (formada por Jéssica Duarte, Clemerson Medeiros, Stefanie Scharf, Daniele Muller e Josi Stecheleinn) denominada “Me Ouça”.

O ContestÁgil tratou-se de um *Meetup* sobre métodos de gestão ágeis. Foram duas palestras: “A importância da definição estratégica do negócio para impulsionar projetos de TI” com Luciano Antonio Rossete, gerente de TI na empresa Adami S/A e “Métodos ágeis é somente para áreas de TI? ”, com Carlos Baldissera, profissional atuante na área de TI há mais de 10 anos. O evento foi realizado com apoio da UNIARP, ACIC, Prefeitura de Caçador e Alfa Transportes.

O *Cocreation Lab Contestado* é uma pré-incubadora que visa desenvolver o empreendedorismo e transformar ideias em negócios. Ela está conectada a Rede *Cocreation Lab* que utiliza a metodologia *TXM Business* de pré-incubação, uma metodologia reconhecida pelo Sebrae. Na primeira turma foram 11 projetos que tiveram a oportunidade de receber formação por mais de 5 meses.

Em novembro de 2019, o Programa de Pré-Incubação de Ideias Inovadoras – NaSCer, foi lançado como uma parceria da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE-SC), para fomentar a pré-incubação no estado. Caçador foi uma das 15 cidades contempladas para receber o programa que está em funcionamento dentro do Centro de Inovação e assim manter as atividades do *Cocreation Lab Contestado* na segunda e em breve terceira turma.

Assim, destaca-se que a implantação de um Centro de Inovação possibilita uma maior disseminação de atividades empreendedoras permitindo o intercâmbio de experiências entre empreendedores que estão no mercado por um longo período juntamente com novos empreendedores e pessoas com ideias inovadoras. Assim, tal instituição coloca-se no centro de um ecossistema local de inovação que permite a todos os atores um troca de experiências e a realização de atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIC. **Sobre nós**. Disponível em: <http://portalacic.com.br/sobre-nos>. Acesso em: 28 mai. 2020.

BALDISSERA, Idovino. **Incubadoras de empresas: as experiências do alto e médio Vale do Rio do Peixe**. Dissertação (Mestrado em Administração), Departamento de Administração, Florianópolis, 2000. 117 f. Universidade Federal de Santa Catarina.

ETZKOWITZ, H, & ZHOU, C. (2017). Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, 31(90), 23-48. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003>

HULSE, L., & PASOLD, C. (2018). **Práticas associativas em prol da sustentabilidade em Caçador, Santa Catarina, Brasil**. Revista Justiça do Direito,



32(1), 170-187. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rjd.v32i1.8114>. Acesso: 25 mai. 2020.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Guia de Implantação dos Centros de Inovação: Livro I - conceito e fundamentos** / Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável. - Florianópolis: SDS, 2017.

SANTA CATARINA. **LEI Nº 14.328, de 15 de janeiro de 2008**. Disponível em: http://www.fapesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/03092009lei_inovacao.pdf. Acesso em: 28 mai. 2020.

SCHREINER, Tatiana. **Os Processos de Liderança na Implantação de um Centro de Inovação a partir da Perspectiva Construcionista**. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento), 2017. 195 f. Universidade Federal de Santa Catarina.



A PRÁTICA DO EXAME FÍSICO PELOS ENFERMEIROS (A) S DE UM HOSPITAL GERAL DA REGIÃO DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA

Michele Lazari: micheleedemilson@hotmail.com;

Dayane Carla Borille: dborille.db@gmail.com;

RESUMO

Processo de enfermagem é realizado em cinco etapas, inter-relacionadas, interdependentes e recorrentes. Essas etapas são: anamnese, composto pelo histórico e exame físico, diagnóstico de enfermagem, plano de cuidados de enfermagem, prescrição de enfermagem e avaliação. A resolução do COFEN nº 358/2009, considera que o Processo de Enfermagem, é atividade privativa do enfermeiro (a). O presente estudo consiste em uma pesquisa de caráter exploratório seguindo o método quantitativo que teve como principal objetivo identificar a prática do profissional enfermeiro (a) sobre a realização do exame físico em um hospital geral de pequeno porte no meio oeste de Santa Catarina, sendo realizado nos meses de janeiro a março de 2020. A população foi composta de todas as 07 profissionais enfermeiras. A coleta de dados se deu por meio de questionário 16 questões abertas e fechadas, aplicadas no local de trabalho seguindo critérios éticos da UNIARP. Foi possível concluir que as participantes exercem atividades em todo o hospital não se restringindo a um único setor, o que pode explicar a execução parcial do exame físico.

Palavra-chave: Prática do Enfermeiro (a); Exame Físico; Processo de Enfermagem.

1 INTRODUÇÃO

A Enfermagem é a profissão regulamentada pela Lei do Exercício profissional nº 7.498/1986 que determina as atividades privadas do Enfermeiro. Entre elas está o Processo de Enfermagem. O processo de Enfermagem é constituído por cinco etapas: anamnese, diagnóstico de Enfermagem, plano de cuidados, prescrição e evolução de Enfermagem (COFEN, 2017).

A anamnese, também conhecida como coleta de dados é a etapa inicial e mais importante no processo de Enfermagem. Se ela não é bem-sucedida os Enfermeiros perdem o controle sobre etapas posteriores do processo. Sem a coleta de dados adequada, não há diagnóstico de Enfermagem. É por meio dela que o profissional de saúde, identifique os problemas, determine diagnósticos, planeje e implemente a sua assistência (NANDA, 2015).

O exame físico faz parte da coleta de dados, ou seja, da anamnese, ao realizar o exame físico deve-se utilizar as competências técnicas como a inspeção, palpação, percussão e ausculta. Assim é importante refletir o respeito dessas habilidades, como finalidade, desencadear dados no decorrer do processo, cuidado do ser humano assistido. O sujeito assistido precisa ser considerado como parte do cuidado humanizado (SILVA, TEIXEIRA; 2011)



Depois de realizar a anamnese e de completar o exame físico, o Enfermeiro deve condensar, organizar e registrar os dados, os problemas identificados no diagnóstico de Enfermagem e a partir dele elaborar então o plano de cuidados (MOSBY, 2007).

No plano de cuidados são consideradas metas e resultados, assim os diagnósticos de Enfermagem são identificados, depois começa o componente do planejamento do processo de Enfermagem.

A evolução de Enfermagem é o registro feito pelo Enfermeiro (a) após a realização dos cuidados prestados no plano de cuidados. Nesse momento, são reavaliados se os cuidados prestados estão sendo suficientes ou não para atingir as metas, problemas novos identificados, um resumo dos resultados dos cuidados prescritos e os problemas a serem abordados (COFEN, 272/2002).

Nesse sentido conhecer como os Enfermeiros realizam a prática do exame físico é fundamental para conhecer como se dá o processo de cuidar da instituição, pois acredita-se que é a partir do processo de Enfermagem que pode – se dar visibilidade ao trabalho do Enfermeiro.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Identificar a prática do (a) enfermeiro (a) de um hospital geral quanto a realização do exame físico em sua jornada de trabalho.

3 METODOLOGIA

E exploratório com abordagem quantitativa. Segundo Lakatos e Marconi, (2011, p. 269), “no método quantitativo os pesquisadores valem-se de amostras amplas e de informações numéricas”.

A população foi composta por 100% das enfermeiras que atuam em um hospital público de uma cidade no meio oeste de Santa Catarina. Foram abordados os sujeitos em turnos diferentes, entregue o questionário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), explicando o objetivo da pesquisa e esclarecendo as dúvidas. Em cada setor da instituição é fornecido o protocolo de procedimento operacional padrão 2019 – POP, desenvolvido pela equipe contendo 261 itens que remetem aos procedimentos realizados na instituição. Todas as enfermeiras atuam em todos os setores com exceção de quem atua na gerência, ou seja, as enfermeiras atuam nos apartamentos, na maternidade, na clínica médica, no pronto socorro, no centro cirúrgico. Quando acontece a falta de alguma das enfermeiras quem exerce a gerência acaba cobrindo a falta. Foi entregue o questionário a cada sujeito no começo do plantão e recolhendo o mesmo no final de cada plantão, sigilosamente armazenado pela pesquisadora.

A pesquisa foi aplicada para identificar o conhecimento sobre a prática do exame físico realizado pelas enfermeiras, o meio utilizado para a coleta de dados, foi aplicado um questionário que é composto por 16 questões abertas e fechadas que identificam a idade, sexo das participantes, setor de atuação,



horário de trabalho, tempo de formação, tempo de atuação no setor de clínica saúde adulto, e consequentes questões sobre qual o conhecimento que possuíam sobre o exame físico. Foi solicitado a autorização no hospital do Meio Oeste de SC, para realizar o questionário. O questionário aconteceu no hospital, no período de janeiro a março de 2020.

4 RESULTADOS

A passagem da vida acadêmica para o mercado de trabalho nem sempre é fácil, o recém formado enfermeiro tem as suas preocupações, dúvidas e ansiedades em ter que assumir as responsabilidades atribuídas e consequentemente as novas atitudes e competências que serão delegadas ao mesmo e do qual se espera acertividade. (JESUS et al. 2013)

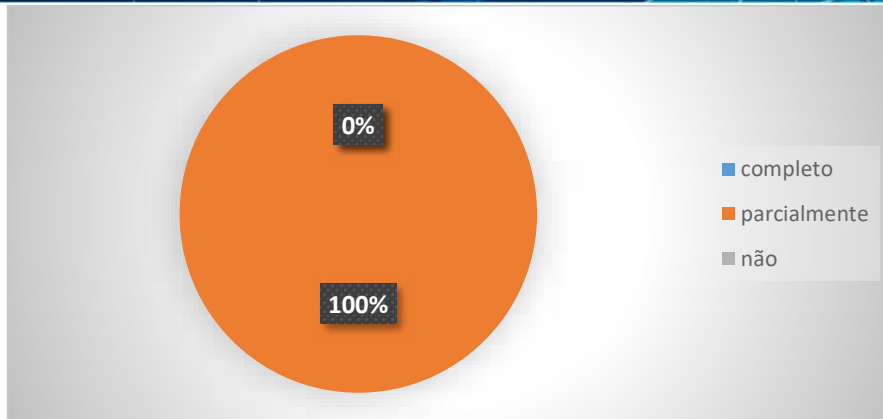
A profissão de enfermagem é conhecida pela ciência e a arte de assistir o ser humano em suas necessidades básicas, seja nas áreas de promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento e reabilitação de pessoas. Atuam como equipe em clínicas, hospitais de pequeno, médio e grande porte, estas são composta por: auxiliares de enfermagem, técnicos em enfermagem e enfermeiros que possuem habilitação técnica e científica para realizar o cuidado com qualidade e eficiência.

O dimensionamento de pessoal permite ao gerente de enfermagem junto aos gestores do estabelecimento planejar, programar, controlar e regular as ações de saúde (COFEN, 2017)

Os sujeitos questionados foram todos os 07(sete) enfermeiros (as) que atuam na Instituição, em sua jornada de trabalho que é assim constituída: 02 enfermeiros (as) no período noturno, noite 1 e noite 2; 01 enfermeiro (a) oito diárias no pronto socorro, 01 enfermeiro (a) oito horas diárias no centro cirúrgico, 01 enfermeiro (a) oito horas diárias na gerência, 01 enfermeiro (a) no período matutino e 01 enfermeiro (a) no período vespertino. Todos atuam em todos os setores com exceção de quem atua na gerência, ou seja, seis enfermeiros (as) atuam nos apartamentos, na maternidade, no pronto socorro, na clínica medica e centro cirúrgico. Quando acontece a falta de algum dos enfermeiros (as) quem exerce a gerência acaba cobrindo essa falta. A instituição não faz uso de Protocolo de Exame Físico, somente é relatado em prontuário eletrônico, mas não de forma sistematizada.

A seguir é apresentado o resultado da análise dos questionários.

Gráfico 1 – Demonstração quanto a realização ou não do exame físico nos pacientes: Completo, Parcial ou Não realiza .



FONTE: (A AUTORA, 2020)

Tabulados os dados chegou-se ao seguinte resultado: todos realizam o exame físico de maneira parcial nos pacientes para alimentar os dados em relação a evolução do tratamento prescrito pelo médico responsável totalizando 100%.

O exame físico é uma etapa relevante para o planejamento do cuidado do enfermeiro, busca avaliar o paciente através de sinais e sintomas. O exame físico completo envolve o uso de cinco habilidades: inspeção, palpação, percussão, ausculta e olfato, durante a realização do exame físico, o profissional utilizará quatro dos seus cinco sentidos: visão, tato, audição e olfato (POTTER; PERRY, 2013).

No processo de cuidado da enfermagem o exame físico é realizado de maneira parcial para alimentar os dados e verificar o processo de evolução do paciente.

O exame físico pode ser dividido em duas etapas: a primeira constitui o que se costuma designar como exame físico geral, somatoscopia ou ectoscopia. Através deles são obtidos dados gerais, independente dos vários sistemas orgânicos ou segmentos corporais: Obtém-se com isso uma visão do paciente como um todo. Ainda de acordo com Porto e Porto (2009, p 82): “A segunda etapa corresponde ao exame dos diferentes sistemas e aparelhos, com metodologia própria”

O enfermeiro após ter analisado os dados colhidos no histórico, identificará os problemas de enfermagem; esses levam a identificação das necessidades básicas afetadas e do grau de dependência do paciente em relação a enfermagem, para o seu atendimento. Mediante os dados coletados poderá ocorrer a realização de um exame parcial focando naquilo que se deseja tratar em específico.

Acredita-se que mediante a rotina do hospital o exame físico completo seja realizado no momento da internação do paciente, e durante o internamento seja realizado somente exames de caráter parcial focados naquilo que se deseja avaliar de acordo com as necessidades dos pacientes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de Enfermagem é uma atribuição privativa do enfermeiro, o que inclui a realização do exame físico que é composto por um conjunto de técnicas para avaliação do cliente.

Essas técnicas são realizadas pelos profissionais de saúde que visam diagnosticar alguma doença ou anormalidades. Realizar o exame físico é uma função e uma atividade desenvolvida pelo enfermeiro, se tornando complexa e requer habilidades e para isso é necessário que o enfermeiro tenha análise crítica, tomada de decisões e uma boa organização de suas atividades.

Sua execução é uma fase essencial da assistência sistematizada que deve ser executada de forma criteriosa pelos profissionais enfermeiros, buscando por meio dessas anormalidades, sinais e sintomas, para desenvoltura de um bom diagnóstico, evolução no processo de enfermagem. O exame físico é desenvolvido de uma forma teórico/prático, portanto é feito no sentido cefalo-caudal, portanto torna-se necessários ao examinador o conhecimento científico.

Esse estudo contribui para melhorar a minha vida acadêmica e conseqüentemente profissional, que a realização do exame físico no cliente, é desenvolvida através de raciocínio, assistência, observação, atenção, enfim a segurança do paciente. Observa-se que os profissionais enfermeiros, necessitam de capacitação, treinamento, implantação para realizar o exame físico, podendo concluir os cuidados com os clientes observando-se que será possível prevenir, promover, proteger, recuperar e manter a saúde dos mesmos.

6 REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução COFEN nº 358/2009, de 15 de outubro de 2009. **Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências.** In: Conselho Federal de Enfermagem [legislação na internet]. Brasília; DF, 2009. Disponível em: <<http://www.portalcofen.gov>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

_____. Resolução COFEN nº 272 de 27 de agosto de 2002. **Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem.** Brasília –DF, 2002. Disponível em <<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibmlink.php?numlink=1-39-34-2002-08><https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibmlink.php?numlink=1-39-34-2002-08-27-27227272>>. Acesso 22 de outubro de 2019.

_____. Resolução COFEN 543/2017: Atualiza e estabelece parâmetros para o dimensionamento do Quadro de Profissionais de Enfermagem nos serviços/locais. Brasília- DF, 2017. Disponível em http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-5432017_51440.html. Acesso em 22 de maio de 2020.

JESUS, Bruna Helena de. GOMES, Diana Coelho. SPILLERE, Lia Beatriz Bortolotto. PRADO, Marta Lenise do. CANEVER, Bruna Pedroso. **Inserção no mercado de trabalho: trajetória de egressos de um curso de graduação em Enfermagem.** Esc. Anna Nery, vol. 17 n. 2. P. 1/11. Rio de Janeiro.

Aprovado jun. 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452013000200019>. Acesso em: 03 de mai. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Athas, 2006.

MOSBY, **guia de exame físico** / Henry M. Seidel...(et al.); tradução Luciana Faria de Souza Pontes, - Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

NANDA, D 536 **Diagnóstico de enfermagem da NANDA: definições e classificação 2015 – 2017** / (NANDA internacional), organizadoras: T. Herdman, Shigemi Kamisturu; tradução: Regina Machado Gaecez; revisão técnica: Alba Lucia Bottura Leite de Barros... (et al.) – Porto Alegre: Artmed, 2015.

NANDA, D 536. **Diagnósticos de Enfermagem da NANDA – I: definições e classificação 2018-2020** / (NANDA INTERNACIONAL) ; tradução: Regina Machado Garcez, revisão técnica: Alba Lucia Bottura Leite de Barros...(et al.). – 11 ed. – Porto Alegre: Artemed, 2018.

PORTO, Celmo Celso; PORTO, Arnaldo Lemos. **Semiologia Médica**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

POTTER, P. A.; PERRY, A. G. **Fundamentos de enfermagem: conceitos, processo e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. (v.1)

SILVA, Carlos Magno carvalho Da. TEIXEIRA, Enéas Rangel. **Exame físico e sua integralização ao processo de enfermagem na perspectiva da complexidade**. Esc. Anna Nery 2011 out/dez 15(4) 723-729. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127721087010>>. Acesso em 11 de set. 2019

Diagnostico técnico dos produtores rurais, sobre o uso correto e calibração de equipamentos pulverizadores visando a redução do risco ambiental causado por agrotóxicos

Gilmar Knecht
Gentil Carneiro Gabardo
Vinicius Guzi

Resumo - este trabalho buscou avaliar o estado de conservação de pulverizadores, o nível de conhecimento técnico dos operadores em relação a importância da manutenção, regulagem e calibração dos equipamentos de aplicação de defensivos, a utilização de EPIs-Equipamento de Proteção Individual, perdas econômicas e contaminação ambiental, na região de Rio das Antas-SC. Inicialmente foram identificadas as comunidades rurais com maior número de pequenos e médios produtores, visto que estes dois grupos são tidos como mais carentes em informações relacionadas ao uso correto de agrotóxicos e equipamentos aplicadores. Durante todo o período de realização deste projeto, estão sendo feitas visitas aos produtores, nas quais são feitas coletas de dados pela aplicação de questionários previamente elaborados e inspeções nos equipamentos aplicadores. É visível a necessidade que os agricultores da região têm por informação relacionada a tecnologia de aplicação. A identificação das maiores dificuldades que os agricultores enfrentam, no dia a dia, para realização da aplicação dos defensivos agrícolas, bem como o nível de conhecimento que estas pessoas tem sobre o risco que estão expostas ao trabalhar com agrotóxicos, é de fundamental importância para a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas que venham a promover a capacitação e aperfeiçoamento do homem do campo.

Palavras-chave: tecnologia de aplicação; defensivos agrícolas; impacto ambiental.

INTRODUÇÃO

O uso inadequado de defensivos químicos é tido por muitos como o grande vilão para a saúde humana nos últimos anos. O consumo de certos alimentos está associado ao surgimento e desenvolvimento de enfermidades, pois muitas vezes o limite de carência dos produtos não é respeitado, ou mesmo, as doses aplicadas excedem as recomendações técnicas, ou ainda os equipamentos de aplicação estão em condições precárias e cuidados necessários para a aplicação segura não são tomados.

Resíduos de alguns produtos químicos podem ser carcinogênicos, e quando estes atingem córregos, rios e mananciais por meio de enxurradas podem promover elevado impacto ambiental e aumento de riscos à saúde humana. Segundo dados do INCA (Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes Da Silva), para o Brasil, estimam-se 68.220 casos novos de câncer de próstata para cada ano do biênio 2018-2019. Esses valores correspondem a um risco estimado de 66,12 casos novos a cada 100 mil homens. Sem considerar os tumores de pele não melanoma, o câncer de próstata é o mais incidente entre os homens em todas as Regiões do país, com 96,85/100 mil na Região Sul, 69,83/100 mil Região na Sudeste, 66,75/100 mil na Região Centro-Oeste, 56,17/100 mil na Região Nordeste e 29,41/100 mil na Região Norte. Para o câncer de mama, estimam-se 59.700 casos novos, para cada ano do biênio 2018-2019, com um risco estimado de 56,33 casos a cada 100 mil mulheres. Sem considerar os tumores de pele não melanoma, esse tipo de câncer também é o

primeiro mais frequente nas mulheres das Regiões Sul (73,07/100 mil), Sudeste (69,50/100 mil), Centro-Oeste (51,96/100 mil) e Nordeste (40,36/100 mil). Na Região Norte, é o segundo tumor mais incidente (19,21/100 mil).

Tais dados causam muita preocupação, visto que muitas vezes, os agrotóxicos são citados como os grandes vilões à saúde humana, principalmente, devido ao seu potencial carcinogênico. O herbicida glifosato, que frequentemente é utilizado em nossa região para várias culturas, principalmente para a culturas transgênicas, como a soja e milho, é relato por vários autores como promotor do desenvolvimento de tumores: Thongprakaisang et al (2013) em estudo preliminares detectaram interação entre glifosato e genisteína, um fitoestrógeno da soja, tal interação leva ao aumento da atividade estrogênica, que por sua vez aumenta as chances do desenvolvimento de células cancerosas relacionadas ao câncer de mama, ou seja, glifosato induz crescimento células cancerosas em mamas humanas através dos receptores de estrogênio.

Neste contexto os estudos de tecnologias de aplicação que observam principalmente as condições dos equipamentos e o conhecimento técnico do aplicador, levando em conta as características do equipamento que utiliza, bem como, os procedimentos técnicos envolvidos na aplicação são de suma importância para evitar danos ambientais, econômicos e aumentar a eficiência do defensivo ao atingir o alvo específico. Este trabalho está sendo desenvolvido junto com a comunidade, para identificar as maiores dificuldades que os produtores enfrentam no momento de fazer uso de equipamentos aplicadores de agrotóxicos, bem como avaliar o nível de conhecimento técnico que os produtores e operadores de equipamento aplicador de agrotóxico tem sobre medidas a serem tomadas para garantir a qualidade da aplicação, a segurança ambiental, a economia e a saúde humana, na região de Rio das Antas-SC.

METODOLOGIA

O presente estudo foi conduzido em parceria com cooperativa agrícola, situada no município de Rio das Antas-SC. Para atender os objetivos do presente estudo, estão sendo feitas coletas de dados nas comunidades rurais no interior do município de Rio das Antas-SC, durante os meses de abril de 2019 a março de 2020.

Inicialmente foram distribuídos convites ao maior número de agricultores de comunidades pré-selecionadas e até mesmo vizinhos. Convites, estes, para uma palestra inicial, abertura do projeto, que foi realizada em espaço sedido pela cooperativa.

Na palestra inicial, abordaram-se os seguintes temas:

1. Importância econômica e ambiental do controle de aplicação;
2. Regulagem e calibração de pulverizadores;
3. Volume de calda por hectare;
4. Qualidade da aplicação dos produtos fitossanitários;
5. Cuidados durante o processo de aplicação;
6. Utilização do EPI (Equipamento de Proteção Individual);
7. Estudo de dosagens e recomendações técnicas;
8. Manutenção preventiva de equipamentos de aplicação;
9. Perdas econômicas e desequilíbrio ambiental;
10. Abordagem prática da forma correta de calibragem dos equipamentos.

Posteriormente a palestra, foram distribuídos materiais de apoio aos presentes, e agendadas visitas as propriedades dos produtores, para que o maior número de

pessoas possa ser atendido, dentro de sua disponibilidade de tempo para receber os pesquisadores.

Na visita aos produtores, são realizados os seguintes procedimentos:

1. Aplicação de questionário focado na identificação dos equipamentos e conhecimento técnico dos produtores;
2. O produtor é indagado sobre a realização de manutenções no equipamento;
3. Em seguida se inicia o processo de vistoria do equipamento, lembrando que para isto, o uso de EPI é obrigatório para todos os envolvidos. Serão verificados inicialmente os componentes básicos do equipamento (mangueiras, filtros, manômetros, bicos e pontas de pulverização);
4. Com o pulverizador previamente lavado e abastecido apenas com água, realiza-se o processo de calibração, com a coleta do volume de calda depositado por cada ponta em um determinado tempo; com isso, pode-se estimar o volume de calda que o pulverizador está aplicando em uma determinada área, pela seguinte equação:

$$Q_{(L/ha)} = \frac{q_{(L/min)} \times 600}{V_{(Km/h)} \times h_{(m)}}$$

Onde: Q = vazão em litros por hectare;

q = vazão média da ponta de pulverização (L/min);

600 = valor constante;

V = velocidade da máquina (km/h);

h = distância entre pontas de pulverização (m).

Determinação da velocidade média das máquinas: delimita-se uma faixa de 50m lineares, onde o produtor deve se deslocar com o trator, na marcha, rotação e velocidade de aplicação que normalmente utiliza para aplicação dos defensivos agrícolas. Cronometrado o tempo de percurso dos 50 m (t_1 (segundos)), para realizar o cálculo de velocidade do trator (V-Km/h) no momento da aplicação:

$$V_{(Km/h)} = \left(\frac{3600 \times 50}{t_1} \right) / 1000$$

Após realizar esse processo o trator não necessitava mais ser movimentado, somente utilizava a rotação do motor para acionamento do pulverizador.

5. Feita a coleta da vazão das pontas de pulverização, utiliza-se a média ponderada, para verificar a uniformidade da vazão das pontas, considerando um limite aceitável de 5 a 10%, para mais ou para menos;

6. Caso o pulverizador não esteja funcionando corretamente, são apontadas alternativas ao produtor, para que o problema seja solucionado (ex: substituição das pontas de pulverização; aumento ou diminuição da velocidade de aplicação; adequação da pressão às pontas utilizadas, etc).

7. Posteriormente, realiza-se um acompanhamento dos produtores, visando sanar maiores dúvidas, bem como identificar o grau de satisfação deles aos resultados do projeto.

RESULTADOS PARCIAIS

O presente trabalho apresenta os resultados parciais do estudo. Com a coleta de informações e visitas realizadas até o momento, foi possível ter uma visão parcial

da situação em que a comunidade de agricultores do município de Rio das Antas se encontra.

Pequenos agricultores relatam, em sua maioria, uma grande carência de informação e assistência técnica na área de tecnologia de aplicação. Muitas vezes desconhecem totalmente o processo de regulagem e calibração dos equipamentos e máquinas aplicadoras de agrotóxicos. Equipamentos mais antigos são facilmente observados nas pequenas propriedades, muitas vezes, castigados pelas condições de uso. A falta de manutenção é um fator limitante ao bom funcionamento dos pulverizadores, bem como, para a eficiência dos produtos aplicados.

Agricultores de maior poder aquisitivo investem em equipamentos mais modernos, com sistemas de controle elétrico ou eletrônico, com maiores capacidades de reservatório de calda e maior superfície de aplicação. No entanto, também pecam na parte de limpeza e manutenção dos equipamentos.

Muitos desconhecem as boas práticas de manejo e manutenção dos equipamentos, deixando os equipamentos guardados sem a devida limpeza, deixam com restos de calda, não lavam os componentes filtrantes. Somente substituem as pontas de pulverização quando se quebram. Não monitoram a qualidade da aplicação que está sendo realizada pelo equipamento.

As visitas realizadas nas propriedades foram muito construtivas para todos os envolvidos. O processo de aferição da vazão e calibração dos equipamentos (Figura 1), despertou muito o interesse dos produtores, pois foi evidenciado o quanto de produto estava sendo aplicado e a qualidade dessa aplicação. O excesso de calda aplicado, ou mesmo a aplicação desuniforme, interfere diretamente na eficiência dos tratamentos fitossanitários, além de aumentar significativamente os custos de produção, desenvolvimento de plantas daninhas resistentes, desequilíbrio e contaminação ambiental.

Figura 01 – Aferição da vazão de pulverizadores de barras, calibração e avaliação da qualidade da aplicação (papel hidro sensível). Rio das Antas – SC, 2019.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Muitos agricultores desconhecem a influência que a pressão de trabalho tem sobre a qualidade da aplicação, visto que, além de afetar diretamente a vazão influencia o tamanho das gotas geradas, bem como aumenta a chance de perda por deriva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a chegada de novos equipamentos para aplicação de agrotóxicos, os trabalhos de controle de pragas e doenças nas lavouras ficaram cada vez mais fáceis de ser realizado, porém para garantir a qualidade de aplicação devem ser adotados alguns métodos de avaliação dos pulverizadores e seus componentes a fim de identificar possíveis problemas de pressão, vazão (litros por minuto) e entupimento das pontas de pulverização. A redução do impacto causado pelos agrotóxicos deverá ser garantida com a aplicação consciente e segura, feita com equipamentos corretamente revisados e calibrados. Os produtores que seguirem à risca os métodos de calibragem dos pulverizadores estarão diminuindo o impacto ambiental e consequentemente reduzindo os gastos com insumos (defensivos/agrotóxicos).

Com o presente estudo já se percebe que a conscientização dos agricultores é fundamental para evitar o desequilíbrio ambiental e perdas econômicas, as condições de conservação e manutenção dos equipamentos utilizados para realizar a aplicação dos produtos agrotóxicos devem ser as melhores possíveis. Pois a utilização de equipamentos desgastados promove uma aplicação desuniforme causando desperdício e comprometendo o meio ambiente.

Na maioria das vezes o pequeno e médio produtor rural apresenta uma grande carência de informação na área de tecnologia de aplicação, ficando a mercê de técnicos que o orientem sobre as melhores técnicas a serem utilizadas para identificar possíveis defeitos nos equipamentos.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, pelo apoio recebido durante a execução deste trabalho.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INCA - INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA Estimativa 2018: **incidência de câncer no Brasil** / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. – Rio de Janeiro: INCA, 2017. 128p.

THONGPRAKASANG, S., THANTANAWAT, A., RANGKADILOK, N., SURIYO, T., SATAYAVIVAD, J. **Glyphosate induces human breast cancer cells growth via estrogen receptors**. Food Chemical Toxicology. 59:129-36. doi: 10.1016/j.fct.2013.05.057. Epub 2013 Jun 10. 2013.

ALTERNATIVAS DE COMERCIALIZAÇÃO NA PRODUÇÃO ORGÂNICA

Gilmar Knecht, gima_knecht@hotmail.com
Flávia Werner, flaverner6@gmail.com

Resumo – Os canais de comercialização de produtos orgânicos são divididos em circuitos longos e curtos. Nos circuitos curtos a comercialização ocorre entre produtor e consumidor e nos circuitos longos as vendas são realizadas em lojas especializadas. Deste modo, o objetivo deste trabalho foi abordar as diversas formas de comercialização dos produtos orgânicos no Brasil, elencando as vantagens e desvantagens de cada método. A utilização de circuitos curtos possui como vantagens: contato direto entre produtor/consumidor, baixo custo com embalagens e recebimento à vista. Porém, existem algumas desvantagens como, a necessidade de produção bastante diversificada, maior tempo gasto de comercialização e mão de obra. Já nos circuitos longos as vantagens são: o escoamento de volumes maiores, possibilidade de entrega em grupo de agricultores (organização da comunidade), maiores vantagens para os consumidores: horário, segurança, estacionamento, pagamento facilitado, compra centralizada e um menor tempo gasto com comercialização. Entretanto, existem algumas desvantagens, como um maior prazo de pagamento (40 a 60 dias) dos produtos comercializados, tendência ao não controle de sobras e uma baixa margem lucro (menor do que a comercializada de forma direta). Considerando o comportamento de compra do consumidor e valorizando os benefícios e valores dos produtos orgânicos bem como as dificuldades para a produção e aquisição destes, sabe-se que existe um mercado útil, que possui estratégias adequadas, para a comercialização, principalmente no canal varejista, que possam atender, de forma correta a demanda, mostrando que, surgem meios de empregar recursos tecnológicos para melhorar o escoamento da produção de orgânicos. Seria interessante desenvolver estratégias para conciliar o recurso tecnológico para atender melhor o varejo, fornecendo um canal de comunicação mais atrativo, com o intuito de otimizar as vantagens dessa forma de comercialização.

Palavras-chaves: Circuitos longos. Circuitos curtos. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A agricultura orgânica visa atender a demanda dos consumidores pela utilização de processos mais limpos de produção, evita a contaminação e degradação ambientais e também incorpora as populações rurais no processo de desenvolvimento, representando a mudança de uma agricultura de insumos para uma agricultura de manejo, visando ser ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável. Os produtos com base orgânica são resultados de uma agricultura baseada na sustentabilidade, cultivo natural e equilíbrio ecológico, sempre seguindo alguns regulamentos para manter a harmonia entre os setores sociais, ambientais e econômicos, sendo o solo enriquecido naturalmente sem receber agrotóxicos ou adubação química (CI ORGÂNICOS, 2013).

As entidades produtoras devem atestar que todos os rígidos padrões da agricultura orgânica estejam sendo seguidos. A certificação se concretiza por um determinado selo no rótulo ou embalagem do produto, pois a confiança do consumidor

é a base para um bom desenvolvimento de mercado. A grande maioria desses produtos são comercializados em embalagens, geralmente bandejas de isopor ou filmes plásticos e não a granel como na maioria dos produtos convencionais. As formas de comercialização podem variar de acordo com alguns fatores como disponibilidade de tempo, mão de obra e armazenamento.

Existem diferentes formas de comercialização: forma direta ou circuitos curtos, onde a comercialização ocorre somente entre produtor e consumidor, e na forma indireta ou circuitos longos, onde se tem um intermédio de alguma empresa entre eles. Na forma indireta ou circuitos longos, a comercialização deve ocorrer em lojas especializadas, atacados, distribuidores independentes e o principal ponto que seriam as grandes redes varejistas ou grandes supermercados. Mas para esse tipo de comercialização é obrigatório a certificação dos produtos (CI ORGÂNICOS, 2013). Deste modo, o objetivo deste trabalho foi abordar as diversas formas de comercialização dos produtos orgânicos no Brasil, elencando as vantagens e desvantagens de cada método.

DESENVOLVIMENTO

Utilizando estratégias da forma indireta de comercialização há diversas vantagens, entre elas, o escoamento de volumes maiores, possibilidade de entrega em grupo de agricultores (organização da comunidade), maiores vantagens para os consumidores: horário, segurança, estacionamento, pagamento facilitado, compra centralizada e um menor tempo gasto com comercialização. Porém, existem algumas desvantagens, como um maior prazo de pagamento (40 a 60 dias) dos produtos comercializados, tendência ao não controle de sobras e uma baixa margem de lucro (menor do que a comercializada de forma direta) (KAMIYAMA, 2018).

Na forma direta ou circuitos curtos, a venda ocorre somente entre o produtor e o consumidor final através de feiras, entregas a domicílio ou até mesmo por vendas feitas na própria propriedade. Para essa modalidade de comercialização, não é exigida a certificação dos produtos, porém o produtor precisa estar vinculado a uma Organização de Controle Social (ARAUJO, 2007). As vantagens da forma direta são que os produtos são comercializados diretamente entre produtor e consumidor, baixo custo com embalagens e recebimento à vista. Entretanto, existem algumas desvantagens como, por exemplo, necessidade de produção bastante diversificada, maior tempo gasto de comercialização e mão de obra (KAMIYAMA, 2017).

Porém, para que a venda direta possa ser feita de forma correta, o produtor deverá ser credenciado na AAO (Associação da Agricultura Orgânica). Tendo em vista que a porcentagem de comercialização de orgânicos em grandes redes varejistas é bem maior que outras formas de vendas, outro meio em que os produtores estão buscando e que vem crescendo muito com escoamento de seus produtos são as vendas feitas em feiras livres com o benefício de que os produtores podem interagir mais entre eles. Alguns optam pelas entregas a domicílio em que existem aplicativos via celular para facilitar que o consumidor possa fazer pedidos de sua escolha, chegando na sua residência de uma forma confiável e direta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o comportamento de compra do consumidor e valorizando os benefícios e valores dos produtos orgânicos bem como as dificuldades para a produção e aquisição destes, sabe-se que existe um mercado útil, que possui estratégias adequadas, para a comercialização, principalmente no canal varejista, que possam atender, de forma correta a demanda, mostrando que, surgem meios de empregar recursos tecnológicos para melhorar o escoamento da produção de orgânicos. Seria interessante desenvolver estratégias para conciliar o recurso tecnológico para atender melhor o varejo, fornecendo um canal de comunicação mais atrativo, com o intuito de otimizar as vantagens dessa forma de comercialização.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, J. C. Comercialização de orgânicos. In: Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, 2007.

COMÉRCIO DE ORGÂNICOS/MAPA. Centro de Inteligência Orgânicos. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/organicos/comercio-de-organicos/>. Acesso em: 24 maio. 2020.

KAMIYAMA, Araci. **Produto orgânico: vamos falar sobre comercialização?**. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, 2017. Disponível em: https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Vamos-a-falar-estudo-de-caso-final_web.pdf. Acesso em: 23 maio. 2020

KAMIYAMA, Araci. **Mercado e formas de comercialização**. E-book. Publicado em: 18 abril, 2018. Disponível em: <https://codeagro.agricultura.sp.gov.br/uploads/capacitacao/mercados-e-formas-de-comercializacao-araci-kamiyama.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2020.

DOENÇA DE PARKINSON E SUAS GENERALIDADES

Cristiano Benincá Salini, crissalini19@hotmail.com
Débora Santos de Souza, deebby.ss@outlook.com
Luciana Bonissoni Volpato, luucianabonissonivolpato@hotmail.com

RESUMO

A Enfermidade de Parkinson é uma patologia neurodegenerativa, progressiva e crônica que se caracteriza pela degradação dos neurônios do sistema nervoso central e consequente diminuição da produção de dopamina. Essa doença é responsável por uma série de sintomas que, dependendo do grau, dificultam a operação de tarefas do dia-a-dia e afetam a qualidade de vida desses pacientes. Desse modo, aliado ao tratamento medicamentoso, a atuação da equipe multidisciplinar e interdisciplinar é de extrema importância para garantir um melhor enfrentamento dessa doença, tanto para o portador, quanto para sua família. A Doença de Parkinson possui variações, uma vez que os estágios da doença modificam a sintomatologia geral e trazem alterações ainda mais acentuadas com o passar do tempo. Esse estudo temporal realizou uma revisão de literatura sobre a patologia Parkinsoniana e suas generalidades por meio de referências bibliográficas existentes. Trata-se de uma pesquisa básica e qualitativa em que o objetivo foi analisar como os sintomas e o decorrer da doença podem afetar a vida de um paciente. Nesse sentido, foi contemplado dentro da revisão o modo como uma equipe de profissionais, principalmente da área motora, pode auxiliar nos entraves trazidos pela doença. A partir disso, apesar da existência de poucos estudos na área, é possível com o acompanhamento de profissionais, amenizar as dificuldades motoras e o sofrimento dentro do contexto do dia-a-dia do paciente, fato que pode ser explicado pelo trabalho dos especialistas de modo a promover melhora em diversas áreas como a marcha, deglutição, prevenção de quedas.

Palavras-chave Distúrbio de Parkinson. Parkinson e Bem-Estar. Patologia neural degenerativa.

INTRODUÇÃO

Segundo Gonçalves et al. (2007) a Patologia de Parkinson é uma doença de ordem neural, degenerativa e gradual que se caracteriza pela degradação celular do sistema nervoso central, resultando em uma série de sintomas e distúrbios de ordem motora no corpo.

Dentre os sintomas, os desajustes na marcha, a falta de domínio postural e a perda de equilíbrio são fatores que mais dificultam a funcionalidade do corpo, aumentando de modo progressivo as adversidades no desenvolvimento de atividades em geral. Dessa maneira, o portador se torna inativo, dependente e isolado do âmbito social (GONDIM; LINS; CORIOLANO, 2016).

Segundo Filippin et al. (2014), a equipe multidisciplinar atuante no tratamento e melhoria do bem estar dos pacientes, pode trabalhar em estratégias de acompanhamento e auxílio porém, para isso seja eficaz, é necessário compreender os aspectos que dificultam o conforto dos enfermos com foco não somente na doença físicas, mas na saúde mental, convívio social e vivencia de todos os envolvidos.

Dessa maneira, os profissionais podem optar por tratamentos de enfermagem, fisioterapia, psicologia e fonoaudiologia, por exemplo. Tais condutas terapêuticas podem ser desenvolvidas em grupos ou de forma individual, com auxílio dos próprios cuidadores, buscando restituir funcionalidade motora do corpo uma melhoria no conforto de vida desses pacientes (GONÇALVEZ; ALVAREZ; ARRUDA, 2007).

Assim sendo, objetivou-se nesta revisão bibliográfica apresentar e discutir as generalidades da doença de Parkinson, como a qualidade de vida destes pacientes, as ações terapêuticas existentes e as dificuldades sentidas pelos portadores dessa patologia.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão literária que procura avaliar e estudar as generalidades da Doença Parkinsoniana, no que diz respeito as atividades do dia-a-dia e as terapias existentes. A pesquisa bibliográfica foi realizada com a escolha de publicações científicas em base de dados como a Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde, além de periódicos publicados em revistas renomadas no tema, sendo literaturas em língua portuguesa, com utilização de descritores “Doença de Parkinson”, “Parkinson e qualidade de vida” e “Patologia Neurodegenerativa”.

Neste contexto, foi discutida a doença e suas atribuições no cenário rotineiro do paciente, relatando desde a parte dos sinais e sintomas, até a caracterização da doença, suas alterações mecânicas que causa a interferência na vida do paciente e a atuação de condutas profissionais auxiliares ao medicamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em primeiro plano, referente às dificuldades sentidas por esses pacientes, pode-se citar a incapacidade de alimentar-se sozinho, de mover-se de um local para outro, de manusear objetos, na higiene pessoal, na escrita e também no lazer. Com a realização de terapias funcionais nas mais diversas especialidades, o indivíduo pode diminuir essas dificuldades, ou até mesmo evitar o comprometimento total do corpo e a progressão dos sintomas desse distúrbio.

Dentre práticas medicamentosas, não há terapia capaz de interromper o fluxo desse distúrbio, tampouco evitá-lo. Logo, as condutas farmacêuticas existentes tentam controlar os sintomas e sinais que são apresentados pelo portador, objetivando, de certo modo, manter autonomia, independência funcional e saúde emocional. Os sintomas são caracterizados por tremores,

rigor muscular, movimentos lentos e dificuldade de realizá-los voluntariamente (GONÇALVEZ; ALVEZ; ARRUDA, 2007).

Conforme Rubert, Reis & Esteves (2007), o principal medicamento usado na Doença de Parkinson é a Levodopa. Este medicamento é utilizado apenas para amenizar a sintomatologia existente e, portanto, não promove a cura. Ademais, a Levodopa tende a perder seu efeito no decorrer do tempo, bem como pode apresentar numerosos efeitos colaterais, entre eles acinesia, hipocinesia, aumento da utilização de medicamentos e psicopatologias.

A patologia Parkinsoniana afeta diretamente toda a família, podendo assim trazer aos membros familiares perturbações de ordens físicas, psicológicas e financeiras, além de distúrbios do sono, estresse, angustias, dentre outras morbidades que podem se tornar mais graves com a passar do tempo e ao aumento de incapacidades da doença em seu parente. Nesse contexto, Nunes (2019), ressalta a atuação de equipes multiprofissionais no núcleo familiar, com o intuito de acompanhar e atuar sob as dificuldades ocorridas pela doença na vida do paciente e da família, visando auxiliar o ato de enfrentamento dos quais.

Outro aspecto importante é a relação do paciente portador e seu cuidador, devendo este preservar o bem-estar e aspectos biopsicossociais e sendo responsável por promover o cuidado além de observar a progressão da doença, diminuição do equilíbrio, aumento dos tremores e demais sintomas. Nesse sentido, o cuidador, sendo da família ou não, desenvolve preocupações e medos em manter a segurança e deve buscar meios para estimular o enfrentamento e a adaptação desse distúrbio (FERREIRA; CORIOLANO; LINS, 2017).

A participação da família, cuidadores e profissionais da saúde são de extrema importância na rotina dos debilitados com essa doença, de maneira a agir adequadamente para uma melhor condição de vida, bem como buscar compreender o impacto dessa patologia para o indivíduo e para as pessoas que convivem com o processo saúde-doença (PETERNELLA; MARCON, 2012).

A doença em discussão compromete o indivíduo em fatores sociais e emocionais, que por sua vez, adicionados aos sintomas, podem levar o portador a isolar-se, tanto pela baixa participação social no meio, quanto pela sua falta de autonomia e independência, tal como sua família e os cuidadores presentes neste cenário. Portanto, é preciso buscar métodos complementares oferecidos por equipes nas unidades de saúde locais nas mais diversas especialidades clínicas (LANA, et al., 2007).

Conforme Gondin, Lins & Coriolano (2016), a fisioterapia é uma ferramenta terapêutica que auxilia na melhoria da rotina dos enfermos, nesse sentido, é necessário adaptar cada paciente a um planejamento fisioterapêutico, que ajude na rotina e habilitação motora.

Em relação ao exercício físico regular, Rubert, Reis & Esteves (2007), destacam a regularidade como sendo de grande valia na diminuição dos sintomas, por exemplo, reduz a dificuldade da marcha, a hipocinesia e a bradicinesia e deve ser considerado um meio auxiliador de medicamentos tradicionais.

A nutrição desses pacientes também precisa ser monitorada e adequada à singularidade e grau da doença, pois à medida que esta progride, o portador

se torna mais lento e enrijecido muscularmente. Desse modo, se a alimentação for inadequada, pode acometer ainda mais a saúde, resultando em emagrecimento, desnutrição, baixa ingestão de proteínas e nutrientes essenciais. Nos aspectos de uma boa alimentação, devem-se observar as dificuldades do portador, pois a doença afeta os movimentos, dificultando a mastigação e manuseio de talheres (STEIDEL; ZIEGLER; FERREIRA, 2007).

Ainda, segundo Gondin, Lins & Coriolano (2016), as sessões de fisioterapia apresentam-se como instrumento terapêutico primordial, tendo em vista que demonstra auxiliar na melhoria da rotina dos pacientes. Desse modo, é necessário adequar planejamentos fisioterapêuticos personificados para cada paciente, com o intuito de auxiliar na rotina e competência motora do enfermo.

Outra sugestão de tratamento proposta por Almeida & Cruz (2009), é a terapia ocupacional, que por sua vez pode ser usada pela equipe interdisciplinar em ações que auxiliem amenizem perdas motoras e funcionais, bem como a reabilitação desses pacientes, resguardando a total dependência motora.

CONCLUSÃO

Tendo em vista as dificuldades vivenciadas após o surgimento da enfermidade, conclui-se que a rotina do paciente terá uma alteração repentina, e a participação dos cuidadores/familiares é extremamente necessária. A partir disso, a equipe multidisciplinar deverá ter o papel de instruir, auxiliar e trabalhar juntamente com a família. Essa ajuda poderá ter grande influência em atividades básicas como na alimentação, manuseio de objetos, higiene pessoal, na escrita, no lazer e nas demais tarefas realizadas. Com a realização de terapias funcionais, nas mais diversas especialidades, o indivíduo pode diminuir essas dificuldades, ou até mesmo evitar o comprometimento total do corpo e a progressão dos sintomas desse distúrbio.

Portanto, a equipe multidisciplinar atuante nos aspectos fisioterapêuticos, psicológicos, nutricionais, educação física, atuação médica e enfermagem deve trabalhar em ações singulares para cada portador e, ainda, elaborar ações juntamente com familiares e cuidadores, objetivando melhorar a condição de vida dos portadores e enfrentamento da doença.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Helena Morgani; CRUZ, Gislaine Alves. Intervenções de terapeutas ocupacionais junto a idosos com doença de Parkinson. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 20, n. 1, p. 29-35, 2009.

FERREIRA, Dharah Puck Cordeiro. CORIOLANO, Maria das Graças Wanderley de Sales. LINS, Carla Cabral dos Santos Accioly. A perspectiva do cuidador da pessoa com Parkinson: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 20, n. 1, p. 103-114, 2017.

FILIPPIN, Nadiesca Taisa et al. Qualidade de vida de sujeitos com doença de Parkinson e seus cuidadores. **Fisioterapia em Movimento**, Curitiba, v. 27, n. 1, p. 57-66, Mar. 2014.

GONCALVES, Lucia Hisako Takase; ALVAREZ, Angela Maria; ARRUDA, Micheli Coral. Pacientes portadores da doença de Parkinson: significado de suas vivências. **Acta Paulista Enfermagem**, v.20, n.1, pp.62-68. 2007.

GONDIM, Ihana Thaís Guerra de Oliveira; LINS, Carla Cabral dos Santos Accioly; CORIOLANO, Maria das Graças Wanderley de Sales. Exercícios terapêuticos domiciliares na doença de Parkinson: uma revisão integrativa. : uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 2, p. 349-364, abr. 2016.

LANA, R. C. et al. Percepção da qualidade de vida de indivíduos com doença de Parkinson através do PDQ-39. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, n. 5, p. 397-402, 2007.

NUNES, Simony Fabíola Lopes et al. Adaptação dos Familiares Cuidadores de Idosos com Doença de Parkinson: Processo de Transição. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 105-116, 28, 2019.

PETERNELLA, Fabiana Magalhães; MARCON, Sonia Silva. Quality of life of a person with Parkinson's disease and the relationship between the time of evolution and the severity of the disease. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 384-391, 2012.

RUBERT, Vanessa; DOS REIS, Diogo Cunha; ESTEVES, Audrey Cristine. Doença de Parkinson e exercício físico. **Revista Neurociências**, v. 15, n. 2, p. 141-146, 2007.

STEIDEL, Eduardo Matias dos Santos. ZIEGLER, Juliana Ramos Ziegler. FERREIRA, Fernanda Vargas. Doença de Parkinson, Uma Revisão Bibliográfica. **Disc. Scientia**. Série: Ciências da Saúde, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 115-129, 2007.

PATOLOGIAS PRESENTES NA PONTE JACINTO FORLIN – VIDEIRA -SC

Mauricio Cagnin

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador,
Brasilcagninmauricio@hotmail.com

RESUMO

Cada vez mais se tem preocupado com os problemas patológicos que ocorrem na construção civil e ainda, para que uma estrutura corresponda à vida útil a qual foi projetada, a mesma deve passar por manutenções periódicas. As pontes são elementos indispensáveis em um sistema viário, servindo para interligar cidades e até mesmo países, assim proporcionando o seu desenvolvimento econômico e cultural. A ponte deste presente trabalho em Videira – SC apresenta travessia urbana da cidade, localizado perto da indústria BRF onde possui constantes movimento de veículos de carga, veículos de passeio, motocicletas e passagem de pedestres, apresenta inúmeras patologias pois estamos se tratando de uma ponte com mais de 30 anos de utilização, ela apresenta desgaste da pista de rolamento, desgaste no guarda corpo, fissuras e corrosão. A manutenção deve ser correta e ocorrer sempre em pequenos intervalos, o estudo deste caso é destinado para as correções patológicas.

Palavras-chaves: Pontes, Patologias e manutenção.

INTRODUÇÃO

De acordo com Souza e Ripper (1998), designa-se por Patologia das Estruturas o campo da Engenharia das Construções que promove o estudo das origens, formas de manifestação, consequências e mecanismos de ocorrência das falhas e dos sistemas de deterioração das estruturas. Também segundo Helene (1992), a área da Engenharia que cuida das patologias é compreendida como a parte da Engenharia que estuda os sistemas, mecanismos, causas e origens dos defeitos das obras civis, ou seja, é o estudo das partes que compõem o diagnóstico do problema. Portanto, é perceptível que a definição de Patologia das Estruturas é semelhante para estes pesquisadores. A detecção precisa e o controle das patologias que afetam as estruturas em questão demandam de determinados procedimentos de inspeção e avaliação que dependerão do tipo e porte da construção. Além disso, devem ser estabelecidos procedimentos e métodos-padrão, no sentido de sistematizar as avaliações estruturais. A partir de então, pode-se elaborar procedimentos de inspeção mais precisos e, conseqüentemente, propor metodologias de recuperação mais eficazes.

Para justificar este trabalho e das diversas observações e pesquisas, conclui-se a que a ponte em estudo é de fundamental importância econômica e cultural para a cidade de Videira - SC, e que se devem realizar reparos estruturais para garantir a preservação do patrimônio público, segurança e estabilidade destas estruturas.

É notável presença de diversas manifestações patológicas na ponte Jacinto Forlin, que podem afetar negativamente o desempenho estrutural das mesmas, e assim, necessitando de intervenções para que se possa garantir a sua segurança estrutural e o alcance o máximo de sua vida útil. O tal objetivo é mostrar toda patologia existente na ponte e mostra que a manutenção preventiva é sempre o melhor caminho.

Para o desenvolvimento do estudo de caso em questão o referencial teórico foi construído através de referências científicas: monografias, dissertações, artigos técnicos acadêmicos, periódicos e catálogos, cuja temática contém compatibilidade ao conteúdo proposto. O deslocamento até o local foi por meio de um carro e para registros fotográficos usou-se um celular. A medição da estrutura foi realizada através do google Earth e para registro dos dados foi utilizado celular.

DESENVOLVIMENTO

Em pontes, o contato direto do concreto com a água favorece o processo de degradação, fazendo com que seja frequente o surgimento deste processo em pilares submersos. Segundo Cánovas (1988), a variação de nível da água sobre estruturas de concreto é prejudicial devido á ocorrência de variação entre os estados de saturação e ressecamento que implicam na deterioração do concreto por conta da cristalização dos sais que ficam retidos nos poros que se unem ao processo de expansão causando tensões sobre o material.

Segundo Carvalho (2010), a durabilidade das estruturas é altamente depende das características do concreto, da espessura e da qualidade do concreto do cobrimento da armadura. Bauer (2008) faz relação da durabilidade dos elementos de concreto com o evento ataque de agentes agressivos a que eles estejam sujeitos durante a sua vida em serviço. A pista de rolamento foi inspecionada com objetivo de verificar se proporciona um tráfego fluente e seguro, se está íntegra ou incompleta, desgastada e trincada.

A ponte avaliada está sobre o Rio do Peixe, interligando os bairros Floresta e Cabrazem, foi desenvolvido este trabalho para mostrar suas patologias existentes e classifica-las, de tal como comparando com outros autores que fizeram este mesmo. A Ponte e a região encontram-se submetidas a diversos aspectos ambientais e físicos que podem ter originado certas patologias, e se caso esses problemas não forem solucionados podem agravar ainda mais a situação da ponte, mesmo que ela seja reparada. Verifica-se que água do rio onde a ponte foi construída está poluída, e os pilares da ponte encontram-se em constante contato com essa água. Devido a essa contaminação pode ocasionar corrosões na armadura, umidade permanente e eflorescências na superfície do concreto. Quando o rio atinge seu ponto máximo de cheia nos períodos, a água entra em contato com a superestrutura da ponte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ponte analisada neste trabalho fica na cidade de Videira em Santa Catarina mais precisamente, sobre o Rio do Peixe interligando o bairro Floresta com o bairro Cibrazem, onde possui uma extensão de 160 metros e fica na zona urbana da cidade onde fica ao lado da empresa BRF onde possui uma grande movimentação de caminhão conforme a figura A e B mostra sua localização e a sua vista. Durante as visitas realizadas a ponte, foi possível detectar algumas patologias não muito graves e causadas principalmente pelos efeitos do tempo, considerando tanto os efeitos

climáticos como de uso, exemplificando com a passagem de carros. É visível a corrosão em algumas partes de sua estrutura.



Figura A – Fonte Google Maps; Figura B, C, D, E – Autor 2020

A figura C mostra a corrosão de armaduras no concreto armado foi a patologia mais presente na estrutura da, onde se encontrou vários focos do processo corrosivo. As fissuras e trincas que foram encontradas nesta ponte, conforme na Figura D, formam um típico processo de fissuração na forma de mapa, com grande área de abrangência, seguido de uma enorme falha no guarda corpo da ponte, mostrando que está em péssimo estado e encontrasse quebrada e ao redor mato invadindo a ponte. Na Figura E vê-se uma leve erosão na camada de asfalto, pista de rodagem gasta e varia fissuras e a partir destas falhas podem-se originar infiltrações que comprometam a estrutura.

Visto esta situação, se faz necessário um estudo específico para cada caso na estrutura da ponte, desta forma, é indispensável o reconhecimento de patologias presentes nestas obras, bem como apresentar medidas adequadas para combate destas, como técnicas de reabilitação ou de reforço estrutural, para que se mantenha a integridade da estrutura, elevando sua durabilidade e conseqüentemente sua vida útil. Vale salientar também, que obras de grande porte é patrimônio histórico do país, e cabe aos órgãos governamentais um olhar mais robusto voltado para a sua integridade, bem como a segurança de quem a usufrui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo realizar o estudo e análise de uma ponte, analisar suas patologias em sua estrutura, pavimento e revestimento. Na sua visita foi fácil perceber várias patologias, não de alta complexidade e sim de fácil manutenção onde pode levar a vida útil da ponte durar mais, porem o maior problema percebido é a falha

em uma das partes do guarda corpo que encontrasse quebrado. Ainda assim, se faz necessário manutenção preventiva anualmente principalmente na pista de rodagem onde sobre mais desgastes pelo fato de haver muito trânsito de veículos pesados.

REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6118** Projeto de estruturas de concreto – Procedimento. Rio de Janeiro ABNT,2014.

BAUER, Falcão. **Materiais de Construção**. Rio de Janeiro Ltc, 2008.

CÁNOVAS, M. F. **Patologia e Terapia do Concreto Armado**. Coord. Bauer, L. A. Falcão. Trad. Marcondes, M. C.; Santos, W. F.; Canabrava, B. São Paulo: Pini, 1988.

CARVALHO, Roberto Chust. **Cálculo de Detalhamento de Estruturas Usais de Concreto Armado**. São Carlos Edufscar,2010.

HELENE, P. R. L. **Manual Prático para Reparo e Reforço de Estruturas de Concreto**. São Paulo: PINI, 1992.

SOUZA, V. C. M.; RIPPER, T. **Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto**. São Paulo: Pini, 1998

SICHERI, E. P. et al. **Considerações Sobre Corrosão de Armaduras e Durabilidade das Estruturas de Concreto**. São Carlos: EESC, 2004.

ANÁLISE DE EFICIÊNCIA DE UM SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTE PROVENIENTE DE UM PROCESSO DE PRODUÇÃO DE VINHO NA REGIAO DE PINHEIRO PRETO - SC

Mauricio Cagnin

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Roger Francisco Ferreira de Campos

Universidade Federal Tecnológica do Paraná - UTFPR, Curitiba, Brasil

RESUMO

A legislação brasileira é muito rigorosa com as indústrias no que diz respeito à responsabilidade ambiental e o tratamento de efluentes da produção industrial. Não é para menos, as indústrias são os maiores poluentes do País e despejam, anualmente, milhares de toneladas de rejeitos tóxicos nas águas de rios e córregos, além de atingir também lençóis freáticos. Atualmente, um dos problemas mais sérios que afetam o meio ambiente é a poluição química de natureza orgânica ou inorgânica, decorrente dos despejos residenciais e industriais. Define-se como poluição qualquer alteração física, química ou biológica que produza modificação no ciclo biológico normal, interferindo na composição da fauna e da flora do meio. A poluição aquática, uma das mais sérias, provoca mudanças nas características físicas, químicas e biológicas das águas, as quais interferem na sua qualidade, impossibilitando o seu uso para o consumo humano. Para o desenvolvimento do presente estudo utilizou-se a revisão bibliográfica narrativa por meio do método dedutivo, com o embasamento técnico de livros e trabalhos acadêmicos sobre a temática do estudo e o esquema de tratamento que é feito na empresa localizada no município de Pinheiro Preto - SC, pois o método que a empresa utiliza é viável.

Palavras-chave: Efluentes indústrias, ETE, Produção de vinho.

INTRODUÇÃO

Perante dos resultados a indústria responsável terá que responsabilizar pelo tratamento eficaz de seu efluente para assim retornar a sua origem, onde o tratamento de efluente virou uma grande importância ambiental sendo criado o Código das Águas em 1934, decreto 24.643 que mostra um grande passo para esse assunto, se tornando o primeiro a abordar, logo permitiu que fosse criado a Lei de nº 6.803 de 1980 onde estabelece que toda indústria deve tratar seu efluente (ABNT; 2002). Diferentes formas de tratamento podem ser utilizadas para os efluentes vinícolas e dentre elas destacam-se os processos físicos, químicos e biológicos (ROCHARD; VIAUD, 2000). Uma primeira contingência é que a geração dos efluentes está ligada intrinsecamente com a safra da uva. No Brasil, as regiões produtoras apresentam safra com colheita única, com exceção do Vale do São Francisco, único vinhedo do mundo com duas colheitas anuais (IBRAVIN, 2013). Tendo em vista este tipo de tratamento é de tal forma importante, para não haver contaminação da água e que os despejos sejam de

feitos de forma limpa apresentando o método que é feito na empresa localizada em no município de Pinheiro Preto – SC.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizado um estudo de revisão bibliográfica narrativa, por meio do método dedutivo, acerca de resultados de estudos já concluídos de tratamento de efluentes industriais. Na atividade vinícola é evidente o consumo de água, segundo Pirra (2005) para cada 1 L de vinho produzido é gerado 1 L de efluente. De acordo com Lucas (2009) esta proporção varia de 1,3 a 1,5 L de efluente gerado por litro de vinho produzido. Nas operações de prensagem e esmagamento até a elaboração dos produtos finais, são consumidos 6 L de água por litro de vinho produzido (LIFE, 2004). Onde por meio de hipótese genérica chegar a uma conclusão por meio de dedução de análise de dados já concluído de artigos, livros e monografias referentes ao tema da questão, sendo que o efluente apresente um fluxograma por completo para sua total eficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de efluente de uma vinícola o é caracterizado por conter substâncias corantes, como as antocianinas (ARVANITTOYANNIS et al., 2006). A antocianina é um composto extraído da casca da uva, uma substância indicadora que muda de tonalidade em função do pH. Mudanças estruturais ocorrem com a variação do pH e são responsáveis pelo aparecimento das espécies com colorações diferentes (TERCI e ROSSI, 2002). Além de possuir está característica, pode – se dizer que existe outros fatores no efluentes, como vidro, tampas, embalagens, xaropes e outros elementos.

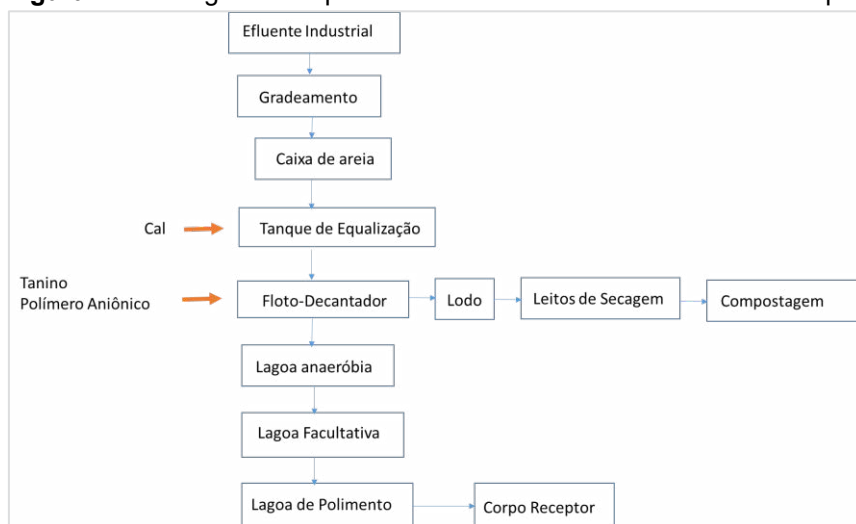
O tratamento de efluentes vinícolas da região dos Vinhos Verdes que utiliza processos biológicos aeróbios (sistema de lamas ativadas), permite reduzir a respetiva carga poluente em termos de Carência Química de Oxigénio (CQO), Sólidos Suspensos Totais (SST) e níveis de pH a valores muito próximos dos limites legais estabelecidos por lei para a descarga de efluentes na rede de coletores.

Figura 01: Características gerais dos efluentes vinícolas.

| | Efluente vinícola (sem borras) | Efluente vinícola "típico" | Subprodutos vinícolas (borras, terras, etc.) | Efluente de adega cooperativa do Minho (2004) |
|---|--------------------------------|--|--|---|
| CQO (g L⁻¹) | 1 a 10 | 10 a 15 | 150 a 250 | 1,2 a 10,3 |
| CBO₅ (g L⁻¹) | 1,5 a 6 | 4,5 a 15 | 120 | --- |
| SST (g L⁻¹) | 0,5 a 1 | 1 a 5 | 50 a 70 | 0,38 a 5,2 |
| pH | 4,5 a 6,5 | 4,1 a 6 (10 a 13 em período de destaratarização) | 3 a 4 | 5,7 |
| Nt (mg L⁻¹) | 5 a 15 | 13 a 400 | --- | 12 a 93 |
| P (mg L⁻¹) | 0 a 3 | 5 a 77 | --- | 23 |
| K (mg L⁻¹) | --- | 80 a 260 | 320 a 540 | --- |

A empresa do estudo está localizada no município de Pinheiro Preto - estado de Santa Catarina, a empresa do estudo exerce a atividade de código n.º 27.10.00 - Fabricação e engarrafamento de vinho, conforme CONSEMA 98/2017. Está licenciada através da Licença Ambiental de Operação – LAO nº 1032/2014, Processo FATMA nº IND/00142/CRP e uma área útil de 0,60 ha, ou seja, 6.000 m². Utiliza um fluxograma de efluente completos para obter os resultados a cima, contudo é de forma geral as vinícolas utilizar este fluxograma conforme a Figura 2.

Figura 2 – Fluxograma do processo de tratamento de efluente da empresa do estudo;



Fonte – O Autor 2020

Gradeamento - Com o objetivo da remoção de sólidos grosseiros capazes de causar entupimentos e aspecto desagradável nas unidades do sistema de tratamento são utilizadas grades mecânicas ou de limpeza manual. O espaçamento entre as barras varia normalmente entre 0,5 e 2 cm.

Caixa de Areia - A caixa de areia retém os sólidos menores, que passaram pelo gradeamento. A caixa tem velocidade baixa de fluxo, o que permite a

deposição de areia e outras partículas no fundo, que é constantemente “raspado” e limpo. Os resíduos retirados são enviados para aterro sanitário licenciado pela Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), pois não conseguem ser reaproveitados em qualquer outro processo.

Tanque de Equalização - Tanques desenvolvidos a fim de assegurar elevada resistência física a ruptura por tração e química a ácidos, bases, sais e solventes orgânicos e inorgânicos. Podem ser fabricados também em PRFV ou polipropileno.

Floto – Decantador - Normalmente conhecido como “ACCELATOR” eficiente as fases de mistura, coagulação e floculação das partículas dissolvidas e conduzidas para câmaras anexas para uma separação de duas fases. A porção clarificada é vertida por meio de canaletas para o fim que se destina e a porção decantada é drenada pelos fundos da câmara de sólidos.

Lodo Ativo - O processo é fundamentado no fornecimento de oxigênio (ar atmosférico ou oxigênio puro), para que os micro-organismos biodegradem a matéria orgânica dissolvida e em suspensão, transformando-a em gás carbônico, água e flocos biológicos formados por micro-organismos característicos do processo.

Primeira lagoa - Lagoa anaeróbia: possui a finalidade de estabilizar a matéria orgânica, através da fermentação anaeróbia, imediatamente abaixo da superfície, não existindo oxigênio dissolvido

Segunda lagoa – Lagoa Aeróbia: tem a finalidade de estabilizar a matéria orgânica, quando existir o equilíbrio entre a oxidação e a fotossíntese, para garantir condições aeróbias em todo o meio. Nesta lagoa possui o sistema de aeração superficial, (composto por um aerador).

Terceira Lagoa – Lagoa de Maturação e ou Polimento: neste processo a finalidade é reduzir as bactérias, bem como os sólidos em suspensão, nutrientes e a demanda bioquímica de oxigênio (DBO)

As análises a cima levaram o autor considerar a importância do fluxograma do processo, pelo fato de se algum fator ocorrer errado todo o processo pode ser contaminado. Comparando com o processo feito no vale dos vinhos a empresa localizada em Pinheiro Preto – SC, fica claro que possui um sistema eficiente de funcionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sistemas de tratamento devem ser utilizados não só com o objetivo mínimo de tratar os efluentes, mas também atender a outras premissas. Um ponto importante a ser observado é que não se deve gerar resíduos desnecessários pelo uso do tratamento. A estação de tratamento não deve gerar incômodos seja por ruídos ou odores, nem causar impacto visual negativo. Deve-se sempre tratar também os esgotos sanitários gerados na própria indústria, evitando-se assim a sobrecarga no sistema público. Assim cada indústria deve controlar totalmente a sua carga poluidora. Podemos sintetizar que um bom sistema de tratamento é aquele que pode ser visitado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo fornecimento da bolsa de extensão, por meio Programa de Bolsa Universitária de Santa Catarina - UNIEDU, por meio do Artigo 171º e o presente coordenador Roger Francisco Ferreira do Campos.

REFERÊNCIAS

SANTOS, M.S.; RIBEIRO, F.M. **Cervejas e refrigerantes**. São Paulo: CETESB, 2005.58p. Disponível em: Acesso em 07/11/2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9898: Preservação e técnicas de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores**. Rio de Janeiro, 1987.

FERREIRA, F.D.; CORAIOLA, M. **Eficiência do lodo ativado em fluxo contínuo para tratamento de esgoto**. Revista Acadêmica Ciência Animal, v.6, n.2, p.259-279, abr./jun. 2008.

BORSOI, Z. M. F.; TORRES, S. D. A. **A Política de Recursos Hídricos no Brasil**. Revista do BNDES, n 8, p. 1-15, 1997.

POR QUE EMPRESAS devem optar pelo tratamento de efluentes domésticos. **Tera ambiental**. Disponível em: Publicado em: 06 fev. 2014. Acesso em: 15 abr. 2015.

SILVA, F.; PIRRA, A., SOUSA J.; ARROJA L.; CAPELA I. **Biodegradation Kinetics of Winery Wastewater from Port Wine Production**. Chem. Biochem. Eng. Q 25 (4) 493-499. 2011.

ROCHARD, J. VIAUD, M. (2000). **Les filières d'épuration des effluents vinicoles**. Groupe Technique-efluents vinicoles, Institut Technique du Vin, France, 86 pp

IBRAVIN - **Instituto Brasileiro do Vinho**. **Avaliação setorial de 2013**. Dados estatísticos. Disponível em . Acesso em 20 jun. 2013.

PIRRA. Antonio Jose Duque. **Caracterização e tratamento de efluentes vinícolas da região demarcada do douro**. Dissertação para obtenção do grau de Doutor. Departamento de Fitotecnia e Engenharia Rural. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 2005. Portugal.

TERCI, D. B. L.; ROSSI, A. V. **Indicadores naturais de pH: usar papel ou solução**. Química Nova, São Paulo, v. 25, p. 684-688, n.4, 2002.

INCIDÊNCIA DE DIABÉTICOS TIPO II E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÕES NA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Fernanda Santos Bueno, naanda.bueno@hotmail.com
Luiza Mezzomo Toazza, luizamezzomotoazza@hotmail.com

RESUMO

O diabetes mellitus é uma doença crônica, a qual pode ser causada por dois fatores: o pâncreas não é mais eficiente na formação da insulina, ou o próprio organismo não consegue utilizar de maneira correta a insulina que produz. A insulina é um hormônio produzido pelo pâncreas, a qual atua como uma chave, permitindo assim, a entrada da glicose advinda dos alimentos, da corrente sanguínea para as células do corpo, gerando a produção de energia. Objetivou-se nesta revisão analisar o índice de diabéticos tipo II no Brasil, explorando-se também as principais causas, assim como hábitos de vida dos indivíduos portadores da patologia examinada, por meio da busca de informações em bases de dados científicos como Biblioteca Virtual em saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), no período de fevereiro a maio de 2020. De acordo com a SBD existem três tipos principais de diabetes: tipo 1, tipo 2 e gestacional. Cerca de 90% de todos os casos de diabetes estão relacionados ao tipo 2, sendo esse mais comum em adultos. Assim, estratégias de intervenções, como incentivo a atividade física e alimentação saudável, visa combater de modo a antecipar os reais problemas que pode ocasionar, desde a problemas físicos dos indivíduos, até aos problemas de saúde pública e econômica do país como um todo.

Palavras-chave: Diabetes mellitus. Diabetes Mellitus tipo 2. Hormônios Pancreáticos. Autocuidado. Glicemia.

INTRODUÇÃO

De acordo com Federação Internacional de Diabetes, cerca de 90% de todos os casos de diabetes estão relacionados à diabetes mellitus tipo 2, sendo essa, considerada atualmente como uma epidemia mundial (IDF, 2013). Estimativas apontam que no ano de 2010, 285 milhões de pessoas acima de 20 anos viviam com diabetes, sendo que em 2030 esse índice pode alcançar 439 milhões (SHAW, SICREE, ZIMMET, 2010). Supõe-se, ainda, que cerca de 50% dos indivíduos portadores de diabetes mellitus tipo 2 desconhecem que possuem tal patologia (SHAW, SECREE, ZIMMET, 2010).

Segundo a IDF, aproximadamente 11,9 milhões de brasileiros possuíam Diabetes Mellitus tipo 2 em 2013, ocupando, assim, a quarta posição entre os países com o maior número de diabéticos (BERTOLDI et al., 2013).

Os principais motivos que comprovam o aumento da incidência e prevalência do diabetes mellitus tipo 2 em todo o mundo, são explicados principalmente pelo envelhecimento da população, preponderância da obesidade e sedentarismo, assim como os processos de urbanização (WHO, SBD, 2014). Tal circunstância tem provocado um alto custo social e financeiro

ao paciente, assim como ao sistema de saúde, já que o diabetes mellitus tipo 2 está associado, também, a complicações como insuficiência renal, amputação de membros inferiores, cegueira, doença cardiovascular, entre outras (IDF, 2013).

Em virtude da pertinência do diabetes mellitus tipo 2 como problema de saúde pública no Brasil e no mundo, objetivou-se neste trabalho analisar o índice de diabéticos tipo II no Brasil, levando em consideração os hábitos e estilos de vida dos indivíduos portadores da patologia examinada.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão da literatura acerca da incidência de diabéticos tipo 2 em âmbito nacional. A pesquisa de bibliografia respaldou-se em artigos científicos publicados em bases de dados como Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Além disso, inclui-se também nesse estudo a revisão de literaturas e órgãos governamentais, como a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), os quais fazem alusão à incidência de diabéticos tipo 2 no Brasil.

Ademais, essa pesquisa complementa-se através das causas mais propícias que levam o indivíduo a desenvolver tal patologia, assim como os hábitos e estilos de vida do indivíduo portador de diabetes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O diabetes mellitus (DM) é um transtorno metabólico determinado pela elevação dos níveis de glicose na corrente sanguínea, a hiperglicemia persistente, como consequência da deficiência na produção de insulina pelo pâncreas, como também no seu funcionamento. Esta patologia identifica-se como uma doença crônica, a qual pode ocasionar complicações ora a pequeno, ora a longo prazo, carecendo táticas multifatoriais de redução de risco, além do controle glicêmico (IDF, 2020; SBD, 2020; ADA, 2020).

Ainda que existem inúmeras fontes as quais influenciam o progresso do diabetes tipo 2, é perceptível que os mais eminentes estão relacionados aos hábitos e estilos de vida do indivíduo, associados à urbanização; a exemplo: consumos alimentícios pouco saudáveis, sedentarismo, escassez de atividades físicas, processo de industrialização, entre outros (IDF, 2020). A terapêutica deve englobar mudanças no estilo de vida do sujeito, como uma alimentação salubre, assim como uma rotina de vida mais ativa (MAHAN, ESCOTT-STUMP, RAYMOND, 2012).

O predomínio do Diabetes Mellitus tipo 2 ocorre na população acima de 30 anos, de acordo com o Ministério da Saúde. Esse tipo de patologia, tem crescido de maneira alarmante, em decorrência de inúmeras causas (MARQUES et al., 2012). Apesar da doença ser controlada por algumas mudanças nos hábitos e estilo de vida do indivíduo, em alguns momentos é necessário a intervenção por meio de medicamentos também, como uma forma de auxílio no tratamento.

O conhecimento acerca da doença auxilia para o sucesso da terapêutica, principalmente através do autocuidado do indivíduo (OLIVEIRA, 2002). Em relação à descoberta do diagnóstico, em diversas vezes os pacientes passam por algumas fases até chegar à aceitação da doença, entre elas: negação,

revolta, depressão e raiva (PÉRES, et al., 2008). Tal desprezo normalmente é causado justamente pelo fato de que o indivíduo terá diversas limitações, além de ter que conviver com uma doença que ainda não tem cura (PÉRES et al., 2007).

Em um estudo realizado por Silva et al. (2002), foram avaliados 33 pacientes diabéticos tipo II, relacionando-os à prática de exercícios físicos, assim, verificou-se que em indivíduos que praticam atividade física ocorreu uma diminuição da glicemia de jejum, triglicerídeos, hemoglobina glicada, assim como IMC; além disso, ocorreu uma melhoria no rendimento cardíaco, como também um aumento do HDL-c, comprovando, assim, a relevância da realização de exercícios físicos norteados.

O alcance de alimentos mais pertinentes ao tratamento e a influência familiar em consumir determinado alimento muitas vezes acaba se tornando um obstáculo na adesão das recomendações nutricionais. A falta de clareza do custo-benefício entre a aderência das instruções propicia o risco da descompensação glicêmica (SILVA et al., 2003).

Conforme a *American Diabetes Association*, a estratégia nutricional mais aconselhável é fundamentada na Pirâmide Alimentar, a qual se baseia em uma alimentação variada, moderada e equilibrada (ADA, 2005). Para auxiliar o processo, existe um manual alimentar ajustado para a população brasileira; nesse manual são estipuladas cinco dietas padrão (1500Kcal, 1600Kcal, 1800Kcal, 2000Kcal e 2200Kcal), com repartição dos macro nutrientes: lipídios (20-30%), proteínas (10-15%) e carboidratos (50-60%) (PHILIPPI et al., 1999).

É imprescindível que o paciente diabético cumpra a dieta, para assim ter mais chances de sucesso em seu tratamento. Diversos estudos apresentam uma baixa aderência pela parte dos indivíduos no quesito adesão da dieta apropriada (WILLIAMSON, 2000). Pesquisas indicam que o Diabetes Mellitus abrange todas as classes sociais; tal fator tem intensas correlações com a maneira na qual as pessoas se alimentam. Na contemporaneidade, o padrão dietético compreende uma alta ingestão de colesterol, carboidratos, gorduras totais e açúcares, em contraponto, baixo teor de fibras e ácidos graxos, relacionado a um estilo de vida inativo, sedentário. Deste modo, a qualidade alimentícia e o planejamento da dieta se tornam deterioradas (MONTEIRO et al., 2003).

CONCLUSÃO

Diabetes mellitus está sendo considerada uma epidemia mundial atualmente, desafiando o sistema de saúde de todo o mundo, bem como colocando imensa pressão sobre a produtividade e o crescimento econômico territoriais, devido ao auto gasto com medicamentos de controle para a doença em apreço. Mais precisamente, a Diabetes mellitus tipo 2 é considerada a mais comum entre os adultos, a qual requer um tratamento médico regular e um controle glicêmico certo, conseqüentemente, uma vida salubre, atividade física regular, dieta saudável e medicamentos doseadamente corretos. Porém, a DM é influenciada por complexa interação de fatores comportamentais, genéticos e socioeconômicos, fugindo do controle individual. Assim, conclui-se que estratégias de intervenções, como incentivo a atividade física e alimentação saudável, como primeira medida (antes mesmo do incentivo aos tratamentos medicamentosos), oferecidos pelo IDF em conjunto com a Sociedade Brasileira

de Diabetes, visa combater de modo a antecipar os reais problemas que pode ocasionar, desde a problemas físicos dos indivíduos, até aos problemas de saúde pública e econômica do país como um todo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIACAO AMERICANA DE DIABETES – ADA, 2020

BERTOLDI, Andréa D. et al. Epidemiology, management, complications and costs associated with type 2 diabetes in Brazil: a comprehensive literature review. **Globalization and health**, v. 9, n. 1, p. 62, 2013. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1186/1744-8603-9-62>>. Acesso em: 04, jul. 2020.

COATES, V. E. Educational issues relating to people with longterm health problems. **Coates VE Education for patients and clients**. London: **Rutledge**, p. 135-60, 1999.

DIEZ GARCIA, Rosa Wanda. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, v. 16, n. 4, p. 483-492, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732003000400011&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 07, jun. 2020.

FEDERACAO INTERNACIONAL DE DIABETES – IDF, 2020

MAHAN, Kathleen L.; ESCOTT-STUMP, Sylvia; RAYMOND, Janice L. **Krause Alimentos, Nutrição e Dietoterapia**. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Marques, H. S., & ; Luana Pereira de Sousa , L. P.,& Domingos, N. A. M. Diabetes Tipo II : qualidade de vida e aspectos psicológicos. **Arquivos Ciências Da Saúde**, v.19, n.2, p.16–22, 2012. Disponível em: <http://repositorio-racs.famerp.br/racs_ol/vol-19-2/ID464-Rev-19-abr-jun-2012.pdf>. Acesso em: 07, jun. 2020

MICHELS, Murilo José et al. Questionário de Atividades de Autocuidado com o Diabetes: tradução, adaptação e avaliação das propriedades psicométricas. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 54, n. 7, p. 644-651, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302010000700009>. Acesso em: 13, jun. 2020.

MONTEIRO, Carlos Augusto; CONDE, Wolney Lisboa. Tendência secular da desnutrição e da obesidade na infância na cidade de São Paulo (1974-1996). **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 6, p. 52-61, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102000000700008&script=sci_arttext>. Acesso em: 10, jun. 2020.

OLIVEIRA, Rogério F. **Diabetes dia-a-dia: guia para o diabético, seus familiares, amigos e membros das equipes de saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

PÉRES, Denise Siqueira; Santos MA, Zanetti ML, Ferronato AA. Dificuldades dos pacientes diabéticos para o controle da doença: sentimentos e comportamentos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem de Ribeirão Preto**, v.15, n.6, p.1105-1112, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/16184>>. Acesso em: 08, jun. 2020.

PHILIPPI, Sonia Tucunduva et al. Pirâmide alimentar adaptada: guia para escolha dos alimentos. **Revista de nutrição**, v. 12, n. 1, p. 65-80, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52731999000100006&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 07, jun. 2020.

SHAW, Jonathan E.; SICREE, Richard A.; ZIMMET, Paul Z. Global estimates of the prevalence of diabetes for 2010 and 2030. **Diabetes research and clinical practice**, v. 87, n. 1, p. 4-14, 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S016882270900432X>>. Acesso em: 04, jul. 2020.

SILVA, Carlos A. da. LIMA, Walter C. de. Efeito benéfico do exercício físico no controle metabólico do diabetes mellitus tipo 2 a curto prazo. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 46, n. 5, p. 550-556, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0004-27302002000500009&script=sci_arttext>. Acesso em: 08, jun. 2020

SILVA, Isabel et al. Qualidade de vida e complicações crônica da diabetes. **Análise psicológica**, v. 21, n. 2, p. 185-194, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0870-82312003000200005&script=sci_arttext&lng=en>. Acesso em: 09, jun. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES – SBD, 2020

TOOBERT, Deborah J.; HAMPSON, Sarah E.; GLASGOW, Russell E. The summary of diabetes self-care activities measure: results from 7 studies and a revised scale. **Diabetes care**, v. 23, n. 7, p. 943-950, 2000. Disponível em: <<https://care.diabetesjournals.org/content/diacare/23/7/943.full.pdf>>. Acesso em: 13, jun. 2020.

WILLIAMSON, Amy R. et al. Recommendations of dietitians for overcoming barriers to dietary adherence in individuals with diabetes. **The Diabetes Educator**, v. 26, n. 2, p. 272-279, 2000. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/014572170002600207>>. Acesso em: 09, jun. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **Global status report on noncommunicable diseases 2014**. World Health Organization, 2014.

Arbitragem no âmbito internacional: Arábia Saudita, Coréia do Sul e Emirados Árabes Unidos

Cláudio Antônio Klaus Júnior¹
Thiara Zen²

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma visão geral, sistema jurídica e especificamente legislação referente à arbitragem na Arábia Saudita, Coréia do Sul e nos Emirados Árabes Unidos

Palavras-chave: Arbitragem. Direito comparado. Arábia Saudita. Coréia do Sul. Emirados Árabes Unidos.

Enquanto a arbitragem não é novidade no Brasil, sua utilização ainda não é difundida completamente. O presente estudo agrega informações sobre os processos de arbitragem no âmbito internacional, especificamente na Arábia Saudita, Coréia do Sul e Emirados Árabes Unidos. (ABBADI, 2018).

Suas raízes são antigas, mas a prática atual de arbitragem aplicada entre partes comerciais e administrada por instituições de arbitragem só começou após a Segunda Guerra Mundial (ABBADI, 2018).

A arbitragem é um mecanismo necessário para resolver disputas nos sistemas jurídicos contemporâneos. O aumento da globalização do comércio mundial, transações comerciais transfronteiriças e investimento estrangeiro destacam a necessidade de harmonia entre os sistemas legais e os processos alternativos de adjudicação. A arbitragem é a melhor opção para resolver disputas entre particulares. (ABBADI, 2018)

Por muito tempo, serviu como o principal meio de julgar disputas comerciais e de investimento e se tornou o padrão para resolver disputas de transações e empregos de consumidores em algumas localidades. (ABBADI, 2018)

A Arábia Saudita moderna foi fundada em 1932 quando o rei Abdulaziz uniu todas as províncias da Arábia. A escolha de governar com base na doutrina islâmica segue o legado histórico do Islã na região, assim, a Sharia é a fonte do sistema jurídico do país. Seus filhos governam a Arábia Saudita e a Lei Básica de Governança define o sistema de governo saudita como uma monarquia na qual o monarca serve como chefe de todos os ramos do governo. (ABBADI, 2018).

A arbitragem, como uma forma ocidental moderna de resolução de disputas, tornou-se uma característica importante das transações e contratos comerciais

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Acadêmico do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Internacional UNINTER e Pesquisador do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Internacional UNINTER. juniorklaus8@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3298-7818>

² Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade linha de pesquisa Sociedade, Cidadania e Segurança Pública. Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário, pela UNIARP - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Possui graduação em Direito pela Universidade do Contestado. thiara@uniarp.edu.br.

internacionais. A Arábia Saudita ratificou a Convenção de Nova York³ e promulgou uma nova Lei de Arbitragem em 2012:

Lei de Arbitragem da Arábia Saudita de 2012 substituiu a Lei de Arbitragem de 1983 e transformou os processos de arbitragem no sistema judicial saudita. A nova [...] Lei de Arbitragem não exige que as partes obtenham consentimento prévio das autoridades para concordar com a arbitragem ou arbitrar suas disputas. A Lei de 2012 também faz com que a autoridade competente para arbitragem reivindique o tribunal de apelação do tribunal com jurisdição original sobre a disputa” (ABBADI, 2018, p. 56, tradução livre).

A Lei de Arbitragem, como qualquer outra lei ou regulamento na Arábia Saudita, deve cumprir a Sharia. Um juiz de execução pode invalidar qualquer acordo ou sentença arbitral que viole os princípios e regras da Sharia, sem uma solicitação de qualquer das partes, como uma questão de ordem pública. Ainda, proíbe as partes ou tribunais arbitrais de violar as regras da Sharia, conforme discutido no Capítulo III: Políticas Públicas na Arbitragem Saudita. (ABBADI, 2018)

A lei permite que as partes selecionem suas próprias regras processuais, incluindo as regras das instituições internacionais de arbitragem ou regras *ad hoc* de arbitragem, desde que essas regras não contradigam a Sharia ou a política pública da Arábia Saudita. (ABBADI, 2018)

A República da Coreia, conhecida como Coreia do Sul, é um dos países cuja economia se desenvolveu rapidamente nas últimas quatro décadas. De acordo com o Banco Mundial, em 2016, a Coreia possuía a décima primeira maior economia do mundo e ocupava o oitavo lugar no mundo para o comércio. Considerando sua massa terrestre, população e recursos naturais. Desta feita, o processo de internacionalização dos produtos produzidos no país também teve e mantém um crescimento exponencial. (PARK, 2018)

A Lei de Arbitragem da Coreia (KAA) foi promulgada pela primeira vez em 1966, quando a Coreia conquistou sua independência do Japão. Foi alterada em 1999 após duas emendas parciais, uma em 1973 e outra, mais tarde, em 1993. A lei de 1999 foi utilizada até estabelecer-se uma nova lei de arbitragem nacional coreana, em outubro de 2016. Na época, entendia-se que a adoção da lei no modelo da UNCITRAL (Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional) poderia melhor permitir um sistema jurídico unificado perante o Tribunal Internacional de Arbitragem (PARK, 2018). A lei traz uma definição de arbitragem em seu artigo 3.1, *in verbis*:

Arbitragem significa um procedimento para resolver qualquer disputa que envolva interesse econômico, não pela sentença de um tribunal, mas pela decisão de um árbitro, conforme acordado pelas partes. Além disso, qualquer disputa que não envolva interesse econômico, mas pode ser resolvido por acordo das partes, podendo ser resolvido por arbitragem” (PARK, 2018, p. 157-158, tradução livre).

Os Emirados Árabes Unidos são um pequeno país localizado na Península Arábica, fundada em 2 de dezembro de 1971, pela unificação de sete Emirados: Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Fujairah, Ras Al Khaimah Umm, Al Quwain e Ajman. Este país em desenvolvimento tem como objetivo se tornar um centro de comércio

³ Ver Decreto nº 4.311, de 23 de julho de 2002, sobre a Convenção de Nova York de 10 de junho 1958.

mundial no Oriente Médio e não deseja depender de uma única fonte de receita, verificando as diferentes alterações e fatores de sustentabilidade quanto ao petróleo e o turismo. Os Emirados Árabes Unidos têm trabalhado para ampliar suas fontes de receita e, por sua vez, atrair investidores de todo o mundo para, nos EAU, basear suas operações. (ABDULLA, 2017)

Em geral, os Emirados Árabes Unidos são considerados governados por um sistema de direito civil, embora se entenda que alguma legislação é influenciada em graus variados pela lei islâmica da Sharia. A Sharia ganha seu poder com a constituição dos Emirados Árabes Unidos, o que dá aos preceitos da Sharia uma base no sistema jurídico civil do país. Portanto, os Emirados Árabes Unidos podem ser considerados como tendo um sistema jurídico misto, em vez de ser governado por um código jurídico puramente civil (ABDULLA, 2017).

Os Emirados Árabes Unidos são um Estado relativamente recém-formado, e a arbitragem é um assunto e campo de estudo relativamente novo no país. A prática da arbitragem ainda não encontrou uma posição permanente entre as várias formas de solução de controvérsias nos Emirados Árabes Unidos, no entanto, a arbitragem se tornou um método popular de resolução de disputas, especialmente em questões relacionadas ao comércio, família e certas transações civis (ABDULLA, 2017).

O desenvolvimento contínuo das instituições dos Emirados Árabes Unidos incentivou o governo a melhorar as leis nos Emirados Árabes Unidos e a unificar os procedimentos civis nos tribunais; esse esforço se manifestou na unificação da lei de procedimentos civis. Como a arbitragem é considerada um método de solução de controvérsias, os redatores dos procedimentos civis a incluíram nesta lei para regulá-la, também incluíram a tratados internacionais, como a convenção de Nova York (ABDULLA, 2017).

Enquanto existe a necessidade e recomendação de um estudo mais aprofundado do sistema legal, direito comparado e práticas comuns nos países mencionados, e isso se coloca como limitação do presente estudo, é importante observar como o assunto é tratado em outras regiões do globo.

Coloca-se também como fator limitante a baixa difusão do vocabulário jurídico da língua inglesa para o português, encontrando poucas fontes na língua pátria para consulta e comparação.

Agradecimentos à *Penn State Law*, faculdade de direito da *Pennsylvania State University*, por disponibilizar as dissertações dos egressos dos programas de doutorado em ciências jurídicas (S.J.D.).


REFERÊNCIAS

ABBADI, Saleh Mubarak Bin. **Arbitration in Saudi Arabia: The Reform of Law and Practice (2018)**. Dissertação (SJD) - Penn State Law, 2018. Disponível em: <https://elibrary.law.psu.edu/sjd/9/>. Acesso em: 6 Jun. 2020.

ABDULLA, Abdulrahim Mohammad Ibrahim. **Assessing the United Arab Emirates Decisional Law on Arbitration**. Dissertação (SJD) - Penn State Law, 2017. Disponível em: <https://elibrary.law.psu.edu/sjd/8>. Acesso em: 6 Jun. 2020

PARK, Eunok. **The Evolving Korean Statutory Law on Arbitration.**
Dissertação(SJD) - Penn State Law, 2018. Disponível em:
<https://elibrary.law.psu.edu/sjd/14>. Acesso em: 6 Jun. 2020.

Fortalecimento de preconceitos étnicos, de gênero e religiosos durante a pandemia de COVID-19

Cláudio Antônio Klaus Júnior, estudante de Direito na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, e estudante de Relações Internacionais e participante do programa de iniciação científica da UNINTER. juniorklaus8@gmail.com.
 <https://orcid.org/0000-0003-3298-7818>

Resumo: Através da análise de dois estudos, um realizado no Brasil e outro na Inglaterra, e também de um relatório da Fundo de População das Nações Unidas, apresenta-se um aparente fortalecimento de preconceitos étnicos, de gênero e religiosos durante a pandemia de COVID-19. Apresenta-se uma das ferramentas para publicização dos abusos aos direitos fundamentais: Observatório ANAJURE das Liberdades Civas Fundamentais. Conclui-se que existe uma necessidade de preparar-se para a realidade pós-pandêmica de forma a evitar os preconceitos e proteger as liberdades fundamentais mencionadas no texto da carta-magna nacional. Também, observa-se a necessidade de a comunidade internacional cooperar para que tais preconceitos e violações possam ser abordados satisfatoriamente, garantindo assim um futuro mais pacífico com políticas que punem a xenofobia, o antissemitismo e o racismo, além de uma sociedade mais consciente e com menos extremismo.

Palavras-chave: Preconceito. Xenofobia. Violência de gênero. COVID-19.

Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar estudos relacionados ao fortalecimento de preconceitos étnicos, de gênero e religiosos durante a pandemia de COVID-19. Para este trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica básica. A pandemia tem o Brasil como seu epicentro, como reação o país tem utilizado de várias ferramentas jurídicas, desde fevereiro, editando uma profusa legislação emergencial, que tem a pretensão de adequar o ordenamento jurídico ao cenário decorrente da disseminação do novo coronavírus.

Com a edição de tais leis, existem novas possibilidades de cerceamento de direitos e também de abusos. Além de tais possibilidades serem evidentes no meio legal, também verifica-se a população com tendências xenofóbicas, além das maiores possibilidades de violência de gênero e novas razões para a intolerância religiosa.

Migrantes, Refugiados e Apátridas em território nacional

Em pesquisa de MARTUSCELLI (2020) mostrou-se que refugiados são desproporcionalmente afetados pelas respostas brasileiras à pandemia do

COVID-19, para o estudo, foram entrevistados 29 refugiados vivendo nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Durante as entrevistas, foram consideradas as respostas adotadas pelo governo brasileiro (no nível federal) em resposta ao COVID-19. Concluiu-se que refugiados são afetados pelo fechamento das fronteiras e possuem seus direitos à documentação, acesso à saúde e assistência social (incluindo ao benefício emergencial) violados.

O direito ao reagrupamento familiar, por exemplo, é garantido na Lei de Migração (Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: [...] VIII - garantia do direito à reunião familiar - Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017). A união familiar é um princípio da política brasileira de migração. No entanto, não está claro se os familiares de refugiados e imigrantes que não possuem os documentos necessários poderão entrar no Brasil (MARTUSCELLI, 2020).

O COVID-19 afeta muito a comunidade de imigrantes e refugiados [...] houve o fechamento das fronteiras. É bom evitar a entrada de mais doenças, mas quem tinha vistos e passagens aéreas? [...] e quem está do lado de fora e precisa entrar? Você não pode apenas permitir que brasileiros entrem e esqueçam imigrantes cujas famílias estão fora. As pessoas aqui estavam economizando dinheiro e, quando puderam comprar os ingressos, o Brasil fechou as portas. Essa pessoa pode embarcar em um avião ou não? Essas pessoas estão sendo identificadas e têm informações? [...] Essas pessoas têm conexões com o Brasil porque os que as sustentam estão no Brasil (depoimento de refugiado congolês, 40 anos) (MARTUSCELLI, 2020, p. 9, tradução nossa).

Assim, observam-se violações diretas aos direitos das populações que historicamente já são as mais afetadas pelos problemas sociais.

Durante a crise do COVID-19, o Brasil atraiu a atenção da mídia internacional porque os "negadores de coronavírus" do Brasil estão em posições de poder. Ficou claro que houve uma acentuação nos problemas sociais e mesmo ataques às liberdades fundamentais garantidas pela constituição. Esta mesma tendência também foi observada em outros lugares do globo.

Cenário de xenofobia durante a pandemia no exterior

Na Inglaterra, segundo pesquisa de FREEMAN D. (2020), quase metade da população pesquisada acredita em teorias da conspiração sobre o COVID-19. Quase 20% concordaram separadamente que judeus ou muçulmanos eram responsáveis pela disseminação do vírus. A pesquisa, realizada por psicólogos da Universidade de Oxford, alcançou mais de 2.500 pessoas.

Quase metade dos questionados endossou, até certo ponto, a idéia de que "COVID-19 é uma arma biológica desenvolvida pela China para destruir o Ocidente" e cerca de um quinto endossou, em certa medida, que "os judeus criaram o vírus para colapsar a economia para obter ganhos financeiros". Quase 20% também concordaram em certa medida com a afirmação de que "os muçulmanos estão espalhando o vírus como um ataque aos valores ocidentais" (FREEMAN, 2020).

Observa-se então que a realidade de fortalecimento dos preconceitos durante a pandemia não é apenas do Brasil, mas que outros lugares do mundo também têm tido um evidente fortalecimento relacionado ao preconceito étnico e xenofobia. Ainda além da xenofobia, destaca-se o antissemitismo e a islamofobia, frutos da

intolerância cultural e religiosa. O agravante é que os aspectos de gênero e de religião também estão sendo destacados.

Violência de gênero

Em relatório do Fundo de População das Nações Unidas, foi destacado o Impacto do COVID-19 no fim da violência de gênero, neste observou-se que a violência de gênero ocorre em todos os países e grupos econômicos e sociais. No entanto, os recursos globais para encontrar soluções e implementar programas para acabar com a violência baseada em gênero foram limitados durante a pandemia (UNITED NATIONS POPULATION FUND, 2020).

A pandemia do COVID-19 revelou as desigualdades de gênero inerentes e sistêmicas subjacentes às nossas comunidades. Essas desigualdades determinam como a pandemia e suas medidas de resposta resultantes impactam mulheres e meninas (UNITED NATIONS POPULATION FUND, 2020, p.4, tradução nossa).

Para estimar o impacto da pandemia do COVID-19 nos esforços para acabar com a violência de gênero, a Avenir Health modelou um atraso na ampliação dos esforços de prevenção, uma vez que atenção e recursos são dedicados ao COVID-19 e um aumento da violência durante o período de *lockdown*. Assumindo um início lento da expansão dos programas de prevenção (isto é, um atraso de 2 anos em 2020 e 2021), seguido por uma rápida expansão dos programas de prevenção no meio da década, estima-se que 2 milhões de instâncias adicionais de parceiros íntimos é esperada a violência em 2020-2021. Isso se traduz em quase 200 milhões de casos a menos de violência sendo evitados até 2030, uma redução de cerca de um terço em andamento no fim da violência de gênero (UNITED NATIONS POPULATION FUND, 2020).

Também estima-se que a pandemia do COVID-19 aumente os níveis de violência. No curto prazo, é provável que o maior colaborador venha dos efeitos das ordens de permanecer em casa e das restrições de movimento, o que poderia aumentar a exposição das mulheres a parceiros violentos. A conjuntura de tensões domésticas e tensões econômicas também pode desempenhar um papel. Já existem indicações de que a incidência de violência está realmente aumentando, incluindo aumentos nas chamadas para linhas diretas de prevenção da violência e relatos da mídia sobre o aumento de abusos domésticos e homicídios. Os recursos para fornecer apoio, aconselhamento e cuidados pós-estupro durante a pandemia também serão prejudicados (UNITED NATIONS POPULATION FUND, 2020).

Ferramenta para denúncia de abusos

Dada a conjuntura atual, com uma crise de saúde acentuada pelos sentimentos extremistas de xenofobia, intolerância cultural e religiosa, a Associação Nacional de Juristas Evangélicos - ANAJURE lançou o Observatório ANAJURE das Liberdades Civas Fundamentais, com o objetivo de reunir denúncias de violações às liberdades civis fundamentais, especialmente liberdade religiosa, de expressão e de movimento, para monitoramento, documentação de incidentes e adoção das medidas cabíveis em âmbito administrativo ou judicial perante os Poderes da

República Federativa do Brasil e os Tribunais e Organismos Internacionais, seja do sistema ONU, seja do sistema OEA (ANAJURE, 2020).

O Observatório conta com uma equipe de plantão responsável por: (1) analisar e filtrar as denúncias oferecidas; (2) documentar as violações; (3) elaborar e publicar parecer jurídico sobre a matéria; (4) Promover medidas administrativas ou judiciais (ANAJURE, 2020).

A ferramenta colocou-se muito útil e já publicou 28 denúncias ocorridas por todo o território nacional. A região nordeste lidera com 13 casos denunciados. Diversas das denúncias são justamente relacionadas à liberdade religiosa, incluindo casos de interrupção de cultos domiciliares e, inclusive, de transmissão de culto virtual, acentuando a percepção do mencionado fortalecimento de preconceito e também hostilidade contra religiosos.

Conclusão

Em despacho, Reis Friede, Presidente do Tribunal Regional Federal – 2ª Região (TRF2), lecionou:

Por certo, a sociedade brasileira vivencia um momento atípico, presenciando, inclusive, a decretação de calamidade pública pelo Congresso Nacional, em 20 de março do corrente ano, através do Decreto-Legislativo nº 06/2020. Porém, não se pode aproveitar o momento de pandemia mundial e calamidade pública para se permitir a perpetração de afrontas à Constituição da República e ao consagrado Princípio da Separação dos Poderes. Pelo contrário, o momento exige, por parte dos aplicadores do Direito, sobretudo dos Juízes, muito equilíbrio, serenidade e prudência no combate ao inimigo comum (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, 2020, p. 5, tradução nossa).

Assim, observa-se que deve ser exercida a cautela durante o período da pandemia para não se cercearem direitos fundamentais e também existe uma necessidade de preparar-se para a realidade pós-pandêmica de forma a evitar os preconceitos e proteger as liberdades fundamentais mencionadas no texto da carta-magna nacional.

Também, necessitando que a comunidade internacional possa cooperar para que tais preconceitos e violações possam ser abordados satisfatoriamente, garantindo assim um futuro mais pacífico com políticas que punem a violência de gênero, xenofobia, o antissemitismo, o racismo e intolerância religiosa, além de uma sociedade mais consciente e com menos extremismo.

O estudo encontra-se limitado pelos estudos dos autores Freeman (2020) e Martuscelli (2020) e pelo relatório publicado pela Fundo de População das Nações Unidas (2020), recomenda-se a continuação do estudo a medida que mais estudos, pesquisas e relatórios são publicados sobre o cenário ímpar que perpassa a humanidade.

Referências

ANAJURE. **Observatório ANAJURE das liberdades civis fundamentais.** Disponível em: <https://anajure.org.br/observatorio/>. Acesso em 01 Jul. 2020.

FREEMAN D. et al. Coronavirus conspiracy beliefs, mistrust, and compliance with government guidelines in England. **Psychological Medicine**, Cambridge, mai. 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0033291720001890>. Acesso em: 1º Jul. 2020.

MARTUSCELLI, P. N.. Como refugiados são afetados pelas respostas brasileiras ao COVID-19?. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, jun. 2020. ISSN 1982-3134. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81773/77971>. Acesso em: 1º Jul. 2020.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. **Suspensão de liminar ou antecipação de tutela Nº 5002992- 50.2020.4.02.0000/RJ**. Disponível em: <https://www.jota.info/wp-content/uploads/2020/03/suspensao-de-liminar-ou-antecipacao-de-tutela-no-5002992-50-2020-4-02-0000.pdf>. Acesso em 1º Jul. 2020.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). **COVID-19: Reporting on gender-based violence during public health crises**. Disponível em: <https://www.unfpa.org/resources/covid-19-reporting-gender-based-violence-during-public-health-crises>. Acesso em: 02 Jul. 2020.

PRINCIPIOS DO PROCESSO CIVIL

Autor: Guilherme Henrique De Bastiani Rech

Resumo: Os princípios do Processo Civil são muito importantes e serviram de base para a construção do processo civil. São oito princípios principais para essa formação: o princípio da inércia, do impulso oficial, da inafastabilidade do controle judicial, da razoabilidade temporal, da boa-fé, da cooperação, da isonomia e o princípio do contraditório.

PALAVRAS CHAVES: principio-juiz-processo-constituição-direito.

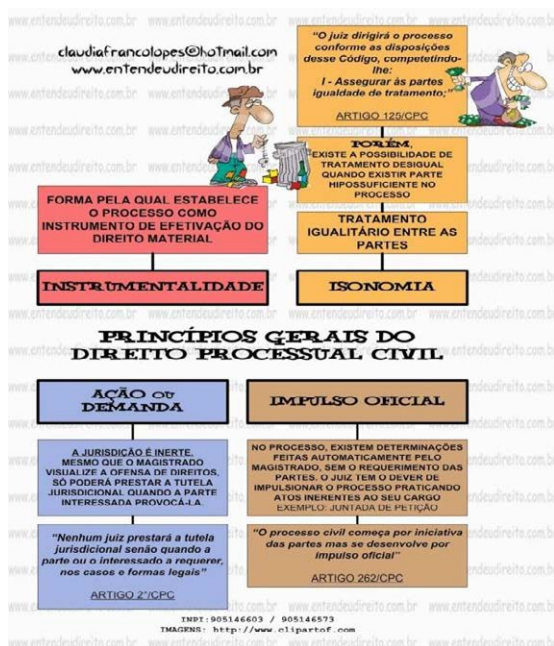
DESENVOLVIMENTO

São princípios gerais do processo civil na Constituição Federal o devido processo legal, a isonomia, o contraditório, a inafastabilidade do controle jurisdicional, a imparcialidade do juiz, a publicidade dos atos processuais, o duplo grau de jurisdição e a duração razoável do processo.

Agora vamos entender o que são esses princípios e no que eles se baseiam:

Princípio da inércia: também conhecido como princípio da demanda, está previsto no art. 2º do CPC: “o processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei”, ou seja, o juiz é proibido de iniciar um processo sem que seja provocado; com exceções.

Princípio do impulso oficial: juntamente com o princípio da inercia é citado no art. 2º do CPC: “o processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial”, ou seja, o juiz não pode começar o processo, porém depois que começar o processo cabe ao juiz dar andamento ao processo até que o mesmo termine.



Princípio da inafastabilidade do controle judicial: princípio previsto no art. 3º do CPC: “não se excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito, garantindo o livre acesso ao judiciário.

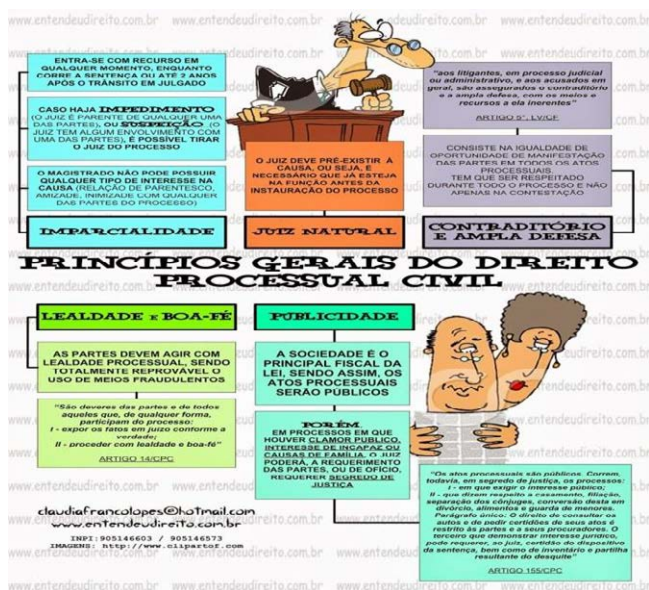
Princípio da razoabilidade temporal: princípio previsto no art. 4º do CPC: “as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfatória”, ou seja, busca por primazia e efetividade do processo.

Princípio da boa-fé: está previsto no art. 5º do novo CPC: “aquele que de qualquer forma participe do processo, deve comportar-se de acordo com a boa-fé”, o princípio da boa-fé visa proteger a ideia de confiança e previsibilidade, devem-se usar deste princípio para evitar comportamentos contraditórios.

Princípio da cooperação: está previsto no art. 6º do CPC: “todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável decisão de mérito justo e efetiva”, ou seja, tem por base gerar uma espécie de solidariedade entre os envolvidos na relação processual, afim de visar o bom andamento do processo,

Princípio da isonomia: este princípio está previsto 7º do novo CPC: “é assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório”, preza por igualdade de todos perante a lei, para que seja tudo de forma justa.

Princípio do contraditório: previsto no art. 5º da constituição federal; este princípio quer significar tanto o direito de ação quanto o direito de defesa são manifestações deste princípio, no processo civil, o contraditório não possui tal amplitude, bastando que os litigantes para se fazerem ouvir no processo, por intermédio do contraditório recíproco da paridade de tratamento e da liberdade de discussão da causa. O contraditório no processo civil se manifesta em todos os três tipos clássicos de processos (conhecimento, de execução e cautelar), e incide também tal princípio inerente de ser da jurisdição voluntária ou contenciosa. Resumindo o princípio do contraditório significa que todo acusado terá o direito de resposta contra a acusação que lhe foi feita.



REFÊRENCIAS

<https://medium.com/anota%C3%A7%C3%B5es-de-direito/princ%C3%ADpios-gerais-do-processo-civil-c4042005981#:~:text=Teoria%20geral%20do%20processo%20civil&text=S%C3%A3o%20princ%C3%ADpios%20gerais%20do%20processo,a%20dura%C3%A7%C3%A3o%20razo%C3%A1vel%20do%20processo.>

<https://blog.sajadv.com.br/direito-processual-civil/>

<https://www.youtube.com/watch?v=jQSQT1Br8nE&list=PL1VsZMaLYH-LquREyTjsCTzD-P5iPwe6p>

DIREITOS E DEVERES NA REPÚBLICA: OS GRANDES TEMAS DA POLÍTICA E DA CIDADANIA

Vitória Aparecida Pinheiro Ferreira da Rocha
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil
Mileny Aparecida da Silva
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil
Roberto Fernandes Torrezan
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil
Orientador: Luiz Fernando Vescovi
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

RESUMO

Publicado em 2000, o livro “Direitos e Deveres na República”, de Maurizio Viroli, apresenta uma conversa franca entre o autor e o jurista Norberto Bobbio, importante historiador italiano do pensamento político. A conversa abrange temas como a política, o patriotismo, as experiências religiosas, o significado da existência humana, entre outros. A obra teve seu lançamento no dia dois de junho, data que também marca a Proclamação da República Italiana (1946). Contando com nove capítulos, o ensaio apresenta um diálogo bastante estendido e cheio de nuances.

Palavras-chave: república, estado, sociedade, política.

OBRA

No capítulo introdutório, Bobbio e Viroli dialogam acerca do tema “República e Virtude”. Nele, narram sobre estudiosos da teoria política e suas sustentações de uma tradição do pensamento político republicano que vai do costume liberal à democrática. Na visão destes, surge o debate e a reflexão sobre o relevante princípio da liberdade política. Norberto Bobbio se debruça sobre a análise do republicanismo e da república propriamente dita, relatando que recentemente foi publicada uma coletânea de seus escritos na qual, em nenhum momento, se faz remissão sobre ambos os institutos. Ressalta, ainda, que para a grande maioria dos estudiosos da política e do direito, a república se mostra oposta à monarquia. Bobbio afirma que a república é uma forma ideal do Estado, fundada na virtude dos cidadãos e de seu amor pela pátria, e que ela, na realidade, precisa de “terror”, terror este que traria o temor das consequências, e, assim, o seguimento absoluto das leis.

Viroli, por sua vez, descreve a “res publica” como “aquilo pertence ao povo”, acrescentando que o povo não é qualquer multidão de homens, mas uma sociedade organizada fundamentada na observância da justiça e na comunhão de interesses. Deixando de lado as definições, ele acaba se surpreendendo quando Norberto afirma que nunca se deteve entre república e republicanismo, porquanto, para ele,

república é apenas um ideal retórico fundado no amor à pátria e na virtude dos cidadãos. Traz ao contexto, ainda, o nome de Carlo Cattaneo (filósofo italiano), que escreveu, certa vez, que a “liberdade é república”. Regressando ao diálogo para Bobbio, Viroli afirma que não vê as aspirações de Cattaneo através do conceito de república, e sim pela noção do federalismo.

Viroli concorda com tais afirmações e reconhece a existência de, pelo menos, duas versões do republicanismo: o “unitário” e o “federalista”. Bobbio comenta sobre vários escritores que escrevem sobre o modelo ideal de Estado, e não como, de fato, ele se comporta na sociedade da época. Maurizio admite sua concordância, e que a república dos republicanos é, pois, um ideal moral, mas que não poderia ser assim, ao menos em um período como aquele que estão vivenciando. Noutro momento, o autor afirma entender a virtude civil para homens e mulheres que desejam viver com dignidade, e sabe que, para isso, não pode haver nenhum tipo de estrutura corruptiva enraizada. Noberto, alega, neste sentido, que a virtude civil é importante para fazer oposição à indiferença e à apatia que predomina na sociedade.

O capítulo dois se volta para o tema “O Amor pela Pátria”. Aqui, o autor deixa claro que a virtude civil é o verdadeiro significado do ideal republicano da benevolência pela pátria. Neste momento Bobbio alerta que é preciso tomar cuidado com a paixão pela pátria, lembrando do lema: “é doce e nobre morrer pela pátria”. Tal vocábulo é utilizado constantemente por aqueles que detém o poder, vez que se pode asseverar que tal lema é sim republicano. Viroli, então, inicia sua fala debatendo sobre o lema, dizendo que considera “doce” uma palavra falsa e não entende que morrer – ainda por sua pátria – possa ser algo assim. O termo, segundo ele, poderia ser substituído por “necessário”, “glorioso” ou algo do gênero, mas “doce”, não. Bobbio traz a noção de que a palavra poderia expressar um sentido pouco mais consolador, e se declara provinciano quando o assunto se volta ao patriotismo. Afirma, ainda, que embora seja italiano, assim não se considera no que se refere aos costumes. A conversa segue um rumo hostil aos ideais de pátria.

Na sequência, agora no capítulo três, o assunto se envereda para o seguinte questionamento “Que Liberdade?”. Regido sobre os princípios de pátria e seu clima um tanto quanto antagônico que ora se estabeleceu, Viroli segue a narrativa sobre as convicções do teórico inglês Thomas Hobbes. Neste momento, Bobbio alega que o conceito de independência é bastante claro quando empregado em relação aos Estados, aos quais, por sua essência, detém as características da soberania, ainda que na evolução do sistema internacional, os próprios Estados tenham começado a reconhecer várias limitações à própria soberania para, aí então, vir a constituir uma confederação, como é atualmente a Organização das Nações Unidas (ONU). Para o autor, é difícil compreender que a emancipação seja entendida como “superiorem non recognoscens” (poder supremo que não reconhece outro acima de si), quando se refere aos indivíduos que fazem parte de um Estado e estão submetidos às suas regras. Quando diz respeito à autonomia dos indivíduos, ele quer dizer a ausência da dependência da vontade arbitrária de outros seres, não da isenção das leis do Estado. Bobbio afirma ser possível falar de um cidadão autônomo no interior do Estado, se depende apenas das leis. Ou seja, um indivíduo pode ser sim independente, fazer ou ser o que bem entender, desde que suas vontades estejam dentro das leis impostas. Alega, ainda, não conseguir encontrar o terceiro significado

de liberdade distinto tanto da iniciativa entendida como ausência de interferência (liberdade negativa) quanto da autodeterminação entendida pontualmente como

autonomia (liberdade positiva), eis que não consegue ver efetiva diferença entre ambas.

Maurício explica que a concepção democrática de emancipação é distinta da concepção liberal, e afirma: “Bobbio prega mal, mas age bem”. Mal, por não acreditar na república e pensar nela como mera retórica, e bem por conseguir entender suas entrelinhas e agir corretamente em relação a ela. E assim, se encerra o capítulo com Norberto Bobbio esclarecendo que “nunca soube que era assim”.

O capítulo quatro discorre sobre a “Brandura e Intransigência”. A respeito desta temática é possível asseverar que a maioria das pessoas conseguem ser brandas em suas atitudes, mas há alguma parcela – de amigos, colegas e desconhecidos – que são especialistas em serem intransigentes. Em um regime democrático, afirma Viroli, a intransigência é fundamental e que sua ausência acaba por criar pessoas mimadas.

No quinto capítulo, denominado “Direitos e Deveres”, tem-se a reflexão de que a religião sustenta o senso do dever. Neste, o ato de se exigir direitos é concebido na necessidade de se defender as pessoas da opressão. A reivindicação, então, vai de encontro ao despotismo, o qual exige das pessoas uma série de deveres e não lhes confere os respectivos direitos.

Segundo a ideia do autor, os governantes carecem de buscar um bem comum, e não pessoal, uma vez que aquele que buscar o bem de todos fará um bom governo, caso contrário, será considerado um mal gestor.

No capítulo de número seis, Bobbio e Viroli falam sobre “Temor a Deus, Amor a Deus”. Conforme descreve o livro, quando as pessoas se sentem perdidas e vazias, a fé é que as torna, de certa maneira, mais fortes, com o intuito de se seguir o caminho certo, e acabar não sendo deteriorado pelos percalços da vida. Viroli assegura que a religião explica e fornece, de certa forma, uma espécie de “conforto”, fazendo com que seja mais fácil levar a vida com menos incertezas. Bobbio deixa claro em sua reflexão que o que mantém uma sociedade em pé e controlada é o temor a Deus, porquanto as pessoas se baseiam fortemente nisso. Caso não existisse essa espécie de “meio de controle” seria bem provável que muitos dos indivíduos de determinada sociedade acabariam se rebelando. Há, inclusive, uma passagem de Nicolau Maquiavel – filósofo italiano – em que aborda tal tema, afirmando categoricamente que o temor a Deus era de suma necessidade nas estruturas republicanas.

Uma pesquisa feita nos Estados Unidos concluiu que seres humanos não só não fazem as coisas por serem erradas, mas sim por temor ou por medo de um castigo divino. Neste sentido, um Estado não pode ter consigo total independência religiosa.

Já no sétimo capítulo, “A República e os seus Males”, Bobbio e Viroli têm um diálogo relevante sobre os males que prejudicam a vida civil. Viroli começa tal diálogo dando ênfase que tem a impressão de que a ameaça mais séria à sobrevivência de uma república democrática sejam os partidos das facções, entendidos como grupos de pessoas que seguem um líder e que tem como objetivo final obter vantagens e privilégios. Numa realidade mais recente tais facções retornam em formas de partidos pessoais. A partir dessa noção de Maurizio, Bobbio introduz sua perspectiva acerca dos “partidos pessoais”, enfatizando que o partido criado por uma pessoa em oposição ao partido em sentido estrito consiste em uma

associação de pessoas. O partido pessoal, então, é distinto do fato de que partidos tem um líder ou líderes. Bobbio ainda conclui sua reflexão com uma explicação do

sociólogo alemão Roberto Michels, onde explica que todos os partidos possuem um líder, entretanto, a multiplicidade de líderes é considerada um “partido anômalo”. Ainda, em sua vez, Bobbio coloca o partido da democracia cristã como um dos grandes partidos que prevaleceu durante muito tempo na política italiana, sempre tendo muitos líderes. Era, portanto, um partido anômalo.

Viroli rebate Bobbio enfatizando que os partidos citados por ele possuem, sim, um líder, porém não viveriam em virtude do mesmo. E no caso dos partidos pessoais, o partido vive para o líder em virtude de seu fundador. A partir daí o diálogo entre eles se prolonga discutindo sobre outros tantos partidos pessoais, levantando outros males existentes na república.

Agora no oitavo capítulo, Bobbio e Viroli discutem acerca do “Poder Oculto”. Bobbio define que o poder real começa no mesmo instante que começa o segredo. O poder se esconde porque se sente tanto mais forte quanto mais secreto. Se o poder quer se fazer temer, deve se revelar o menos possível. Norberto pede para que Viroli reflita o que é democracia em relação à autocracia. A democracia é, pois, a tentativa de tornar o poder visível a todos (ou deveria ser); o poder em público, ou seja, aquela forma em que o poder invisível está reduzido ao mínimo, ao passo que na autocracia não se pode “dispensar” o segredo, que poderia se dizer ser o local no qual o poder é o menos visível possível. As decisões devem ser tomadas em segredo, devido ao fato de que o povo não deve saber o que, de fato, ocorre na sua ordem interna.

Viroli cita Hobbes onde ele desenvolve a mesma constatação, mas vê as coisas do ponto de vista de quem apoia a monarquia: reprova a pouca atitude da democracia em favorecer o segredo do poder e louva a tendência contrária da monarquia para se manter o poder de maneira mais secreta possível. Bobbio descreve que o poder se esconde na medida que se manifesta. Com o segredo, o poder busca inculcar o temor. Temor e respeito estão intimamente ligados na questão do segredo do poder. O poder quer ser respeitado e temido, razão pela qual ambos estão fortemente atados.

No nono (e último) capítulo, os autores concluem a obra filosofando acerca do seguinte tema: “É Possível Renascer?”. Neste momento, Bobbio e Viroli discutem, de maneira bastante sábia, sobre os “possíveis remédios” para a república. Num primeiro instante Bobbio afirma ter dúvidas sobre a melhor forma de governo a ser adotado: se uma república do tipo parlamentar, presidencial ou semipresencial. O mesmo vale para o sistema eleitoral. Bobbio enfatiza não ter ideias claras quanto à uma reforma constitucional, porém não vê a necessidade de fazê-la. Viroli concorda não estar numa crise tão grave a ponto de se fazer preciso uma reforma constitucional. O diálogo entre eles se estende, discutindo diversos outros pontos que julgam importantes, cada qual com suas respectivas perspectivas.

CONCLUSÃO

Bobbio e Viroli são ambos claramente apaixonados por filosofia, política e história. Um e outro no decorrer do livro vão discutindo temas e analisam diferenças de opiniões sobre teses de extrema necessidade, como a tentativa de significar a existência do homem, e reflexões sobre os mais diversos temas políticos. Este livro



é de suma necessidade para alguém que queira compreender de tais assuntos, o diálogo é enriquecedor.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. **Direitos e deveres na República: os grandes temas da política e da cidadania**. Tradução Daniela Beccacia Versiani. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007...

Gestão de Carreira para Estudantes do Ensino Médio na Era da Quarta Revolução Industrial

Autor: André Lucas Bueno, e-mail: buenoandre63@gmail.com

Resumo

O projeto desenvolvido discorreu sobre a gestão de carreiras na era da quarta revolução industrial e foi desenvolvido para ser executado em escolas públicas, O repasse do conteúdo foi feito em formato de palestras, bem com houve uma ampliação do projeto com uma página do Facebook que ampliou a quantidade de conteúdos passados não só aos alunos, como a comunidade em geral.

Palavras-chave: Projeto. Carreira. Trabalho.

Abstract

The project developed is about career management in the era of the fourth industrial revolution, the project was developed to be done in public schools, the transfer of content was done in the form of lectures, in addition there was an expansion of it with a Facebook page that expanded the amount of content passed not only to students but the community in general.

Keywords: Project. Career. Work.

INTRODUÇÃO

O projeto tem como objetivo orientar alunos do ensino médio sobre o futuro das profissões na Era da Quarta Revolução Industrial, além das visitas feitas em escolas, também a divulgação do projeto foi feita através da plataforma de mídia social Facebook, o projeto foi feito nos períodos do semestre de 2019 e o primeiro de 2020, durante esse um ano foi desenvolvido ao máximo do projeto dentro das limitações apresentadas principalmente neste ano por causa da Covid-19, que limitou o trabalho. Neste resumo será apresentado de forma objetiva o desenvolvimento do projeto e os seus respectivos resultados.

DESENVOLVIMENTO

Início do Projeto

O início do projeto tinha como objetivo ir as escolas e convidar os alunos para criar um grupo de debate sobre o futuro das profissões no futuro, focando principalmente no contexto da quarta revolução industrial que cada dia se aproxima de se tornar uma realidade. Com essa ideia foi iniciada a produção de um material a ser utilizado nas apresentações nas escolas. Até este momento, a orientadora era a professora Sandra Mara Bragagnolo. No mês de outubro a professora, por motivos de carga horária,

pediu para o professor Carlos Alberto Zorzo para ser orientador do projeto. A partir de então o foco do projeto foi ampliado para visitar as escolas para fazer apresentações e com isso foi tomado mais um tempo de criação de conteúdo.

Foi feita uma nova apresentação focada para ser feito entre 45 a 50 minutos, sendo 10 minutos reservados para comentários do apresentador e perguntas dos alunos e, assim, totalizando em média 1 hora. A faixa de alunos foram de alunos do ensino médio das escolas públicas.

Visitas nas escolas

No mês de dezembro foi feita uma apresentação para o Colégio Aplicação da UNIARP. Foi a primeira apresentação, visto que a ideia de execução do projeto foi mudada (como dito, houve a troca de professor orientador e a mudança do foco do projeto). Então se passaram o mês de janeiro que, como é férias dos alunos, e fevereiro é o início do período letivo não houve apresentação. No mês de março houve começo da ida nas escolas para conversar com os responsáveis e alguns disseram que poderiam dar espaço para mais para a frente do ano e alguns ficaram de ver uma forma de encaixar horário já em um curto período.

No dia 16/03/2020 fiz uma visita no colégio Paulo Schieffler, das 13:15 às 14:15 horas. A apresentação foi boa, com boa recepção dos alunos e do professor que acompanhou a aula. A diretora do colégio forneceu todo equipamento necessário para a apresentação que foi feita com os alunos do 2º ano do ensino médio. Além da apresentação do conteúdo também foi mostrada a página do Facebook para os alunos. Depois da apresentação foi tirada uma foto com toda turma, mostrada a seguir.

Figura 1: Visita ao Colégio Paulo Schieffler



Fonte: O Autor (2020)

Foi buscada na apresentação falar não apenas o conteúdo da apresentação, mas também sobre situações reais onde a tecnologia transforma a mão de obra, foi enfatizado que para o profissional do futuro a busca para se desenvolver será essencial.

Devido a quarentena, o desenvolvimento das apresentações presenciais foi afetado.

Página do Facebook

A página do Facebook surgiu da ideia do professor Carlos. Seu objetivo não é apenas colocar conteúdos apresentados nas escolas e sim trazer materiais complementares para a comunidade. A vantagem de ter uma plataforma desse tipo é que consegue abranger um número grande de pessoas a um custo reduzido. Ela possibilita várias formas de se criar conteúdo, como fazer postagens de imagens e vídeos, vídeos próprios e permite também criar comunidades. Sempre tentamos atualizar a página diariamente com notícias e vídeos tirados da internet, com as devidas referências, sobre a quarta revolução industrial, trazendo um misto de conteúdos de tecnologias do futuro com entrevistas de pessoas ligadas ao tema falando o que o profissional do futuro irá precisar, trazendo o enfoque em vídeos dinâmicos que tenha entre 3 a 5 minutos, e principalmente, de fácil entendimento para as pessoas para que, sendo assim, todo tipo de pessoa consiga assimilar os conteúdos.

As postagens foram colocadas de uma forma mais simples e fluídas possíveis, tornando de fácil leitura ao visitante da página e sempre tentando trazer conteúdos de forma mais variáveis possíveis. Para trazer o máximo de informações a ideia da página desde o início é complementar o conteúdo ministrado nas palestras e trazer informações para visitantes que não necessariamente participaram das palestras.

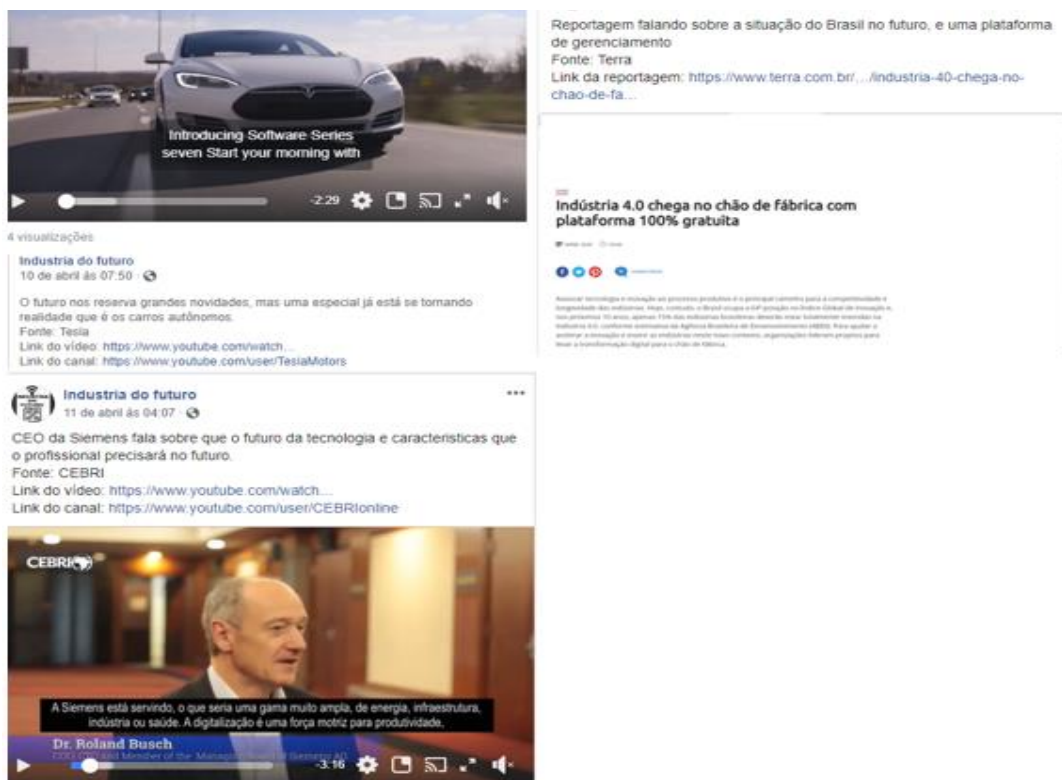
Então, a página não serve apenas como complemento, e sim um trabalho a parte do projeto pelo fato de ser um conteúdo extra, que não são falados na apresentação como, por exemplo, notícias.

Figura 2: Página Inicial



Fonte: O Autor (2020)

Figura 3: Postagens da página



Fonte: O Autor (2020)

CONCLUSÃO

O projeto em todo em seu um ano de existência atingiu mais de 200 pessoas entre visitas nas escolas e página do Facebook, o projeto foi muito importante para o meu desenvolvimento como pessoa e me sinto privilegiado por ter participado nesta jornada e ter ajudado as pessoas a ter no mínimo uma visão diferente do futuro, e agradeço a professora Sandra e o professor Carlos por terem me ajudado neste período, para finalizar em um mundo está em constante mudanças e mudará ainda mais devido a está crise, apesar de todo estudo feito percebi que nenhum de nós está preparado totalmente a esse futuro de mudanças radicais e que devemos cada vez mais adaptativos e capazes em superar crises, o futuro aguarda grandes conquistas e também grandes mudanças em nosso estilo de vida.

LEITURA INTERDISCIPLINAR: O USO DA MAQUIAGEM PARA A CORREÇÃO DOS DEFEITOS DA PELE

ANAILE SCHMITT DOS SANTOS¹
MILENA STEFANY ALVES¹
TAKINA PONIECISKI¹
JAILE TORRI¹
MARIA TEREZA¹
MARIVANE LEMOS¹
TALITA GRANEMANN¹
VILMA PIERDONÁ¹

CURSO DE TECNOLOGIA EM ESTÉTICA E COSMÉTICA – UNIARP- Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Rua Victor Baptista Adami, 800 – Centro, Caçador – SC, 89500-000

RESUMO: A aparência é a primeira impressão presente, a modernidade de produtos são grandes opções para quem faz uso de cosméticos, seja para embelezamento pessoal ou para uso profissional. A maquiagem é usada para realçar a beleza e esconder imperfeições aparentes da pele, as técnicas para correções pode auxiliar nas patologias diversas da estética, através do uso de corretivo, bases que servem de neutralizadores de tons, a diversos fatores que precisam ser levados em consideração como aspectos sociais, emocionais e até financeiros ligando a autoestima e mudança de humor, pesquisas demonstram que pessoas com presença de acne ou manchas sofrem depressão e não se aceitam do jeito que são, diante disso a camuflagem resulta de uma elevada autoestima e segurança, sendo assim a camuflagem cosmética se mostra uma alternativa para amenizar o desconforto e insatisfação em relação a própria aparência, mas a necessidade do tratamento clínico deve ser observados com grau de atenção, pois são peles extremamente sensíveis e podem sofrer alergias e coceiras com cosméticos inapropriados, os produtos e cosméticos deve seguir rótulos com regularidades da ANVISA para total segurança, trazendo assim ótimos resultados, satisfação para o cliente envolvido.

Palavras-chaves: Camuflagem, Autoestima, Discromias e Aparência.

INTRODUÇÃO

Hoje em dia as pessoas buscam alternativas para melhorar a aparência. Algumas patologias como melasma e vitiligo possui tratamentos diferenciados, sendo a maquiagem uma opção de fácil acesso e modernidade. Diante disso alguns desses casos clínicos profissionais devem redobrar a atenção, em produtos cosméticos com princípios ativos, como o óleo de bergamota que está sendo estudado no tratamento do vitiligo que já exercem função na pele e ao mesmo tempo cobrindo imperfeições.

PROBLEMATIZAÇÃO: A imagem na atualidade é muito importante, já que a maior parte da comunicação usamos a imagem, o maior órgão do corpo humano é a pele, quando ocorre deformidades nela acaba prejudicando em um todo a nossa vida e auto estimativa. Na atualidade são estudados o tamanho das partículas, características e esfericidade para um melhor acabamento na maquiagem, possível, para melhorar rugas e linhas, além de também suavizar manchas e outras imperfeições que fazem homogeneização da cor da pele.

JUSTIFICATIVA: Os transtornos psicológicos inicia-se na adolescência e podem ficar anos lutando com esse problema, muitas vezes sem achar uma solução que agrada ou tendo acesso, a importância do conhecimento de um profissional da área em informações sobre as camuflagem podem ajudar no bem estar desse paciente melhorando sua vida social. A maquiagem vem com o objetivo de buscar uma solução estética mais rápida, onde melhore as insatisfações que não podem ser melhorada com um tratamento clínico de imediato.

OBJETIVO: Tem como maior objetivo mostrar a eficácia das camuflagem cosméticas, a melhora da vida das pessoas com essas patologias, camuflagem vem como terapia onde alivia o sofrimento de muitos que buscam uma solução para suas anomalias, doenças que até agora não tiveram soluções ou uma cirurgia que ajudasse definitivamente, por esta questão as pessoas devem conviver com as deformidades, camuflagem cosmética se mostra uma alternativa para amenizar o desconforto e insatisfação em relação a própria aparência,

DESENVOLVIMENTO

Para Chimenti (2010) o principal objetivo da camuflagem cosmética, além de corrigir e exaltar as qualidades já existentes é promover também o aumento da auto-estima. “A diferença entre a maquiagem regular e a camuflagem cosmética é de fato uma formulação específica. Este produtos têm uma textura mais densa do que os comuns e sua formulação busca uma melhor cobertura das imperfeições da pele.” (PARENTE, 2010).

Levy e Emer (2012) pessoas com lesões visíveis, na pele sofrem com problemas de ansiedade, depressão e baixa autoestima, a maquiagem cosmética usada como terapia pode trazer resultados rápidos e significantes, amenizando estes danos psicológicos causados.

Para Ngan e Writer (2005) a camuflagem cosmética é uma forma alternativa ao tratamento clínico que ajuda a aliviar o incômodo causado por alguma disfunção estética de pele, em casos onde o indivíduo não obteve sucesso no tratamento clínico, porém precisa conviver com a aparência inestética do problema.

RESULTADO: técnica de maquiagem usada na modelo para camuflagem da discromia melasma.

Figura 1



FONTE: autoras, 2020

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem sido estudado os princípios dos fenômenos ópticos para aplicação em cremes, loções e maquiagem. Que absorvem, refletem e difundem a luz, são estudados o tamanho das partículas, características e esfericidade para esse fim. Possível melhorar rugas e linhas, além de também suavizar manchas e outras imperfeições que fazem homogeneização da cor da pele. Hoje em dia pela demanda cada vez maior, as cartelas de cores de pele já são bem amplas, tendo marcas que trás mais de 18 tons, fazendo com que consiga chegar mais perto do tom desejado, deixando mais harmônico. Para camuflagem de imperfeições, melasma pode se usar a cor marrom para neutralizar e amarelo na correção. Rosácea neutralizar com vermelho, correção verde. Acne vermelho para neutralizar verde para correção. Vitiligo, branco ou rosa e laranja na correção.

A indicações de camuflagem pode ser feitas por esteticistas ou dermatologistas, porém é necessário um treinamento, um curso ensinando usar as camuflagem de forma correta, pois precisam de uma cobertura maior, algumas pacientes além de cobertura vão precisar de um produto que não irrite a pele.

REFERENCIAS

RECH, Gabriela et al. Camuflagem Cosmética: O Uso da Maquiagem para a Correção dos Defeitos da Pele. UNIVALI, Florianópolis, Santa Catarina, 2010.

Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=related:7WCQbY7VZB8J:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5#d=gs_qabs&u=%23p%3D7WCQbY7VZB8J acesso em 09 maio. 2020

FREITAS, Norma Nelson Gonçalves. Uso da maquiagem cosmética, para camuflar lesões na face, causadas por: melasma; rosácea e acne. Tecnologia em Cosmetologia e Estética-Tubarão, 2018.

Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=USO+DA+MAQUIAGEM+COSMÉTICA%2C+PARA+CAMUFLAR+LESÕES+NA+FACE%2C+1+CAUSADAS+POR%3A+MELASMA%3B+ROSÁCEA+E+ACNE+.+Norma+Nelson+Gonçalves+Freitas2+Fabiana+Durante+de+Medeiros3+Resumo%3A+A+uniformidade+da+pele+é+importante+para+construção+da+imagem+pessoal+de+um&btnG=#d=gs_qabs&u=%23p%3DAEIDCZc ti8J acesso em 09 maio.2020

IR Ferraz, NW Yabrude, FM Thives. O que Leva o Consumo pela Maquiagem (TCC). Santa Catarina, Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade do Vale do Itajaí – Univali, Balneário Camboriú, 2013

Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/lma%20Ferraz,%20Narjara%20Yabrude.pdf>.

PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA¹

Aldemira Dias Ferreira²

Keirin Pereira de Freitas²

Natanael Nizer²

Roselene Pedroso²

Patrícia Santos

Mário Bandiera³

RESUMO

Ao analisarmos a questão da história da educação da infância, verificamos a caminhada percorrida, desde a época em que se considerava a criança como um adulto em miniatura, sendo que atualmente se aceita a concepção de que ela vive em um mundo próprio, cabendo ao adulto compreendê-la. A criança tem maneiras de ver, de pensar e de sentir, que lhes são características de cada idade, como sujeito social e histórico ela estabelece a sua identidade de dona e protagonista de sua história e sua cultura. Na Declaração Universal dos Direitos da Criança proclamada pela ONU, está descrito que os anos mais importantes para o desenvolvimento da criança são os seis primeiros.

Quando a criança chega aos seis anos, ela já passou por várias experiências antagônicas: o amor ou a rejeição, o carinho ou a agressão, o cuidado ou a descuido, a certeza ou a dúvida, a alegria ou a tristeza. É neste período que se consolida a formação da personalidade infantil. Portanto, criança tem o direito de ser criança, pois do contrário estaremos prejudicando o seu desenvolvimento emocional.

O estudo do comportamento da criança do zero aos 12 anos é de suma importância, pela formação emocional, social e intelectual. Além disso, quando se fala em processo educacional, esta etapa é a base da alfabetização, sendo necessário trabalhar com a coordenação motora ampla e fina, com a percepção de tempo e de espaço, a codificação e decodificação de símbolos, o lúdico, a percepção visual e a percepção auditiva.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a criança precisa ser educada para conquistar sua autonomia em um mundo desafiador e desenvolver consciência de suas responsabilidades perante a família, a comunidade e o Estado.

A Educação Infantil é a base para a formação da criança, que precisa aprender a participar ativamente de interações que vão além dos conhecimentos científicos, mas que orientem para o belo, o lúdico e as sensações de prazer e respeito mútuo.

PALAVRAS CHAVE: Infância, Educação, Legislação.

01 – Introdução

Este trabalho foi proposto aos acadêmicos do Curso de Pedagogia 2020, envolvendo os componentes curriculares de Fundamentos Metodológicos da Educação infantil, Fundamentos Metodológicos da Alfabetização, História da Educação, Psicologia da Educação e Introdução às Ciências Pedagógicas. Os princípios científicos para educação na infância, tema proposto têm por objetivo responder como os diferentes componentes curriculares contribuem para a compreensão da educação na infância, e conhecer um pouco sobre sua história, princípios, processos, conceitos bem como conhecer e compreender seus principais pontos, apresentando seus princípios e respostas onde irão identificar a base da aprendizagem, promovendo a integração e a interdisciplinaridade, em busca do conhecimento.

Brincadeiras e jogos infantis foram sempre observados como coisas de crianças, sob o ponto de vista dos adultos, como pessoas sérias que não dispõem mais de tempo para tais práticas. Mas nem sempre as brincadeiras e jogos infantis foram consideradas como atividades de crianças. Em um período compreendido como idade média século XIII, estes jogos e brincadeiras eram brincadeiras também de adultos.

02 - História da infância

Na antiguidade não se tratava da infância na educação, sendo que a criança era considerada como um adulto em miniatura. Com o passar dos anos e após muitos estudos, começou a se entender que a **criança** tem maneiras de ver, de pensar, de sentir, que lhes são próprias. Surgem os primeiros Jardins de Infância, nos quais destacava-se ser importante cultivar as almas infantis e para isso o fundamental era a atividade das crianças. Nos jardins de infância, as crianças eram consideradas como pequenas sementes, que adubadas e expostas a condições favoráveis em seu meio ambiente desabrochariam em um clima de

¹ Artigo Científico apresentado ao SEDEPEX.

² Acadêmicos do Curso de Pedagogia da segunda Fase.

³ Professor da Uniarp, Orientador da equipe.

amor, simpatia e encorajamento e que estariam livres para aprender sobre o mundo, orientadas pelas professoras que eram consideradas como jardineiras.

CONCEITO EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo Marafom (2013) O conceito de Educação Infantil se modificou do que foi chamado de “educação pré escolar”, e que era entendida como todo o atendimento fora da família prestado à crianças que não frequentavam o que se considerava escola. A Educação Infantil sofreu várias transformações; primeiro tinha o caráter familiar de atendimento à criança pequena, as primeiras denominações das instituições infantis fazem uma referência a esse aspecto, como o termo francês “creche” que significa manjedoura, presépio, e o termo italiano “asilo nido” que significa um ninho que abriga. Depois, passou a ter atendimento assistencialista ou compensatório, em decorrência da forte industrialização e do grande número de mulheres que deixaram seus lares para trabalhar nas fábricas. A discussão que iniciamos como base para a construção do corpo teórico de análise das concepções de criança e de educação infantil tem como objetivo evidenciar a necessidade de estar construindo múltiplos olhares sobre a criança e a infância. Pois, quando falamos de criança muitas vezes nos deparamos com concepções que desconsideram que os significados que damos a ela dependem do contexto no qual surge e se desenvolve e também das relações sociais nos seus aspectos históricos, econômicos, cultural, político, entre outros, que colaboram para a construção de tais significados e concepções.

Em relação ao conceito de educação infantil, no Brasil e no mundo, apresenta ao longo de sua história concepções bastante divergentes sobre sua finalidade social. Até muito recentemente, o atendimento às crianças de 0 a 6 anos era visto como tendo caráter apenas médico e assistencial e grande parte dessas instituições nasceram com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda.

Ao longo do tempo a concepção a educação infantil foi marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade.

03 - Psicologia na infância

A Psicologia Infantil é o estudo do comportamento da criança, do zero aos 12 anos, incluindo a análise das características físicas, cognitivas, motoras, linguísticas, perceptivas, sociais e emocionais, desde o nascimento até a adolescência. Testes de inteligência (Stanford Binet), análise de comportamentos, comparação de desenvolvimento físico e intelectual (Gesell), variáveis ambientais (Watson), variáveis psicológicas, da percepção e cognição (Piaget) e a importância do comportamento dos pais no desenvolvimento dos filhos (Freud). Ou seja, a psicologia da educação busca meios de facilitar o processo de ensino e aprendizagem. O estudo da motivação representa a busca de explicações para o próprio objetivo da psicologia: o comportamento humano, já a emoção é um complexo de estado de excitação de que participa o organismo todo e é usado para significar os sentimentos e os estados afetivos em geral. Na psicologia da Gestalt toda percepção é um todo que não pode ser compreendido pela separação em partes. O comportamento emocional também é definido como "afetos e reações desordenadas".

04 - Alfabetização na infância

A alfabetização é uma mágica na infância: a criança que chegou da Educação Infantil e só reconhecia as letras do alfabeto, de repente passa a unir sílabas, codificar e decodificar sílabas e compreender o sentido das palavras e frases. Começa a ler em voz alta todas as palavras que encontra, em todos os lugares onde vai. Por isso esta etapa da alfabetização é fundamental para o desenvolvimento deste momento tão marcante na vida das crianças, dos pais e dos professores.

Pode-se entender a alfabetização como o domínio da técnica da leitura e da escrita, quando a criança entende a relação entre letra e som e começa a escrever com autonomia, incluindo-se a leitura como parte do processo formal da alfabetização, que pode iniciar durante os anos finais da Educação Infantil, sendo um marco que deve ser respeitado, pois, a partir dos seis ou sete anos o sistema nervoso já está amadurecido e as células nervosas estão com uma camada que as amadurece e as deixa prontas para absorver essas informações. Quando se fala em alfabetização, deve-se analisar que para dominar a escrita, é preciso trabalhar, com a criança a sua coordenação motora fina, a noção de tempo e de espaço, a decodificação de símbolos, a percepção visual e a capacidade de discriminar sons.

O Ensino Fundamental de nove anos ampliou um ano dos anos iniciais, para dar para a criança um período mais longo para as aprendizagens próprias desta fase, inclusive a introdução à alfabetização. A alfabetização não é só reconhecer

letras e sons, mas também saber utilizá-los em um contexto, compreendendo os significados e o contexto.

05 - Princípios Metodológicos da Educação Infantil

Brincadeiras e jogos infantis foram sempre observados como coisa de criança, e sob o ponto de vista dos adultos, não havia tempo para tais práticas. Mas nem sempre a brincadeira e jogos infantis foram brincadeiras de crianças. Em um período compreendido como idade média, em torno do século XIII, os jogos e brincadeiras eram também praticados pelos adultos.

Os brinquedos de uso particular no caso das meninas medievais têm levado aos historiadores dos brinquedos e aos colecionadores de bonecas e de brinquedos miniaturas, uma enorme dificuldade em separar o que seria uma boneca de brinquedo de outras imagens e estatuetas que nos têm sido mostradas depois de muitos séculos, pois as bonecas, de acordo com Áries (1981), sempre tiveram uma significação religiosa. A mistura das brincadeiras entre crianças e adultos seria uma forma na qual **poderiam perceber que** eram iguais. Um sentimento não existente quanto a criança, como ser diferente e frágil. As brincadeiras populares se envolviam em jogos de azar o que não era visto de maneira reprovada, pois as crianças e os adultos viviam de forma igual, sendo que o mundo adulto era o mundo que a criança estava inserida como igual.

Durante esta evolução histórica, surge a compreensão da infância, como um período especial, caracterizado entre a gestação e a faixa etária de zero aos 12 anos de idade, sendo de suma importância olhar para o desenvolvimento dessa fase com uma maneira diferenciada, uma vez que as experiências deste período influenciarão no bem estar físico, emocional e cognitivo da criança, refletindo em toda a sua trajetória de vida e construção da sua identidade, valorizando os seguintes aspectos: **desenvolvimento integral que se** refere ao desenvolvimento físico, social, cognitivo e emocional, bem como aos processos de aprendizagem, de crescimento, de maturação e de aquisições significativas Individualidade e subjetividade: é o processo de constituição e pertencimento do indivíduo, desenvolvendo as características sociais e geneticamente transmitidas e adquiridas. Exposição ao mundo das regras: é a apresentação das crianças ao mundo de **espaço e de tempo, com limites, disciplinas e horários, organizando a rotina das crianças.**

O investimento envolve todos os cuidados e as responsabilidades dos pais e do estado que deve prover políticas públicas voltadas para a melhoria e qualidade da saúde e da vida maternal e infantil. Brincar é uma das melhores ferramentas para o alcance do desenvolvimento saudável e da educação integral da criança, proporcionando a ela um mundo que esteja acima do real e favorecendo a criatividade, a afetividade e o vínculo afetivo e emocional.

A criança é considerada um ser dependente, pois necessita de cuidados físicos, psíquicos e emocionais, não podendo ser confundida com passividade, pois ela vai se desenvolvendo a partir do seu crescimento e do seu contato com o mundo.

Portanto é imprescindível que a família, os educadores e a sociedade analisem o que a criança pode, sabe e quer fazer, bem como para o que ela pode demonstrar nos diferentes momentos de sua vida, preparando-se para a jornada de tornar-se adulto.

06 - Introdução à ciência pedagógica

A Educação Infantil passa por intenso desenvolvimento teórico, que pode ser resumido em três pilares lógicos, indicados na Resolução no 01/1999 da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). A criança precisa ser educada para conquistar sua autonomia em um mundo desafiador e desenvolver consciência de suas responsabilidades perante a família, a comunidade e o Estado. .

Da Educação Infantil deve irradiar a cultura da tolerância e do reconhecimento das riquezas da diversidade cultural, identitária e religiosa, de modo que a liberdade vital da criança seja conquistada mediante à incorporação de normas de conduta que se apoiam na lógica de equidade, justiça e isonomia.

A Educação Infantil valoriza direitos de cidadania, o pensamento crítico e o respeito à ordem democrática. Os princípios políticos se desdobram a partir dos valores essenciais da democracia, que correspondem a uma cultura geral de tolerância, criticidade e responsabilidade. Para funcionar adequadamente na ordem político-democrática, a criança precisa ser educada para a cidadania. A Educação Infantil não é um simples repositório de conhecimento científico, para que se torne cidadã apta a participar criticamente da construção de uma ordem social norteada pela liberdade e pela justiça. O que distingue o ser humano da natureza é, basicamente, sua capacidade de produção e apreciação estética da realidade. A criança precisa aprender a participar ativamente de interações que transcendam as dimensões racional e política e se orientem por categorias que expressem o belo, o lúdico e as sensações mais nucleares do espírito.

A arte é um capítulo fundamental da educação de crianças, que se aperfeiçoam na medida em que desenvolvem a capacidade de projetar sensações e ideias em objetos externos (trabalhos) e apreender a linguagem estética. Por fim, a liberdade de expressão, que no plano político se relaciona com o direito de manifestação, no aspecto estético significa a plena capacidade de exprimir-se artisticamente, o que é uma característica de adequado desenvolvimento da identidade.

07 - Considerações finais

Neste trabalho, podemos perceber que nos primeiros Jardins de Infância, tinham como destaque a importância de cultivar o espírito infantil, sendo que para isso era fundamental a atividade dos infantes. Os aspectos do desenvolvimento infantil colocando o crescimento físico e as mudanças psicológicas, o equilíbrio emocional e a adaptação social, dependentes de condições genéticas e de circunstâncias ambientais que agem sobre todo o processo de equilíbrio da personalidade, assim como o crescimento físico dependendo da saúde e da atividade motora, a estruturação da linguagem desenvolvem-se através do contato da criança com o mundo exterior e a formação da personalidade é considerada um processo pelo qual as crianças aprendem a evitar os conflitos e a administrá-los quando aparecem, esta etapa da alfabetização é fundamental para o desenvolvimento deste processo marcante na vida das crianças, dos pais e dos professores. Compreendendo a alfabetização com o domínio das técnicas da leitura e da escrita, quando as crianças entendem a relação entre letra e sons e começam a escrever com autonomia, reunindo a leitura como parte do processo formal, durante os anos finais da infância. Os brinquedos de usos particulares no caso das meninas medievais, levaram os historiadores a chamarem brinquedos e os colecionadores de miniaturas, uma enorme dificuldade de porcentagem em separar o que seria uma boneca de brinquedo, de outras imagens e estatuetas que nos tem sido apresentadas depois de muitos séculos, as misturas das brincadeiras entre crianças e adultos são uma forma na qual aplicaram para perceberem que eram iguais. A Educação Infantil aumentou no Brasil e no mundo, para acompanhar a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças estruturais das famílias, para a sociedade era mais importante cuidar da primeira infância nas escolas, a expansão da educação infantil tornou-se um marco na história da construção social desse novo sujeito de direitos. Por fim, o que diferencia o ser humano da natureza é, basicamente, sua capacidade de produção e apreciação estética da realidade.

REFERÊNCIAS

MARAFON, Daniele et al. **Infância, Criança e Professores do Município De Paranaguá - Um Estudo De Caso**. 2013. 111 f. Tese (Doutorado) -, Paraná, 2013. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/1_OI_51_5252 .pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/1_OI_51_5252.pdf). Acesso em: 14 maio 2020.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. História da infância Referenciais: Jogos Tradicionais Infantis. Primeira edição são Paulo, Editora vozes, 1993

HAMZE, Amélia. Prof.^a da FEB/CETEC, FISO e ISEB Barretos são Paulo

CARVALHO, Romulo da Silva Psicologia da educação.1952 na Atlântida Editora (Coimbra),

Estratégias para redução da incidência de queimaduras de sol em frutos de macieira

Bruno Scapinelli Parizotto
Gentil Carneiro Gabardo
Gilmar Knecht
Vinicius Guzi

Resumo - o objetivo desse trabalho foi avaliar o efeito da aplicação de CaCO_3 em formulação líquida sobre a incidência de queimadura de sol e a qualidade visual de maçãs 'Elenise', 'Baronesa' e 'Seleção M10/09'. O experimento foi conduzido em parceria com o produtor rural, nos pomares situados no município de Fraiburgo-SC, nas safras 2018/2019 e 2019/2020. Os frutos das plantas tratadas foram colhidos e as variáveis analisadas foram: os dados de produção e a qualidade dos frutos (firmeza de polpa, °Brix e incidência de queimadura de sol). No ano de desenvolvimento desse estudo, os ensaios desenvolvidos visando redução da incidência de queimaduras de sol não tiveram resultados confiáveis, pois as condições ambientais, principalmente a insolação, não foram favoráveis ao desenvolvimento do dano aos frutos, impossibilitando a tomada de conclusões sobre a eficiência do produto CaCO_3 na redução da incidência de queimaduras de sol em frutos de macieira. Devido as condições climáticas serem variáveis entre as safras agrícolas, a repetição dos ensaios por vários anos é fundamental para a identificação dos reais efeitos dos produtos testados.

Palavras-chave: Reguladores de crescimento; pós-colheita; qualidade de frutos.

INTRODUÇÃO

A maçã insere-se como a segunda fruta mais produzida no mundo, cuja produção foi estimada em 83,1 milhões de toneladas, sendo superada apenas pela banana. No Brasil, a produção no ano de 2017, foi de aproximadamente 1,3 milhões de toneladas (FAOSTAT, 2019). Os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul são responsáveis por 96% da produção brasileira de maçãs (DAL'SANT, 2013).

A macieira (*Malus domestica* Borkh.) pertencente à família Rosaceae e subfamília Pomoideae e abrange 100 gêneros e mais de 2000 espécies (IUCHI, 2006). Atualmente, as cultivares 'Gala' e 'Fuji' representam juntas em torno de 90% da produção de maçã no país (PETRI et al., 2011). Da totalidade dos frutos produzidos no Brasil, mais de 70% são comercializados para o consumo in natura (ARGENTA et al., 2015).

As maçãs são classificadas de acordo com o calibre e a categoria, seguindo normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2006). A classificação das maçãs é responsável por grandes diferenças de faturamento. De maneira geral, maçãs com qualidades superiores, descritas como Cat Extra e Cat 1, são as que atingem os maiores valores comerciais, e as qualidades inferiores, que são os produtos fora de categoria, são os que apresentam menores valores. Atualmente, as principais medidas da aparência, para classificação dos frutos em categorias no Brasil, são a intensidade (percentagem) de coloração avermelhada e a frequência e tamanho de lesões e danos visíveis na superfície dos frutos.

Dentre os danos que comprometem a qualidade visual está a queimadura de sol, que é um distúrbio fisiológico caracterizado por manchas de cor bronze-amarelada

que prejudica a qualidade visual dos frutos, além de favorecer o aumento da incidência de podridões (FELICETTI e SCHARDER, 2009; VALDEBENITO-SANHUEZA et al., 2016). A queimadura de sol é causada pela ação simultânea de luz e calor. Nesse sentido, a aplicação de substâncias que protegem a superfície dos frutos tem sido recomendada para reduzir a temperatura da casca, diminuindo, como consequência, a ocorrência de queimaduras de sol.

A qualidade visual dos frutos é o fator que mais garante retorno econômico ao produtor de frutas como a maçã. Porém as condições climáticas nos locais de cultivo, muitas vezes, são desfavoráveis ao desenvolvimento da coloração vermelha dos frutos, característica bastante valorizada, ou em situações de calor extremo associadas a alta radiação solar pode haver o comprometimento da qualidade dos frutos, pelo desenvolvimento de queimaduras na epiderme dos frutos. Assim, a obtenção de frutos de melhor qualidade visual depende muito das práticas de manejo do pomar, condições ambientais, e estratégias de uso de produtos para amenização dos problemas. Nesse sentido, a identificação de produtos que possam proteger contra a radiação solar, diminuindo a incidência de queimaduras sem deixar resíduos que comprometam a comercialização, ou mesmo a utilização de biorreguladores que melhorem o ganho de cor vermelha, podem trazer ganhos significativos ao setor produtivo, além de proporcionar frutos de maior qualidade ao consumidor.

O carbonato de cálcio (CaCO_3) em formulação líquida é uma alternativa que apresenta potencial para ser utilizado na redução do distúrbio, uma vez que o produto forma uma fina camada, que reflete parte da luz, protegendo os frutos da queimadura de sol (LAL; SAHU, 2017). O CaCO_3 já se mostrou efetivo na redução de queimaduras de sol em romã (MELGAREJO et al., 2004) e uvas (AHMED et al., 2011). Todavia, ainda não existem estudos que elucidem o efeito do CaCO_3 em formulação líquida sobre a incidência de queimadura de sol e a qualidade de frutos na cultura da macieira.

Sendo assim, o objetivo deste estudo foi avaliar o efeito da aplicação de CaCO_3 em formulação líquida sobre a incidência de queimadura de sol e a qualidade visual de maçãs 'Elenise', 'Baronesa' e 'Seleção M10/09'.

METODOLOGIA

O presente estudo foi conduzido em parceria com o produtor rural, nos pomares, situados no município de Fraiburgo-SC, nas safras 2018/2019 e 2019/2020.

As cultivares de macieira utilizadas nesse estudo foram, a 'Elenise', 'Baronesa' e 'Seleção 11/00'. A densidade de plantio do pomar foi de 2.500 plantas ha^{-1} , com espaçamento de 4 m entre linhas e 1 m entre plantas.

O delineamento experimental foi em blocos ao acaso, com seis repetições, sendo cada unidade experimental composta por uma planta. Os tratamentos foram: 1) Testemunha (sem aplicação); 2) CaCO_3 líquido 4% em aplicação única (60 DAC - Dias antes da colheita); 3) CaCO_3 líquido 2% em duas aplicações (60 DAC e 30 DAC); 4) CaCO_3 líquido 2% em aplicação única (60 DAC); 5) CaCO_3 líquido 1% em quatro aplicações (75 DAC, 60 DAC, 30 DAC e 15 DAC).

Para as aplicações de CaCO_3 líquido foi utilizado o produto comercial Deccoshield®. A aplicação dos tratamentos será efetuada através de aspersão com pulverizador costal motorizado até próximo do ponto de gotejamento, utilizando-se volume médio de calda equivalente a 1000 L ha^{-1} .

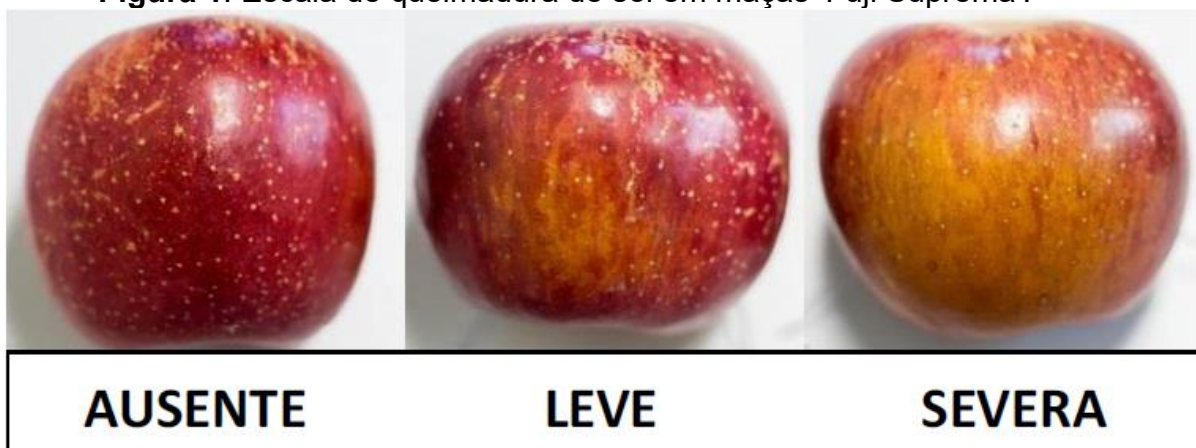
A aplicação dos tratamentos foi efetuada com pulverizador costal motorizado até próximo do ponto de gotejamento, utilizando-se volume médio de calda equivalente a 1000 L ha^{-1} .

As plantas foram manejadas no sistema de condução em líder central, conforme recomendações do sistema de produção da macieira (SEZERINO, 2018), e práticas de manejo recomendadas no sistema de integrado de produção da macieira (SANHUEZA et al., 2006).

Os frutos das plantas tratadas foram colhidos e as variáveis analisadas foram: os dados de produção e a qualidade dos frutos (firmeza de polpa, °Brix e incidência de queimadura de sol).

Para análise de queimadura de sol, os frutos foram avaliados visualmente com relação à presença do distúrbio, que é caracterizada pela presença de coloração bronze-amarelada na superfície dos frutos, principalmente na porção mais vermelha da casca (parte do fruto mais exposta à luz na planta). Os frutos foram classificados de acordo com a incidência de queimadura de sol em três grupos: ausente, leve e severa, conforme exemplificado na Figura 1). A incidência de queimadura total será obtida pelo somatório de frutos considerados com sintomas de queimadura leve e severa.

Figura 1. Escala de queimadura de sol em maçãs ‘Fuji Suprema’.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A análise estatística dos dados realizada através da análise de variância (ANOVA), sendo que as variáveis cujos resultados revelarem significância ($p < 0,05$), terão a comparação de médias efetuadas pelo teste de Scott-Knott a 5% de probabilidade, ou análise de regressão. As análises estatísticas foram realizadas utilizando o programa Sisvar, versão 5.3 (FERREIRA, 2010).

RESULTADOS PARCIAIS

O presente trabalho apresenta os resultados parciais do primeiro ano de estudo, safra 2018/2019, frisando que a colheita da cultivar Elenise acontece na segunda quinzena do mês de abril. Embora os frutos tenham sido deixados a campo por mais tempo que o normal, colheita tardia, a incidência de queimadura de sol foi pouco expressiva nas três cultivares avaliadas (Tabela 1). O índice de queimadura mais severo não foi observado na ‘Seleção 11/00’, e muito superficialmente nas outras cultivares. Observou-se apenas uma variação na incidência de queimaduras leves, na ‘Baronesa’, no entanto esta variação não estaria relacionada diretamente aos tratamentos, mas sim a variação de carga de frutos observada nesse cultivar. Sendo que plantas com maior número de frutos tendem a apresentar maior porcentagem de frutos com o distúrbio, em comparação a plantas com pouca carga.

Tabela 1 – Produção (kg e frutos planta⁻¹) e massa fresca média dos frutos de macieiras ‘Seleção M10-09’, ‘Baronesa’ e ‘Elenise’, submetidas a diferentes tratamentos para redução da incidência de queimadura de sol. Safra 2018/2019, Caçador-SC, Brasil, 2019.

| Tratamentos | Produção | | Massa fresca média (g) | Queimadura de sol | | |
|----------------------------|-------------------------|-----------------------------|------------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| | kg planta ⁻¹ | frutos planta ⁻¹ | | Ausente | Leve | Severa |
| Seleção M10-09 | | | | | | |
| Controle (sem aplicação) | 18,7 ^{ns} | 156,8 ^{ns} | 120,6 b | 97,0 ^{ns} | 3,0 ^{ns} | - |
| Decoshield 4% 1x | 18,2 | 149,2 | 124,2 b | 94,3 | 5,7 | - |
| Decoshield 2% 2x | 20,4 | 173,6 | 120,9 b | 99,0 | 1,0 | - |
| Decoshield 2% 1x | 20,9 | 178,2 | 117,8 b | 98,3 | 1,7 | - |
| Decoshield 1% 4x | 19,9 | 149,0 | 135,5 a | 96,2 | 3,8 | - |
| Oleo mineral 0,5% 2x | 14,2 | 122,6 | 116,1 b | 97,3 | 2,7 | - |
| Média | 18,7 | 154,9 | 122,5 | 97,0 | 3,0 | - |
| CV (%) | 24,9 | 26,4 | 6,4 | 6,2 | 60,5 | - |
| Cultivar ‘Baronesa’ | | | | | | |
| Controle (sem aplicação) | 15,6 b | 124,4 b | 128,9 ^{ns} | 72,7 ^{ns} | 20,3 b | 7,0 ^{ns} |
| Decoshield 4% 1x | 19,4 b | 128,8 b | 150,6 | 70,8 | 21,7 b | 7,6 |
| Decoshield 2% 2x | 24,6 a | 169,0 a | 145,5 | 68,0 | 26,7 a | 5,3 |
| Decoshield 2% 1x | 17,0 b | 119,0 b | 142,9 | 72,5 | 23,0 b | 4,5 |
| Decoshield 1% 4x | 21,3 a | 159,2 a | 133,8 | 62,0 | 32,4 a | 5,6 |
| Oleo mineral 0,5% 2x | 21,1 a | 153,4 a | 138,5 | 74,9 | 20,8 b | 4,3 |
| Média | 19,8 | 142,3 | 140,0 | 70,1 | 24,1 | 5,7 |
| CV (%) | 16,9 | 19,3 | 9,2 | 7,6 | 13,9 | 31,3 |
| Cultivar ‘Elenise’ | | | | | | |
| Controle (sem aplicação) | 19,4 b | 111,4 c | 175,1 ^{ns} | 85,4 ^{ns} | 9,3 ^{ns} | 5,3 ^{ns} |
| Decoshield 4% 1x | 12,8 c | 71,4 b | 178,9 | 81,1 | 10,6 | 8,3 |
| Decoshield 2% 2x | 24,7 a | 156,0 a | 159,0 | 85,3 | 10,7 | 4,0 |
| Decoshield 2% 1x | 20,7 b | 119,4 b | 181,3 | 84,5 | 11,6 | 3,9 |
| Decoshield 1% 4x | 18,2 b | 103,8 b | 173,2 | 83,4 | 8,9 | 7,7 |
| Oleo mineral 0,5% 2x | 12,1 c | 71,2 c | 170,3 | 79,7 | 12,4 | 7,9 |
| Média | 18,0 | 105,5 | 173,0 | 83,3 | 10,6 | 6,2 |
| CV (%) | 12,4 | 15,8 | 8,4 | 6,0 | 22,8 | 28,5 |

*Aplicações realizadas semanalmente, sendo a primeira em 30/01/2019, segunda em 06/02/2019, terceira em 13/02/2019, e quarta em 20/02/2019. Médias seguidas por mesma letra, na coluna, não diferem entre si pelo teste de Scott-Knott ($P \leq 0,05$). *ns: não significativo ($P \geq 0,05$).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro ano de desenvolvimento desse estudo, os ensaios desenvolvidos visando redução da incidência de queimaduras de sol não tiveram resultados confiáveis, pois as condições ambientais, principalmente a insolação, não foram favoráveis ao desenvolvimento do dano aos frutos, impossibilitando a tomada de conclusões sobre a eficiência do produto CaCO_3 na redução da incidência de queimaduras de sol em frutos de macieira. Devido as condições climáticas serem variáveis entre as safras agrícolas, a repetição dos ensaios é de suma importância para a síntese de conclusões sobre o tema abordado, bem como, para a publicação de resultados de pesquisa confiáveis.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, pelo apoio recebido durante a execução deste trabalho.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHMED, F.F.; SHAABAN, M.M.; ABD EL-AAL, A.M.K. **Protecting Crimson Seedless Grapevines Growing in Hot Climates from Sunburn**. Research Journal of Agriculture and Biological Sciences, v.7, n.1, p.135-141, 2011.
- ARGENTA, L.C.; VIEIRA, M.J.; SOUZA, F.; PEREIRA, W.S.P.; EDAGI, F.K. **Diagnóstico da qualidade de maçãs no mercado varejista brasileiro**. Revista Brasileira de Fruticultura, v. 37, n.1, p.048-063, 2015.
- BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Regulamento técnico de identidade e qualidade da maçã**. Brasília, 2006. 9p. (Instrução Normativa, 5).
- DAL'SANT, S. R. **Reguladores Vegetais na Frutificação e Produção da Macieira 'Imperial Gala'**. [tese] Curitiba, 2013. p.48.
- FAOSTAT. **Food and Agriculture Organization of the United Nations Statical Databases**. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data/QC>>. Acesso em: 01 out. 2019.
- FELICETTI, D.A.; SCHRADER, L.E. **Changes in pigment concentrations associated with sunburn browning of five apple cultivars**. II. Phenolics. Plant Science, v. 176, n.1, p. 84-89, 2009.
- FERREIRA, D. F. **Sisvar** – programa estatístico. Versão 5.3 (Build 75). Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2010.
- IUCHI, V. L. Botânica e fisiologia. In: **A cultura da Macieira**. Florianópolis: Epagri, 2006. p. 59-104.
- LAL, N.; SAHU, N. **Management Strategies of Sun Burn in Fruit Crops-A Review**. International Journal of Current Microbiology and Applied Sciences, v.6, n.6, p.1126-1138, 2017.
- MELGAREJO, P.; MARTINEZ, J.J.; HERNANDEZ, F.; MARTINEZ-FONT, R.; BARROWS, P.; EREZ, A. Kaolin treatment to reduce pomegranate sunburn. **Scientia Horticulture**, v.100, p.349-353, 2004.
- PETRI, J.L.; LEITE, G.B.; COUTO, M.; FRANCESCOTTO, P. Avanços na cultura da macieira no Brasil. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 33, n. especial, p.48-56, 2011.
- SEZERINO A.A. **Sistema de produção para a cultura da macieira em Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2018, 136p
- VALDEBENITO-SANHUEZA, R.M.; CANTILLANO, R.F.F.; BARTNICKI, V.A.; SPOLTI, P. **Protetor solar diminui a incidência das podridões 'olho-de-boi' e 'branca' em maçãs 'Fuji Standard' e 'Pink Lady'**. Revista Brasileira de Fruticultura, v. 38, n. 1, p.92-98, 2016.

LEITURA INTERDISCIPLINAR: PRODUÇÃO DE UVA ORGÂNICA

Bruno Scapinelli Parizotto, brunoparizotto14@gmail.com
Gentil Carneiro Gabardo, ge.gabardo@gmail.com

Resumo - A região sul do é a maior produtora de uvas do Brasil e o estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor. Com o passar dos anos está ficando cada vez mais frequente tempestades que possam danificar as videiras, neste sentido muitas empresas e produtores estão investindo em novas tecnologias, e uma que está em pleno crescimento é a cobertura plástica, que protege as plantas destes fenômenos naturais, outro motivo é a qualidade e produção desta fruta. Para se comprovar isto será analisado artigos para ver se tem resultados satisfatórios. O objetivo deste trabalho foi avaliar as diferenças na produção de Uva Orgânica com cobertura e sem cobertura plástica, e se é viável financeiramente para o produtor. Foram analisados artigos, um realizado em uma propriedade vitícola em Toledo – PR da cultivar “Cabernet Sauvignon”, os resultados foram bem satisfatórios tanto na qualidade quanto na produtividade, já o outro artigo foi realizado em um vinhedo de Niágara Rosada na sede da Embrapa em Bento Gonçalves – RS, e os resultados também foram bem satisfatórios, mostrando que a cobertura plastica altera o microclima da planta e influencia na qualidade e produtividade da videira, e diversos outros artigos relacionados a produção de uva sob cultivo protegido

Palavras-chaves: Uva Orgânica. Cobertura Plástica. Qualidade. Produtividade.

INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul é o maior estado produtor de Uva no Brasil, a Serra Gaúcha é a maior produtora vitícola. Esta região é favorável ao desenvolvimento desta cultura, mas apresenta uma elevada pluviosidade durante os períodos de maturação e colheita, e ocorrência de granizo comprometendo a produtividade.

Para esta cultura ser viável requer aplicações preventivas e frequentes de produtos químicos para o controle de doenças fúngicas de parte aérea.

As melhores safras ocorrem quando há um baixo índice de pluviosidade e grande quantidade de luz solar, com estas condições as mesmas apresentam melhor maturação. No sentido de proteger as Videiras da precipitação anual e do granizo a alternativa mais utilizada está sendo o uso de coberturas plásticas que também tem influência em antecipar ou retardar a colheita, diminuir o uso de tratamentos fitossanitários, economia de insumos, melhor qualidade dos frutos, entre outras vantagens, mas será que tudo oque foi descrito acima já é comprovado, ou ainda não se tem dados concretos. A cobertura plástica reduz o uso de tratamentos fitossanitários, esta redução se torna uma possibilidade para a produção de Videira orgânica, que dispensa o uso de fertilizantes e agrotóxicos, e também podendo ajustar qual a melhor data para colheita, tendo uma maior qualidade. Com a certificação orgânica o produtor consegue um preço mais diferenciado. O uso da cobertura plástica tem grande modificação nas condições microclimáticas, o cultivo protegido é um novo sistema de produção. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi avaliar as diferenças na produção de Uva Orgânica com cobertura e sem cobertura plástica, se é viável financeiramente para o produtor, e o objetivo do curso é unir as disciplinas e fazer com que o acadêmico desenvolva habilidades que vão contribuir futuramente.

DESENVOLVIMENTO

Segundo dados de (DETONI; CLEMENTE; FORNARI, 2007) a cobertura plástica sob a videira altera o seu microclima, o trabalho citado foi realizado em um vinhedo comercial no município de Toledo – PR, a variedade cultivada foi Cabernet Sauvignon em cultivo Orgânico. O sistema de condução utilizado é em Espaldeira, com espaçamento de 1,5 m entre plantas e 3,0 m entre linhas. O pomar foi desenvolvido de acordo com as regras de produção orgânica, a competência de certificação de produção orgânica é do IBD (Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural). Foram utilizadas plantas sem cobertura e com cobertura plástica.

Em outro trabalho realizado com cultivo protegido foi verificado que a cobertura reduziu em aproximadamente 30% a radiação fotossinteticamente ativa (RFA) incidente sobre o dossel das plantas e, possivelmente, esteja relacionada às características físicas e químicas dos materiais de cobertura (MOTA et al., 2008).

O teor de sólidos solúveis não se alterou devido a cobertura plástica, as médias foram de 17,3° Brix, mostrando que não tem interferência no teor de açúcar. Já em relação ao pH e a acidez titulável (AT) houve diferenças significativas, as plantas com cobertura apresentam maior acidez titulável, o nível foi de 1,14g de ácido tartárico em 100 ml de suco e pH de 3,4, em relação as plantas sem cobertura, o valor de acidez titulável foi menor, o nível foi de 0,87g em 100 ml de suco e pH 3,5. Lembrando que o pH em termos comuns, mede a força da acidez, já a acidez titulável é correspondente a concentração do ácido tartárico e málico e também é utilizada para definir o ponto de maturação da uva. (CLEMENTE; FORNARI, 2007).

Sobre a relação do teor de antocianinas, as uvas fora da cobertura apresentaram um teor maior, em média 22,8 mg L., e as uvas sob cobertura plástica apresentaram valor médio de 14,9 mg L. Mas segundo os autores apesar da diferença do teor de antocianinas não foi observado diferença visual na coloração. O teor de antocianinas são pigmentos vegetais responsáveis por uma grande quantidade de cores nas frutas, são compostos fenólicos pertencentes ao grupo dos flavonoides. (DETONI; CLEMENTE; FORNARI, 2007).

Neste trabalho houve uma baixa produtividade nas plantas avaliadas tanto sob cobertura e sem cobertura. Houve produtividade média de 3 t há, este valor está bem abaixo da média desta variedade, que pode variar de 15 a 20 t há. Em todos os aspectos relacionados a produção as uvas sob cobertura plástica apresentaram valores melhores que uvas sem cobertura, o número de cachos por planta variou de 21 cachos sob cobertura e 10 cachos sem cobertura, o peso de cacho variou de 84 g a 49 g respectivamente, a produção por planta seguiu esta mesma media variando de 1769 g a 492 g respectivamente. Depois de todos estes aspectos avaliados a produção foi de 4 t há em cobertura plástica e 1 t há sem cobertura plástica, mostrando que a cobertura plástica tem grande relação na produtividade, desde que manejada da forma correta. (DETONI; CLEMENTE; FORNARI, 2007).

Em relação ao ataque de antracnose, 33 % das plantas em cobertura apresentaram nível de ataque 3, que é leve, são apenas lesões pequenas nas plantas, já as plantas sem cobertura apresentaram níveis de 80 % de ataque no nível 7, que são grandes lesões nas folhas, ramos e cachos, o que dá muita diferença na produtividade. O principal fator de altos níveis de antracnose na planta sem cobertura é que as doenças fúngicas ocorrem em elevadas umidades relativas e a presença de uma pequena película da água sob as folhas e frutos. Em relação a outros danos (CHAVARRIA et al., 2008) notou que houve redução de incidência de doenças e as que se destacaram

foram a podridão-da-uva-madura, a podridão-cinzenta-da-uva e a podridão ácida. Em questão de época de colheita não houve diferença pois ambos amadureceram simultaneamente. (DETONI; CLEMENTE; FORNARI, 2007).

Este trabalho tem como título “Microclima e produção de videiras ‘Niágara rosada’ em cultivo orgânico sob cobertura plástica”, foi desenvolvido num vinhedo de Niágara Rosada conduzido no sistema latada, na safra de 2007/2008, o mesmo foi desenvolvido na sede da Embrapa em Bento Gonçalves RS, com sistema orgânico desde seu plantio. Foram feitas pulverizações semanais somente no sistema sem cobertura plástica (COMIRAN et al., 2007, p. 153).

Com relação a composição química dos frutos, o teor de sólidos solúveis foi superior a 17° Brix e a acidez total titulável (ATT) foi de 80 meq L nos dois tratamentos, com e sem cobertura plástica, após esta colheita, no tratamento com cobertura plástica os teores de Sólidos solúveis aumentou para 22° Brix e o teor de acidez baixou para 52 meq L, mostrando que em uvas sob cobertura plástica consegue-se retardar a colheita em 40 dias depois de se ter atingido a maturação de colheita, sem prejuízos. Já no tratamento sem cobertura plástica isso não é possível devido a podridão. (COMIRAN et al., 2007, p. 153).

Em relação a entrada de doenças, no sistema com cobertura não houve incidência de míldio e antracnose, já no sistema sem cobertura houve incidência de míldio e antracnose, um dos principais motivos é a umidade presente no ambiente. (COMIRAN et al., 2007, p. 153). A produção por planta obteve dados significativos, em planta sem cobertura houve uma produtividade por planta de 4,6 kg e por área foi de 12,3 t há, enquanto as uvas em cobertura plástica obtiveram uma produção de 10,2 kg por planta e 27,1 t há, evidenciando que a cobertura plástica também interfere na produção da Uva Niágara Rosada em sistema com e sem cobertura plástica. (COMIRAN et al., 2007, p. 153).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de coberturas plásticas sobre as videiras altera sim a produtividade, também modifica as qualidades físicas e químicas dos frutos, além da menor incidência de doenças, de ambos os trabalhos relatados, o que difere nestes trabalhos é que a cultivar ‘Cabernet Sauvignon’ não se antecipou o período de colheita, já na cultivar ‘Niágara Rosada’ se consegue um período de colheita prolongado.

Minha família trabalha com a cultivar Niágara Rosada conduzido no sistema latada em cobertura plástica, convencional. Nestes anos que estou trabalhando neste pomar já notei que a diferenças sim sob videiras em cobertura plástica, já obtivemos aumento de produtividade, melhor qualidade de frutos, menor incidência de doenças, menor uso de agrotóxicos, um ponto que pode-se dizer que é negativo, é o alto custo de implantação, hoje em dia o custo já é menor mas ainda sim para o pequeno produtor é uma barreira na implantação deste sistema.

REFERENCIAS

CHAVARRIA, Geraldo et al. Manejo de videiras sob cultivo protegido. **Ciência Rural**, [s.l.], v. 39, n. 6, p. 1917-1924, 29 maio 2009. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384782009000600047&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 20 maio 2020.

CHAVARRIA, Geraldo *et al.* Cultivo protegido: uma alternativa na produção orgânica de videira. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Flores da Cunha, v. 2, 1 out. 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27286/000690142.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

COMIRAN, Flávia et al. Microclima e produção de videiras 'Niágara rosada' em cultivo orgânico sob cobertura plástica. **Revista Brasileira de Fruticultura**, [s.l.], v. 34, n. 1, p. 152-159, mar. 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010029452012000100021&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 21 maio 2020.

DETONI, Alessandra Maria; CLEMENTE, Edmar; FORNARI, Carlinhos. Produtividade e qualidade da uva 'Cabernet Sauvignon' produzida sob cobertura de plástico em cultivo orgânico. **Revista Brasileira de Fruticultura**, [s.l.], v. 29, n. 3, p. 530-534, 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-29452007000300023. Acesso em: 21 maio 2020.

MELLO, Loiva Maria Ribeiro de. Mercado. **Agência Embrapa de Informação Tecnológica**, [S. l.],. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/uva_para_processamento/arvore/CO NT000g56mkakt02wx5ok0dkla0saajvx4x.html. Acesso em: 30 jun. 2020.

MOTA, Clenilso Sehnen *et al.* Comportamento vegetativo e produtivo de videiras 'Cabernet sauvignon' cultivadas sob cobertura plástica. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, 1 mar. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-29452008000100027&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 29 jun. 2020.

AGENDA 2030 E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Daniel Moretto

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Tiago Borga

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

RESUMO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, é um documento acordado por líderes mundiais, de com o compromisso garantir a paz e contribuir para o desenvolvimento de uma economia mais saudável que proteja o meio ambiente. Assim poderemos propor uma questão sobre como se comparam, se aproximam ou se distanciam a estrutura do conceito e sua respectiva mensuração na proposta contemporânea da Agenda 2030. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo apontar lacunas e interseções para a agenda 2030 com o Desenvolvimento Sustentável, para o desenvolvimento do estudo foi realizada pesquisa de fins exploratórios. O estudo apresenta a Agenda 2030, onde consiste em uma Declaração, em um quadro de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS e suas 169 metas -, em uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais. A Agenda 2030 corresponde a um acordo em escala global para alcance de objetivos e metas calculáveis.

Palavras-chave: Agenda 2030. Desenvolvimento sustentável. Escala global.

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, atual em pauta, é um documento acordado por líderes mundiais, de com o compromisso garantir a paz e contribuir para uma economia mais saudável que proteja o meio ambiente. Nela são apresentados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sucessores dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), mas foram 18 propostos como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012 (ALVES, 2015). Diante do exposto, passamos a propor uma questão sobre como se comparam, se aproximam ou se distanciam a estrutura do

conceito e sua respectiva mensuração na proposta contemporânea da Agenda 2030, (ALVES, 2015). Neste sentido o presente trabalho tem como objetivo apontar lacunas e interseções para a agenda 2030 com o Desenvolvimento Sustentável, visando orientar futuros estudos e propostas nos campos do Desenvolvimento Sustentável.

METODOLOGIA

A pesquisa pode ser classificada quanto aos fins, como exploratória. E quanto aos meios, como bibliográfica e documental, apoiado em pesquisa bibliográfica de artigos científicos e publicações oficiais relacionadas à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Figura 1. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030;



Fonte: ONU, 2015.

O escopo do trabalho está em observar os programas apresentados pela agenda 2030, buscando-se o grau de importância entre os assuntos apresentados para as metas da Agenda 2030. A seguir a Tabela 1 demonstra a composição da agenda 2030.

Tabela 1. Eixos de atuação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

| Eixo de atuação | Descrição | Eixo de atuação | Descrição |
|------------------------|------------------|------------------------|---|
| Pessoas | | | Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em toda as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em matéria de dignidade e igualdade, em um ambiente saudável. |
| Planeta | | | Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, incluindo por meio do consumo e da produção sustentável, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e de medidas urgentes para combater a mudança do clima, para que possa atender as necessidades das gerações presentes e futuras. |
| Prosperidade | | | Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza. |
| Paz | | | Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, e não há paz sem desenvolvimento sustentável. |
| Parcerias | | | Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base no espírito de |
| | | | Estamos determinados a gerar solidariedade global fortalecida, com ênfase especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas os grupos interessados e todos as pessoas. |

Fonte: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

RESULTADOS

Agenda 2030 consiste em uma Declaração, em um quadro de resultados - os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas -, em uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, bem como de um roteiro para acompanhamento e revisão. Os ODS são o núcleo da Agenda e deverão ser alcançados até o ano 2030, (GUTERRES, 2015).

Os 17 Objetivos são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. São como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável. Nos próximos anos de implementação da Agenda 2030, os ODS e suas metas irão estimular e apoiar ações em áreas de importância crucial para a humanidade: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias, (GUTERRES, 2015).

Ao combinar os processos dos Objetivos do Milênio e os processos resultantes da Rio+20, a Agenda 2030 e os ODS inauguram uma nova fase para o desenvolvimento dos países, que busca integrar por completo todos os componentes do desenvolvimento sustentável e engajar todos os países na construção do futuro que queremos, (GUTERRES, 2015).

CONCLUSÃO

A Agenda 2030 corresponde a um acordo em escala global para alcance de objetivos e metas calculáveis com base em acordos, padrões e indicadores consolidáveis dentro da escala.

Os objetivos do estudo foram alcançados pelo método de análise. Entretanto, por se tratar de uma pesquisa exploratória, experimentou-se uma forma de conhecer a importância da agenda que busca avançar para o bem-estar humano, pelas condições e processos que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Demanda-se o aperfeiçoamento por próximos estudos que trabalhem a Agenda 2030, bem como outras perspectivas metodológicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. **Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quindênio (2015-2030) do século XXI.** Revista Brasileira de Estudos e População, Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.587-598, set./dez. 2015.

GUTERRES Antônio. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acessado em: 30/04/2020.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU BR. **Secretário-geral da ONU apresenta síntese dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015.** Publicado em: 4 dez. 2014. Atualizado em: 01 set. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/secretario-geral-da-onu-apresenta-sintese-dos-objetivosde-desenvolvimento-sustentavel-pos-2015/>>. Acessado em: 30/04/2020.

IMPORTANCIA DA AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DO ESTADO TRÓFICO PARA A DETERMINAÇÃO DA QUALIDADE DE SISTEMAS HÍDRICOS

Daniel Moretto

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Roger Francisco Ferreira de Campos

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

RESUMO

A água, é o elemento essencial para a vida, onde devemos prezar pela sua proteção, tendo em vista seu uso coletivo. Entretanto, os países ainda consideram a água como um patrimônio sem valor econômico. Porém, a aceleração do desenvolvimento no último século, os recursos hídricos vêm sofrendo alterações com as atividades do homem, assim gerando escassez. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver o levantamento bibliográfico, acerca da importância ambiental da utilização do Índice do Estado Trófico – IET. O desenvolvimento do presente trabalho tem por finalidade realizar uma revisão bibliográfica narrativa, por meio do método dedutivo com auxílio de livros, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso e outros relacionados com o tema do estudo. Com uma análise profunda podemos observar a importância de se determinar o IET, pois ele tem o objetivo de apresentar o estado de eutrofização de um percurso hídrico, tendo a capacidade de apresentar diferentes aspectos envolvendo cargas e transportes de nutrientes, se apresentado com um dos principais parâmetros das análises de degradação ambiental para ambientes lóticos e lenticos. Assim o IET determina todo o fósforo total e clorofila, mesmo que estejam dissolvidas ou particuladas, orgânicas e inorgânicas presente no recurso hídrico, assim pode apresentar a sua classificação de eutrofização.

Palavras chave: Eutrofização. IET. Sistema Hídrico

INTRODUÇÃO

A água, como elemento integrante da natureza, é um recurso natural que compõe o patrimônio ambiental que deve ser protegido, tendo em vista seu uso coletivo. Entretanto, em todos os países do mundo, ainda é considerada como um bem livre, sem valor econômico, assim a sua classificação de corpos d'água em diferentes graus de trofia tem grande importância, pois avalia a qualidade da água quanto ao enriquecimento por nutrientes e seu efeito relacionado ao crescimento excessivo das algas ou ao aumento da infestação de macrófitas aquáticas (VIEIRA, 1996). Com a aceleração do desenvolvimento econômico ocorrido no último século, os recursos hídricos ficaram sujeitos às ações predatórias das atividades humanas. O mal uso das águas, em especial as superficiais, vem acarretando a degradação dos recursos hídricos disponíveis e a sua escassez relativa, pois nos últimos anos está sendo lançado muitos efluentes sanitários com e sem tratamento adequado, o que pode acabar acarretando para a eutrofização dos recursos hídricos (SILVA et al., 2018).

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver o levantamento bibliográfico, acerca da importância ambiental da utilização do Índice do Estado Trófico - IET como monitoramento da qualidade da água.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizado um estudo de revisão bibliográfica narrativa, por meio do método dedutivo, acerca de resultados de estudos já concluídos para a importância do IET, onde por meio do método dedutivo, segundo Vanti (2002), deve-se por meio de hipótese genérica chegar a uma conclusão por meio de dedução de análise de dados já concluídos de artigos, livros e monografias referentes ao tema em questão, como também apresentar alguns relatos apresentados em cima dos temas propostos pelos itens citados a cima.

RESULTADOS

O Índice de Estado Trófico (IET) tem o objetivo de classificar os corpos d'água conforme o seu grau de trofia, isto é, avaliar a qualidade, disponibilidade e o efeito do aporte de nutrientes encontrados na água e que são responsáveis pelo crescimento excessivo das algas ou de macrófitas aquáticas no meio (MARANHO, 2012).

O conceito de estado trófico é multidimensional, envolve aspectos de carga e transporte de nutrientes, concentração de nutrientes, produtividade, quantidade e qualidade da biota e a morfometria do lago (DUARTE, 1998). Segundo Fia et al., (2009), um índice de estado trófico funciona como um registro de atividades humanas nas várias bacias hidrográficas, além de auxiliar na formulação de planos de manejo e gestão de ecossistemas aquáticos, por meio de estratégias que visam a sustentabilidade dos recursos hídricos.

Há alguns anos, adota-se o índice elaborado por Carlson de 1977 e modificado por Toledo et al., (1983), onde, para o possível cálculo do IET dos rios e reservatórios, utilizava os valores obtidos a partir de três variáveis: transparência das águas; clorofila; e fósforo total. Nesse índice, os resultados correspondentes ao fósforo, são entendidos como uma medida do potencial de eutrofização, já que esse nutriente atua como agente causador do processo. Já os resultados correspondentes à clorofila são considerados como uma medida de resposta do corpo hídrico ao agente causador, indicando assim, o nível de crescimento de algas no local. Ao fim do estudo o ecossistema pode ser classificado em Oligotrófico, Mesotrófico, Eutrófico ou Hipereutrófico, de acordo com o estado de trofia (COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB, 2004).

O Índice de Estado Trófico – IET, no sentido de onde pode ser utilizado foi descrito pela CETESB, tem sido um dos principais parâmetros para averiguar as condições de degradação ambiental de ambientes lóticos e lênticos. É importante realizar a avaliação do índice do estado trófico esse elemento, pois ele se refere a todas as formas de fósforo presentes na água, sejam dissolvidas ou particuladas, orgânicas e inorgânicas. Muitas formas de fósforo particulado são potencialmente ou indiretamente eutrofizantes, porque podem

frequentemente sofrerem processos de dissolução e se transformarem em fosfato inorgânico dissolvido (ou ortofosfato) (ESTEVES, 1998).

CONCLUSÃO

Conforme analisado é de suma importância a análise do IET, pois ele classifica os corpos d'água conforme o seu grau de trofia, sendo multidimensional, envolve aspectos de carga e transporte de nutrientes, concentração de nutrientes, produtividade, quantidade e qualidade da biota e a morfometria. Contudo ele determina todo o fósforo total e a clorofila que está presente sobre recurso hídrico, mesmo que estejam dissolvidas ou particuladas, orgânicas e inorgânicas, com base nos dados obtidos em cima das análises para estes parâmetros, podemos definir a sua classificação de eutrofização e determinar se está ocorrendo uma trofia sobre determinado percurso do recurso hídrico.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo fornecimento da bolsa de pesquisa FAP, para o desenvolvimento do presente trabalho.

REFERÊNCIAS

VIEIRA, Vicente de Paulo Pereira Barbosa. **Recursos hídricos e o desenvolvimento sustentável do semiárido nordestino**. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, v. 1, n.1, p. 89-107, jan./jun., 1996.

SILVA, Daniel Clemente Vieira Rêgo da; et al. Avaliação da eficiência de um índice de estado trófico na determinação da qualidade da água de reservatórios para abastecimento público. **Eng Saint Ambient**, v. 23, n. 4, p. 627-635, jul./ago., 2018.

VANTI, Nádia Aurora Peres. uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 152-162, mai./ago., 2002.

MARANHO, Leandro Amorim. **Avaliação da qualidade da água do rio Corumbataí (SP) por meio de variáveis bióticas e abióticas**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2012.

DUARTE, Marcio. Índice do estado trófico de Carlson (IET) aplicado em corpos aquáticos lênticos do nordeste do Brasil. *In*: CONGRESSO INTERAMERICANO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 26., 1998. **Anais eletrônicos ...** Lima: Associação Peruana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental – AIPS, 1998. Disponível em: <http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/avaliacao-do-estado-trfico-da-gua-na-barreira-flutuante-de-santana-em-pira-rj-11031>. Acessado em: 12 mai. 2020.



FIA, Ronaldo, MATOS Antônio Teixeira, CORADI, Paulo Carteri, RAMIREZ, Orlando. Pereira. Estado trófico da água na bacia hidrográfica da Lagoa Mirim RS, Brasil. **Ambi-Agua**, Taubaté, v. 4, n. 1, p. 132-141, 2009.

TOLEDO, João Antônio Prestes et al. A aplicação de modelos simplificados para a avaliação d processo da eutrofização em lagos reservatórios tropicais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA AMBIENTAL, 12., 1983, Balneário Camboriú. **Anais eletrônicos ...** Balneário Camboriú: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, 1983. Disponível em: < <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2011/VIII-005.pdf> >. Acessado em: 12 jun. 2020.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB. **Coleta e Preservação de Amostras de Água**. São Paulo: CETESB, 2004. p. 53.

ESTEVES, Francisco de Assis. **Fundamentos de Limnologia**. 2. ed. Rio de Janieor: Ed. Inter, 1998.

GESTÃO AMBIENTAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (RSS) EM ÉPOCA DE PANDEMIA DO COVID-19

Letícia Geniqueli Reichardt

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Roger Francisco Ferreira de Campos

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

RESUMO

Com a pandemia do *coronavírus* (COVID-19) avançando cada vez mais, os governos são solicitados a tratar da gestão dos RSS como um serviço público urgente e essencial para amenizar impactos secundários à saúde e ao meio ambiente. O presente trabalho tem como objetivo realizar pesquisa sobre a gestão ambiental dos RSS, temas relacionados em época de pandemia do Covid-19. O presente estudo consistiu em uma pesquisa básica, quanto à fonte de informação considerada revisão da literatura narrativa. A revisão da literatura será realizada com o método dedutivo. O gerenciamento adequado de resíduos biomédicos e de serviços hospitalares requer identificação, coleta, separação, armazenamento, transporte, tratamento e descarte apropriados, além de outras práticas importantes, como desinfecção, proteção e capacitação de pessoal, especialmente no combate à propagação do Covid-19. Com relação à classificação dos resíduos, de acordo com a RDC ANVISA 306 de 2004 e Resolução CONAMA 358 de 2005, os resíduos de serviço de saúde são classificados em cinco grupos: A, B, C, D e E. Quando não se dá a devida importância ao gerenciamento e gestão corretos dos resíduos, são vários os danos resultantes, como, por exemplo, a propagação de doenças para a população em geral.

Palavra-chave: Gestão ambiental. Resíduos de Serviço de Saúde. Covid-19.

INTRODUÇÃO

Com a pandemia do COVID-19 avançando cada vez mais, os governos são solicitados/acionados a tratar da gestão dos resíduos gerados - como um serviço público urgente e essencial para amenizar impactos secundários à saúde e ao meio ambiente. Muitos tipos de resíduos perigosos e hospitalares estão sendo gerados, onde a gestão indevida desses resíduos pode causar efeitos inesperados na saúde humana e meio ambiente. Por tanto, o manuseio seguro e o descarte final desses resíduos são fundamentais para uma resposta de emergência eficaz (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE- PNUMA, 2020). A gestão segura dos resíduos domésticos também será importante durante a pandemia do COVID-19. Os resíduos de serviços médicos, dentre eles máscaras, luvas, medicamentos usados ou vencidos, bem como outros itens contaminados, podem se misturar ao lixo residencial comum. Além disso, devem ser tratados como resíduos perigosos. Além disso, devem ser armazenados separadamente de outros lixos domésticos e coletados por especialistas das prefeituras ou por empresas de coleta especializadas (PNUMA, 2020). Portanto, o presente trabalho tem como objetivo de

realizar uma pesquisa sobre a gestão ambiental dos RSS, temas relacionados em época de pandemia do Covid-19.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo consistiu em uma pesquisa básica, quanto à fonte de informação considerada revisão da literatura narrativa sobre a gestão ambiental dos resíduos, com destaque para a gestão dos resíduos de serviço de saúde. A revisão da literatura será realizada com o método dedutivo. Segundo Borges (2014), por meio de uma hipótese genérica e, através da dedução, é possível chegar a uma conclusão e solução do problema. O estudo teve como base normas, revistas, publicações na *internet* e artigos científicos sobre o tema. Para elaboração da revisão de literatura foram utilizados principalmente sites de busca e no *SciELO* sendo utilizadas as seguintes palavras-chave: Gestão de resíduos de serviço de saúde, gestão ambiental, resíduos de serviço de saúde, Covid-19. Os resultados foram encontrados principalmente através de Leis e Decretos publicados pelo governo federal, estadual, sendo que a pesquisa teve por objetivo encontrar ações governamentais que fossem aplicadas em todo o Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Gestão Ambiental é um sistema coerente e equilibrado de métodos, ferramentas e estratégias objetivando o desenvolvimento sustentável do planeta (NASCIMENTO, 2012). Conforme a série NBR ISO 14000, sistema de gestão ambiental é a parte do sistema de gestão global que inclui estruturas organizacionais, atividades de planejamento, responsabilidade, práticas, procedimentos, processo e recursos para desenvolver, implementa, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, 2004).

Quando não se dá a devida importância ao gerenciamento e gestão corretos dos resíduos, são vários os danos resultantes, como, por exemplo, acidentes de trabalho envolvendo profissionais da área de Saúde, de catadores da limpeza pública, a contaminação do meio ambiente, além da propagação de doenças para a população em geral, por contato direto ou indireto e através dos vetores (GOMES et al., 2014).

O novo vírus (SARS-CoV-2) resultou na imposição de medidas permanentes de controle de infecção com consequente encaminhamento contínuo de protocolos, *fast tracks*, fluxogramas e notas técnicas para orientação nos serviços realizados. Familiarizados à assistência em epidemias de Dengue e Zika, os profissionais de saúde se deparam com rotinas externas às suas práticas assistenciais (BARBOSA; SILVA, 2020).

É necessário de forma rápida e lúcida se debruçar sobre os desafios postos aos profissionais de saúde e às Unidades Básicas de Saúde - UBS no que se refere às demandas da COVID-19, garantindo investimentos em capacitações necessárias, reconhecendo a especialidade do trabalho executado, levando em consideração o tipo de densidade tecnológica que as mesmas operam, quais recursos têm sido garantidos a esses serviços e profissionais para que atuem de forma técnica, científica, digna e humanitária (BARBOSA; SILVA, 2020).

O gerenciamento adequado de resíduos biomédicos e de serviços hospitalares requer identificação, coleta, separação, armazenamento, transporte, tratamento e descarte apropriados, além de outras práticas importantes, como

desinfecção, proteção e capacitação de pessoal, especialmente no combate à propagação do Covid-19. As Diretrizes Técnicas da Convenção da Brasileira sobre o Gerenciamento Correto de Resíduos Biomédicos e de Serviços de Saúde (*Guidelines on the Environmentally Sound Management of Biomedical and Healthcare Wastes*, em inglês), contém informações úteis e práticas para a gestão destes materiais e que podem orientar às autoridades (PNUMA, 2020).

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel essencial para a resposta global para as doenças em questão, em especial durante epidemias e surtos, além de ser a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) (DE CHECCHI, 2020), já as UBS são os estabelecimentos de saúde que apoiam à APS no enfrentamento da COVID-19. As UBS's devem ser a porta de entrada para identificação precoce e encaminhamento adequado de casos graves de COVID-19, seguindo as medidas adequadas de manejo dos resíduos (DE CHECCHI, 2020).

As medidas de controle e prevenção de infecção devem ser efetivadas pelos profissionais que atuam na área da saúde para evitar e reduzir ao máximo a transmissão de microrganismos durante qualquer assistência realizada (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA, 2020). Na Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 04/2020, orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo SARS-CoV-2, onde são abordadas orientações para os serviços de saúde com relação às medidas de prevenção e controle que devem ser empregadas durante à assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo SARS-CoV-2 (ANVISA, 2020).

De acordo com a RDC ANVISA 306 de 2004 e Resolução CONAMA 358 de 2005, os resíduos de serviço de saúde são classificados em cinco grupos: A, B, C, D e E (BRASIL, 2004; 2005):

Grupo A: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção. Por exemplo: placas e lâminas de laboratório, bolsas transfusionais contendo sangue, dentre outras.

Grupo B: Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade. Por exemplo: medicamentos, reagentes de laboratório, resíduos contendo metais pesados.

Grupo C: Quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista. Por exemplo: serviços de medicina nuclear e radioterapia.

Grupo D: Resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares. Por exemplo: sobras de alimentos e do preparo de alimentos, resíduos das áreas administrativas.

Grupo E: Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

De acordo com a Nota Técnica nº 006/2020 da Diretoria de Vigilância Sanitária de Santa Catarina, o novo coronavírus (COVID-19), relacionado aos

resíduos serviço de saúde, pode ser enquadrado como agente biológico classe de risco 3, tratando-se de transmissão de alto risco individual e risco moderado para a comunidade e meio ambiente. Os resíduos infectantes de assistência à saúde oriundos de indivíduos suspeitos ou confirmados de infecção são classificados na categoria A1 da RDC nº 222/2018 (SANTA CATARINA, 2020).

Ainda segundo a Nota Técnica nº 006/2020, o manejo dos Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) deve seguir as seguintes orientações:

1. Os RSS resultantes da atenção à saúde de indivíduos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus devem ser tratados antes da disposição final, ambientalmente adequada, que pode ser realizado dentro ou fora do estabelecimento.
2. Os RSS do grupo A1 devem ser acondicionados, em saco vermelho, e substituídos quando atingirem 2/3 de sua capacidade ou pelo menos 1 vez a cada 48 horas e identificados pelo símbolo de substância infectante, com rótulos de fundo vermelho, desenho e contornos pretos.
3. Os sacos devem estar contidos em recipientes de material lavável, resistente à punctura, ruptura, vazamento e tombamento, com tampa provida de sistema de abertura sem contato manual, com cantos arredondados.
4. O transporte, o tratamento e a disposição final destes resíduos, devem ser realizados por empresa devidamente licenciadas para este fim (SANTA CATARINA, 2020).

Sendo assim, é de suma importância que as atividades de coleta, transporte e destinação de resíduos de serviços de saúde sejam considerados serviços mínimos essenciais à garantia da saúde pública nas situações de emergência. Seguindo as orientações de boas práticas com o objetivo de assegurar condições adequadas de saúde pública, preservar o meio ambiente, prevenir as possibilidades de transmissão do vírus SARS-CoV-2 e garantir a proteção dos trabalhadores, recomenda-se adotar uma combinação de ações conforme os padrões e protocolos já existentes e em uso (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS – ABRELPE, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que os geradores de Resíduos de Serviço de Saúde devem buscar adaptar-se e seguiras novas medidas de segurança e orientações estabelecidas por órgãos estaduais e federal de saúde, levando sempre em consideração o que diz respeito à gestão ambiental adequada desses resíduos–almejando a saúde coletiva dos envolvidos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo fornecimento da bolsa de extensão, por meio do Programa de Apoio a Extensão e Cultura – PAEC para o desenvolvimento do trabalho e a Secretaria de Saúde do município de Fraiburgo/SC em especial à Unidade de Saúde Vila Salete pelo disponibilidade do desenvolvimento da atividade da respectiva unidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. **Nota técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 04/2020**. Disponível em:

<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271858/Nota+Técnica+n+04-2020+GVIMS-GGTES-ANVISA/ab598660-3de4-4f14-8e6f-b9341c196b28>. Acesso em: 01 jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS – ABRELPE. **Recomendações para a gestão de resíduos sólidos durante a pandemia de coronavírus (Covid-19)**. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/comunicacao_novo/links/Recomendacao SABRELPE_COVID19_23mar.pdf. Acesso em: 03 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 10.004**. Resíduos sólidos - classificação. São Paulo: ABNT, 2004.

BARBOSA, Simone de Pinho; SILVA, Ana Valesca Fernandes Gilson. A Prática da Atenção Primária à Saúde no Combate da Covid-19. **Revista da Rede de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde**, v. 2, n. 1, p. 17-19, jan./abr., 2020.

BORGES, Daniel Moura. Método dedutivo, indutivo ou comparativo. Qual o mais adequado à pesquisa do direito internacional do meio ambiente? **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 6, p. 85-101, 2014.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=462>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC Nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0306_07_12_2004.html. Acesso em: 02 jul. 2020.

DE CHECCHI, Maria Helena Riveiro (org.). **Guia de segurança para profissionais atuantes na atenção primária à saúde durante a pandemia de COVID – 19**. Coari, AM: Universidade Federal do Amazonas, 2020.

GOMES, Letícia Carneiro et al. Biossegurança e resíduos de serviços de saúde no cotidiano acadêmico. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, Paraná, v. 35, n. 3, p. 443-450, 2014.

NASCIMENTO, Luis Felipe. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. 2. ed. Brasília: UFSC, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA. **Gestão de resíduos é vital para combater COVID-19**. Disponível em: <https://www.unenvironment.org/pt-br/noticias-e-reportagens/comunicado-de-imprensa/gestao-de-residuos-e-vital-para-combater-covid-19>. Acesso em: 02 jun. 2020.

APONTAMENTOS ACERCA DO INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA

Gean Carlesso dos Santos

(carlesso.tg@gmail.com)

Fabio André Laismann Junior

(fabiolaismann@hotmail.com)

Bianca Gabriele de Moraes

(bianca.gabriele@yahoo.com.br)

Curso de Direito da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe -
UNIARP. Caçador (SC), Brasil.

RESUMO

O artigo em tela visa verificar mediante a lei, o instituto da Delação Premiada, seus requisitos, espécies, posicionamento e a importância no direito brasileiro. Vale destacar que a delação premiada é um acordo entre o Juiz e o réu, onde este recebe uma “vantagem” em troca das informações que fornecerá, desde que dessa colaboração tenha resultado. Não se considera como prova plena contra aquele de delata, devendo o processo ser instruído com outras provas que comprovem as informações apresentadas pelo delator. Ademais, pode-se afirmar que todos os dispositivos que previram o prêmio à delação premiada são instrumentos importantes e eficazes, direcionados a promover a segurança, paz e a justiça, visando à redução da criminalidade e desmantelamento das organizações criminosas.

PALAVRAS-CHAVE

Delação Premiada, Legislação, Requisitos, Processo, Valor Probatório.

1. DELAÇÃO PREMIADA

1.1 CONCEITO DE DELAÇÃO PREMIADA

Delatar, no dicionário, tem origem etimológica do latim *delatum*, e significa revelar, denunciar, dar possibilidades para o entendimento de algo, denunciar alguém por sua culpabilidade em algum crime.

Já o termo Delação Premiada é uma expressão utilizada no âmbito jurídico, que significa uma espécie de "troca de favores" entre o juiz e o réu. Caso o acusado forneça informações importantes sobre outros criminosos de uma quadrilha ou dados que ajudem a solucionar um crime, o juiz poderá reduzir a pena do réu quando este for julgado.

1.2 LEGISLAÇÃO

Apesar da colaboração premiada estar prevista no ordenamento pátrio desde a década de 90, quando entrou em vigor a Lei no 8.072/90, não havia, até bem pouco tempo, um regramento específico e um roteiro mais detalhado que proporcionasse a eficácia dessa importante técnica especial de investigação.

Dai a importância da nova Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13), sem descuidar da proteção dos direitos e garantias fundamentais do colaborador, como pode ser observado, por exemplo, em seu art. 4º, §15, que demanda a presença de defensor em todos os atos de negociação, confirmação e execução da colaboração e em seu art. 5º que traz inúmeros direitos do colaborador.

Referida lei passa a conferir mais eficácia à medida sob comento, regulamentando expressamente a celebração do acordo de colaboração premiada, dispondo sobre a legitimidade para a proposta, conteúdo do acordo e necessária homologação judicial e criando mecanismos para maior controle do alcance desse instituto como, por exemplo, pode ser observado nos incisos do § 16 do art. 4º do mencionado diploma, os quais destacam a impossibilidade de que sejam decretadas medidas cautelares, impossibilidade do recebimento de denúncia ou queixa-crime e impossibilidade do proferimento de sentença condenatória com base exclusivamente nas declarações do colaborador.

1.3 REQUISITOS PARA O BENEFÍCIO DA DELAÇÃO PREMIADA

Podemos elencar dois requisitos essenciais para que o indivíduo possa ser beneficiário da delação premiada: a) A Delação deve ser voluntária, uma vontade que partiria da própria pessoa, mas ainda poderia ser proposta pelo Ministério Público ou pelo delegado de polícia, e quando feita dessa maneira, não retirará o caráter voluntário da ação. b) A Efetividade da colaboração do indivíduo, entende-se por efetividade da colaboração, as informações trazidas que devem ser de extrema relevância, ou seja, o Ministério Público, nem a Polícia, pelos seus próprios meios teriam acesso a tais informações. E essas informações devem ser efetivas quanto a localização dos outros participantes, como também para a recuperação dos objetos do crime e o resgate das vítimas com vida.

1.4 ESPÉCIES DE PRÊMIOS CONCEDIDOS AOS DELADORES

Existem duas espécies de prêmios concedidos aos delatores, a redução de pena e a extinção da punibilidade pelo perdão judicial, embora uma seja a espécie mais utilizada e recorrente no direito brasileiro, a outra dificilmente será aplicada.

Para aplicação dessas espécies de premiação, sempre será levado em consideração os requisitos para a concessão do benefício, sendo os requisitos mais usados a voluntariedade e a efetividade, lembrando ainda que cada legislação fará uso dos requisitos mais adequados para aplicação do instituto, podendo ainda fazer uso de requisitos diversos destes, tais como, a espontaneidade, que diferente da voluntariedade é quando o ato surge da própria pessoa, não podendo ter nenhuma influência externa, ou seja, nesse requisito o Ministério Público e nem o Delegado de Polícia poderá propor ao réu colaborador, um outro requisito que também é utilizado na hora da concessão dos prêmios aos delatores é a personalidade do réu colaborador, nesse caso cabe ao Ministério Público, e ao Juiz antes de homologar a concessão do prêmio uma análise profunda, pois, por exemplo, não há razoabilidade na aplicação da extinção da punibilidade pelo perdão judicial ao réu que tenha articulado todo o fato criminoso, por apenas ter delatado os outros comparsas, mesmo que as informações trazidas tenha sido de grande valia.

1.5 VALOR PROBATÓRIO

Ante a possibilidade de mendacidade intrínseca à colaboração premiada, a jurisprudência firmou-se no sentido de que, isoladamente considerada, esta técnica especial de investigação não pode respaldar uma condenação, devendo estar corroborada por outros elementos probatórios. Se, porém, a colaboração estiver em consonância com as demais provas produzidas ao longo da instrução processual, adquire força probante suficiente para fundamentar um decreto condenatório. Daí a importância daquilo que a doutrina chama de regra da corroboração, ou seja, que o colaborador traga elementos de informação e de prova capazes de confirmar suas declarações.

1.6 A DECISÃO DO STF NO HC 166.373 E AS SUAS REPERCUSSÕES

Em 02 de outubro de 2019 o Supremo Tribunal Federal, diante do julgamento do Habeas Corpus 166.373, estabeleceu tese no sentido de que as alegações finais dos réus delatados só sejam entregues depois que todos os delatores já tiverem se manifestado no processo. Vejamos:

Decisão: O Tribunal, por maioria, concedeu a ordem de habeas corpus, para anular a decisão do juízo de primeiro grau, determinando-se o retorno dos autos à fase de alegações finais, a qual deverá seguir a ordem constitucional sucessiva, ou seja, primeiro a acusação, depois o delator e por fim o delatado, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator), Roberto Barroso, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Marco Aurélio. Prosseguindo no julgamento e após proposta feita pelo Ministro Dias Toffoli (Presidente), o Tribunal, por maioria, decidiu pela formulação de tese em relação ao tema discutido e votado neste habeas corpus, já julgado, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio. Em seguida, o julgamento foi suspenso para fixação da tese em assentada posterior. Plenário, 02.10.2019.

Tal decisão do STF visa garantir o respeito ao devido processo legal e ao exercício do contraditório e da ampla defesa pelo réu delatado, assegurando que ele somente se manifeste após ter pleno conhecimento de todo o conjunto probatório produzido no processo, podendo rebater todos os argumentos trazidos aos autos.

Ademais, outra justificativa para a adoção desse entendimento é que o colaborador, além de colaborar com o estado, passa também a exercer um papel de acusador, o que pode vir a causar prejuízos ao réu delatado que vier a se manifestar antes dos delatores.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, conclui-se que o instituto da delação premiada visa ser uma forma eficaz de acabar com o aumento contínuo da criminalidade no país. Por isso há um grande incentivo no direito brasileiro para aplicação, não devendo a sociedade enxergar esse instituto como sendo moralmente incorreto, e tão pouco ser alvo de tantas críticas, pois devemos levar em consideração que as informações trazidas pelo réu colaborador foram de grande valia para o desenrolar dos fatos. Mas uma coisa é certa, devemos ter uma previsão legal adequada por meio de uma implementação de uma legislação própria que disponha de uma forma mais completa sobre esse benefício.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 166.373. Relator: MIN. Edson Fachin. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5607116>.

DELATAR. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em: Disponível em: <https://www.dicio.com.br/delatar/>.

LIMA, Renato Brasileiro - Legislação Criminal Especial Comentada, ano: 2016, Editora: JusPODIVM, 4ª edição, revista, ampliada e atualizada.

LIMA, Renato Brasileiro - Legislação Criminal Especial, ano: 2014, Editora: JusPODIVM, 2ª edição, revista, ampliada e atualizada.

PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2012.

TEXTO: “DIREITO, JUSTIÇA E SOCIEDADE” NA PERSPECTIVA DE SÉRGIO CAVALIERI FILHO

Lucas Parizotto Rossi, bacharelando do curso de Direito da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP. Caçador (SC), Brasil. Contato: lucasparizottorossi@gmail.com

RESUMO

O assunto tratado no resumo expandido demonstra qual é a finalidade do direito, finalidade esta, que é, a realização da justiça, aponta que a criação do direito não é obra exclusiva do legislador mas também do operador do direito. Se de um lado a finalidade do direito é a realização da justiça, a finalidade da justiça é a transformação social, conforme preconiza o artigo terceiro da nossa Constituição Federal de 1988. Em relação ao problema da lei injusta estamos adaptados a ouvir que ela é problema único do legislador que a editou, e não do operador no direito, fato que não pode ser considerado verdade pois a responsabilidade deve ser solidária. O direito merece destaque pela carga transformadora se corretamente aplicado na sociedade. Por fim, o maior objetivo do operador do direito é adequar o direito à justiça, porque, por mais avançada que seja a legislação e os princípios legais, deve existir uma constante atividade de adequação do sistema ao contexto social no qual se insere.

PALAVRA-CHAVE

Direito, justiça, Normatização, Realidade social, Sociedade

O Artigo “Direito, Justiça e Sociedade”, publicado na Revista da EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro), v. 5, nº 18, 2002 é de autoria de Sérgio Cavaliere Filho, jurista e professor brasileiro. Sérgio foi Desembargador e Presidente do tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, Presidente do extinto Tribunal de Alçada Cível do mesmo Estado e Diretor Geral da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, da qual é Professor Emérito.

O Direito é Fruto do contexto social, e assim sendo, ao longo do tempo ele vem se adequando e se transformando, e se destina a satisfazer as necessidades sociais. Nas palavras da pesquisadora Flávia Lages de Castro, (CASTRO, 2007, p. 8):

“Não é difícil de compreender que o direito nasceu junto com a civilização, aliado à história da sociedade, sob a forma de costumes que foram se tornando obrigatórios. Isso aconteceu em razão da necessidade de um

mínimo de ordem e direção, de regras de conduta, com o objetivo de regular o convívio entre os homens e proporcionar harmonia nas relações humanas.”

O Direito surge junto com a civilização, e surge devido a necessidade, para que se pudesse viver em sociedade era necessário regular as relações, o estado de Anarquia cujas bases se definem a partir de uma crítica da dominação e de uma defesa da autogestão mostrou-se insustentável, é importante lembrar que nos primórdios esse conceito de anarquia não existia, mas hoje podemos analisar e fazer conexão com esses fatos.

No mesmo sentido, Luiz Carlos de Azevedo (AZEVEDO, 2005, p. 22) preleciona que:

“O surgimento do direito teve por finalidade regular justamente essas relações humanas, a fim de proporcionar paz e prosperidade no seio social, para impedir a desordem, o crime e o caos que seria proporcionado pela lei daqueles que detinham o poderio, principalmente, o econômico, ou seja, aquele que fosse mais forte, e tendo como objetivo alcançar o bem comum e obter a justiça.”

Ou seja, em meio a realidade social, na maioria das vezes conflituosa, surge o Direito como regulador, objetivando o controle, a paz e a prosperidade.

Segundo a pesquisadora Flávia Lages de Castro (CASTRO, 2007, p. 6):

“A palavra direito deriva etimologicamente do latim *directum*, e significa o que está conforme à regra, ou conforme a régua, o que é reto. Analisando a palavra *directum*, denota-se que ela é a soma da palavra DIS (muito) + RECTUM (reto, justo, certo). Trata-se, na verdade, de um conjunto de regras obrigatórias que garante a convivência social, que regula a conduta do homem na sociedade, que coloca um mínimo de regra ou de norma a ser seguida pela sociedade.”

Flávia Lages de Castro (CASTRO, 2007, p. 2), analisando o conceito de direito, considera que o homem não existe sem o direito e o direito não sem existir sem o homem. Observe:

“Entende-se, em sentido comum, o Direito como sendo o conjunto de normas para a aplicação da justiça e a minimização de conflitos de uma dada sociedade. Estas normas, estas regras, esta sociedade não são possíveis sem o Homem, porque é o Ser Humano quem faz o Direito e é para ele que o Direito é feito.”

O direito surge para colocar ordem, direção, e regras de conduta para regular o convívio, a fim de conseguir que os homens vivam em harmonia. E foi conseguido pois inicialmente o Direito surge como costume, e por temeridade a um

Deus ele era cumprido. Embora seja difícil definir o que era Direito para os povos pré-históricos, com base em estudos arqueológicos é possível ter uma noção de como era entendido o Direito.

Segundo Renan Aguiar (AGUIAR, 2007, p. 28), no momento em que os povos entram na história, a maior parte das instituições jurídicas já existem, mesmo que ainda misturadas com a moral e com a religião, como o casamento, a propriedade, a sucessão, o banimento, dentre outros. É importante esclarecer, diante de todos os fatos, o direito surge com o objetivo do bem comum e para obter justiça, isto é, dar a cada caso a solução merecida, adequada conforme o sentimento humanitário ponderado e calçado em interpretação conforme os princípios gerais do direito.

Ronaldo Leite Pedrosa (PEDROSA, 2006, p. 13) afirma o seguinte:

“Destaco que o direito não é apenas um conjunto de regras. É muito mais do que isso. As regras, escritas (leis), são um dos instrumentos de aplicação e atuação do direito, que se vale de outros componentes em sua configuração. Temos assim, ao lado das leis, a doutrina, a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais, que, somados, compõem o conceito de Direito. E esses elementos, em conjunto, aplicados, buscam atingir o ideal supremo, que é a obtenção da justiça.”

Pode-se concluir portanto, que o Direito é, um conjunto de regras ou normas que acompanham o homem desde o seu nascimento até a morte. Cada sociedade formula as suas próprias regras, o que vai ser feito de acordo com suas tradições, culturas e períodos históricos em que se encontram.

Que através da consciência social, ou seja, da capacidade que os indivíduos de uma sociedade possuem de conhecer uma realidade, denota-se que o conceito de Justiça e Direito são considerados uma só coisa, no entanto, embora andem juntos e se entrelaçam em muitos sentidos, são institutos com características próprias e nem sempre estão conectados em sua totalidade. O conceito de justiça é relativo, variando seu significado conforme a evolução da humanidade. No entanto é consolidado que a ideia de justiça decorre de valores inerentes ao ser humano, é aquilo que chamamos de Direito Natural. O Direito é o que instrumentaliza o ideal de justiça. Nem sempre o Direito alcança seu objetivo, pelas mais variadas causas.

Nesse sentido, destaca-se um primeiro ponto a ser questionado, “à criação do Direito não é obra exclusiva do Legislador”, a criação do Direito está também nos seus executores, tais como juristas, magistrados, advogados, enfim, os operadores do meio jurídico de modo geral. O Legislador cria a lei, no entanto o Direito não se

define pela lei. Não basta somente a lei, porque a justiça nem sempre nela está, o ideal está na interpretação e execução da legislação. Na interpretação e execução do Direito é que se revela o talento dos grandes e verdadeiros juristas.

O segundo ponto que devemos levar em consideração é que “se a finalidade do Direito, como enfatizado, é a realização da Justiça, qual seria a finalidade da Justiça?”, embora o conceito de justiça seja relativo pois depende do período histórico no qual falamos, contemporaneamente podemos dizer que ela é tudo que é inerente a nossa condição de humanos e que sua finalidade é a Transformação Social, é a construção de uma sociedade justa, conforme o disposto em nossa constituição Federal em seu artigo terceiro.

Ouvimos e temos o hábito de falar que o fato de uma lei ser justa ou injusta é problema tão somente do legislador. No entanto isso não pode ser considerado verdade. O resultado prático e concreto de uma lei só pode ser verificada quando ocorre sua aplicabilidade, e isso não é tarefa do legislador. Se a lei é injusta, e mesmo sendo é aplicada pelos operadores do Direito há uma responsabilidade conjunta. É importante lembrar que não temos compromisso tão somente com o Direito, mas também com a justiça. O problema da decisão injusta é do operador do direito e não do legislador, muitas vezes o legislador é eficiente na elaboração da legislação mas em sua aplicabilidade, ou seja, a interpretação e execução é feito com desdenho. Exemplo claro dessa situação é a relação do Código de Defesa do Consumidor e o confronto com outros documentos supranacionais que o artigo se refere.

A Terceira questão que merece destaque diz respeito ao poder transformador que o Direito tem quando adequadamente elaborado pelo legislador e corretamente aplicado pelo operador do Direito, e mais, o autor Sérgio Cavalieri Filho demonstra em seu artigo que um ordenamento que é indiferente ao ideal de justiça não possui mais espaço em nossa sociedade contemporânea, o Direito deve atuar sobre a sociedade com o intuito de confrontá-la e modificá-la.

A última grande questão a ser levado em discussão é a atividade perene do operador do Direito em adequar o Direito à Justiça. A justiça é sistema aberto e está em constante mutação, sendo assim, por melhor que seja a lei, por mais sólidos que sejam os princípios, sempre haverá a necessidade de adequação da norma a justiça, visto que a sociedade se transforma e com isso novas necessidades

surgem. Não podemos esperar o legislador, os que operacionalizam deve adequar o sistema às questões.

Dessa forma, fazendo proveito de um julgado do Supremo Tribunal de Justiça, reafirma-se que o objetivo do Direito é a realização da Justiça e que a finalidade da Justiça é transformar a sociedade. O direito justo tem para si o condão de mudança, no entanto ele não é apenas obra do legislador, mas também daquele que é operador. Como bem preleciona Antônio Herman Benjamin “O intérprete não pode sentir a lei sem que, ao mesmo tempo, sinta o mundo que o cerca” (Comentários ao CDC, Saraiva, 1991, p. 23). Cabe ao intérprete a difícil arte de suprir às necessidades atuais, adequando às situações e fazendo com que os ideias se concretizem.

Por fim, o Direito é um conjunto de normas para a aplicação da justiça, a justiça é um conceito relativo, variando seu significado conforme a evolução da humanidade e seus contextos de aplicação. No entanto é consolidado que a ideia de justiça decorre de valores inerentes ao ser humano, é aquilo que chamamos de Direito Natural. Por fim, a sociedade é um agregado de pessoas que se juntam com vistas a preservar a sobrevivência no meio, e com tal objetivo, é indispensável que ela se organize conforme o Direito, e sempre com o objetivo de efetivar a justiça.

AGRADECIMENTO

Ao professor Heitor Antônio Coffferri pela gentil revisão e pelo incentivo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Renan. **História do Direito**. (Coleção Roteiros Jurídicos). São Paulo: Saraiva, 2007.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Introdução à História do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

CASTRO, Flávia Lages de Castro. **História do Direito Geral e Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

PEDROSA, Ronaldo Leite. **Direito em História**. Rio de Janeiro (RJ): Lumen Juris, 2006.

HISTÓRIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

Lucas Parizotto Rossi, bacharelado do curso de Direito da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP. Caçador (SC), Brasil. Contato: lucasparizottorossi@gmail.com

RESUMO

O assunto tratado no resumo expandido demonstra que o Brasil teve sete constituições: A Constituição Imperial de 1824 que foi a primeira, seguida da lei maior de 1891 inaugurando a República, posteriormente temos a Constituição de 1934 que põe fim à República Velha. Em seguida vem a carta política de 1937 iniciando o Estado Novo, posteriormente a esse período decorre a Constituição de 1946 que redemocratizou o país. Com a implementação do regime militar é outorgada Constituição de 1967 emendada pela emenda constitucional nº. 1/69 que vigorou na Ditadura Militar, e por fim temos a atual carta magna de 1988 dita “Constituição Cidadã”, que trouxe de volta o Estado Democrático.

PALAVRAS-CHAVE:

Constituição, História, Constitucionalismo

Na História do Brasil, desde sua Independência em 1822, o país passa a ser representado por um dos documentos mais importantes de uma nação, denominado de “Constituição ou Carta Magna”. Boris Fausto, historiador consagrado, diz que a constituição apresenta as relações políticas e jurídicas de um país, expondo os direitos e deveres dos cidadãos e do Estado. No total, o Brasil teve 7 Constituições, e hoje a Constituição em vigor é a chamada “Constituição de 1988 ou Constituição Cidadã”.

Segundo Gilmar mendes (MENDES, 2009. p 150):

A Constituição de 1824 foi outorgada por D. Pedro I, depois de dissolvida a assembleia constituinte convocada no ano anterior. Foi a mais longa das constituições brasileiras, durando 65 anos, somente tendo sido emendada uma vez, em 1834. Instituiu a monarquia constitucional e o Estado unitário, concentrando rigorosamente toda a autoridade política na Capital.

No mesmo sentido o citado autor ((MENDES, 2009. p 150) preleciona que:

No dia 15 de novembro de 1889, o Decreto n. 1 proclamou a República Federativa, passando o país a ser dirigido por um governo provisório, encabeçado por Deodoro da Fonseca. A partir de 15 de novembro de 1890, um congresso constituinte funcionou no que fora o Palácio Imperial (hoje, a Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro), até 24 de fevereiro de 1891, quando a primeira Constituição republicana foi promulgada, erigida sobre o propósito de consolidar o regime republicano e o modo de ser federal do Estado.

A Constituição de 1934 buscou resolver o problema da falta de efeitos erga omnes das decisões declaratórias de inconstitucionalidade do STF, instituindo o mecanismo da suspensão, pelo Senado, das leis invalidadas na mais alta Corte. No campo do controle de constitucionalidade, ainda, a intervenção federal em Estados-membros por descumprimento de princípio constitucional sensível foi subordinada ao juízo de procedência, pelo STF, de representação do Procurador-Geral da República. A Constituição previu expressamente o mandado de segurança. Nota-se nele a influência da Constituição de Weimar, de 1919, dando forma a preocupações com um Estado mais atuante no campo econômico e social.¹

O diploma teve curta duração. Em 1937, o país já estava sob a regência de uma Constituição outorgada pelo Presidente Getúlio Vargas, acompanhando o golpe de Estado do mesmo ano. A Constituição foi apodada de polaca, devido à influência que nela se encontrou da Constituição polonesa, de linha ditatorial, de 1935. A tônica da Carta do Estado Novo foi o fortalecimento do Executivo.²

O término da Segunda Guerra Mundial e a derrocada dos regimes autoritários influíram sobre os acontecimentos políticos brasileiros, erodindo as bases ditatoriais do Estado Novo. Vargas foi deposto em outubro de 1945, e, em fevereiro de 1946, instala-se a assembleia constituinte. A nova Constituição é promulgada em setembro do mesmo ano. A Constituição de 1946 exprime o esforço por superar o Estado autoritário e reinstalar a democracia representativa, com o

¹ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocência Mártires. Curso de direito constitucional. 4ª edição. São Paulo: Saraiva. 2009.

² CAMPANHOLE, Adriano, CAMPANHOLE, Hilton Lobo. Constituições do Brasil. 11. edição. São Paulo: Atlas, 1994.

poder sendo exercido por mandatários escolhidos pelo povo, em seu nome, e por prazo certo e razoável. Reaviva-se a importância dos direitos individuais e da liberdade política. Volta-se a levar a sério a fórmula federal do Estado, assegurando-se autonomia real aos Estados-membros.³

Em março de 1964, depois de período de conturbação política, as Forças Armadas intervieram na condução do país, por meio de atos institucionais e por uma sucessão de emendas à Constituição de 1946. De toda sorte, o Diploma não mais correspondia ao novo momento político. Em 1967, o Congresso Nacional, que se reuniu de dezembro de 1966 a janeiro de 1967, aprovou uma nova Constituição, gestada sem mais vasta liberdade de deliberação. A Constituição era marcada pela tônica da preocupação com a segurança nacional — conceito de reconhecida vagueza, mas que tinha por eixo básico a manutenção da ordem, sobretudo onde fosse vista a atuação de grupos de tendência de esquerda, especialmente comunista. A Constituição de 1967 tinha cariz centralizador e entregava ao Presidente da República copiosos poderes. Possuía um catálogo de direitos individuais, que permitia, porém, que fossem suspensos, preenchidos certos pressupostos. O Presidente da República voltou a poder legislar, por meio de decretos-leis.⁴

Segundo Gilmar mendes (MENDES, 2009. p 154):

Em 1969, a Junta composta pelos Ministros que chefiavam cada uma das três Armas, e que assumiu o governo, depois de declarada a incapacidade, por motivo de saúde, do Presidente, promoveu uma alargada reforma da Constituição de 1967, por meio de ato que ganhou o nome de Emenda Constitucional n. 1/69. O Congresso Nacional havia sido posto em recesso. O novo texto tornou mais acentuadas as cores de centralização do poder e de preterimento das liberdades em função de inquietações com a segurança, que davam a feição característica do texto de 1967. Não poucos autores veem na Emenda n. 1/69 uma nova Constituição, outorgada pela Junta Militar.

Nessa mesma esteira afirma o autor Gilmar mendes (MENDES, 2009. p 154):

Em 27 de novembro de 1985, foi promulgada a Emenda à Constituição n. 26, que deu forma jurídico-constitucional à exaustão do regime. A Emenda

³ FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.

⁴ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocência Mártires. Curso de direito constitucional. 4ª edição. São Paulo: Saraiva. 2009.

convocou uma Assembleia Nacional Constituinte “livre e soberana”. Os anseios de liberdade, participação política de toda a cidadania, pacificação e integração social ganharam preponderância sobre as inquietações ligadas a conflitos sociopolíticos, que marcaram o período histórico que se encerrava.

Com antecedência de pouco mais de um ano da imprevisível queda do muro de Berlim, valores de integração social, econômica e política, sob novo clima de liberdade, se impuseram ao quadro de suspeitas dissolventes e de controle estatal rígido e centralizador da vida em coletividade, que a Guerra Fria inspirada na década de 1960. A Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 restaurou a preeminência do respeito aos direitos individuais, proclamados juntamente com significativa série de direitos sociais. O Estado se compromete a não interferir no que fosse próprio da autonomia das pessoas e a intervir na sociedade civil, no que fosse relevante para a construção de meios materiais à afirmação da dignidade de todos. As reivindicações populares de ampla participação política são positivadas em várias normas, como na que assegura as eleições diretas para a chefia do Executivo em todos os níveis da Federação. Dava-se a vitória final da campanha que se espalharam pelo país, a partir de 1983, reclamando eleições “diretas já” para Presidente da República; supera-se a abrumadora frustração decorrente da rejeição, em abril de 1984, da Proposta de Emenda apresentada com esse intuito. A Constituição, que, significativamente, pela primeira vez na História do nosso constitucionalismo, apresentava o princípio do respeito à dignidade da pessoa humana e o Título dos direitos fundamentais logo no início das suas disposições, antes das normas de organização do Estado, estava mesmo disposta a acolher o adjetivo cidadã, que lhe fora predicado pelo Presidente da Assembleia Constituinte no discurso da promulgação.⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁵ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocência Mártires. Curso de direito constitucional. 4ª edição. São Paulo: Saraiva. 2009.

O presente artigo visou analisar através de um abordagem histórico social a evolução constitucional brasileira norteando mais que o estudo das Constituições pátrias em si, mas também as consequências e reações dentro da sociedade brasileira, procurando centralizar as principais matérias dentro do nosso evolucionismo constitucionalista. Não há sociedade sem Direito. É inconcebível afastá-lo sem desfigurar a estruturação da vida social.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito Constitucional. 14ª edição. São Paulo: Malheiros. 2004.

CAMPANHOLE, Adriano, CAMPANHOLE, Hilton Lobo. Constituições do Brasil. 11. edição. São Paulo: Atlas, 1994.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocência Mártires. Curso de direito constitucional. 4ª edição. São Paulo: Saraiva. 2009.

AGENDA ONU 2030: UMA PREOCUPAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL PARA AS GERAÇÕES FUTURAS

Tiago Borga¹
Lucas Perboni²
João Vitor Pavelski³

RESUMO

As Nações Unidas trabalharam junto aos governos, sociedade civil e outros parceiros para aproveitar o impulso gerado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e levar à frente uma agenda de desenvolvimento pós 2015 com metas ambiciosas. Dentre os 17 objetivos citados para transformar o mundo o principal seria acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. Alimento saudável e alimento adequado: O direito humano à alimentação adequada tem origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n. 591/1992 e engloba a ideia de alimento seguro e saudável. A noção de alimentação saudável é reiterada na iniciativa "Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS), que integra a estratégia de Promoção da Saúde, institucionalizada no SUS em 2006, pela Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar o principal ponto do segundo objetivo dos dezessete apresentados onde busca mostrar a eficiência em promover práticas agrícolas sustentáveis, apoiar pequenos agricultores e garantir o acesso igualitário a terras, tecnologia e mercado. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar a eficiência em promover práticas agrícolas sustentáveis, apoiar pequenos agricultores e garantir acesso igualitário à terras, tecnologia e mercados. Principal ponto do segundo objetivo dos 17 apresentados pela agenda 2030.

Palavras-chave: Nações unidas. Fome. Direito humano. Alimentação.

INTRODUÇÃO

Foi concluída em agosto de 2015 as negociações que culminaram na adoção, em setembro do mesmo ano, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Processo iniciado em 2013, seguindo mandato emanado da Conferência Rio+20, os ODS deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).



O Brasil participou de todas as sessões da negociação intergovernamental. Chegou-se a um acordo que contempla 17 Objetivos e 169 metas, envolvendo temáticas diversificadas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, água e saneamento, energia, crescimento econômico sustentável, infraestrutura, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, padrões sustentáveis de consumo e de produção, mudança do clima, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, sociedades pacíficas, justas e inclusivas e meios de implementação.

Ao longo da história da humanidade, a agricultura influencia e é influenciada por mudanças políticas, sociais e culturais (Diamond, 2003; Olson, 2003). O Brasil, país de dimensões continentais, que guarda desigualdades sociais e econômicas acentuadas, tem sua história marcada pela agricultura. Desde o século XVI, quando a Brasil colônia era exportadora de pau-brasil, até os dias de hoje, a riqueza do país se apoia em produtos primários, com produtos agrícolas respondendo por parte importante do Produto Interno Bruto (PIB). (SCHWARCZ, 2015)

Em 2000, a agricultura brasileira empregou cerca de 24% de toda a população do país e participou com cerca de 7,6% da formação do PIB, o que correspondeu a R\$86 bilhões. Desde a matéria-prima agrícola até sua industrialização e comercialização, incluindo os setores fornecedores de insumos, máquinas e implementos, naquele ano a contribuição da agricultura foi de cerca de 27% do PIB, ou seja, perto de R\$306,86 bilhões. (ASSAD, 2013)

Segundo o Itamaraty, o Brasil desempenhou papel fundamental na implementação dos ODM e tem mostrado grande empenho no processo em torno dos ODS. Tendo sediado a primeira Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), bem como a Conferência Rio +20, em 2012, o Brasil tem um papel importante a desempenhar na promoção da Agenda 2030. As inovações brasileiras em termos de políticas públicas também são vistas como contribuições para a integração das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável.

Portanto o presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise da eficiência de práticas agrícolas sustentáveis, onde apoia pequenos agricultores a terem acesso igualitário as terras, tecnologias e mercados. Aonde se encontra como segundo ponto dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

METODOLOGIA

A importante posição do Brasil como país produtor de alimentos é bastante conhecida, e sabe-se que, em âmbito nacional, a produção e a disponibilidade de alimentos para o consumo da população não constituem riscos para a segurança alimentar e nutricional. No entanto, as disparidades regionais existentes provocam um perigoso desequilíbrio no acesso aos alimentos. Se, por um lado, a produção de alimentos em algumas regiões eleva o País a patamares de destaque em âmbito mundial, existe ainda uma expressiva parte da população em situação de insegurança alimentar, o que mostra que o volume de produção de alimentos não se configura como um fator determinante da fome (ASSAD, 2013).

Ao longo das últimas duas décadas, o Brasil experimentou notáveis avanços no combate à fome e na construção de sistemas públicos de garantia de acesso a alimentos e incentivo à agricultura sustentável. Embora ainda aquém de suas potencialidades, tanto no que diz respeito à melhoria da qualidade da alimentação quanto em relação às condições de vida nos espaços rurais, as políticas públicas criadas para enfrentar a fome, compreendida como necessidade básica e emergencial, revelaram-se bastante eficazes: os índices de insegurança alimentar se reduziram em termos absolutos, a modalidade mais grave de insegurança alimentar baixou a 3,2%, e o país saiu do Mapa da Fome.

RESULTADOS E DISCUSÕES

A ODS nº 2 representa não apenas uma iniciativa de levar comida, alimentos seguros e nutritivos a todos os que precisam, mas também de proporcionar integração entre os países com relação a oportunizar aos menos desenvolvidos novos conhecimentos, insumos, serviços financeiros.

A noção de fome passa ao largo do cidadão que habitualmente se alimenta adequadamente, pois tem disponibilidade de alimentos em sua mesa e condições de comprar que precisa.

Porém, existe uma enorme parcela da população, cerca de 795 milhões de pessoas, que ainda é subnutrida, isto é, que não ingere diariamente as quantidades necessárias de nutrientes para se manter saudável. Uma em cada nove pessoas no mundo é subnutrida.

Dados de 2017, segundo a FAO, cerca de 821 milhões de pessoas passam fome. São dados assustadores se pensarmos que má nutrição causa 45% das mortes de crianças abaixo dos cinco anos de idade. Quanto talento perdido! Dois terços dos asiáticos passam fome e na África Subsaariana uma a cada quatro pessoas está subnutrida. A América Latina e o Caribe também enfrentam problemas com a fome, com secas severas que causaram perdas importantes nas safras, problemas políticos e econômicos entre outros.

Segundo a ONU, há mais de 500 milhões de pessoas em situação de desnutrição no planeta. Por isso, uma das metas do Objetivo 2 é que, até 2030, os países desenvolvam programas e políticas que possam dobrar a produtividade dos pequenos agricultores, incluindo mulheres e povos indígenas, de modo a aumentar a renda de suas famílias.

Mesmo com os grandes avanços econômicos, sociais, tecnológicos, a falta de alimento para milhares de pessoas no Brasil continua. Este processo é causado da desigualdade de renda, a falta de dinheiro faz com que aproximadamente 32 milhões de pessoas passem fome e mais 65 milhões de pessoas que não ingerem a quantidade mínima diária de calorias, ou seja, fazem uma alimentação precária. (FREITAS, 2016)

Conforme o IBGE, a agricultura comercial tem sido reconhecido como um vetor fundamental do crescimento econômico brasileiro. Em 2018, o total de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R\$ 1,44 trilhão ou 21,1% do PIB brasileiro. De todos os segmentos, a maior parcela é do ramo agrícola, que corresponde a 74% desse valor (R\$ 1,07 trilhão), e a pecuária corresponde a 26%, ou R\$ 375,3 bilhões.

CONCLUSÃO

A sustentabilidade social, econômica e ambiental são componentes estreitamente interligados e necessários para uma agricultura verdadeiramente sustentável. Por exemplo, os agricultores confrontados com a pobreza são frequentemente forçados a extrair recursos naturais, como a fertilidade do solo, para sobreviver, mesmo que a degradação ambiental possa prejudicar seus meios de subsistência a longo prazo. Somente criando políticas que integram interesses sociais, ambientais e econômicos as sociedades podem promover sistemas agrícolas mais sustentáveis.

A agricultura é a maior empregadora única no mundo, provendo meios de vida para 40% da população global atual. Ela é a maior fonte de renda e trabalho para famílias pobres rurais. 500 milhões de pequenas fazendas no mundo todo, a maioria ainda dependente de chuva, fornecem até 80% da comida consumida numa grande parte dos países em desenvolvimento. Investir em pequenos agricultores é um modo importante de aumentar a segurança alimentar e a nutrição para os mais pobres, bem como a produção de alimentos para mercados locais e globais.

Pensando em todas essas informações, não só o Estado, mas também o cidadão pode contribuir para a erradicação da fome, com atitudes, algumas delas simples, como contribuir com entidades assistenciais que cuidam de crianças e pessoas carentes, doar alimentos não perecíveis a entidades, como, por exemplo, o Mesa Brasil SESC, que é uma rede nacional de bancos de alimentos contra a fome e o desperdício; não preparar mais alimento do que o necessário e jogá-lo fora depois.

REFERÊNCIAS

Mazoyer, Marcel e Roudart, Laurence. Histoire des agricultures du monde, Paris, Seuil, 1997; Diamond, Jared. Armas, germes e aço. Rio de Janeiro, Record, 2003; Olson, Steve. A história da humanidade. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2003.



SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 32.

ASSAD, Maria Leonor Lopes e ALMEIDA, Jalcione; São Paulo; Agricultura e sustentabilidade, 2013.

FREITAS, Eduardo; Fome no Brasil; São Paulo; 2013.

VIABILIDADE AMBIENTAL DA UTILIZAÇÃO ORGÂNICA E INORGÂNICA EM SUBSTRATO DE MUDAS DE *PINUS TAEDA*

João Vitor Pavelski

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Roger Francisco Ferreira de Campos

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

RESUMO

Com o crescimento da preocupação ambiental, há um aumento das pesquisas para encontrar uma forma de destinação ambientalmente correta para os resíduos produzidos pelas empresas. O lodo industrial, por apresentar uma grande quantidade de matéria orgânica e de nutrientes, possui um grande potencial para a sua utilização no setor florestal, como substrato para produção de mudas. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo de analisar a possibilidade da utilização de lodos orgânicos e inorgânicos como substrato para o auxílio no crescimento de mudas da espécie *pinus taeda*. O desenvolvimento do presente trabalho foi realizado um estudo de revisão bibliográfica narrativa, por meio do método dedutivo, com o auxílio de livros, artigos científicos e outros voltados para a temática do estudo. A utilização do lodo como um substrato para mudas de reflorestamento, como o *pinus taeda*, se mostrou uma ótima alternativa, pois não precisa contratar empresa específica para fazer a destinação, pois o uso em substrato é uma alternativa ambientalmente correta e economicamente viável. O lodo possui uma grande capacidade de ser utilizado como substrato para mudas florestais, graças a sua grande quantidade de substâncias que auxiliam no crescimento das mudas.

Palavras-chave: Lodo industrial. Substrato. *Pinus taeda*

INTRODUÇÃO

O lodo pode ser um resíduo orgânico ou inorgânico, dependendo da sua formação, podendo fazer a substituição, parcial ou totalmente, dos fertilizantes minerais, por possuir muita matéria orgânica e nutrientes, desde que se enquadre aos requisitos necessários quanto à concentração de metais pesados e patógenos (RESCK et al., 2002). Toda forma de tratamento de resíduos, seja ela residencial ou industrial, produzem um lodo e o seu descarte irregular pode ser prejudicial ao meio ambiente, pois dependendo do tratamento, o lodo pode possuir substâncias que podem poluir o meio ambiente, por isso, a destinação desse lodo deve ser estudada conforme a sua constituição. A utilização do lodo provenientes de sistemas de esgotamento sanitário para o setor florestal é promissora, principalmente na utilização para produzir substratos para a produção e crescimento de mudas (ROCHA et al., 2013). Mesmo o lodo apresentando um elevado teor de matéria orgânica e nutrientes, e ainda benéfico na retenção de água, deve-se misturar a quantidade adicionada deste resíduo na formulação final do substrato, pois podem possuir substâncias prejudiciais às plantas, assim, em alguns casos, não é recomendado ser utilizado como

substrato puro (SANTOS et al., 2014). Portanto, o presente trabalho tem como objetivo de analisar a possibilidade da utilização de lodos orgânicos e inorgânicos como substrato para o auxílio no crescimento de mudas da espécie *Pinus taeda*, por meio de três revisões bibliográficas.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo é constituído de um estudo bibliográfico, na modalidade de revisão da literatura narrativa, acerca do lodo orgânico e inorgânico utilizado como substrato para mudas de *pinus taeda*. A revisão da literatura é realizada por um caráter dedutivo, o qual Lakatos e Marconi (1992), está dedução é um processo mental, no qual, partindo por dados gerais, conseguiu elementos para tratar de situações particulares. Ou seja, é uma pesquisa bibliográfica, que utiliza sites e artigos da *internet*, que possuam o mesmo tema ou semelhantes. O material utilizado para o desenvolvimento deste trabalho é buscado em artigos científicos na plataforma digital *Scielo* – obtendo as palavras chaves de pesquisa como *pinus taeda*, lodo industrial e substrato. O estudo foi desenvolvido no ano de 2020.

RESULTADOS

O tratamento dos esgotos para retorno da água ao meio ambiente, gera um resíduo nomeado como lodo de esgoto, que é um resíduo de caráter orgânico e que é constituído de teores de componentes orgânicos e inorgânicos. A grande parte deste resíduo é destinada aos aterros sanitários, sendo um procedimento complicado, procurando-se alternativas para uma destinação mais correta, entre as quais se destaca o uso agrícola, em especial no setor florestal (GOMES et al., 2013). A preocupação mundial com o meio ambiente faz que ocorra aumento na procura por serviços e produtos florestais, principalmente na produção de mudas para a recuperação de áreas degradadas, revegetação, reflorestamentos para fins econômicos, restauração de matas ciliares e arborização, entre outros fins (LELES et al., 2006).

Os macronutrientes Nitrogênio (N), Fósforo (P) e Potássio (K) são diretamente ligados ao crescimento da planta, pois o N é um dos elementos minerais mais necessitados pelas plantas, fazendo parte de proteínas, ácidos nucléicos e muitos outros constituintes vegetais, inclusive de membranas e diversos hormônios, além que a falta desse nutriente provoca redução do crescimento (SOUZA; FERNANDES, 2006).

Tabela 1. Concentração totais de macro e micronutrientes nos substratos

| Tratamentos Substratos/dose de fertilizante (g dm ⁻³) | N | P | K | Ca | Mg | Fe | Mn | Cu | Zn |
|--|-----------------------|-----|-----|------------------------|------|-------|-----|----|-----|
| | (g kg ⁻¹) | | | (mg kg ⁻¹) | | | | | |
| Comercial /0 | 5,8 | 2,6 | 2,1 | 12,9 | 9,23 | 5780 | 78 | 12 | 9 |
| Comercial /2,7 | 5,0 | 2,2 | 2,8 | 11,5 | 9,86 | 7475 | 117 | 18 | 13 |
| Comercial /4,0 | 5,7 | 2,5 | 3,5 | 6,5 | 5,63 | 6266 | 105 | 27 | 16 |
| Composto 3:1/0 | 19,6 | 8,0 | 2,7 | 17,1 | 4,49 | 10793 | 371 | 66 | 103 |
| Composto 3:1/2,7 | 20,6 | 8,2 | 4,9 | 19,4 | 5,27 | 9233 | 378 | 72 | 100 |
| Composto 3:1/4,0 | 20,9 | 8,3 | 6,2 | 18,2 | 4,98 | 8887 | 367 | 86 | 105 |
| Composto 2:1/0 | 19,3 | 8,4 | 2,9 | 16,0 | 4,17 | 10388 | 395 | 73 | 117 |
| Composto 2:1/2,7 | 20,1 | 8,5 | 4,6 | 16,8 | 4,40 | 9873 | 406 | 86 | 117 |
| Composto 2:1/4,0 | 22,0 | 8,3 | 5,4 | 16,0 | 4,47 | 10456 | 385 | 38 | 118 |

Fonte: Scheer et al., 2012.

Conforme o trabalho de Scheer et al., (2012), sobre as mudas de *Jasminum mesnyi* Hance produzidas com substratos à base de lodo de esgoto compostado, foram utilizados três tipos de substrato, o primeiro comercial de casca de *Pinus* compostada e vermiculita; o segundo é a base de resíduos de podas de árvores trituradas compostadas com lodo de esgoto aeróbio da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da cidade, na proporção de 3:1 e o terceiro substrato a base de resíduos de poda de árvores trituradas compostadas com lodo do esgoto aeróbio, na proporção de 2:1. Cada substrato foi submetido a três níveis de fertilização, que foram, sem fertilização, ou seja, 0, com 2,7g e com 4g de fertilizante granulado (N; P₂O₅; K₂O - 15-9-12) de liberação lenta (5-6 meses) por dm³.

No estudo de Gomes et al. (2013) foi utilizado 9 substratos para realizar o estudo, sendo eles: T1- 20% lodo de esgoto + 70% substrato comercial + 10% subsolo; T2- 40 % lodo de esgoto + 50% substrato comercial + 10% subsolo; T3- 60% lodo de esgoto + 30% substrato comercial + 10% subsolo; T4- 80% lodo de esgoto + 10% substrato comercial + 10% subsolo; T5- 90% lodo de esgoto + 10% subsolo; T6 (testemunha)- 90% substrato comercial + 10% subsolo; lodo de esgoto (LE); substrato comercial (SC); terra de subsolo (TS). Conforme a tabela 3, podemos analisar que a proporção (T3), com 60% de lodo de esgoto misturado com 30% de substrato comercial e 10% de subsolo obteve, estatisticamente, os melhores resultados para todas as características avaliadas.

Tabela 2. Média das concentrações de substâncias nos substratos.

| Substrato | pH | N | P | K | Ca | Mg | S | MO ¹ | Zn | Fe | Mn | Cu |
|-----------------|------------------|------|-----|-----|------|------|------|-----------------|-----|-------|-----|----|
| | H ₂ O | | | | | | | | | | | |
| T1 | 5,4 | 7,0 | 7,7 | 1,9 | 37,5 | 18,8 | 1,4 | 80 | 114 | 17360 | 161 | 22 |
| T2 | 5,6 | 8,1 | 7,4 | 2,4 | 23,2 | 8,8 | 2,6 | 80 | 185 | 22360 | 191 | 39 |
| T3 | 5,3 | 9,5 | 9,2 | 2,5 | 26,1 | 6,1 | 2,1 | 80 | 219 | 19560 | 184 | 44 |
| T4 | 4,4 | 8,8 | 6,7 | 2,3 | 18,8 | 3,2 | 2,0 | 70 | 226 | 20360 | 161 | 46 |
| T5 | 5,1 | 10,2 | 7,4 | 1,8 | 16,6 | 1,7 | 2,1 | 80 | 193 | 17960 | 147 | 37 |
| T6 | 5,4 | 7,0 | 7,6 | 3,4 | 38,5 | 20,5 | 1,1 | 80 | 56 | 15800 | 198 | 14 |
| LE ² | 5,0 | 13,3 | 2,5 | 0,8 | 8,9 | 2,4 | 0,14 | 65,5 | 231 | 17480 | 157 | 53 |
| SC ³ | 4,6 | 8,8 | 1,6 | 1,2 | 8,3 | 4,1 | 0,06 | 145,9 | 44 | 9200 | 199 | 10 |
| TS ⁴ | 6,9 | 0,4 | 0,5 | 0,8 | 11,4 | 2,2 | 0,06 | 7 | 39 | 37880 | 83 | 11 |

Fonte: Gomes et al., 2013.

No trabalho de Trigueiro e Guerrini (2014), foi realizado a pesquisa em mudas de aroeira-pimenteira, com substrato constituídos por lodo de esgoto (LE) e casca de arroz carbonizado (CAC), sendo misturado de cinco formas diferentes e um substrato comercial. De todos os substratos que possuíam o lodo na sua constituição, o com 60% de LE e 40 de CAC, foi o que apresentou o resultado mais satisfatório, sendo semelhante ou até superior que o substrato comercial, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3. Substratos constituídos de lodo de esgoto e casca de arroz carbonizado em mudas de aroeira-pimenteira.

| Trat. | Macronutrientes | | | | | | Micronutrientes | | | | | |
|--------|-------------------------|-------|-----------------|-------|------|------------------|-------------------------|------|--------|-------|-------|--|
| | N | P | K | Ca | Mg | S | B | Cu | Fe | Mn | Zn | |
| | mg planta ⁻¹ | | | | | | µg planta ⁻¹ | | | | | |
| | Parte aérea | | | | | | | | | | | |
| 80/201 | 44b | 6,3a | 36b | 19bc | 3,2b | 5,6 ^a | 37b | 10ab | 171ab | 200ab | 132b | |
| 70/30 | 45b | 6,0ab | 38b | 18bc | 2,9b | 4,6ab | 32b | 9b | 149b | 207ab | 148ab | |
| 60/40 | 52b | 6,2a | 40b | 21b | 3,4b | 4,3ab | 39b | 12a | 167ab | 224ab | 169ab | |
| 50/50 | 53b | 6,3a | 42b | 20bc | 3,2b | 4,5ab | 38b | 11ab | 158ab | 235a | 192a | |
| 40/60 | 49b | 4,8b | 39b | 17c | 2,9b | 3,5b | 35b | 9ab | 151b | 190b | 163ab | |
| SC69a | 5,4ab | 58a | 26 ^a | 5,8a | 3,8b | 72a | 6c | 187a | 118c | 62c | | |
| F ** | * | ** | ** | ** | * | ** | ** | * | ** | ** | | |
| CV % | 10,7 | 9,4 | 11,8 | 8,2 | 9,9 | 14,8 | 9,1 | 13,6 | 8,3 | 9,5 | 13,9 | |
| | Sistema radicular | | | | | | | | | | | |
| 80/201 | 15 | 2,3ab | 10b | 5,1ab | 1,0b | 2,0a | 16ab | 36a | 1750ab | 50 | 409a | |
| 70/30 | 14 | 2,2ab | 9b | 4,5ab | 0,8b | 1,7ab | 12b | 33a | 1615ab | 48 | 408a | |
| 60/40 | 16 | 2,6a | 10b | 5,4ab | 1,0b | 1,8ab | 17ab | 37a | 2211a | 57 | 490a | |
| 50/50 | 15 | 2,4a | 9b | 4,9ab | 0,9b | 1,5ab | 16ab | 36a | 1788ab | 58 | 516a | |
| 40/60 | 15 | 2,2ab | 10b | 4,3b | 0,8b | 1,4ab | 16ab | 27ab | 1366ab | 51 | 383a | |
| SC14 | 1,8b | 15a | 7,0a | 1,8a | 1,3b | 19a | 10b | 810b | 37 | 53b | | |
| F ns | * | ** | * | ** | * | * | * | * | ns | ** | | |
| CV % | 13,2 | 9,9 | 9,6 | 17,0 | 17,9 | 15,5 | 15,6 | 26,5 | 35,3 | 30,3 | 26,1 | |

Fonte: Trigueiro e Guerrini, 2014.

Segundo o trabalho de Scheer et al., 2012, os substratos foram comparados e foi notado que dos nove nutrientes analisados, oito apresentaram maiores quantidade nos substratos que possuíam lodo na sua composição. Resultado semelhante ao trabalho de Gomes et al., 2013 e Trigueiro e Guerrini, 2014, que também encontraram números satisfatórios dos nutrientes nos substratos que eram constituídos por lodo. Com isso, nos três estudos foram encontrados resultados positivos da utilização do lodo na composição de substrato para mudas florestais.

CONCLUSÃO

Com as revisões bibliográficas apresentadas acima, pode-se concluir que um substrato com o lodo como matéria prima pode ter uma grande capacidade de sucesso, pois o lodo industrial possui muitos nutrientes que auxiliam o crescimento das mudas, tanto na parte aérea, quanto no sistema radicular. Se o lodo for misturado com outro resíduo, como a casca do arroz carbonizado, pode ter um grande potencial para as mudas florestais, aumentando o crescimento, tanto de altura, quanto o material lenhoso das mudas de *pinus taeda*.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo fornecimento da bolsa de pesquisa, por meio do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) para o desenvolvimento do projeto denominado “Viabilidade ambiental da utilização orgânica e inorgânica em substrato de mudas de *pinus taeda*”.

REFERÊNCIAS

GOMES, Daniele Rodrigues et al. Lodo de esgoto como substrato para produção de mudas de *Tectona grandis*. **Cerne**, Lavras, v. 19, n. 1, p. 123-131, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas, 1992.

LELES, Paulo Sérgio dos Santos et al. Qualidade de mudas de quatro espécies florestais produzidas em diferentes tubetes. **Floresta e Ambiente**, v.13, n.1, p.69-78, 2006.

RESCK, Dilmas Vital Siqueira et al. Alternativa agrônômica para o biossólido produzido no Distrito Federal. I. Efeito na produção de milho e na adição de metais pesados em Latossolo no Cerrado. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v.26, p.487-495, 2002.

ROCHA, José Henrique Tetulino et al. Composto de lodo de esgoto como substrato para produção de mudas de eucalipto. **Pesquisa Florestal Brasileira**, Colombo, v. 33, n. 73, p. 27-36, 2013.

SANTOS, Fernando Elair et al. Características químicas de substratos formulados com lodo de esgoto para produção de mudas florestais. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v. 18, n. 9, p. 971-979, 2014.

SCHEER, Maurício et al. Mudas de *Jasminum mesnyi* Hance produzidas com substratos à base de lodo de esgoto compostado. **R. Bras. Eng. Agríc. Ambiental**, v.16, n.9, p.931-937, 2012.

SOUZA, Sonia Regina de; FERNANDES, Manlio Silvestre; SANTOS, Leandro Azevedo. Nutrição mineral de plantas. Viçosa: **SBCS**, 2006. Cap. 9, p.215-254.

TRIGUEIRO, Rodrigo de Menezes; GUERRINI, Iraê Amaral; Utilização de lodo de esgoto na produção de mudas de aroeira-pimenteira. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.38, n.4, p.657-665, 2014.

A RESPONSABILIDADE CIVIL NA ATIVIDADE DE NOTÁRIOS

Henrique Rodrigues Viapiana¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a questão da responsabilidade civil dos notários no exercício de suas atividades, tema este de grande discussão doutrinária e jurisprudencial. A Lei nº 8.935/94 (lei dos notários e registradores) regulamentou sobre o artigo 236 da Constituição Federal e deu novas orientações à responsabilidade civil desses operadores do direito.

Palavras-chave: *Notários. Responsabilidade Civil. Tabeliães.*

ABSTRACT

This paper aims to analyze the question of civil liability of notaries in the exercise of their activities, a topic of great doctrinal and jurisprudential discussion. Law 8.935 / 94 (law of notaries and registrars) regulated Article 236 of the Federal Constitution and gave new guidelines to the civil liability of these legal operators.

Keywords: *Notaries. Civil responsibility. Notaries.*

1. INTRODUÇÃO

A função notarial sempre foi tema inquestionável do direito brasileiro, sendo regulado, até o advento da Constituição Federal de 1988, de maneira exclusiva pela Lei de Registros Públicos de 1973. Com a promulgação da atual Carta Magna, recebeu um maior esmero, passando a ser definido pelo artigo 236 do diploma legal.

Com o passar dos anos, entretanto, a situação em que se encontravam os notários, em relação ao sistema de normas que os regula, apresentava uma enorme insegurança jurídica. Um dos problemas mais cristalinos, diz respeito à responsabilidade civil desses profissionais, visto que, apesar de serem representantes do Estado, são caracterizados como entes privados.

Deste modo, nasce a Lei nº 8935/94, com o objetivo de amenizar os problemas e resolver as contradições quanto a definição sobre a responsabilidade civil dos notários, bem como, a natureza jurídica dos serviços prestados.

¹ Acadêmico em Direito pela Universidade Alto Valle do Rio do Peixe, Campus de Caçador, Responsabilidade Civil.

2. ATIVIDADE NOTARIAL E SUA NATUREZA JURÍDICA

A função da atividade notarial é a de asseverar a autenticidade, publicidade segurança e eficácia dos negócios jurídicos, tendo como objetivo desafogar o processo judiciário pátrio e servindo como meio de pacificação social. Sobre a função, leciona o professor Leonardo Brandelli:

“A função do notário consiste em receber ou indagar a vontade das partes; assessorar como técnico as partes e com isso dar forma jurídica à vontade das partes; redigir o escrito que se converterá em instrumento público; autorizar o instrumento público, dando-lhe forma pública e credibilidade; conservar o instrumento autorizado; expedir cópias do instrumento” (apud BRANDELLI, 1998, p. 126).

A atividade notarial é exercida por particulares mediante delegação do Poder Público, mediante concursos de provas e títulos, conforme estabelece o artigo 236 da Constituição Federal. O profissional desta função é um Agente Público, mas não um Servidor Público.

Quanto à regulamentação da atividade, o parágrafo primeiro do artigo 236 do digesto constitucional estabelece que cabe ao legislador ordinário regular as atividades, submeter acerca da responsabilidade civil dos agentes e definir a fiscalização dos seus atos pelo Poder Judiciário.

Em relação aos titulares do serviço notarial, o artigo 5º da Lei nº 8935/94 estabeleceu que são: tabeliães de notas, tabeliães de protestos de títulos, tabeliães e oficiais de registros de contratos marítimos, oficiais de registros de imóveis, oficiais de registros de títulos e documentos e de pessoas jurídicas, oficiais de registro de pessoas naturais e de interdição de tutelas, e, oficiais de registro e distribuição.

Por fim, é importante ressaltar o disposto no artigo 22 da Lei nº 8935/94, o qual versa que os notários são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurando direito de regresso.

3. RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade civil é um dos mais consagrados institutos existentes em nosso ordenamento jurídico. Pode ser definida como uma obrigação imposta a uma determinada pessoa de reparar os danos causados a outra. Para clarificar o tema, vale trazer à tona o ensinamento abaixo:

“Todo ser humano é dotado de liberdade e discernimento quanto a seus atos, devendo portanto responder pelos mesmos. Assim, quando determinada pessoa ao se relacionar em sociedade, atinge o direito de terceiros, deverá arcar com as conseqüências advindas do seu ato, seja em virtude do descumprimento de um dever conduta, seja pelo descumprimento de uma obrigação. Aquele que pratica uma conduta comissiva ou omissiva, da qual venha resultar um dano a outrem, deverá suportar todas as conseqüências resultantes desta mesma conduta.

Esse comportamento que contraria um dever legal de conduta ou uma obrigação em concreto, faz surgir para o autor, dentro da esfera cível, a responsabilidade civil, devendo o agente recompor o patrimônio daquele que foi lesado. Constatamos então, que a responsabilidade civil é um fenômeno social e se traduz numa regra de equilíbrio social.” (AMORIM, 2013).

Desta forma, pode-se dizer que a responsabilidade civil é, basicamente, a obrigação de reparar o dano que uma pessoa causa a outra. É um instituto importantíssimo ao ordenamento jurídico pátrio, pois se baseia em normas e regras que visam proteger indivíduos que foram lesados, bem como, a punição dos agentes causadores do prejuízo.

4. A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS NOTÁRIOS

Quanto ao tema central do presente trabalho, a Lei nº 13.286/16 trouxe algumas mudanças acerca da responsabilidade civil dos notários no exercício de sua atividade, alterando a redação do artigo 22 da Lei 8.935/94.

O entendimento majoritário, seja da doutrina ou jurisprudência brasileira, é a de que os notários, apesar do caráter privado, são agentes públicos, de modo que o Estado deve responder objetivamente pelos danos causados por estes agentes a outras pessoas. Para não deixar dúvida alguma sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 842846, pacificou entendimento de que o Estado tem obrigação objetiva de reparar danos causados a terceiros por tabeliães e oficiais de registro no exercício de suas funções cartoriais.

Ainda, analisando os artigos 22 e 23 da Lei 8.935/94, percebe-se que o legislador teve a intenção de adotar a responsabilidade subjetiva do notário, de modo que esses agentes responderiam exclusivamente nas hipóteses de atos ilícitos praticados pessoalmente ou por seus prepostos. Nessa última hipótese, os primeiros possuem direito de regresso contra os segundos, se estes tiverem agido com dolo ou culpa próprios.

Assim, a responsabilidade civil dos notários deve ser subjetiva, frente à nova redação do artigo 22 da Lei 8.935/94. Quanto a responsabilidade do Estado, esta é objetiva, com a necessidade de impetrar ação de regresso em face do notário causador do dano, sob pena de improbidade administrativa.

DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

TIPO DE PESQUISA

O presente estudo se caracterizou como pressuposto o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica, sendo uma produção descritiva.

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para coleta de dados foi utilizado as fontes de pesquisas recentes que abordam a problemática da pesquisa. Para análise dos dados foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica e descritiva e sua posterior análise no comparativo com os autores citados.

RESULTADOS

Abordou-se o conceito e especificações da atividade notarial, sua natureza jurídica e sua evolução normativa. Ainda, fora explanado acerca dos aspectos gerais do instituto da responsabilidade civil no direito brasileiro, bem como, a responsabilidade civil dos notários e suas discussões doutrinárias e jurisprudenciais.

O presente trabalho concluiu com sucesso o seu objetivo de tecer linhas de pensamento acerca de um assunto polêmico e espinhoso, que passou por diversas mudanças jurídicas ao longo do tempo.

CONCLUSÃO

Os serviços notariais são considerados de suma importância para a administração e celeridade dos atos jurídicos, tendo como objetivo principal a consolidação da paz social.

Pode-se observar no presente trabalho, que os atuantes do serviço em pauta, são descritos pela parcela majoritária da doutrina e jurisprudência como "agentes públicos", exercendo suas atividades com caráter privado e por delegação do poder público.

Ademais, em relação a responsabilidade civil, percebe-se que a doutrina majoritária classifica como "subjetiva". Já a responsabilidade do Estado é "objetiva", tendo contra os notários o direito de regresso em caso de culpa ou dolo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Paulo Henrique. A responsabilidade Civil do estado decorrente de danos ocasionados por fenômenos da natureza: Buscalegis, 2013.

BRANDELLI, Leonardo. Teoria geral do direito notarial. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 22 jun. 2020.

NÚMERO DE MULHERES QUE FAZEM O PRÉ-NATAL DE FORMA INTEGRAL, E OS FATORES QUE LEVAM MUITAS A NÃO REALIZAREM ESSE ACOMPANHAMENTO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC

Vinicius Ricieri Deitos, vini.deitos.dc@gmail.com
Tulio Dylan Eickoff Araújo, eickoff@hotmail.com
Lucas Felipe Wagner de Oliveira, lucassoluz@gmail.com

RESUMO

A assistência pré-natal é um acompanhamento da relação mãe/conceito no período gravídico-puerperal, tem por finalidade a promoção em saúde no quesito em dispor de informações para a mãe sobre sua saúde e a saúde de seu bebê e, ainda, a prevenção e diagnóstico precoce de doenças decorrentes da gravidez. Apesar de ser uma ferramenta que traz vários benefícios para a saúde da mãe e feto e ainda ser de fácil acesso, seja pela rede pública ou privada, observamos uma prevalência de casos de mães que não realizam nenhuma ou apenas algumas das consultas de pré-natal, não realizando assim o acompanhamento de forma integral. Objetivou-se, portanto, nesse projeto a elaboração de um levantamento de dados, referentes a quantidade de mulheres que realizaram o acompanhamento pré-natal de forma integral nos anos de 2014 a 2018 no município de Caçador-SC e, identificar os motivos pelos quais o acompanhamento não foi realizado integralmente, visando a elaboração de projetos e ações em promoção de saúde, que auxiliem os profissionais da saúde a alcançarem um número ainda maior de acompanhamentos integrais do pré-natal.

Palavras-chave: Assistência Pré-Natal. Gestantes. Gestação. Prevalência. Caçador. Cuidado Pré-natal.

INTRODUÇÃO

O cuidado pré-natal constitui um essencial mecanismo de atenção à saúde de gestantes durante e após o período gestacional. Procedimentos realizados na rotina da assistência pré-natal são relacionados a melhores desfechos e resultados perinatais. Segundo recomendações do Ministério da Saúde, a assistência pré-natal é incorporada por meio de métodos acolhedores; pelo desenvolvimento de ações de promoção e prevenção em saúde, sem intervenções desnecessárias; do diagnóstico e detecção precoce de patologias e de situações de risco gestacional; de estabelecimento de vínculo entre o pré-natal e o local do parto; e de facilidade de acesso a serviços de saúde de qualidade, desde o atendimento básico ao atendimento hospitalar de alta complexidade e risco (VIELLAS et al, 2014).

Importante salientar que o acompanhamento pré-natal, diversas vezes, caracteriza a primeira relação das mulheres com os serviços de saúde, em virtude disso, deve-se organizar de modo a auxiliar as suas reais necessidades, através da

aplicação de fundamentos técnicos científicos e dos métodos recomendados, em uma condição de processo humanizado. Entretanto, pesquisas a todo momento identificam problemas que prejudicam a sua qualidade e praticabilidade, como baixa abrangência, começo tardio, disposição imprópria das consultas ou quantidade inábil, execução inacabada dos processos recomendados e deficiência de esclarecimentos a respeito da maternidade indicada para a concepção (MENDES et al, 2020).

Segundo Rosa, Silveira, Costa (2014), a assistência pré-natal tem por finalidade a promoção da saúde materna e fetal, rastrear situações de agravo com aumento do risco e tratar intercorrências o mais rapidamente possível. Esse cuidado possibilita um melhor desfecho clínico e psicológico na gestação e no puerpério, reduzindo a morbimortalidade materno-infantil. No Brasil, o Ministério da Saúde, estabeleceu um protocolo com critérios mínimos a serem observados durante o acompanhamento pré-natal, visando garantir uma melhor qualidade da assistência às gestantes atendidas na rede pública de saúde (NUNES et al, 2016). De acordo com Pogliane et al (2014), o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) recomenda a realização de no mínimo seis consultas de pré-natal da detecção da gestação até o parto a termo, com início do acompanhamento ainda no primeiro trimestre da gestação, além de recomendar a realização de exames laboratoriais e clínico-obstétricos somados às orientações sobre aleitamento materno.

Grande parte das publicações de estudos mostram que a não realização do pré-natal, está diretamente relacionado a fatores socioeconômicos (baixa renda familiar e escolaridade), local de residência distante dos serviços de saúde e elevado custo para deslocar-se, precariedade dos cuidados em saúde e amparo social. Outras razões fortemente relacionadas são: idade materna (adolescência e idade avançada), falta de um companheiro, utilização de drogas lícitas e ilícitas durante a gravidez, multiparidade, não aceitação da gestação, falta de apoio da família, contextos sociais adversos, experiência ruins de atendimento e visão de descrença sobre o pré-natal (ROSA, SILVEIRA, COSTA, 2014).

É certo que a qualidade do cuidado pré-natal “impacta diretamente nos indicadores de saúde, contribuindo para a redução das taxas de morbimortalidade materna e perinatal”. Entretanto, com o aumento na incidência de casos de sífilis congênita e o fato de a causa mais frequente de morte materna ser causada por hipertensão arterial, evidenciam que, apesar de haver um aumento na taxa de cobertura do pré-natal, a qualidade dessa assistência ainda tem suas brechas com consequentes falhas (LIVRAMENTO et al, 2019). Mesmo com um aumento da taxa de cobertura e melhor qualidade da cobertura com quase universalidade do pré-natal, uma parte da população alvo não tem acesso a esse serviço, fator esse ligado ao nível de desenvolvimento do local onde essas gestantes residem, ao acesso a serviços de saúde e da organização do sistema de saúde. A não realização do pré-natal tem sido associada a resultados adversos no período gravídico-puerperal entre mães e recém-nascidos. Intercorrências como sífilis congênita, morte neonatal e prematuridade foram identificados por vários estudos com característica associação a não realização de pré-natal de forma adequada (ROSA; SILVEIRA; COSTA, 2014).

Objetivou-se nessa pesquisa contabilizar o número de mulheres que realizam o pré-natal do início ao fim de suas gestações, comparando os resultados obtidos com os dados disponíveis no site do Ministério da Saúde e com isso compreender os motivos pelos quais muitas delas deixam de fazer esse acompanhamento, os levantamentos disponíveis são dos anos 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, que é o ano mais atual disponível.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva, a qual busca compreender as causas que fazem com que as gestantes deixem de realizar o acompanhamento pré-natal. A metodologia a ser utilizada é de caráter misto, ou seja, qualitativa, pois tem como objetivo principal o recolhimento de dados e análise estatística, além de quantitativa, pois visa ainda a obtenção de uma análise subjetiva de um problema a ser interpretado pelo pesquisador.

Para a coleta de dados na cidade selecionada, será encaminhada a solicitação as UBSs, para a realização de um levantamento da quantidade de gestantes presentes no município, e quantas delas realizaram o número mínimo de consultas pré-natal considerado adequado, correlacionando com os dados disponíveis de anos anteriores.

RESULTADOS

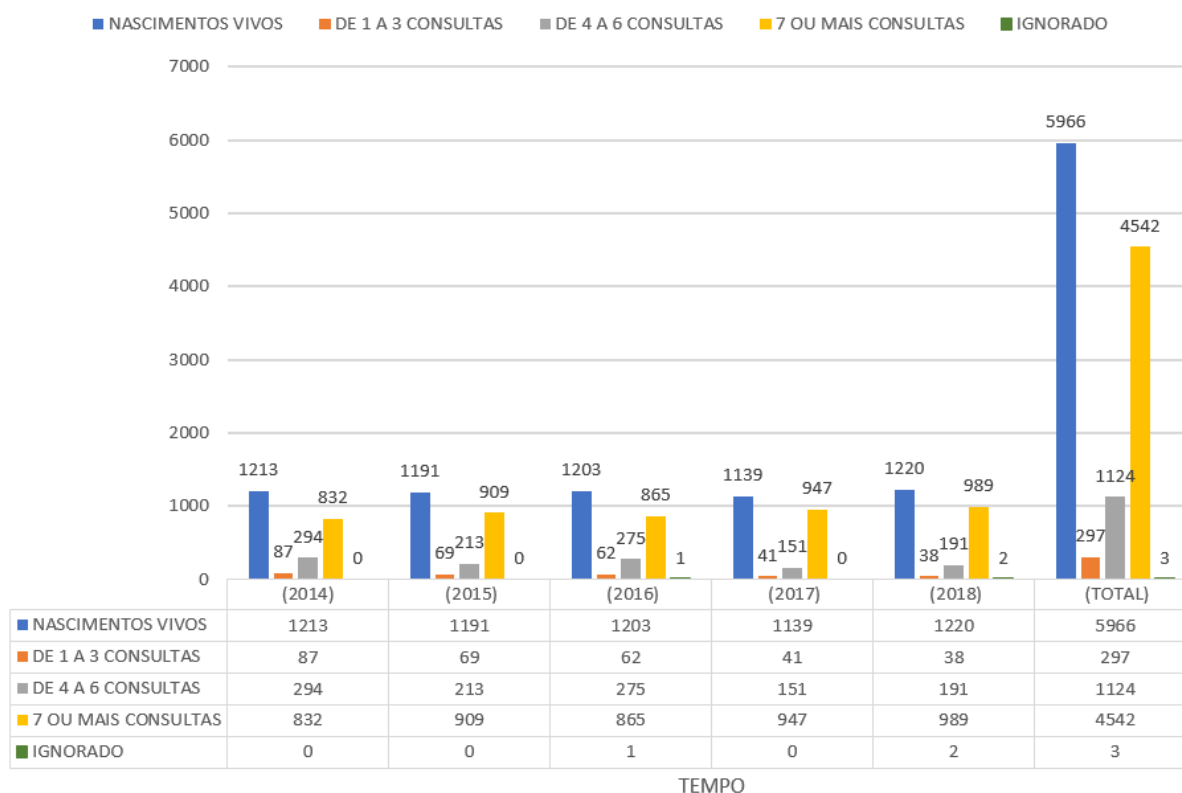
Com base nos dados do DataSUS e Ministério da Saúde, esboçamos um gráfico onde explicita a quantidade de consultas de pré-natal realizados na cidade de Caçador-SC. De acordo com os dados evidencia-se um número de 1421 gestantes que não realizaram o mínimo de 6 consultas pré-natal, correspondendo à aproximadamente 23,82% do total de nascidos vivos, considerado adequado pelo PHPN no período de 2014 a 2018, sendo 2018 os dados mais recentes realizados e disponibilizados no site. Há ainda a presença de três gestantes que não realizaram nenhum acompanhamento pré-natal, correspondendo à 0,05% do total de nascimentos nesse mesmo período.

Após pesquisas bibliográficas, constatamos que os principais fatores de não adesão ao pré-natal de forma integral, ou seja, mais de 6 consultas realizadas tanto na rede pública de saúde e/ou rede privada, são na maior parte das vezes relacionadas a questões socioculturais, entre elas, idade, presença ou não de parceiro, grau de escolaridade, aceitação da gestação por parte da gestante ou familiares, número de gestações, gerando um comodismo e tradições familiares. Há ainda a presença de questões extrínsecas alheios ao poder de escolha da gestante, como desigualdade regional e social, acessibilidade à rede de saúde, falta de apoio matricial e falta de acolhimento ou aceitabilidade dos profissionais da saúde, causando um desconforto na gestante e conseqüente abandono do acompanhamento.

Como fomos impossibilitados de irmos a campo para aplicar nossa pesquisa com questionário junto às gestantes, ficamos sem os dados referentes aos motivos de

abandono das consultas e ainda sem a atualização dos dados mais recentes, disponíveis nas UBSs, podendo apresentar dados de 2020 que era o intuito, com esses dados esperávamos encontrar resultados semelhantes aos expostos pelos autores.

Gráfico 1. Número de consultas pré-natal realizadas no município de Caçador-SC nos anos de 2014 a 2018.



Fonte: os autores.

CONCLUSÃO

Com o presente trabalho foi possível detectar que 1421 gestantes no município de Caçador, não realizaram o número mínimo de 6 consulta de pré-natal, durante o período de 2014 a 2018. Muitas dessas gestantes pecam nas questões do cuidado do pré-natal, por não conhecerem quais são os objetivos desse acompanhamento ou não se importarem com o valor dele.

REFERÊNCIAS

ROSA, Cristiane Quadrado da; SILVEIRA, Denise Silva da; COSTA, Juvenal Soares Dias da. Fatores associados à não realização de pré-natal em município de grande porte. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 48, n. 6, p. 977-984, Dec. 2014.

Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v48n6/pt_0034-8910-rsp-48-6-0977.pdf. Acesso em: 09 Abr. 2020.

LIVRAMENTO, Débora do Vale Pereira do et al. Percepções de gestantes acerca do cuidado pré-natal na atenção primária à saúde. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 40, e20180211, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rgenf/v40/1983-1447-rgenf-40-e20180211.pdf>. Acesso em: 09 de Abr. 2020.

VIELLAS, Elaine Fernandes et al. Assistência pré-natal no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. S85-S100, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v30s1/0102-311X-csp-30-s1-0085.pdf>. Acesso em: 09 de Abr. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Importância do pré-natal. **Biblioteca Virtual em Saúde**. 2016. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/dicas-em-saude/2198-importanciado-pre-natal>. Acesso em: 07 de maio, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **DATASUS**. Informações em saúde: estatísticas vitais: nascidos vivos 2018. Caçador (SC); s.d. [citado 2020 maio 07]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvSC.def>. Acesso em: 07 de maio, 2020.

ROCHA, Ivanilde Marques da Silva; BARBOSA, Vanilda Silva de Souza; LIMA, Anderson Luiz da Silva. **FATORES QUE INFLUENCIAM A NÃO ADESÃO AO PROGRAMA DE PRÉ-NATAL**. 2017. 09 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Centro Universitário Adventista de São Paulo, São Paulo, 2017.

MENDES, Rosemar Barbosa et al. Avaliação da qualidade do pré-natal a partir das recomendações do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 793-804, Mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n3/1413-8123-csc-25-03-0793.pdf>. Acesso em: 11 de Jun. 2020.

NUNES, Juliana Teixeira et al. Qualidade da assistência pré-natal no Brasil: revisão de artigos publicados de 2005 a 2015. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 252-261, June 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cadsc/v24n2/1414-462X-cadsc-24-2-252.pdf>. Acesso em: 08 Jun. 2020.

POLGLIANE, Rúbia Bastos Soares et al. Adequação do processo de assistência pré-natal segundo critérios do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento e da Organização Mundial de Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 7, p. 1999-2010, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v19n7/1413-8123-csc-19-07-01999.pdf>. Acesso em 11 jun. 2020.



ANÁLISE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030

Lecilda Reichardt

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Leticia Geniqueli Reichardt

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Tiago Borga

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

RESUMO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, editada pela Organização das Nações Unidas em setembro de 2015 e elaborada de forma participativa pelas experiências acrescidas desde a edição do Relatório Nosso Futuro Comum, consolida o que há de mais avançado em sustentabilidade, fixando 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem realizados pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Para o cumprimento da Agenda cada país deve lidar com a sua realidade, níveis de desenvolvimento e sua capacidade e enfrentar os desafios que surgirão para sua execução. O presente estudo consistiu em uma pesquisa básica, quanto à fonte de informação considerada pesquisa bibliográfica e quanto à abordagem do problema, qualitativa. A implantação da Agenda 2030, representa um desafio e ao mesmo tempo uma oportunidade para as cidades brasileiras, para correção de injustiças sociais, ambientais e econômicas, por meio de estratégias de mitigação, planejamento e gestão urbana, com participação de toda a população.

Palavra-chave: Agenda 2030, Desenvolvimento, Sustentabilidade, ODS.

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, editada pela Organização das Nações Unidas em setembro de 2015 e elaborada de forma participativa pelas experiências acrescidas desde a edição do Relatório Nosso Futuro Comum (ONU, 1991), consolida o que há de mais avançado em sustentabilidade, fixando 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem realizados pelos países

desenvolvidos e em desenvolvimento. O Brasil, como assinante da Agenda 2030, comprometeu-se na formulação e efetivação de políticas públicas que garantam o cumprimento dos 17 ODS em todos os níveis apropriados (SOTTO et al., 2019).

A sustentabilidade é, ao mesmo tempo, um objetivo, um processo e uma disciplina de interesse global, envolvendo diferenças e objetivos locais, relacionando-se ao conceito de equivalência. Ultrapassa as delimitações de uma definição tradicional e serve como base para a sociedade em uma era de graves desigualdades econômicas e sociais e elevado impacto ambiental (SOTTO et al., 2019).

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS – são embasados na Declaração Universal dos Direitos Humanos – os direitos iguais e inalienáveis de todos – e incorporou esses direitos à agenda de desenvolvimento global. Ao invés de se concentrar apenas na pobreza e privação em países menos desenvolvidos, o escopo dos ODS é universal e abrange dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais aplicáveis tanto a países desenvolvidos quanto aos países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos (DEERE, 2018).

Desta forma, o objetivo deste artigo é realizar pesquisa na literatura buscando conceitos de termos referentes à Agenda 2030, bem como desenvolvimento sustentável e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, de uma maneira abrangente.

REVISÃO DA LITERATURA

Para o cumprimento da Agenda cada país deve lidar com a sua realidade, níveis de desenvolvimento e sua capacidade e enfrentar os desafios que surgirão para sua execução. Cada governo está com a responsabilidade de acompanhar e avaliar o avanço alcançado nos níveis regional, nacional e global, devendo utilizar indicadores acessíveis com dados desagregados de qualidade e confiáveis, fazendo uso com frequência, por serem a chave para tomada de decisão (CATANANTE, et al, 2017).

A Agenda 2030 propõe a eliminação da extrema pobreza e considera que para alcançar um desenvolvimento mais inclusivo, o emprego digno e de qualidade é a chave. A industrialização e a inovação tecnológica devem caminhar junto com o emprego com direitos, para melhor produtividade e eficiência na utilização dos recursos (ONU,2015).

Dentro da grande conjuntura global, o contexto urbano é fundamental, visto que as cidades abrigam a maior parte da população mundial, necessitam de grandes quantidades de insumos, são centros propensos à geração de poluição ambiental e representam cenários de oportunidades e desigualdades sociais e econômicas. Assim, a sustentabilidade nas cidades mobiliza todas as disciplinas e campos do conhecimento, por seu impacto em escala e pelas análises e soluções complexas que demanda (SOTTO et al., 2019).

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo consistiu em uma pesquisa básica, quanto à fonte de informação considerada pesquisa bibliográfica e quanto à abordagem do problema, qualitativa (SILVEIRA; FLÔR; MACHADO, 2011). Segundo Silveira; Flôr; Machado (2011, p. 37) pesquisa bibliográfica “é a coleta de informações em materiais impressos ou publicados na mídia” e a pesquisa qualitativa é a “modalidade de pesquisa na qual os dados são coletados através de interações sociais e analisados subjetivamente pelo pesquisador [...]” (APPOLINÁRIO, 2009, p. 155).

De acordo com Silveira; Flôr; Machado (2011, p. 37) a pesquisa qualitativa contempla:

- descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos;
- citações diretas de pessoas sobre suas experiências;
- trechos de documentos, registros, correspondências;
- gravações ou transcrições de entrevistas e discursos;
- dados com maior riqueza de detalhes e profundidade;
- associada a dados qualitativos, abordagem interpretativa e não experimental, análise de caso ou conteúdo.

Para elaboração da revisão de literatura foram utilizados principalmente sites de busca e no SciELO sendo utilizadas as seguintes palavras-chave: Agenda 2030, ONU, desenvolvimento Agenda 2030, desenvolvimento sustentável.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os ODS apresentam uma oportunidade dos países de priorizar políticas públicas que valorizem os direitos de crianças e adolescentes, reduzir diferenças entre

ricos e pobres, trazer uma reflexão e discussão de questões ambientais (MALTA, 2019).

A implantação da Agenda 2030, representa um desafio e ao mesmo tempo uma oportunidade para as cidades brasileiras, para correção de injustiças sociais, ambientais e econômicas, por meio de estratégias de mitigação, planejamento e gestão urbana, com participação de toda a população. Portanto, há muito o que fazer para tornar as cidades brasileiras ambientalmente em equilíbrio, com uma sociedade inclusiva e economicamente produtiva, culturalmente diversa e politicamente participativa (SOTTO, et al, 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009.

CATANANTE, G, V, et al. Participação social na Atenção Primária à Saúde em direção à Agenda 2030. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 22, n. 12, p.3965-3974. Rio de Janeiro 2017.

DEERE, C.D. Objetivos de desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e a distribuição de terra na América Latina. **Cadernos Pagu**. n.52. Campinas, 2018.

MALTA, D, C. Crianças e Adolescentes, políticas de austeridade e os compromissos da Agenda 2030. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 24, n. 2. Rio de Janeiro 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Nosso Futuro Comum**. Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2.ed. São Paulo: **Editora da FGV**, 1991.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: o elo entre o curto e o longo prazo**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel-o-elos-entre-o-curto-e-o-longo-prazo/>. Acesso em 06 de maio de 2020.

SILVEIRA, C.R; FLÔR, R.C; MACHADO, R.R. **Metodologia da Pesquisa**. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2011.

SOTTO, D, et al. Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. **Revista Estudos avançados**. vol. 33 n.97 São Paulo, 2019

ANÁLISE DO ÍNDICE DA QUALIDADE DA ÁGUA (IQA) DO LAGO DAS ARAUCÁRIAS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, SANTA CATARINA, BRASIL

Lecilda Reichardt

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Roger Francisco Ferreira de Campos

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Thomaz Aurélio Pagioro

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Curitiba, Brasil

RESUMO

Com a expansão da atividade turística, a procura por locais e destinos alternativos vem crescendo, não apenas por visitantes vindos de lugares distantes, mas também por parte das populações próximas, que buscam opções de lazer e recreação. O Lago das Araucárias tem se apresentado como uma opção para a realização dessas atividades. No intuito de subsidiar os tomadores de decisão, o presente trabalho tem como objetivo de analisar a qualidade da água do Lago das Araucárias - localizado no município de Fraiburgo/SC. Para o desenvolvimento do estudo foi analisado Índice da Qualidade da Água (IQANFS) em 5 pontos amostrais no Lago das Araucárias, por meio dos parâmetros de pH, temperatura, turbidez, oxigênio dissolvido, DBO, fosforo total, nitrato, coliformes termotolerantes e sólidos totais. O estudo apresentou uma ponderação predominante de regular a bom na maior parte do ano, apresentando valores de péssimo a ruim em períodos isolados. O Lago das Araucárias é afetado pela ação antrópica do município de Fraiburgo, tendo suas atividades voltadas para o setor turístico e de pesca amadora em determinados períodos do ano. Assim, é necessário o monitoramento contínuo desse sistema lêntico, buscando a preservação ambiental e o uso múltiplo deste ecossistema.

Palavras-chaves: Atividade Turística. Recursos Hídricos. Ação Antrópica.

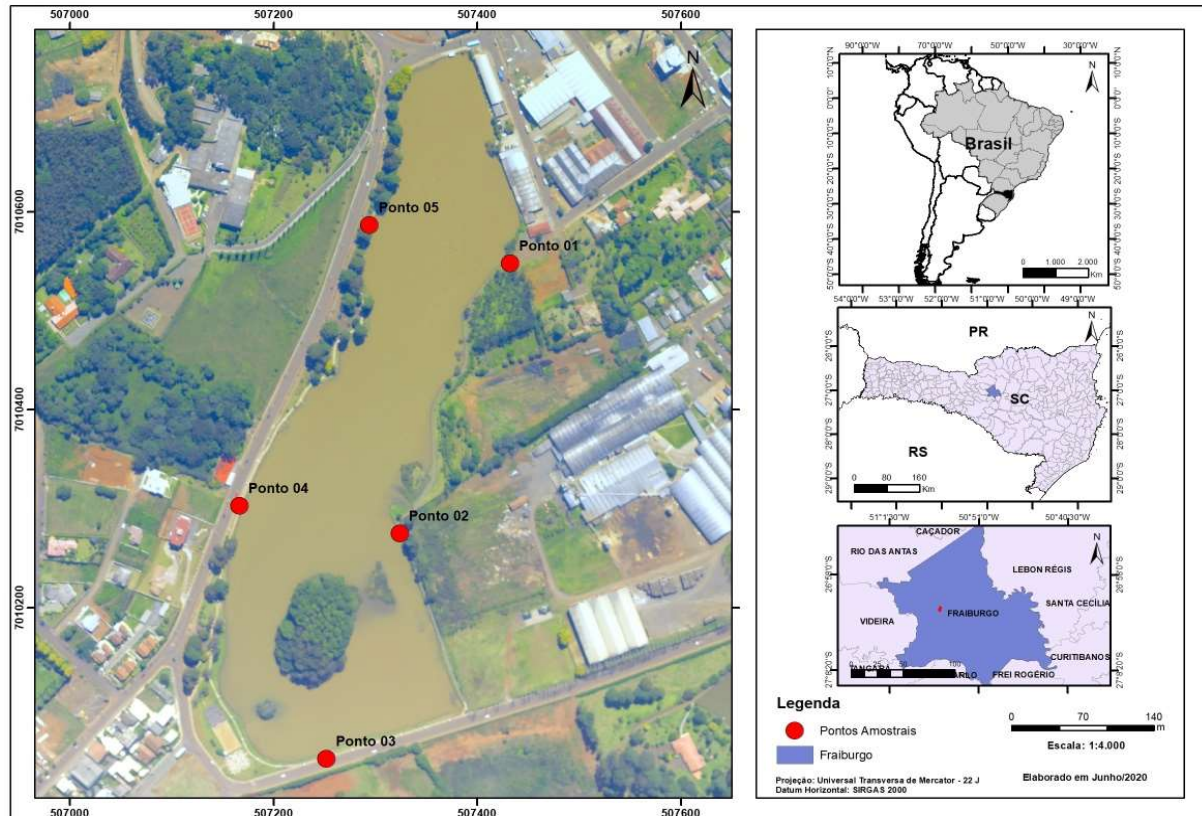
INTRODUÇÃO

A água é um recurso natural fundamental para a existência da vida na terra, manutenção da saúde humana, desenvolvimento econômico e social. É de suma importância a preservação da qualidade da água, onde os setores da sociedade atual têm buscado diminuir as consequências da ação do ser humano sobre o meio ambiente (LIPORONI, 2012). O desenvolvimento demográfico ocorre constantemente e as cidades acompanham esse crescimento, muitas vezes esse desenvolvimento desordenado interfere diretamente na qualidade destes recursos (MENDES, 2012). A preocupação com a qualidade ambiental das bacias hidrográficas atualmente é tratada com grande relevância, onde esta preocupação ganha maior ênfase em bacias hidrográficas localizadas próximas ou inseridas em grandes centros urbanos, este fato deve-se as atividades antrópicas que são as principais causas pelo rompimento do equilíbrio natural de uma bacia hidrográfica (TUCCI, 2013). Portanto, o presente estudo tem como objetivo de realizar análises físicas, químicas e biológicas para avaliação do Índice de Qualidade de Água (IQA) do Lago das Araucárias e descrever a interação do município de Fraiburgo.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi realizado no Lago das Araucárias do município de Fraiburgo/SC, o qual possui aproximadamente 1.800 metros de circunferência, onde para o desenvolvimento do estudo utilizou-se 5 pontos amostrais - conforme Figura 1. Nos pontos 2, 3 e 4, o Lago das Araucárias sofre com lançamentos de esgoto sanitário, oriundos das residências dos bairros próximos.

Figura 1 – Local do estudo;



O monitoramento foi realizado mensalmente (abril de 2019 a março de 2020) dos parâmetros físicos, químicos e biológicos conforme Tabela 1. As amostragens foram realizadas conforme metodologia empregada pela NBR 9898 e as análises foram realizadas no Laboratório Terranálises, localizado no município de Fraiburgo, conforme metodologias empregadas pelo *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater* (APHA, 2005).

Tabela 1 – Parâmetros, unidades e métodos de análises a serem empregados no estudo; peso relativo do parâmetro aplicado no IQA.

| Parâmetros | Unidade | Método | Peso Relativo |
|----------------------------|-------------------------|---------------------------|---------------|
| Potencial Hidrogeniônico | pH | Sonda* | 0,11 |
| Temperatura | °C | Sonda* | 0,10 |
| Oxigênio Dissolvido | mg.L ⁻¹ | Sonda* | 0,17 |
| DBO _{5,20} | mg.L ⁻¹ | Iodométrico (5 dias/20°C) | 0,11 |
| Turbidez | NTU | Turbidímetro | 0,08 |
| Sólidos Totais | mg.L ⁻¹ | Gravimétrico | 0,07 |
| Nitrato | mg.L ⁻¹ | Colorimétrico | 0,10 |
| Fósforo Total | mg.L ⁻¹ | Colorimétrico | 0,10 |
| Coliformes Termotolerantes | NMP.100ml ⁻¹ | Substrato cromogênico | 0,16 |

Para o desenvolvimento do monitoramento ambiental foi utilizado o Índice de Qualidade de Água estabelecido pela *National Sanitation Foundation* (IQANFS), por meio da Equação 1 (BROWN et al., 1970).

$$IQA = \prod_{i=1}^n q_i^{w_i}$$

$$IQA = (q_{DBO}/100)^{w_1} (q_{OD}/100)^{w_2} (q_{OD}/100)^{w_3} (q_N/100)^{w_N} \dots$$

Onde:

IQA: Índice de Qualidade das Águas, um número entre 0 e 100 (Tabela 5.);

qi: qualidade do i-ésimo parâmetro, um número entre 0 e 100 (Figura 3.);

wi: peso correspondente ao i-ésimo parâmetro (número entre 0 e 1, atribuído em função da sua importância para a conformação global de qualidade) (Tabela 4.).

A partir dos cálculos efetuados, os resultados foram comparados com a classificação da IQANFS, parametrizado de acordo com a Tabela 2.

Tabela 2. Classificação da qualidade da água (IQANFS);

| Categoria | Ponderação |
|-----------|------------------------|
| Ótima | $80 < IQANFS \leq 100$ |
| Bom | $52 < IQANFS \leq 79$ |
| Regular | $37 < IQANFS \leq 51$ |
| Ruim | $26 < IQANFS \leq 36$ |
| Péssima | $0 < IQANFS \leq 25$ |

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Figura 2 e 3., apresentam os valores nos diferentes pontos amostrados do Lago das Araucárias nos meses de abril de 2019 a março de 2020.

Figura 2– Monitoramento do (IQANFS);

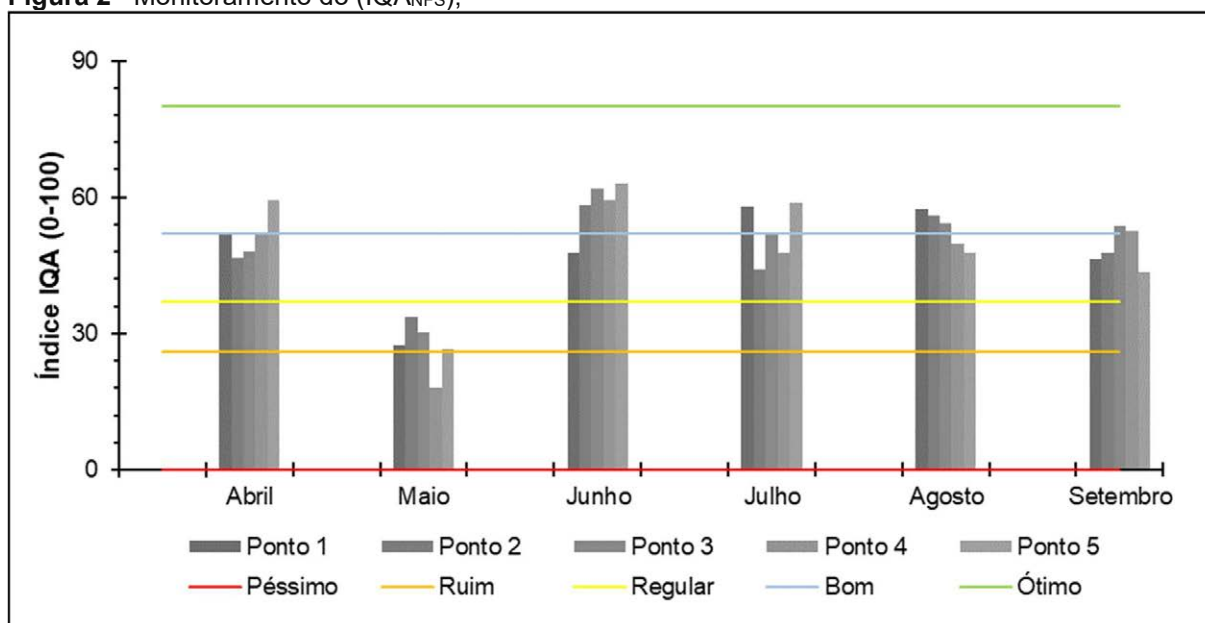
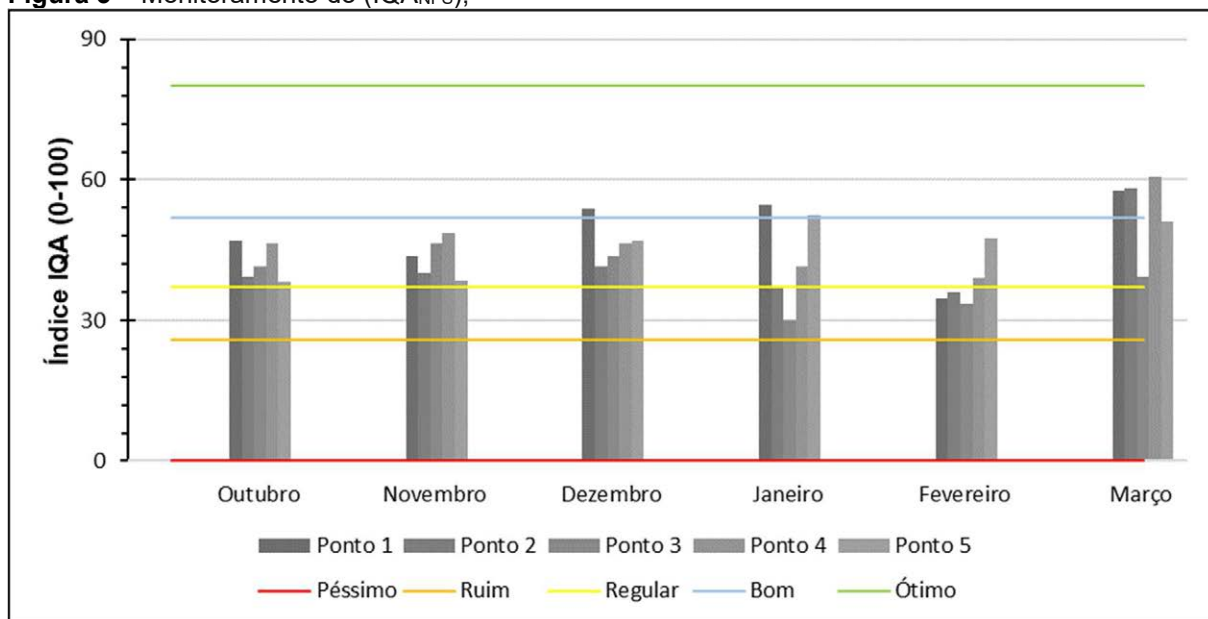


Figura 3 – Monitoramento do (IQA_{NFS});



O mês de maio apresentou valores de IQA entre 17,99 a 33,58, indicando uma ponderação de péssima a ruim, sendo o mês com valores mais baixos. O mês com ponderação de regular a bom foi junho, apresentado valores de 47,85 a 62,89. O mês de março também apresentou uma ponderação de regular a bom, com valores de 39,3 a 60,8, exibindo os valores mais altos juntamente com junho. O Lago das Araucárias sofre com lançamentos de esgoto sanitário, por estar inserido na área urbana de Fraiburgo, podendo-se exibir uma ponderação de péssimo a bom nos meses amostrados. Em estudo feito por Campos (2018), que analisou a interação antrópica do município de Caçador/SC com a qualidade da água do Rio do Peixe, observou valores de IQA variando de regular a bom em decorrência de ação antropogênica derivada de esgotamento sanitário do município. O despejo de esgoto inviabiliza a utilização do corpo hídrico, provocando grandes prejuízos ao homem e ao ecossistema (SILVA, 1993).

CONCLUSÃO

Os resultados das campanhas de monitoramento até agora realizadas, avaliados em conjunto, permitem concluir pelo predomínio de uma qualidade de água variando de regular a boa no Lago das Araucárias. Por ser um ambiente lântico, não foi observada a capacidade de autodepuração, os resultados não apresentaram grande disparidade entre si. Tendo suas atividades voltadas para o setor turístico e de pesca amadora em determinados períodos do ano, um maior monitoramento da qualidade deve ser realizado. Cabe aos órgãos responsáveis, tomarem medidas para reverterem a situação que o Lago se encontra atualmente.

AGRADECIMENTO

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo fornecimento da bolsa de pesquisa, por meio do Fundo de Apoio à Pesquisa FAP/UNIARP e o Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina - UNIEDU/FUMDES (Chamada Pública nº 1423/SED/2019), como também a

Terranálises Laboratório de Análises Ambientais pela disponibilidade da realização das análises.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION - APHA. **Standard Methods for Examination of Water and Wastewater**. 21. ed. Washington: AWWA-WPCF, 2005.

BROWN, Robert M. et al. A water quality index - do we dare?. **WaterSewage Works**, v. 17, n.10, p.339-343, 1970.

CAMPOS, Roger Francisco Ferreira de. **Análise da interação antrópica através da qualidade da água e biomarcador de um sistema lótico, Rio do Peixe, Santa Catarina, Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado – Ciências Ambientais). Universidade do estado de Santa Catarina, Lages, 2018.

LIPORONI, Lucas Matos. **Estudo Preliminar da Qualidade da Água do Lago Paranoá, Brasília – DF, utilizando um Modelo de Qualidade da Água Bidimensional**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, Fernando José Araújo da. Indisponibilidade de esgotamento sanitário e a poluição dos cursos de água. **Revista Tecnologia**, Fortaleza, n. 14, p. 09-16. 1993. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/tec/article/view/1297>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MENDES, André Trigueiro. **Mundo sustentável 2: novos rumos para um planeta em crise**. São Paulo: Globo, 2012.

TUCCI, Carlos E. M. **Hidrologia: Ciência e aplicação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ABRH, 2013.



Leitura Interdisciplinar: 1º fase

Meio ambiente/empresas

Pablo Alves, Rodrigo Gabiatti, Roberto Cavaletti, Giovani Magalhães e Roslin Telusma

Caçador - SC
2020

SUMARIO

| | |
|---|----------|
| 1.EMPRESA 01..... | 3 |
| 1.1CAMPANHA “SOU RESIDUO ZERO” | 4 |
| 1.2RECONHECIMENTO EMPRESA 01..... | 5 |
| 2.EMPRESA 02..... | 6 |
| 3.REFERENCIAS BIBLIOGRÀFICAS..... | 7 |

1.EMPRESA 01

A primeira empresa pesquisada é de Santa Catarina instalada na cidade de Jaraguá do Sul e a décadas vem investindo pesado na sustentabilidade e preservação ambiental em 1998 a empresa instalou sua primeira estação de tratamento de água que acarretou na economia de 25% do seu consumo de água essa economia chega a incríveis duzentos milhões de litros de água por ano de economia.

A água captada circula por todos os setores da empresa além de ser filtrada várias vezes para ser reutilizada e após esse ciclo ela é devolvida limpa ao meio ambiente, no setor de tingimento da empresa foi obtida uma redução de 98% do consumo de água com a substituição das tintas convencionais por tintas atóxicas que não agredem ao meio ambiente e aos seus consumidores finais prezando assim também pela saúde.

Em sua produção os usos de matérias primas sustentáveis foram adotados a cerca de onze anos, como por exemplo a produção de tecidos feitos com fios de garrafas pet, com essa iniciativa até ao ano de 2019 cerca de vinte e sete milhões de garrafas pet já foram reaproveitadas para a fabricação deste tipo de tecido.

O grupo também fabrica o tecido jeans sem o uso de água usando um tratamento via ozônio esses investimentos foram feitos acreditando na causa da preservação ambiental segundo Guilherme presidente da empresa o grupo sempre presa pela preservação ambiental pensando nas próximas gerações.

Para alcançar as metas do acordo de Paris que prevê a redução de gases de efeito estufa lançados na atmosfera o grupo investiu em novas caldeiras que são tocadas com biomassa e não gás natural como antigamente essas atitudes fazem com que a empresa esteja a mais de cinquenta anos em destaque na área de empresas têxtil produzindo cerca de trinta e cinco milhões de peças de roupas por ano.

A empresa emprega cerca de cinco mil colaboradores em suas quatro unidades e é considerada por eles como uma grande família graças ao ambiente cheio de boas atitudes que ultrapassam barreiras, a empresa construiu um parque que foi criado a quarenta anos pelo fundador da empresa Wolfgang com o intuito de que os moradores da cidade tivessem um lugar para passear e se exercitar.

Hoje o parque conta com uma área de um milhão e quinhentos mil metros quadrados, trinta e cinco mil árvores, dezesseis lagoas, quiosques, pista de bicicross entre outras atrações, o parque tem entrada livre e gratuita para toda a população.

1.1 CAMPANHA “ RESÍDUO ZERO”

Neste ano a empresa O1 promoveu uma coleta de resíduos no carnaval são paulino. Segundo a empresa ela o Carnaval é talvez uma das maiores festas Brasileiras e por isso preparou essa ação para chamar a atenção da população e assim conscientizar da importância da coletas seletivas e da reciclagem.

Para isso, foi montada uma a estação Resíduo Zero, no Carnaval de São Paulo, no Largo da Batata, principal ponto da folia do carnaval de rua de São Paulo. Neste local, os foliões depositariam os resíduos da forma mais correta possível.

A empresa é pioneira em sustentabilidade e trouxe este tema para este Carnaval acreditando ser uma chamada de atenção da sociedade para este tema tão importante. Curtir a festa com certeza é melhor se for possível ajudar cuidando do meio ambiente.

O lançamento da Estação Resíduo Zero, aconteceu no dia 15 de fevereiro com uma exposição sobre a importância da coleta de resíduos recicláveis no Carnaval, conduzido por Taise, gerente de sustentabilidade do Grupo. O evento contou também com a presença de Isabella Santoni atriz, de Hugo Bonemer ator, Chiara Gadaleta Fundadora do Ecoera e de Marieli Mallmann, Lucas Bernardini, Mari vilaça e Driely Bennetone influenciadores.

1.2 RECONHECIMENTO EMPRESA 01

A empresa possui alguns prêmios que comprovam o seu esforço para ser uma empresa sustentável por exemplo “Guia exame de sustentabilidade” O Grupo foi reconhecido pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2016 com comunicação que ressaltou o DNA sustentável da marca. “Prêmio expressão de ecologia” A ideia da premiação, reconhecida pelo Ministério do Meio Ambiente, é divulgar ações ambientais das empresas da região sul do Brasil e incentivar outras a seguirem o mesmo caminho. Em 1997 e 2002, a companhia foi premiada com o projeto de controle da poluição. Em 2012, a premiação foi concedida ao processo de reciclagem. Em 2013, à conservação de insumos.

Prêmio brasil ambiental (AMCHAM-RIO) O Grupo foi o vencedor da 11ª edição do prêmio, na categoria Ecossistemas, com o projeto Áreas de Preservação Ambiental. O Prêmio Brasil Ambiental tem como objetivo prestigiar e incentivar as empresas que investem em sustentabilidade. e, em 2018, pela substituição das caldeiras de Gás Natural (GN) por uma fonte de menor emissão: o cavaco de madeira (biomassa).

2. EMPRESA 02

A segunda empresa pesquisada localizada na cidade de Caçador SC possui ampla área de reflorestamentos, tornando-se uma empresa autossuficiente em matéria-prima, além de ser autossuficiente a empresa mantém a preservação de florestas de araucária, canelas, imbuías e outras essências nativas, e com isso vem conservando o ecossistema para dar continuidade à fauna e à flora da região.

A empresa tem como sua principal matéria prima o pinus desde o plantio, a condução, a colheita até a industrialização da árvore, transformando-a em produtos para a indústria moveleira e de construção civil, sua produção é consumida na sua maior parte pelo mercado externo, principalmente Estados Unidos.

Zelando pelo respeito ao meio ambiente, a empresa busca proporcionar a otimização no uso da matéria-prima para melhorar o bem-estar e segurança de seus funcionários, e produzir com qualidade. Desempenhando o papel de uma empresa comprometida com a sociedade na qual está inserida.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

51ANOS GRUPO MALWEE. Disponível em:
<<http://www.grupomalwee.com.br/n/51-anos-grupo-malwee-10-premios-do-grupo-malwee/>>. Acesso em 04.maiο.2020.

MALWEE PROMOVE COLETA SELETIVA NO CARNAVAL DE SÃO PAULO
Disponível em: <<http://www.grupomalwee.com.br/n/51-anos-grupo-malwee-10-premios-do-grupo-malwee/>>. Acesso em 04.maiο.2020.

IMPRESA DE SC INVESTE NA TECNOLOGIA SUSTENTÁVEL A FAVOR DO
MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-JfGJ2wJcSM>> Acesso em 04.maiο.2020.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL. Disponível em:
<<http://www.salamoni.com.br/institucional/responsabilidadeambiental/?token>>
Acesso em: 20.maiο.2020.

Nomes: Gustavo Antonio Araujo, Vanderson Willer, Andre Manenti e Paulo Goes.

Características Elétricas dos CONJUNTOS

As características são: Tensão nominal e Corrente nominal

4.1 A tensão se divide em 3 níveis diferentes, abaixo a explicação das mesmas.

1 – Tensão nominal de operação (de um circuito de um conjunto)

A tensão nominal de operação de um circuito de um conjunto é o valor de tensão que combina com a corrente nominal deste circuito, determina sua utilização, para circuitos com mais de uma fase a tensão deve ser considerada entre fase. Valores normalizados de tensões nominais de circuitos de controles são especificados nas normas pertinentes aos dispositivos incorporados.

O fabricante do conjunto de indicar a tensão correta de funcionamento do equipamento desde a máxima tensão até as mínimas tensões para que o equipamento possa operar os circuitos corretamente seguindo a norma IEC.

2 – Tensão nominal de isolamento (de um circuito de um conjunto)

A tensão nominal de isolamento de um circuito de um conjunto é o valor da tensão para o qual as tensões de ensaio dielétricas e distância de escoamento são referidas.

A tensão nominal de operação máxima de qualquer circuito do conjunto não deve exceder a tensão nominal de isolamento. É assumido que a tensão de operação não pode exceder nem que temporariamente 110% da tensão nominal de isolamento. Para sistemas monofásicos derivados de sistemas IT, a tensão nominal de isolamento seja pelo menos igual à tensão entre fases de alimentação.

3 – Tensão suportável nominal de impulso (de um circuito de um conjunto)

O valor de pico de uma tensão de impulso de forma e polaridade prescrita que o circuito de um conjunto é capaz de suportar, sem falhas, sob condições específicas de ensaio e para as quais se referem os valores das distâncias de isolamento. A tensão suportável nominal de impulso de um circuito de um conjunto deve ser igual ou maior que os valores declarados para as sobretensões transitórias que ocorrem no sistema em que o conjunto é inserido. Os valores suportáveis de impulsos são tabelados.

4.2 Corrente nominal (de um circuito de um conjunto)

A corrente é fixada pelo fabricante é levado em consideração a potencia nominal dos componentes do equipamento elétrico dentro do conjunto, a sua disposição e a sua aplicação. Estas correntes deve ser conduzidas sem que haja elevação de temperatura das varias partes do conjunto acima dos limites tabelados, quando for ensaiados. Devido a complexibilidade dos fatores que determinam as correntes nominais, nenhum valor padrão pode ser dado.

4.3 Corrente suportável nominal de curta duração (I_{cw}) (de um circuito de um CONJUNTO)

No que se refere a corrente suportável nominal de curta duração, esta mesma corrente é dada pelo valor R.M.S da corrente de curta duração, a mesma se designa através do circuito apresentado pelo fabricante, circuito esse que deve conduzir a corrente sem trazer danos ou avarias, isso se fala através de condições expostas no item 8.2.3 da norma. O contrario pode ocorrer caso o fabricante repasse seu próprio método, com tempo de um segundo.

A norma repassa que quando o tempo for menor que um segundo, a corrente nominal de curta duração e tempo sejam sempre indicados. Também repassa que a corrente nominal de curta duração deve ser presumida quando os testes são realizados com uma corrente real ou de tensão nominal de operação, o ensaio sempre é realizado no período de operação máxima de tensão nominal.

4.4 Corrente suportável nominal de crista (I_{pk}) (de um circuito de um CONJUNTO)

No tocante a norma a corrente suportável nominal de crista nada mais é do que o valor da corrente de pico, esse valor é repassado pelo fabricante, sendo o valor que o determinado circuito pode suportar, sem ter avarias, ou danos ao conjunto, todas essas especificações baseiam-se nas informações especificadas também no item 8.2.3 da norma.

4.5 Corrente nominal condicional de curto-circuito (I_{cc}) – De um circuito de um conjunto

Para definir a corrente de curto-circuito para a proteção do circuito, deve-se saber qual é o nível de curto-circuito da fonte geradora, onde em função da tensão, potência e quantidade de transformadores obtêm-se a corrente de curto-circuito total do projeto.

O valor da corrente de curto-circuito conjeturada que um circuito do conjunto pode suportar dentro de um intervalo de tempo, mediante a proteção de um dispositivo indicado pelo fabricante.

Para CA é expressa pelo valor RMS do componente CA. Ainda, o dispositivo para proteção de curto-circuito pode integrar o conjunto ou pode ser separado.

4.6 Corrente nominal de curto-circuito limitada por fusível (I_{fc}) – De um circuito de um conjunto

O valor de corrente nominal condicional de curto-circuito quando a proteção é realizada por fusível.

Caso não haja condições específicas, a tolerância para a frequência é entre 82% e 102% do valor nominal, ou seja, do valor da frequência de tensão e corrente em condições normais

4.7 FATOR DE DIVERSIDADE

Fator de diversidade é a soma das cargas individuais máximas e a demanda máxima do conjunto, ou seja, é a carga total esperada para ser utilizado durante um período (tempo) de pico por um conjunto de equipamento ou apenas por um equipamento. Ela pode ser com varias cargas distinta e com finalidades diferentes como em uma residência onde temos a iluminação e o chuveiro, onde esse é o que consome a máxima demanda da instalação. Geralmente está ligada ao horário de pico onde encontramos a máxima demanda do conjunto através das somas das cargas.

Podemos citar como exemplo a carga máxima da iluminação pública, mais a soma da carga máxima da instalação industrial e a carga da instalação máxima residencial que ocorre geralmente em horário distintos, a soma dessas cargas nos daria a soma total das cargas diversificadas do nosso conjunto, sendo assim a máxima demanda de um conjunto de cargas é menor que a soma das demandas máximas individuais, para isso em um projeto não devemos considerar a demanda máxima individual de cada consumidor, mas sim ao conjunto de demanda máxima dos consumidores e número de consumidores.

A formula para calcular o fator de diversidade é:

$$D_{div} = \frac{\sum_{i=1}^n D_i(t)}{n}$$

onde:

D_{div} = Demanda diversificada ao conjunto no instante (t);

$D_i(t)$ = Demanda do consumidor (i) no instante (t);

n = número de consumidores do conjunto;

4.8 FREQUÊNCIA NOMINAL

A frequência nominal se dá pela numero de oscilação por segundo em um determinado tempo, ou seja, ciclos por segundo que ocorre na corrente elétrica

alternada. Todos os equipamentos são projetados para realizar seu trabalho em uma determinada frequência, sendo que no Brasil foi adotada a frequência de 60 Hz, já que no passado havia à predominância dos equipamentos industriais nessa frequência em todo o país. A variação de oscilação permitida no Brasil é no máximo $\pm 5\%$ segundo a ABNT em sua norma NBR 7094/96. A causa dessa variação pode ocorrer na partidas de grandes cargas, falhas nos equipamentos na rede, descargas elétricas e energia insuficiente para a demanda, quedas que podem danificar o hardware.

DIÁLOGOS ATUAIS COM O TEXTO “DIREITO, JUSTIÇA E SOCIEDADE” DE SÉRGIO CAVALIERI FILHO

Cláudio Antônio Klaus Júnior, bacharelado de Direito (UNIARP) e Relações Internacionais (UNINTER), iniciando científico do Programa de Iniciação Científica da UNINTER. junioklaus8@gmail.com.

RESUMO

O presente texto tem a intenção de dialogar com o texto de Sérgio Cavalieri Filho de 2002 trazendo uma exposição atual da situação relacionada à pandemia de coronavírus, citando o caso específico do direito à liberdade religiosa.

PALAVRAS CHAVE

Direito. Sociedade. Religião e pandemia.

O presente texto tem a intenção de apresentar destaques relacionados na publicação “DIREITO, JUSTIÇA E SOCIEDADE”, de autoria de Sérgio Cavalieri Filho, publicado na Revista da EMERJ - ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, v. 5, n. 18, 2002.

O autor inicia o texto trazendo a ideia de que direito e justiça não têm a mesma definição e, que frequentemente é possível que se pense que tudo que é do direito é justo e vice-versa, o que, por vezes, se mostra errôneo ou equivocado. A publicação traz ideias que podem ser primeiramente visualizadas sob a visão interdisciplinar nas áreas de linguagem jurídica, responsabilidade civil, deontologia, filosofia e sociologia. Outrossim, ao perpassar por tais áreas, é possível correlacionar o texto com cada uma das áreas do direito devido a riqueza de detalhes e conexões interdisciplinares apontadas pelo autor.

Além disso, o autor apresenta a ideia de que muitas injustiças são realizadas pelos profissionais de direito, sendo que alguns casos até viram filme ou livro. Condenações sem evidência, evidências construídas ou ignoradas, pessoas que perderam sua vida no cárcere por mero erro judicial irreparável pelo Estado, estão

presentes nos mais diversos países, dos Estados Unidos da América ao Brasil, provando que nem tudo que é proveniente do direito é justo.

Tendo em vista a pluralidade de prismas pelas quais um mesmo assunto pode ser observado, torna-se fácil observar a intersecção dos pensamentos da argumentação jurídica juntamente com o direito penal, entre outras áreas. A ideia de justiça é diferente em países ocidentais e orientais, a ideia pode até mesmo mudar de pessoa para pessoa. De modo geral, na sociedade judaico-cristã moderna, a justiça é colocada ao lado da honestidade, moralidade, etc. É importante notar que o ideal de justiça tem muita relação com o direito natural, ou aquilo tido como tal direito, e menos com a posituação destes direitos através de leis escritas.

É óbvio que a escrita da lei traz segurança jurídica e, por isso, se faz indispensável, se com a escrita ponderada dos legisladores temos problemas, o problema seria ainda maior se o Estado fosse imprevisível. A época incomum que vivemos já trouxe alguns riscos aos direitos fundamentais que são imutáveis, irrenunciáveis, então sem este estabelecimento, as complicações das mais diversas naturezas seriam ainda maiores, dada a possível falta de organização.

Outrossim, a norma jurídica reflete a cultura em vigor na sociedade, ela proíbe aquilo que é frequente e é visto como inaceitável no padrão atual, assim como também retira de seu texto é reformado e então evolui com as épocas. Um grande exemplo é a facilidade atual do divórcio que, sem filhos menores e bens para partilhar, pode ser efetuada de modo extrajudicial no mesmo dia. Também é notável a questão do adultério não ser mais considerado um crime. Vemos aqui o direito sendo um organismo vivo no tempo e espaço em que é aplicado.

O direito surge [ainda] como regulador das relações sociais, nasce como uma necessidade humana visando assegurar a própria sobrevivência dentro de uma coletividade. Tais normas, que compõem a ordem jurídica e a todos são impostas, providenciando a segurança necessária às boas relações entre os membros de uma sociedade (FREIBERGER, 2018) transformam e regulamentam o convívio entre os indivíduos, de modo a manter a chamada “paz social”.

Dessa maneira, com muita propriedade, Francisco José Carvalho faz uma interessante análise da função social do Direito quando explica que a função social

do direito é o fim comum que a norma jurídica deve atender dentro de um ambiente que viabilize a paz social. O direito sempre teve uma função social. Assim, a norma jurídica é criada para reger relações jurídicas, e nisso, a disciplina da norma deve alcançar o fim para o qual foi criada. Se ela não atinge o seu desiderato não há como disciplinar as relações jurídicas e, portanto, não cumpre sua função e seu objeto.

A ciência jurídica torna o direito viável. Ora, se o direito é um fenômeno social, a ciência jurídica também tem a sua função social. Desde o momento em que a sociedade politicamente organizada, criou a regra de direito para ela se submeter, isto, reger as relações sociais, ela objetivou alcançar uma finalidade, uma função predisposta em suas estruturas dogmáticas (REALE, 2011).

Importante ainda pensar que a função social do direito, além de regular as ações da sociedade, é alcançar uma sociedade transformada e justa. Tendo os princípios constitucionais em ação pode-se ter uma nação regulada pelo Estado de Direito onde a tolerância, a cidadania e a dignidade são respeitadas. Sobre a ideia de uma ciência do direito, os autores Santos e Bonin comentam:

A Ciência do Direito parte do direito como fenômeno de normatividade, como coercitividade organizada, que disciplina a conduta dos seres conviventes numa determinada ordem social historicamente constituída. A normatividade implica em certa hierarquia de valores que possibilitam apreensão dos fatos sociais. A análise remete, inevitavelmente, para o terreno especulativo, extrapolando da pura análise científica para o campo da reflexão filosófica. (SANTOS, BONIN, 2014)

Desse modo, o direito, em sua função social, pode ser ainda dividido em macrofunções, a saber, em ordens pública, política, social, econômica, moral e internacional. Também pode-se observar algumas de suas microfunções como, por exemplo, quando a lei define os limites de comportamentos aceitáveis e as consequências de determinados comportamentos, bem como, os processos para transações e negócios, a prevenção do abuso de poderes oficiais e o limite de organizações como o Ministério Público.

O texto também aborda o tema das leis injustas, pois deve-se considerar que uma lei injusta não é um problema do legislador. É importante analisar tal contexto em uma perspectiva ampla pois a questão da injustiça pode ser compreendida diante de uma visão até mesmo benéfica para uma maioria. Isso pode ser concebido, por exemplo, nestes tempos sem precedentes, nos quais a lei pode ser injusta para os

comerciantes pois não podem abrir o seu estabelecimento, mas fazem isso por conta da saúde pública estar acima do dinheiro. Ainda assim, direitos fundamentais como o de ir e vir e a liberdade religiosa, não podem ser preponderados, mesmo considerando cada caso com razoabilidade.

Sobre o caso acima mencionado, um caso que ficará na história é a celebração religiosa da igreja pentecostal Porta do Sol Cristã, na França, que ficou conhecido por espalhar o COVID-19 por todo o país. Ainda assim, no Brasil, ao tornar as atividades religiosas como essenciais, houve o cuidado de incluir na redação do decreto a observação de que devem-se observar as diretrizes do Ministério da Saúde.

XXXIX - atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; (BRASIL, 2020)

Por este viés, evidencia-se a necessidade da interdisciplinaridade neste ponto à medida que se confronta um texto do ano de 2002 com uma situação extremamente atual relacionada à liberdade religiosa e direitos humanos e ainda para com áreas jurídicas que parecem estar nascendo da atual situação, algo que talvez possamos chamar de “direito pandêmico”.

Pode-se concluir, portanto, que é importante entender que o direito, a justiça e a sociedade deverão trabalhar juntos para alcançar os seus ideais e tornar o ideal escrito no texto constitucional uma verdade tangível na nação e que a ética e o direito não são apenas campo de estudo para deontologia mas sim para cada uma das áreas do direito e da vida de seus operadores, tanto como, atores sociais quanto como profissionais das carreiras jurídicas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Dr. Joel Bonin pela gentil revisão do texto e pelo incentivo à pesquisa científica.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto Nº 10.292, de 25 de Março de 2020.

CARVALHO, Francisco José. **A função social do Direito e a efetividade das Normas Jurídicas**. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/> conteúdo

/artigos/a-funcao-social-do-direitoea-efetividade-das-normas-juridicas/7940. Acesso em: 09 de junho de 2016.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Direito, Justiça e Sociedade**. Revista da EMERJ, ISSN 1415-4951, vol 5, nº 18, 2002.

FREIBERGER, Rubens Luís. **AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NO BRASIL: UMA APRESENTAÇÃO DESTE INSTITUTO OBSERVANDO-SE OS PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL E AS PRISÕES PENAS DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**. Revista Ponto de Vista Jurídico: Revista Científica do Núcleo de Pesquisa em Direito da UNIARP, Caçador, v. 7, n. 1, jun./2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33362/juridico.v7i1.1494>>. Acesso em: 20 set. 2019.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 1-371.

SANTOS, Adélcio Machado dos. BONIN, Joel Cezar. **FILOSOFIA DO DIREITO: UMA BREVE ANÁLISE**. Ciências Sociais Aplicadas em Revista. UNIOESTE/MCR - v.14 - n. 27 - 2º sem.2014. p 9 a 26.

RELAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE PARTO HUMANIZADO E A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Isadora Bordignon, isadora.bordignon@hotmail.com
Lara Luiza Bordignon, lraluizabordignon@hotmail.com
João Victor Ribeiro Dal Pizzol, dalpizzol09ks@hotmail.com
Diego Melato, diegomelato1@gmail.com

RESUMO

A violência obstétrica pode ser descrita como atos e/ou danos contra a mãe e o bebê durante o cuidado obstétrico profissional os quais violam os direitos sexuais e reprodutivos. Dessa forma, todos os procedimentos realizados durante o nascimento são críticos, pois os riscos de morbidade e mortalidade podem aumentar consideravelmente à medida que se sucedam sem necessidade. Além disso, a qualidade das informações passadas e repassadas durante o período gestacional, nas consultas pré-natais, devem ser claras e explicativas garantindo efetividade e direcionamento para a realização do parto humanizado. Objetivou-se nesse estudo, relacionar o conhecimento das parturientes sobre o parto humanizado e a violência obstétrica por meio das informações transmitidas durante as consultas do pré-natal. Para tal, foi realizado um questionário online envolvendo 50 puérperas da cidade de Caçador-SC, com o intuito de reconhecer quais são as violências mais recorrentes na rede pública e na rede privada de atendimento à saúde, e, também, verificar a relação da insuficiência de informações sobre a violência obstétrica durante o pré-natal, com o não reconhecimento da mesma. Os resultados encontrados foram desde verbalizações violentas ditas por profissionais da saúde às pacientes, assim como procedimentos interventivos desnecessários. Concluiu-se, por meio de relatos de puérperas, 20 casos de violência obstétrica vivenciadas durante o período gestacional e o parto.

Palavras-chave: Pré-natal. Violência contra a mulher. Puérperas.

INTRODUÇÃO

Conforme a historicidade do parto e nascimento, paulatinamente, o parto se transformou ao longo do tempo. Notoriamente, existe um avanço em questões médico sanitárias e, ainda, tecnologias que permitem reduzir o número de natimortos (MALHEIROS, 2012). No hodierno, entretanto, o jeito “mecanizado” de realizações dos partos, infelizmente, exhibe a falta de integralidade no cuidado com a mulher/paciente. Assim, o parto passou a ser “normalizado” como um processo, unicamente, cirúrgico, ao passo que até entre os profissionais da saúde o debate sobre parto humanizado encontra-se escasso (CASTRO, 2005).

Além disso, observa-se, que toda essa “automatização” do parto legitimou a violência obstétrica, como se fosse preciso ser desse jeito, ou seja, que o momento do parto requer truculência por conta da tensão envolvida. Nesse sentido, uma recente pesquisa nacional deu visibilidade ao problema: cerca de 1/4 das puérperas, e aproximadamente metade das que abortaram, relataram alguma forma de violência obstétrica (TESSER, 2015).

Por conseguinte, há diversas formas dessa violência ser legitimada, como a episiotomia sem necessidade, que é caracterizada pela incisão cirúrgica realizada na região do períneo com o intuito de aumentar o lúmen do introito vaginal na fase expulsiva do parto, sendo indicada somente em casos restritos (CARNIEL, 2019). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS) o procedimento deve apenas ser realizado de 15% a 30% dos partos normais.

Além da episiotomia, a manobra de Kristeller é uma das violências mais praticadas sendo realizada sem fundamentação científica e comumente executada por profissionais da saúde, com o intuito de acelerar a dinâmica do parto. A manobra de Kristeller consiste na compressão do abdômen da mulher em direção à pelve no momento expulsivo, essa causando dor e desconforto, além de gerar consequências graves em alguns casos, como: trauma das vísceras abdominais, do útero e descolamento da placenta (LIMA, 2016).

Ademais, estudos evidenciam através de pesquisas, como a Pesquisa Nascer no Brasil, que muitas mulheres vítimas da violência obstétrica nem sempre são capazes de reconhecer a violência por acreditarem que os profissionais da saúde possuem o conhecimento científico necessário e por esse motivo sabem o que deve ou não ser feito durante o processo de parturição, refletindo na aceitação de tudo que é imposto.

Por fim, o trabalho em pauta visa a realização de uma análise sobre a incidência de casos de violência relacionados ao parto na saúde pública e privada, em um contexto que se relacione com o conhecimento das gestantes sobre tal temática; e, a orientação e informações que são dadas a elas pelos profissionais da saúde envolvidos e competentes perante esses casos.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo em questão trata-se de, primeiramente, uma revisão narrativa sobre as relações entre o conhecimento sobre o parto humanizado e a violência obstétrica. A pesquisa de bibliografia foi fundamentada em publicações científicas, publicadas em bases de dados científicos como BVS e Scielo, sendo considerados artigos e literaturas oficiais publicadas em língua portuguesa, entre os anos de 2012 a 2020.

Além disso, inclui-se nesse estudo um questionário, dinâmico e individual, elaborado na plataforma Google Forms, visando abordar questionamentos acerca da violência obstétrica e o conhecimento, por parte das mulheres que já estiveram em condições de gravidez, sobre esse tema. Nele, 50 puérperas, as quais obtiveram o conhecimento da pesquisa em grupos de mulheres do município de Caçador/SC, assim como repasse de forma direta a aquelas que detínhamos o conhecimento da realização prévia do parto em nosso município, registraram suas respostas constituídas por perguntas relativas ao objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

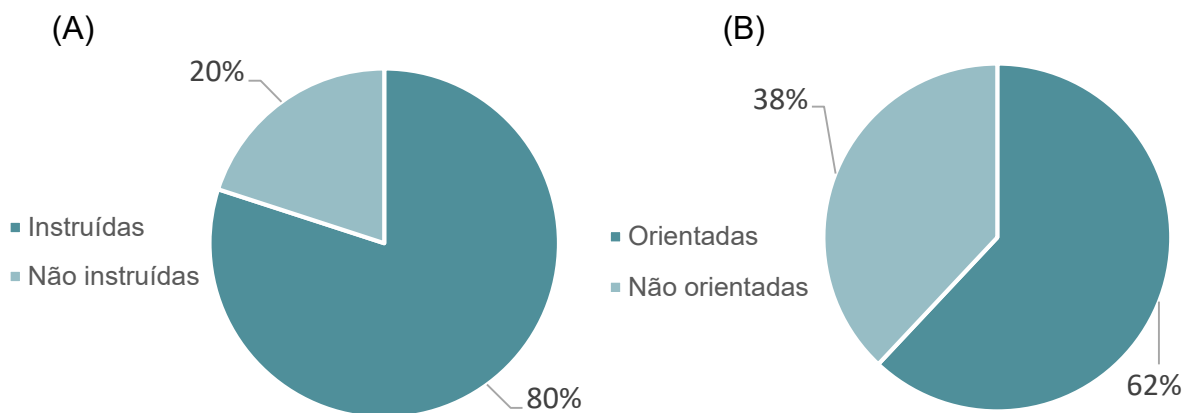
A pesquisa envolveu 50 mulheres que realizaram o pré-natal e parto na cidade de Caçador-SC. A partir da análise dos dados, a maioria das participantes tinham entre 26 e 30 anos (34%) e, entre 31 e 35 anos (26%) quando realizado o parto. O Brasil ocupa 2º lugar no mundo em número de cesarianas (57% dos partos), condizendo com os resultados obtidos na pesquisa, em totalidade, 78% dos partos ocorreram via

cesárea e 22% via vaginal, enquanto isso, a Organização Mundial da Saúde (OMS), estabelece a taxa ideal de cesarianas entre 10-15%.

Em relação ao nível de escolaridade, 49% das entrevistadas possuem o ensino superior completo, essas, com menores índices de violência obstétrica, visto que uma pesquisa realizada pela FIOCRUZ, Raça e Violência Obstétrica no Brasil, demonstra que quanto menor o nível de escolaridade, mais altos são os índices de violência. Nessa mesma pesquisa, evidenciou-se que mulheres pretas e pardas apresentam os piores indicadores frente à violência obstétrica, entretanto, os resultados do questionário online não correspondem com a realidade, sendo a raça/cor quase em sua totalidade mulheres brancas (98%), sendo o restante mulheres amarelas (2%).

As participantes da pesquisa, quando questionadas se haviam sido instruídas sobre os tipos de parto que poderiam ser realizados, durante o pré-natal, dentre as 50 entrevistadas, 80% relataram ter sido orientadas acerca dos tipos de parto que poderiam ser realizados e 20% relataram o desconhecimento sobre os mesmos (figura 1 A). A respeito da orientação sobre as formas de violência obstétrica, 62% das participantes relataram ter sido informadas durante o pré-natal, em contrapartida 38% não foram instruídas sobre o assunto (figura 1 B), e, conseqüentemente, devido à desorientação, pode ocorrer a não legitimação da violência, visto que a falta de conhecimento sobre um assunto faz com que o mesmo não seja identificado, ainda mais em um momento de extrema emoção.

Figura 1. Mulheres instruídas durante o pré-natal sobre os tipos de parto (A) e Quantidade de entrevistadas orientadas sobre as formas de violência obstétrica (B).

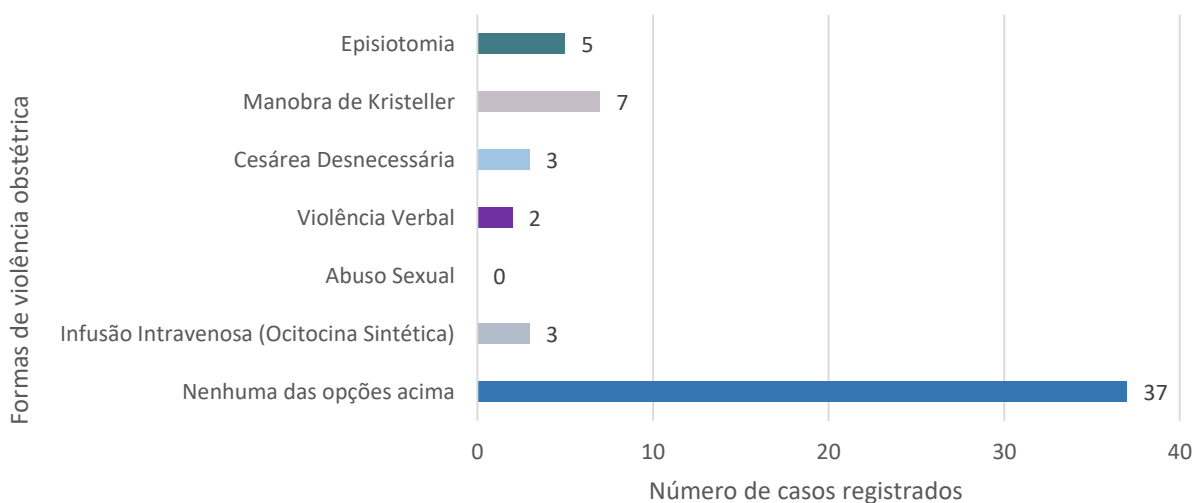


Fonte: Os autores.

As entrevistadas relataram quais foram as formas de violência que haviam sofrido durante o parto, no total, 20 casos de violência foram relatados, sendo que algumas mulheres relataram mais de uma violência obstétrica. Lima (2016), relatou que a episiotomia e a manobra de Kristeller são as violências mais praticadas sendo realizadas geralmente com o intuito de acelerar a dinâmica do parto.

Dessa maneira, as violências mais relatadas na pesquisa foram a episiotomia e a manobra de Kristeller, principalmente na rede pública de saúde, em que as mulheres, também, realizavam mais partos via vaginal. Devido ao maior índice de partos normais na rede pública, a indução do parto por infusão intravenosa de ocitocina sintética foi mais recorrente. As cesáreas desnecessárias, pelo contrário, foram relatadas somente por mulheres que haviam efetuado o parto na rede privada de saúde, assim como as violências verbais por parte dos profissionais.

Gráfico 1. Procedimentos realizados sem consentimento por profissionais da saúde.



Fonte: Os autores.

As participantes, quando perguntadas se queriam relatar a violência obstétrica vivenciada, algumas, descreveram sobre elas:

“Durante o período gestacional precisei me dirigir a emergência do hospital 2 vezes com sangramento, onde o “profissional” em questão disse ser normal sangrar e ter dor, afinal era minha primeira gestação e eu não sabia de nada segundo ele. O mesmo realizou o toque, e em tom pejorativo lançou a seguinte frase: - Limpinha dá gosto de colocar a mão! Fiz todo o pré-natal bem como o parto na cidade vizinha (Videira), pois em Caçador não me senti segura, e o médico que atende pelo meu convênio em nossa Cidade “escolhe” qual gestante irá atender. Caçador está em déficit faz muitos anos de médicos mas parece que cada vez temos uma piora em especial quando se trata de obstetrícia. ”

“A profissional do pré-natal recusava-se a aceitar o meu desejo de parto normal, pois queria cesariana e no dia que fui ao hospital se recusou a ir me atender, respondendo ao médico plantonista de que não sairia de casa para atender parto normal, que deveria me virar com o plantão. ”

CONCLUSÃO

Após a análise individual dos dados, foi possível perceber que algumas participantes não foram devidamente instruídas sobre os tipos de parto e os tipos de violência obstétrica, tanto na rede pública quanto na privada. Em vista disso, 15 entrevistadas realizaram o parto pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e dessas, 7 relataram ter sofrido violência obstétrica, sendo que algumas sofreram mais de um tipo, contabilizando no total 14 ocorrências, dessa forma, apresentam maiores taxas de violência obstétrica. As mais recorrentes foram: a manobra de Kristeller, a episiotomia, a violência verbal e a indução do parto por ocitocina sintética intravenosa.

Ademais, 35 mulheres realizaram o pré-natal e parto na rede privada, das quais, 6 delas relataram alguma forma de violência obstétrica. As violências predominantes na rede privada de saúde são: a cesárea desnecessária, e a manobra de Kristeller. Nesse ínterim, percebeu-se que as formas de violência obstétrica estão presentes tanto na rede pública quanto na rede privada de saúde. Entretanto, essas

formas de violência variam de acordo com o tipo de parto realizado, estando mais presentes no parto normal.

REFERÊNCIAS

- CARVA, Isaiane da Silva; BRITO, Rosineide Santana. Formas de violência obstétrica vivenciadas por puérperas que tiveram parto normal. **Enfermería global**, Murcia , v. 16, n. 47, p. 71-97, 2017 . Disponível em <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412017000300071&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 07 jun. 2020.
- MALHEIROS, Paolla Amorim et al. Parto e nascimento: saberes e práticas humanizadas. **Texto contexto - enfermagem**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 329-337, jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- SANTOS, Amanda Basílio Bastos dos et al. Grau de conhecimento das gestantes do serviço público sobre parto humanizado- **ABCS health science**; v. 44(3): p. 172-179, 20 dez 2019. Tab. Disponível em: <https://www.portalnepas.org.br/abcshs/article/view/1393>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- SENA, Ligia Moreiras e TESSER, Charles Dalcanale. Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**. 2017, v. 21, n. 60, pp. 209-220. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0896>>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- TEIXEIRA, Patrícia da Costa et al. Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: a dor que querem calar. **Nursing (São Paulo)** ; v. 23(261): pp. 3607-3615, [S. l.], p. 3607-3615, 11 fev. 2020. Disponível em: <http://www.revistanursing.com.br/revistas/261/pg52.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2020.
- TESSER, Charles Dalcanale et al. Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 10, n. 35, p. 1-12, 24 jun. 2015. Disponível em: <[https://doi.org/10.5712/rbmfc10\(35\)1013](https://doi.org/10.5712/rbmfc10(35)1013)>. Acesso em: 16 mai. 2020.
- VIELLAS, Elaine Fernandes et al. Assistência pré-natal no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. S85-S100, 2014. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2014.v30suppl1/S85-S100/>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- VILELA, Anny Torres; et. al. Percepção dos enfermeiros obstetras diante do parto humanizado - **Revista enfermagem UFPE online**; v. 13: pp. [1-6], 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/241480/33475>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ISS: POR QUE SURTIU? QUAL SEU PAPEL? QUEM É OBRIGADO A PAGAR?

Ana Paula A. Silva
Beatriz F. Oliveira
Iorana G. Andrade
Larissa A. Santos
Maria E. Milani
Emilene Murer

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – SC. Caçador, Brasil

RESUMO

Tributos são imprescindíveis para o corpo social, e para que o Estado possa cumprir seu papel principal é necessário obter recursos financeiros, provenientes, na sua maioria, dos tributos arrecadados. Esses recursos vêm através do pagamento dos tributos pelas pessoas e organizações e são transformados em bens e serviços, para atender as necessidades públicas. O ISS que é o Imposto sobre Serviço é um tributo recolhido tanto pela prestação de serviços por parte de organizações como também por profissionais autônomos cadastrados junto aos órgãos competentes. O valor arrecadado será destinado sempre ao município no qual o serviço foi prestado, sua alíquota é estabelecida pelo município geralmente entre 2% a 5% sobre o valor do trabalho realizado. Em resumo todos os valores recolhidos por esse tributo têm como destino os cofres públicos do município. Este trabalho tem como objetivo citar o surgimento do imposto sobre serviço, seu papel e quem está obrigado ao seu pagamento. Através de pesquisa nos municípios próximos a Caçador constatamos que existem diferenças entre de alíquotas de ISS aplicadas entre eles.

Palavras-chave: Tributos. ISS. Alíquotas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado em municípios próximos a Caçador, com o objetivo de analisar as diferentes alíquotas cobradas de ISS por cada município explicando o surgimento do imposto sobre serviço, qual seu objetivo e quem deve pagar. O artigo 156, inciso III da Constituição Federal de 1988 assim estabeleceu o imposto sobre serviço:

Compete aos Municípios instituir sobre:

III -serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, cabe à lei complementar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

I -Fixar as suas alíquotas máximas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

II -Excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993).

III -regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993).

De acordo com Hung e Maragno (2011, p.5;75), dentre as atribuições constitucionais recebidas, compete ao município instituir Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, conhecido pela sigla ISSQN ou simplesmente ISS, serviços

esses não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados. Através da Emenda Constitucional nº 18, de 1965 foi adotado no Brasil o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, conforme disposto no artigo 15:

Art. 15. Compete aos Municípios o imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendida na competência tributária da União e do Estados.

O principal objetivo do trabalho é analisar e conhecer a diferença nas alíquotas de ISS nos municípios próximos a Caçador, seu significado, o surgimento e quem é obrigado a pagar esse imposto.

DESENVOLVIMENTO

O ISS nasceu com a concepção econômica de "serviços" como produto, durante os anos 60, iniciando-se sua cobrança na Europa na mesma época. No Brasil, a história do ISS tem seu início com a vinda da Família Real ao país (1808), que gerou uma necessidade de criação de novos tributos, isso porque a transferência da Corte ao Brasil foi extremamente onerosa, havendo necessidade de se adaptar a terra que até então era utilizada simplesmente para exploração. Emenda Constitucional 18/65 criou o ISS, denominando-o Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, com competência municipal. A partir da Reforma, o ISS passou por diversos ajustes e especificações até a criação da Lei Complementar nº116/2003, disciplinando toda matéria relativa ao ISS, trazendo melhorias substanciais à legislação e sendo vigente até hoje. Tem como fato gerador a relação de serviços contida na Lei nº 11.438/1997. (BORBA, 2016).

O ISS é pago pelas empresas prestadoras de serviços e profissionais autônomos. Aqueles que se encaixam no primeiro caso deverão recolher o ISS, além dos demais impostos – como IR, PIS, COFINS, contribuição social ou, substituídos pelo Simples Nacional, caso optante. As empresas pagam uma alíquota de 5% sobre o valor da nota fiscal, excetuando decretos municipais que incentivam serviços como o de informática que, em algumas cidades, chega a 2% (alíquota mínima – Emenda Constitucional nº 37 de 12 de junho de 2002). O profissional com curso superior, como advogados, médicos, arquitetos, administradores, entre outros que trabalham sem vínculo empregatício, devem contribuir com o ISS. Nesse caso, eles devem pagar a contribuição anual, conforme a tabela proveniente dos serviços. Na situação em que o profissional não esteja inscrito na prefeitura como autônomo, a contratante deverá pagar os tributos devidos, efetuando o pagamento do valor subtraído dos impostos correspondentes (valor líquido). Contribuinte é o prestador do serviço, definido no artigo 5º, da Lei Complementar 116/2003.

De acordo com o §1º do art. 7º da Lei Complementar nº 116/2003, a base de cálculo do imposto será proporcional ao preço do serviço. Segundo o §2º, não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços. A alíquota máxima do ISS prevista na Lei Complementar nº 116/2003 é de 5% (art. 8º). Isto significa que os municípios podem criar alíquotas, para o ISS, de até 5%. Ainda conforme Fabretti (2009), como não foi fixado a alíquota mínima, prestou um desserviço à segurança jurídica. Enquanto não fixada, entende-se que deve prevalecer a estabelecida na EC nº 37/2002 de 2%.

Segundo Fabretti (2009), a nova lei complementar prevê em seu art. 6º, a possibilidade dos municípios e o Distrito Federal, mediante lei, atribuírem a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, que deverá estar vinculada

ao fato gerador. Neste caso, a lei pode, excluir a responsabilidade do contribuinte ou atribuir a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais. O responsável é obrigado a reter na fonte o ISS devido. Deve recolher o valor integral do ISS, no prazo fixado na lei municipal e, se for o caso, recolher as multas e os acréscimos legais eventualmente devidos. O responsável é o tomador ou intermediário do serviço e deve ser expressamente indicado na lei municipal. O Município é o sujeito ativo dessa obrigação e em face do princípio da estrita Legalidade, para que se possa cobrar o ISS dos prestadores de serviço, deve-se instituí-lo por meio de Lei Ordinária própria. (SUZIGAN, 2012).

RESULTADO E DISCUÇÕES

Como informado anteriormente, o ISS trata-se de um tributo definido pelos municípios o que pode gerar diferenças nas taxas dentre um município e outro, para melhor entendimento foi observado os valores cobrados em três municípios da região sendo eles Caçador, Fraiburgo e Santa Cecília, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Taxas de ISS cobrada por serviço e por município

| SANTA CECÍLIA | | CAÇADOR | | FRAIBURGO | |
|---|-------|---|------|---|------|
| SERVIÇO | TAXA | SERVIÇO | TAXA | SERVIÇO | TAXA |
| Médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultrassonografia, tomografia e congêneres. | 2% | Análises clínicas patologia eletricidade médica radioterapia quimioterapia ultra sonografia ressonância magnética radiologia tomografia e congêneres. | 2% | Análises clínicas, patologia eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia tomografia, exames relacionados com segurança e medicina do trabalho e congêneres. | 2% |
| Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres. | 2% | Hospitais clínicas laboratórios sanatórios manicômios casas de saúde prontos socorros ambulatórios e congêneres | 2% | Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres. | 2% |
| Enfermeiros, obstetras, ortopédicos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária). | 2% | Medicina e biomedicina | 2% | Medicina e biomedicina. | 2% |
| Diversões Publicas | 4% | Parques de diversões centros de lazer e congêneres | 2% | Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres. | 3% |
| Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza. | 3,50% | Serviços de desenhos técnicos. | 3% | Serviços de desenhos técnicos | 3% |

Fonte: acadêmicos, 2020

Como podemos observar na tabela a cima, nos serviços de saúde dos três municípios estudados a taxa é a mesma sendo ela de 2%, para os projetos e desenhos técnicos há uma diferença sutil entre os municípios, Caçador e Fraiburgo apresentam uma taxa de 3% já em Santa Cecília a taxa é de 3,5% evidenciando a diferença que

podem haver, já nos serviços de diversão fica claro que as alíquotas podem vir a serem completamente diferentes entre uma cidade e outra já que as cidades estudadas apresentavam taxas completamente diferentes sendo em Caçador 2%, Fraiburgo 3% e em Santa Cecília 4%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir com este trabalho, que o ISS, desde seu surgimento, com a vinda da Família Real em 1808, vem atendendo seu objetivo de obter recursos financeiros para que o Estado possa cumprir com as responsabilidades sociais.

O contribuinte deste tributo é o prestador de serviço, por tanto o contribuinte é quem está obrigado ao pagamento. Concluimos ainda que não existe uma alíquota única mas que os municípios possuem alíquotas distintas entre os tipos de serviços prestados e que em suas tabelas serviços de mesma espécie possuem alíquotas diferentes entre os municípios.

REFERENCIAS

BORBA, Lucas, **Imposto sobre serviço de qualquer natureza**. Disponível em: <https://lucasborba23.jusbrasil.com.br/artigos/405053452/imposto-sobre-servicos-de-qualquer-natureza-iss>. Acessado em: 07 de abril de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 07 de abril de 2020.

FABRETTI, Laudo C. **Contabilidade Tributária**. São Paulo. Atlas, 2009. p. 191;193;195.

HUNG, TSAI M.; MARAGNO, Luciano C. **ISS-Como definir o local de incidência do Imposto sobre Serviço**. São Paulo. IOB, 2011. p. 5; 75-76.

REZENDE, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Contabilidade Tributária: Entendendo a lógica dos Tributos e seus Reflexos sobre os Resultados das Empresas**. São Paulo: Atlas, 2010.

SABBAG, Eduardo. **Manual do Direito Tributário**. XXXXX. 2013. p. 1040; 1047.

SUZIGAN, Mario Henrique Ribeiro. **Sujeição passiva indireta na cobrança do ISSQN**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11561. Acesso em: 10 de junho de 2020.

A Fome do Leão: Limitações ao Poder de Tributar
Lion Hunger: Limitations on the Power to Tax

Crislaine Tibes Correa
Emilene Murer
Fernando Luiz Bernardi Port
Karine de Melo dos Santos
Lucas Criminácio Moreira
Naiane Scapinelli

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – SC. Caçador, Brasil

Resumo: Conceituamos os Princípios Básicos das Limitações Tributárias, e através de questionário direcionado a empresas que atuam em atividades distintas, objetivamos identificar o conhecimento sobre tributação que os empresários da cidade de Caçador possuem bem como sua satisfação com relação ao seu negócio.

Palavras-chave: Princípios. Limitações. Leis. Conhecimento.

Introdução

Apresentação e exemplificação dos princípios do poder tributário Legalidade, Isonomia, Irretroatividade, Anterioridade, a Vedação do Confisco e Liberdade de Tráfego, assim, realizando uma pesquisa para mostrar os objetivos dos Princípios e das leis dos impostos, ações do Estado e o impacto que é causado nas entidades da sociedade, ou seja, divulgar se há informações e conhecimentos na cidade de Caçador em relação a Tributação, comparando as atividades econômicas e sociais dos setores da Indústria, do Comércio e Prestadoras de Serviços.

Para constatação dos conhecimentos e realizações das entidades de Caçador-SC, será realizada uma pesquisa através de questionário tributário para levantar dados específicos em empresas de ramos de atividade diferentes. Realizaremos a comparação dos dados coletados para identificar se existem diferenças nos impostos por ramo de atividade das empresas.

As Limitações dos Princípios da Tributação

Quando falamos em matar a fome do Leão, nos referimos a limitar algo gigantesco, ou seja, limitar o Governo. Restringir a tributação é um conceito vasto, mas resumidamente podemos dizer que é quando os tributos são cobrados pelo Estado, e desta forma este poderá se manter financeiramente e arcar com as responsabilidades sociais que a Constituição Federal lhe impõe. Impostos para o governo é uma maneira de assegurar a segurança, saúde, educação de todo o povo, pois o mesmo não possui renda própria, ele utiliza da cobrança de tributos para poder administrar e garantir os direitos constitucionais da sociedade (JusBrasil,2016).

Margareth Thatcher em discurso durante a conferência do Partido Conservador em 1983, discursou que “[...] Não existe essa coisa de dinheiro público. Existe apenas o dinheiro dos pagadores de impostos”, com ela certificamos que há uma relação jurídica entre os contribuintes e o Estado, pois mesmo com a soberania do Estado sobre o povo, a tributação cobrada por ele é garantida pelo Direito por meio da Constituição Federal e o Código Tributário Nacional.

Algumas constituições detalham bastante as limitações que o Estado tem sobre o Poder de tributar, o Brasil é o que possui a Constituição Federal mais detalhada e traz essas limitações nos artigos (150/152 CF/88), contudo a Constituição limita ao

governo tributar e sobre o que tributar. Os princípios limitadores do Poder de Tributar visam barrar abusos por parte do Estado, evitando que ele tome de alguma forma o que os contribuintes da sociedade conseguiram com muito trabalho, por isso as limitações foram separadas em imunidades tributárias e princípios (DireitoNet,2005). Esses Princípios Constitucionais Tributários encontram-se dispostos, entre outros, no Art. 150 da Constituição Federal – CF.

O Princípio da Legalidade diz claramente que se trata de lei, que o tributo não poderá ser criado ou aumentado sem lei que o estabeleça, não se trata de decreto, portaria ou instrução normativa. A garantia vital de que a sociedade não está presa às vontades particulares, pessoais, daquele que governa; seus efeitos e importância são bastante visíveis no ordenamento jurídico, bem como na vida social.

O Princípio da Isonomia também conhecido como Princípio da Igualdade, significa exatamente a democracia, pois indica tratamento justo para todos os cidadãos. De acordo com a Constituição Federal, o princípio da igualdade está previsto no artigo 5º, que diz que “[...] Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Este princípio possui dois caminhos, sendo Igualdade Material e Igualdade formal.

O Princípio da Irretroatividade está previsto no (art. 150, III, "a", CF), é uma limitação constitucional ao poder de tributar que objetiva prevenir o contribuinte contra cobranças surpresas, ou seja, proíbe que cobrem tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

Princípio da Anterioridade substituiu o princípio que até 1967 era chamado de anualidade, na Constituição da época, a diferença entre o princípio de 1967 é que este permitia a cobrança tributária anualmente. A anterioridade é ao exercício financeiro, que se identifica com o ano civil. De conseguinte, para que uma Lei tributária que institua ou majore tributos incida em determinado ano, é necessário que tenha sido publicada no ano anterior; O princípio da anterioridade garante ao contribuinte um período para adaptação em relação ao tributo criado ou aumentado, postergando o início da cobrança para o primeiro dia do ano seguinte da publicação da lei (FABRETTI,2017).

Princípio do Confisco, determina que a imposição de um determinado tributo não pode ter por consequência o desaparecimento total de um determinado bem (Art. 150, inc. IV e o art. 5º, inc. XLVI, “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil); basicamente é um princípio reconhecido por todas as nações que os direitos de propriedade não podem ser transferidos pela ação de autoridades públicas, de um particular para outro, nem podem eles ser transferidos para o tesouro público, a não ser para uma finalidade publicamente conhecida e autorizada pela Constituição.

O Princípio da Liberdade de Tráfego está previsto no art. 150-V da Constituição Federal, e proíbe que as entidades políticas estabeleçam limitações ao tráfego de pessoas ou bens, através de tributos interestaduais ou intermunicipais. Entretanto, pode ocorrer a incidência do ICMS nas operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal.

Ainda sobre as **imunidades**, segundo Paulsem, [...]“As regras constitucionais que proíbem a tributação de determinadas pessoas ou bases econômicas relativamente a tributos específicos, negando, portanto, competência tributária, são chamadas de imunidades tributárias”. Na Constituição Federal existem vários casos de imunidade tributária, os casos de imunidade recíproca nos quais se enquadram União, Estados e Municípios, essa imunidade recíproca está positivada no artigo (150,

IV). As unidades da Federação, fundações públicas e as autarquias são totalmente imunes a impostos sobre renda, serviços e patrimônio, sendo assim, não necessitam pagar impostos como o restante dos contribuintes.

O início também contribui, a Carta Magna traz em seu texto o (artigo 145 § 1), outro princípio importante para o Direito Tributário, esse chamado de capacidade contributiva, este artigo defende que cada contribuinte deve pagar impostos somente de acordo com o que sua capacidade econômica suporta, assim o pagamento de impostos será gradual na medida que as riquezas de cada cidadão permitirem.

METODOLOGIA DA PESQUISA

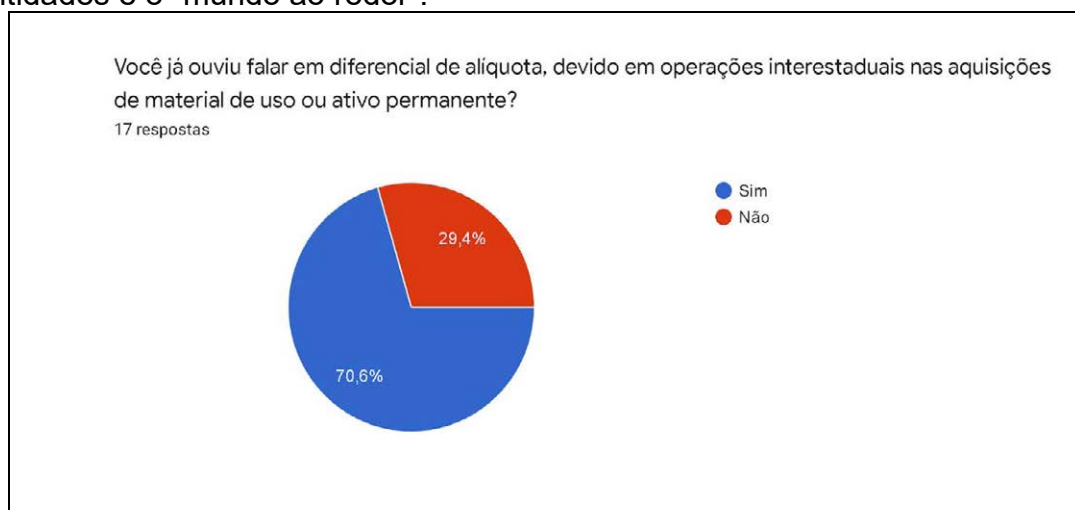
A metodologia utilizada nesta pesquisa foi baseada no questionário validado e aplicado as empresas de Caçador através de grupos de whatsApp, contato com o setor de Recursos Humanos e com a ACIC da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Através do fato gerador que nascerá uma obrigação principal de natureza pecuniária, que nada mais é que pagar um determinado tributo, e também poderá gerar uma obrigação acessória, sendo esta um dever administrativo. Esta definição encontra-se disposta nos arts. 114 e 115 do Código Tributário Nacional (FABRETTI,2017).

Nesta pesquisa, realizada de forma interativa com 17 empresários aqui definidos como contribuintes, sendo esses em maior número masculinos, com idade entre 30 à 60 anos. Atuantes principalmente do comércio e prestação de serviços há mais de 10 anos. Dos respondentes sua forma de tributação é Simples Nacional e Lucro Real.

Com relação a carga tributária brasileira a porcentagem de 82,4% demonstraram insatisfação à quantidade de impostos que pagam. Dentre os impostos presentes na pesquisa, IPI é o pago por menor número de empresários, já o Patronal tem menor conhecimento dentre os entrevistados, Pis e Cofins estão entre os mais conhecidos. Em situações de dificuldade, os impostos apresentam menor grau de importância, sendo o pagamento da folha citado como prioridade. Outro ponto importante a ser citado é que 47,1% dos entrevistados não efetuaram planejamento tributário em suas empresas, numa atualidade em que se torna básico planejar e entender suas entidades e o “mundo ao redor”.



Fonte: <https://forms.gle/nqK96o7jWPMZfHeJA>

Com as respostas ficou claro a insatisfação dos empresários caçadorenses com o sistema Tributário Brasileiro, com alterações constantes em suas normas, regulamentos, atos, leis. Mas podemos também perceber no gráfico desta resposta que devido a abrangência do conhecimento tributário que os entrevistados possuem estão conseguindo se manter seus negócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para auxiliar nessas dificuldades levantadas pela pesquisa, referentes a tributação, os empresários caçadorenses se utilizam da ferramenta da Tecnologia para auxiliar na gestão dos dados contábeis. O empreendedor deve acompanhar muito próximo a gestão dessas informações, segundo Adão Lopes, “Eles são braços de auxílio e prática diárias, mas o conhecimento do pleno negócio é responsabilidade do empreendedor, do dono, sempre”.

Fato interessante da pesquisa, se tornou a ultima pergunta do questionário, onde os entrevistadores estavam livres a dar a sua opinião sobre tributação, e ocorreu uma concordancia em simplificar, reformar, melhorar, reduzir a burocratização dos Tributos Brasileiros.

Finalizamos esta pesquisa com um pensamento de Samuel Johnson, [...] “ Só há duas coisas certas na vida: a morte e os impostos”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Orientação Tributária**. Disponível em: <https://idg.receita.fazenda.gov.br/>.

FABRETTI, L. C; Contabilidade Tributária. 16. ED. ED. SÃO PAULO: ATLAS, 2017.

JUNIOR, José Luiz; Limitações ao poder de tributar. **Direito tributário**, São Paulo. **DIREITONET. Artigo**. 2005.

LOPES, ADÃO; A legislação tributária dificulta a vida dos empreendedores. **CEO DA VARITUS BRASIL. JUSBRASIL, NOTÍCIA** .2016.

LOSINSKAS, Barchi Muniz; **Limitações ao poder de tributar**. JUSBRASIL, Artigo, 2018.

OLIVEIRA, M. D. ET AL. **Manual de contabilidade tributária**. 14A. ED. SÃO PAULO: ATLAS S.A., 2015.

OLIVEIRA, G. P. D. **Contabilidade Tributária**. 3.ED. ED. SÃO PAULO: SARAIVA, 2009.

REZENDE, José Amaury; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Contabilidade Tributária: Entendendo a Lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas**. 1. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.

VIGANÓ, Caroline; ARIOTTI, Dalvana. **Sistema tributário: a percepção dos micro e pequenos empresários quanto a tributação incidente na atividade desenvolvida**. 2017. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2017

TRIBUTAÇÃO NOS MOLDES DA CPMF, DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DAS EMPRESAS, E QUAIS CONSEQUÊNCIAS PODEM ACONTECER COM ESSA APROVAÇÃO.

Kélita Carlin
Mateus Savi Mundo
Ronald Rocha
Yago Brusco Comazzetto
Emilene Murer

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador/SC, Brasil

Resumo: O presente artigo tem como objetivo dispor as informações referentes ao projeto que visa aprovar um novo imposto, a desoneração da folha de pagamento das empresas. A partir deste artigo será possível identificar quais mudanças ocorrerão e como será a adaptação do governo para implementação do imposto, relata-se ainda que qualquer alteração referente a tributação brasileira, além de restrições na base econômica, tem disposições no meio político e no repasse de informações, outro destaque é a insatisfação da população brasileira referente a alta carga tributária aplicada no país, conseqüentemente o governo assume uma grande responsabilidade com essa nova Base Tributária. O objeto de estudo para obtenção de resultados se dá através de inúmeras pesquisas feitas através de banco de dados disponibilizados na internet, não se tem artigos concluídos referentes a essa pasta da Reforma Tributária, por ainda estar em discussão no Congresso Nacional.

Palavras-chave: Reforma Tributária. Desoneração. Adaptação.

Introdução

O sistema tributário se norteia por um conjunto de regras legais que disciplina o exercício do poder impositivo pelos diversos órgãos públicos, o sistema tributário tem um papel fundamental para o desenvolvimento de um país, pois interfere de forma direta no seu padrão e competitividade. Por isso o objetivo deste trabalho é identificar as conseqüências que a aprovação da desoneração da folha de pagamento pode trazer as empresas. (ORAIR, RODRIGO, 2018).

Para responder a problematização das prováveis conseqüências desta desoneração, utilizaremos plataformas digitais disponíveis para consulta na internet.

Fundamentação Teórica

A primeira Reforma Tributária no Brasil foi constituída e discutida em 1965, instaurou-se nesse mesmo ano que o sistema tributário brasileiro foi um dos mais modernos do mundo, onde foi chamado de “milagre brasileiro”, foi o primeiro país a introduzir um imposto sobre valor agregado, mas essa Reforma se esgotou em três décadas, onde se viabilizou no centro de uma moldura política centralista e autoritária. Desde 1988 todos os presidentes declaravam a importância de uma Reforma Tributária, mas todas essas tentativas falharam, por ser um sistema totalmente constitucionalizado onde é preciso emendas constitucionais para fazer mudanças nos aspectos dos tributos. (VARSANO, 1996).

A Reforma Tributária brasileira é um tema polêmico, por estar diretamente ligada a várias correntes de pensamento, que se baseia em conceitos tradicionais e

mais complexos devidos a tecnologia que se expande a cada dia e é preciso vários meios de adaptação. (VARSANO, 2014).

A complexidade da realidade tributária, é o espelho de uma sociedade multifacetada e desigual, suscita diagnósticos distintos que alicerçam projetos diferenciados de reforma tributária (RANGEL, PAULO EUCLIDES, 2003).

Em 1988 foi apresentada uma nova Reforma Tributária, que ocorreu apenas cinco anos depois, e fracassou por métodos irregulares e irrealistas para o período que o Brasil estava vivenciando. No mesmo ano em que ocorreu o fracasso da Reforma ultrapassada, foi apresentada por iniciativa parlamentar uma Emenda Constitucional que foi efetivada através do apoio de lideranças e Poder Executivo foram neste ano que se introduziu importantes inovações no sistema tributário brasileiro, inclusive o imposto sobre movimentações financeiras, imposto que terá maior ênfase no artigo apresentado, além da constitucionalização do instituto da substituição tributária e a extinção do Imposto sobre a Venda a Varejo de Combustíveis, de competência municipal. (RANGEL, PAULO EUCLIDES, 2003).

No Brasil sempre houve insistência na arrecadação de tributos fáceis, onde sobrecarrega sempre o mesmo contribuinte. No ano de 1996 surgiu o imposto chamado de CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), esse imposto foi criado para financiar áreas da saúde, essa contribuição tinha alíquota de 0,20% e era cobrada sempre que houvesse movimentações financeiras bancárias em lançamentos a débito, esse tributo foi previsto para durar por apenas dois anos, mas essa decisão foi prorrogada pelo financiamento de outros setores, ao final do ano de 2000 foi permitido cruzar informações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), para identificar discordâncias entre valores arrecadados dos contribuintes para a Receita Federal. (ALBUQUERQUE, CAVALCANTI, 2003)

Considera-se ainda o sistema tributário brasileiro ser um dos mais modernos do mundo, porém só isso não basta para o país dar um salto, a tecnologia possibilita maiores recursos para análises de dados, acompanhamento e arrecadações de tributos, um dos fatores que impossibilita o país de dar um salto é a globalização, ela vem sendo responsável pelas modificações econômicas e sociais da humanidade, refletindo diretamente no sistema tributário. (VARSANO, RICARDO, 1996).

Segundo José Eduardo Faria a globalização é responsável pela “relativização de alguns importantes conceitos, princípios e categorias – como soberania, legalidade, hierarquia das leis, direitos subjetivos etc. Fortemente atingidos por mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais”.

Antes de prosseguir com o artigo, ressalta-se que o tema principal abordado é a Tributação nos Moldes da CPMF, imposto que foi extinto no ano de 2007, antes de abordar esse tema complexo é importante compreender a Reforma Tributária em todos os seus parâmetros, com esse estudo é possível elucidar dúvidas e ter uma análise mais profunda sobre um dos assuntos mais discutidos na atualidade.

O governo está propondo a introdução do tributo denominado como ITF (Imposto sobre Transações Financeiras), aos moldes da antiga CPMF, imposto mencionado anteriormente, a intenção é taxar saques e depósito com alíquota inicial de 0,4%, e pagamento no débito e no crédito com alíquota inicial em análise seria de 0,2%, tanto para pagador como recebedor. Esse estudo de novo tributo visa desonerar a folha de pagamento e o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), além da estimativa de haver uma injeção aos cofres públicos de até 150 bilhões por ano. (O DIA, 2019).

Com a alíquota de 0,2% o ministro da economia afirma que seria possível reduzir a tributação da folha de pagamento de 20% para 13% e extinguir a CSLL (Contribuição Sobre Lucro Líquido), porém a críticas por esse tributo ser um dos pilares que sustentam a Previdência Social, além do questionamento de críticos sobre a sociedade em geral começar a usar de novos métodos para pagamentos, justamente para fugir do imposto. (UOL, 2019).

Metodologia da pesquisa

As informações buscadas para a coleta de dados do artigo científico se baseou em pesquisas de natureza qualitativa, que permite privilegiar uma melhor compreensão do tema abordado.

Na primeira etapa do projeto foi a seleção do tema, logo após se fez a parte da pesquisa sobre o tema, conceituando as partes mais relevantes, com linguagem de fácil entendimento ao leitor. Pois o sistema tributário é complexo e exige uma explicação clara e objetiva.

Optamos por elaborar um estudo bibliográfico online, que reúne conteúdos acadêmicos de forma disciplinar e temática, além de ser o método de pesquisa mais utilizado para elaboração de trabalhos acadêmicos.

Resultados e discussão

O tema proposto foi elaborado junto aos professores do curso de Ciências Contábeis, à pesquisa não traz resultados diretos sobre o novo imposto por estar em discussão e não ter sido aprovado, mas traz questões que o governo deve avaliar antes da implementação do novo imposto caso aprovado. Cabe ressaltar que a intenção principal dessa mudança é implementar um imposto único que visa baixar a alíquota da folha de pagamento de 20% para 13%, além de visar o lucro aos cofres públicos com a implementação do ITF, discute-se ainda como será o impacto desse novo imposto, já que existem possibilidades da maioria dos contribuintes passarem a efetuar pagamentos de formas diferentes, além de um possível colapso na esfera da Previdência Social, pela possível extinção do CSLL (Contribuição Sobre Lucro Líquido), pois o sistema previdenciário já enfrenta dificuldades, o custo de trabalhadores ativos, contribuições sociais e orçamentos fiscais, já não suprem demanda de pedidos, o governo deve avaliar de forma crítica se valerá a pena a implementação do imposto.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo principal esclarecer as metas do governo brasileiro referente a mais essa mudança no sistema tributário, que certamente constituem avanço para um sistema moderno, todavia é preciso salientar a importância de uma explicação clara e objetiva aos contribuintes, esse tributo vem de certa forma para substituir outro, o que gera severas críticas ao ministro da economia que é o defensor do novo tributo, o cidadão brasileiro vive com medo de efetivações tributárias que possam trazer mais encargos a sua renda, por isso há resistência na aprovação do novo tributo, que pode ser chamado de ITF (Imposto Sobre Transações Financeiras).

Nos dias atuais é preciso estar atento as mudanças relacionadas aos impostos que são gerados pelo governo ao contribuinte, o sistema brasileiro apesar de ser moderno, tem taxas extremamente elevadas, o que traz descontentamento ao

cidadão, tanto como empregador ou colaborador. Deve-se reconhecer que o cidadão sustenta o Estado, e ambos devem andar lado a lado para o crescimento do país.

REFERÊNCIAS

RANGEL, Paulo Euclides; NETTO, João da Silva Medeiros. Histórico de Reforma. Reforma Tributária. In: BREVE NOTÍCIA SOBRE OITO ANOS DE TRABALHOS NO ÂMBITO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2003. **Anais eletrônicos**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/arquivos-pdf/pdf/copy_of_300322.pdf. Acesso em: (31/05/2020)

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. A Verdade sobre o Imposto Único. In: EFICIÊNCIA, COMODISMO, SONEGAÇÃO, OBSOLESCÊNCIA, INTERESSES CORPORATIVOS, CUMULATIVIDADE, FATOS E MITOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL, 1., 2003, São Paulo. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14272/A%20verdade%20sobre%20o%20Imposto%20%20C3%9Anico.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: (06/06/2020).

ORAIR, Rodrigo; GOBETTI, Sérgio. REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: Princípios norteadores e propostas em debate, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002018000200213&script=sci_arttext. Acesso em: (17/06/2020)

VARSANO, Ricardo; A TRIBUTAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, O ICMS E AS REFORMAS NECESSÁRIAS PARA CONFORMÁ-LO ÀS MELHORES PRÁTICAS INTERNACIONAIS, 2014. Disponível em: <https://www.joserobertoafonso.com.br/tributacao-do-valor-adicionado-varsano/>. Acesso em: (17/06/2020)

IMENES, Martha. Nova CPMF será de 0,2% a 1% sobre transações financeiras. **O Dia**, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/economia/2019/09/5680312-nova-cpmf-sera-de-0-2--a-1--sobre-transacoes-financeiras.html>. Acesso em: (11/06/2020)

Nova CPMF terá alíquota de 0,2% a 1% e pode arrecadar R\$ 150 bi, diz Guedes. **UOL**, São Paulo, 09 de setembro de 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/09/paulo-guedes-reforma-tributaria-itf-cpmf-trafficantes-sonegadores.htm>. Acesso em: (11/06/2020).

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NAS ÁREAS DE SISTEMA, COMPRAS E ALMOXARIFADO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC¹

Denilson Antunes Sebem²
Emilene Murer³

RESUMO

O presente trabalho é resultado de estágio desenvolvido na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, instituição de ensino que tem como objetivo contribuir com a sociedade promovendo a educação superior e a formação profissional e cidadã, através da oferta de cursos de ensino infantil, médio, fundamental e superior. Localizada hoje no meio Oeste catarinense nas cidades de Fraiburgo (campus filial) e Caçador (campus sede), a UNIARP apresenta crescimento constante, todos os seus lucros são revertidos em ações que visam melhorar seus processos, aumentar sua demanda de trabalho, de mão de obra, de estrutura e de materiais para atender a todos os seus clientes, colaboradores e fornecedores. Para o estoque de materiais a UNIARP possui um almoxarifado o qual foi objeto de acompanhamento das atividades para a realização deste relato técnico que descreve os problemas identificados e as intervenções com base em ideias de autores literários.

INTRODUÇÃO

Para a realização deste relatório técnico a universidade disponibilizou o setor de estoque de materiais, o almoxarifado. Durante alguns dias realizou-se a observação do local e das atividades do setor.

Para esclarecer que o conceito de estoque/almoxarifado e suas principais atividades estão voltadas a uma proposta de intervenção que visa conseqüentemente obter melhores resultados, Araújo (1976b) descreve que independente da classe dos almoxarifados suas atividades bases são iguais: o controle das entradas e saídas. Segundo Ching (2010, p. 21) deve ocorrer gestão dos estoques, ou seja, todos os materiais componentes do estoque devem ser estudados a fim de se manter um estoque mínimo e um estoque máximo que vise atender as demandas da organização e seu valor financeiro seja coerente.

Para que os estoques sejam planejados com eficiência é necessário que os registros de entradas e saídas sejam apurados no momento em que acontecem. Isso permite uma análise do histórico do produto e conseqüentemente uma correção da retroalimentação de cada produto.

Como podemos observar obter o melhor local de estoque nem sempre é possível, porem sabemos que a corrente de ar é um grande aliado para a conservação de materiais. Nota-se nesse caso que nem sempre é preciso apenas dinheiro para resolver tal problema e o mesmo vale para quando se trata da organização do almoxarifado, nem sempre será possível ter as melhores prateleiras e nem sempre elas serão sob medida a fim de ocupar o maior espaço possível. Mas, sabemos que

¹ Trabalho resultante de estágio supervisionado na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

² Acadêmico do curso de ciência contábeis da UNIARP. E-mail: denilsonsebem49@gmail.com

³ Docente do curso de Ciências Contábeis da UNIARP. E-mail: emilene@uniarp.edu.br

as que estão a disposição iram servir para o armazenamento bastando apenas a organização por parte do almoxarife.

A confecção da lista de materiais permite planejarmos e conhecermos todos os materiais de estoque. Dessa forma é possível definir o local de cada produto de acordo com suas características e especificações, podendo os mesmos, em sua maioria, ser agrupados por grupos de materiais. (ARAUJO,1976)

A criação de grupos permite a aproximação de materiais parecidos, ou iguais porem com especificações diferentes, ou ainda a aproximação de materiais diferentes, mas com a mesma aplicação. Essa aproximação contribui para a organização do almoxarifado, racionalização do estoque, redução das horas homem, evita que materiais sejam encontrados em mais de um local e contribui ainda para a agilidade e facilidade de se encontrar um produto.

Outro fator que contribui para a organização do almoxarifado é a classificação e a codificação de materiais. A classificação de materiais esta diretamente associada a ideia de grupos de materiais, porém sendo muito mais especifica e aproximando materiais visualmente iguais, mas com especificações diferentes. A codificação diz respeito a um sistema de sequência numérico, alfanumérico ou alfabético que visa identificar cada produto. Como exemplo claro de codificação de materiais temos o cadastro de materiais onde é inserido o nome do produto e conseqüentemente um número de ordem. (CONÇALVES, 2004)

Para a movimentação de materiais acontecerem de forma mais rápida e os erros de digitação não acontecerem, atribuir-se ao código do material um código de barras. Gonçalves (2004, p. 260) diz que “A codificação de materiais tomou um grande impulso com a introdução de novas tecnologias que permitem o reconhecimento ótico de caracteres, em substituição a digitação do código dos itens [...]”. A atribuição do código de barras ao produto permite maior informação de dados, a sua fácil utilização através de scanners proporciona agilidade, confiança e controle sobre as operações.

Podemos concluir através dos conceitos acima que entre as principais atividades do almoxarife esta a organização do estoque e principalmente o controle dos saldos dos materiais.

IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

O almoxarifado da UNIARP encontra-se em um pequeno espaço, dividido em dois locais (materiais de expediente e materiais químicos), tem como objetivo armazenar materiais de uso e consumo periódicos. Atualmente, representado por apenas um colaborador o qual tem como responsabilidades: o controle dos veículos da UNIARP, o recebimento (entrada de materiais) e o atendimento de requisições (saída de materiais).

Durante as visitas ao setor de almoxarifado da UNIARP percebeu-se a desorganização e a falta de padronização quanto à forma de estocar materiais, principalmente no local de materiais de expediente. Materiais encontrados no chão, como: pastas suspensas, caixas de arquivo, caixa de copos plásticos e bolas de futebol. Materiais pertencentes ao mesmo grupo em diversas prateleiras do almoxarifado, exemplos principais: papel higiênico, papel toalha, CDs, pipetas volumétricas e frascos loção. O segundo ponto identificado trata-se da identificação dos materiais nas prateleiras que boa parte não possui. O terceiro ponto negativo, nota-se no atendimento de requisições por parte do almoxarife que na maioria das vezes entrega materiais sem requisições e sem conferir se há as mesmas no sistema.

Essa proposta de intervenção é baseada nos conceitos de Araújo e Gonçalves. Araújo em seus livros: “Administração de compras e armazenamento” e “Almoxarifados: administração e organização” fala sobre a importância dos grupos de materiais e Gonçalves em seu livro “Administração de materiais” fala sobre as classificações. A junção desses conceitos permite a aproximação de materiais. Uma vez os materiais próximos, sua logística, organização e padronização contribuem para racionalização do trabalho, permitindo que materiais não sejam duplicados nos depósitos, que as horas homem sejam diminuídas e que os materiais sejam encontrados rapidamente e facilmente para o atendimento de requisições.

Depois de atribuído o local de cada produto próximo passo é de identifica-los, seguindo Gonçalves, a codificação dos materiais que envolve o nome do produto e o seu respectivo código. Essa codificação acontece através do cadastro de produto, sendo o nome digitado e código gerado automaticamente pelo sistema RM TOTVS, esse código é formado por nove dígitos (0.00.000000) sendo que o primeiro é o grupo contábil ao qual ele pertence, o segundo e o terceiro é o subgrupo contábil e os demais significam a sequência em que o produto foi cadastrado.

3 RESULTADOS

Constatou-se que o principal resultado deste relatório de estágio é padronização do almoxarifado, os materiais em estoque físico, bem como os processos e métodos.

A aproximação dos materiais, pertencentes ao mesmo grupo, permitem uma visualização melhor dos materiais semelhantes, uma análise mais detalhada e conseqüentemente uma forma de estruturar o seu nome a fim de padroniza-los.

A padronização do nome do material, por mais superficial que aparenta ser, pode evitar que materiais sejam comprados em duplicidade, e ainda, contribui para uma certa racionalização que permitirá a um usuário localizá-lo rapidamente no sistema e solicitar a compra caso haja necessidade.

A inserção da etiqueta com código de barras de escâner e leitor de digital, trará maior agilidade ao processo, comodidade e eficácia, no atendimento da requisição.



Fonte: Sebem (2020)

4 CONCLUSÃO

Observando a rotina do almoxarifado da UNIARP foi possível notar que Independentemente do tamanho do almoxarifado a ideia de classificações e grupos de materiais deve ser empregada. Visando sempre o bom funcionamento e a boa organização do almoxarifado. Vale destacar que os processos são contínuos devido ao crescimento de cada empresa e que, portanto, há retrabalho, mas um processo contínuo.

Para que o trabalho seja executado de forma correta deve-se criar padrões que visíveis ao executor desta atividade de controle de estoques.

A inserção da etiqueta para entrega de materiais sem requisição tem como objetivo automatizar os processos de forma que as informações sejam reais e atualizadas.

Deste modo setores como contabilidade, compras e prestação de serviços usufruirão de controles e relatórios que possibilitem melhor planejamento e controle auxiliando na tomada de decisões assertivas.

REFERÊNCIAS

ARÚJO, Jorge Sequeira de. **Administração de compras e armazenamento**. 2.ed. Atlas, 1976a.

ARÚJO, Jorge Sequeira de. **Almoxarifados: administração e organização**. 8.ed. São Paulo, Atlas, 1976b.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**. 4.ed. São Paulo, Atlas, 2010.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. **Administração de materiais: objetivando vantagens competitivas**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM CONTROLE PATRIMONIAL EM EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC

Jean Thierry Innocent¹
Emilene Murer²

Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar experiências desenvolvidas nas atividades do Estágio Supervisionado na Universidade Alto Vale Rio do Peixe sobre a Gestão Patrimonial do Ativo Imobilizado. Segundo Torres Junior (2003) a Gestão Patrimonial consiste em Planejar, organizar, controlar, Zelar, conservar e promover a melhor utilização dos materiais permanentes disponíveis na organização. Dentro dela se faz os controles dos bens Patrimoniais, efetuando os cálculos de depreciação por períodos definidos em lei. A contabilidade Fiscal faz cálculos relacionados ao patrimônio da empresa e registra os tributos compensáveis. O RM programa para a gestão patrimonial, possui rotina inteligente de cadastramento, possuindo sugestão de valores e permitindo a recuperação da digitação anterior.

INTRODUÇÃO

Ao realizar a gestão patrimonial de forma incorreta dentro da organização dificulta significativamente o entendimento do empresário sobre a situação econômica e financeira da sua empresa. Assim, a Ausência de informação e controle sobre o patrimônio pode levar à depreciação dos bens ou, ainda, fazer com que os gestores tenham gastos desnecessários com impostos, o que dificulta o crescimento da empresa.

Realizar um controle de patrimônio garante aos gestores acesso a informações determinantes para o processo de tomada de decisões, reduzindo riscos e incertezas financeiras. Além disso, empresas que realizam a gestão e controle patrimonial ganham credibilidade no seu mercado de atuação investidores, eliminando também riscos fiscais e tributários.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Torres Junior (2003) A administração patrimonial tem por finalidade planejar, organizar, controlar, zelar, conservar e promover a melhor utilização dos materiais permanentes disponíveis na organização. O setor de controle patrimonial deverá manter atualizado a escrituração dos bens, cumprindo normas internas e legislação vigente no que se refere ao controle contábil e extra-contábil.

A gestão de recursos patrimoniais representa segundo Martins (2006) uma sequência de operações que tem início na identificação do fornecedor, passando pela compra e recebimento do bem, para depois tratar da sua conservação, manutenção ou quando for o caso, alienação.

Segundo Francischini e Gurgel (2002) é considerado Recurso Patrimonial ou Ativo Imobilizado todo bem de natureza relativamente permanente, mantido na organização com a finalidade de produzir bens ou serviços e não estar destinado a

¹ Acadêmico do curso de ciência contábeis da UNIARP. E-mail: jeanolsensinnocent1991@gmail.com

² Docente do curso de Ciências Contábeis da UNIARP. E-mail: emilene@uniarp.edu.br

venda. Os bens móveis e imóveis por transmitirem a ideia de poder gerar produtos e sinônimos de recursos. Assim, um automóvel, classificado como bem móvel pode ser utilizado na prestação de um serviço com valor econômico, e como tal é um recurso (Martins et al. 2007).

A gestão patrimonial pode ser entendida como o gerenciamento de todo o patrimônio da empresa. Ativos tangíveis: são os bens de propriedade da empresa e que podem ser tocados. São os imóveis, as máquinas, os estoques. Ativos intangíveis: são os bens da empresa que não pode ser tocados e que não tem uma existência física como marcas, patentes. O Controle Patrimonial ajuda a manter a saúde financeira da empresa, e também a controlar a movimentação do capital.

O controle patrimonial é um processo que envolve cinco etapas principais: o inventário do patrimônio, a avaliação dos ativos, a revisão de vida útil, a determinação de taxa de depreciação e, por fim, o Teste do Impairment.

A primeira etapa do processo é o inventário do patrimônio, realizar uma vistoria dos ativos e constatar o estado de conservação dos bens. Também nesse momento faz um questionário sobre regime de manutenção e tempo de uso do equipamento. A segunda etapa do processo é a avaliação dos bens, realizada a avaliação do valor justo dos bens, segundo orientações do CPC 46. Portanto, a partir do valor justo, é calculado também o valor residual, que é o valor que a empresa espera receber ao final da vida útil daquele ativo, além do chamado custo de reposição do bem. A Terceira etapa é revisão da vida útil do imobilizado. Nela a empresa espera receber algum benefício econômico do ativo. Daquela maneira, pode variar dependendo da utilização do ativo na operação da companhia. Essa revisão ajudar a contabilizar dados importantes como a amortização, a depreciação e, obsolescência do ativo. Nessa etapa do controle Patrimonial é a determinação das novas taxas de depreciação. A partir do valor residual e do valor justo é possível calcular o valor depreciado. Com o resultado obtido, é uma análise da vida útil remanescente a fim de encontrar o valor de depreciação anual do bem. Enfim a última etapa do controle patrimonial é chamado Teste do Impairment, também ele se aplica como o teste de recuperabilidade dos ativos. Ele verifica se os ativos estão desvalorizados, ou seja, se o valor contábil excede o valor recuperável.

A gestão de patrimônio se faz importante pois oferece aos seus gestores condições de redução de custos e a racionalização das operações, que possibilita a empresa oferecer serviços e produtos mais competitivos no mercado; elaborar um controle Patrimonial periodicamente; efetuar uma gestão financeira eficaz e previsão de custos mais assertiva; diminuir gastos e otimizar processos de compras.

IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA E DA ORGANIZAÇÃO

O controle patrimonial da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, é realizado através de módulo específico do software RM Totvs integrado diretamente aos módulos de compras, onde são integralizadas a entradas patrimoniais e ao módulo contábil que são registradas as movimentações mensais patrimoniais, basicamente a depreciação dos bens patrimoniais.

Atualmente é o setor de contabilidade realiza essa inclusão do bem patrimonial e o setor de controle de almoxarifado faz a etiquetagem deste bem. Cada grupo de Bem patrimonial possui um gestor daquele setor que acompanha a etiquetagem e localização do bem patrimonial. Os documentos utilizados são apenas Relatórios do sistema para a etiquetagem e contagem.

Dentro destas atividades desenvolvidas está sendo realizado o levantamento total dos Bens Patrimoniais registados na contabilidade e a real existência física

destes. Uma vez que os bens com o passar do tempo e seu período de utilização ficam obsoletos e armazenados para doação ou possíveis consertos.

A sugestão de melhoria vem ao encontro deste trabalho de atualização que vem de forma lenta e discreta sendo realizado apenas por um funcionário. Identifica-se a necessidade de que se realize essas rotinas diariamente e ininterruptamente até o a conclusão deste levantamento. Com objetivo único de controle patrimonial atualizado sobre depreciações e outros fatores relevantes vinculados ao patrimônio.

RESULTADOS

Espera-se que este relatório de estágio seja apresentado a diretoria executiva afim de que possam ter ciência que a atualização e acompanhamento dos itens patrimoniais da universidade seja realizada em tempo real, visto tamanha importância para a autenticidade e veracidade dos relatórios patrimoniais expressos nas demonstrações contábeis.

Os gestores vão sempre informados sobre o estado dos bens para que eles podem tomar decisões necessários pela entidade.

CONCLUSÃO

Assim o objetivo deste relatório de estágio é colocar em prática tudo o que é aprendido e tem uma ideia como que se funciona dentro das organizações e houve a possibilidade de vivenciar experiências diversas para o preparo da futura profissão. Além disso aprender e conhecer o que a gestão patrimonial traz dentro da organização, como ela ajuda a manter uma boa saúde financeira para a organização. Entre o benefício de conseguir reconhecer e analisar os processos de um bom controle patrimonial. desenvolvimento de habilidades, atitudes e competências individuais e em equipe. Enfim o estágio é uma oportunidade para os alunos debater, desenvolver tudo o que foi aprendido durante a formação profissional, aprender sobre a integralização do mercado de trabalho como futuro profissional.

REFERÊNCIAS

FRANCISCHINI,G. Paulino; GURGEL, Floriano do Amaral. **Administração de Materiais e do Patrimônio**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MARTINS, P.G.; ALT, P.R.C. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/25685/2018-10-30-Artigo-A%20evoluc%cc%a7a%cc%83o%20patrimonial%20incompati%cc%81vel%20com%20o%20rendimento%20de%20parlamentar%20e%20as%20reformas%20no%20sistema%20de%20declarac%cc%a7a%cc%83o%20de%20bens-Diagramado.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

<https://blog.fdstributario.com.br/conheca-o-objetivo-do-controle-patrimonial-e-suas-boas->

[praticas/#:~:text=Qual%20%C3%A9%20o%20objetivo%20do,certificados%2C%20franquias%20etc.\).](#)

<https://blog.fds tributario.com.br/conheca-o-objetivo-do-controle-patrimonial-e-suas-boas->

[praticas/#:~:text=Qual%20%C3%A9%20o%20objetivo%20do,certificados%2C%20franquias%20etc.\).](#)

<https://www.lafscontabilidade.com.br/blog/entenda-o-que-e-controle-patrimonial-e-a-sua->

[importancia/#:~:text=O%20controle%20patrimonial%20%C3%A9%20um%20processo%20que%20envolve%20cinco%20etapas,fim%2C%20o%20Teste%20do%20Impairment.](#)

OLESC, Ana <https://aberturasimples.com.br/control-patrimonial/>

EXÔDO URBANO NA REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE: DADOS PRELIMINARES

Emilene Murer¹
Franciele Murer²
César Augustus Winck³

Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP/PPGDS.
Caçador, Brasil

Resumo: A situação de pandemia vivenciada deste março de 2020 leva a população a refletirem sobre suas necessidades básicas de sobrevivência. A questão de moradia é o objetivo deste artigo para identificar se na região do meio oeste catarinense a situação de pandemia está motivando as pessoas a migrarem para o meio rural e quais fatores influenciam essa mudança. A pesquisa realizada em entre 19/06 à 02/07/2020, com 169 respondentes dos quais 46,7% das pessoas mudariam para residências rurais. Antes da pandemia 62,4% não pensavam em mudar. A situação atual de pandemia fez com que 20,9% dos pesquisados cogitassem a possibilidade de moradia em meio rural.

Palavras-chave: Exôdo Urbano. Covid-19. Casa de Campo. Corona vírus

Introdução

A pandemia do coronavírus, COVID-19 tem gerado muitas reportagens que reportam a reflexão a cerca do morar, inclusive quanto aos grandes centros urbanos. Apesar da facilidade de serviços e maior oferta de empregos, muitos tem cogitado recomeçar suas vidas em ambientes mais tranquilos e em maior contato com a natureza. Essa tendência foi verificada por plataformas de internet na locação de imóveis, que registrou um aumento de 52% nas buscas por casas de campo no período de quarentena, quando comparado a fevereiro deste mesmo ano; em empresas de projetos imobiliários que registrou maior aumento de proprietários que se deslocaram para casas de campo para o isolamento social.

Para Romano (2020), além da fuga das aglomerações e do cotidiano de grandes cidades como São Paulo, as pessoas buscam um estilo de vida mais sustentável, com painéis solares, sistemas biodigestores de esgoto e captadores de água da chuva, por exemplo. “Com a pandemia, as pessoas começam a repensar não só o momento, mas também o futuro. A ideia de muitos deles é

¹ Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), emilene@uniarp.edu.br

² Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), franmurer17@gmail.com

³ Docente em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), cesar.cepan@gmail.com

recomeçar a vida em locais mais tranquilos e que ao mesmo tempo ofereçam mais contato com a natureza, menos poluição e barulho”.

Diante desta realidade identificada pelas mídias sociais alertou-se para necessidade de averiguação desta possibilidade de êxodo urbano nas cidades do meio oeste catariense.

Fundamentação teórica

Para compreender o que se passa com as cidades nos dias atuais se torna importante entender como surgiram e evoluíram, suas características e funções e como se organizavam, pois em última análise estas são questões que acabaram por delinear o modelo que vivenciamos atualmente. Nos primórdios, o homem se reunia em pequenos grupos, formava aglomerados e com o passar do tempo foi se tornando sedentário, o que levou a fixar residência em determinados locais específicos. A população humana foi crescendo e os pequenos aglomerados foram transformados em vilas, estas em cidades e na era moderna em megalópoles (ARRUDA, 1986, BRUMES, 2001).

A vida humana civilizada exige em variadas medidas a artificialização do ambiente (OLIVEIRA e BRITO, 1998). Sendo assim, a cidade e seus equipamentos que formam o ambiente do homem se constituem em um ambiente artificial, criado e recriado, sob a imposição de três fatores civilizatórios: necessidades, aspirações e possibilidades (OLIVEIRA e BRITO, 1998). A cidade é formada em um primeiro momento através da apropriação do espaço pelos diferentes atores sociais que a compõem, sendo utilizado de maneiras diferentes e ao mesmo tempo ocorrendo a justaposição de alguns usos. A utilização das áreas define a localização do centro da cidade, das áreas comerciais, de prestação de serviços, de gestão, industriais, residenciais e também de lazer (CORREA, 2000). O autor assinala ainda que de certo modo estas áreas são normalmente delimitadas, porém, em função das mais diversas demandas e tendências devem sempre existir, no âmbito do território municipal, áreas para futura expansão.

Durante muitos séculos, o crescimento da cidade aconteceu no sentido centro para periferia (REIS, 2006). Neste espaço existia o campo, ou seja, a

produção rural, e ao mesmo tempo as cidades eram muradas e bem delimitadas, não somente em termos governamentais, mas também de áreas de utilização. Definiam-se muito bem o campo e a cidade como dois universos, porém interdependentes (ANTROP, 2004, REIS, 2006).

Com a urbanização surgem os problemas, em que a classe social menos favorecida é a principal envolvida. Relacionam-se à proximidade do imóvel aos cursos d'água suscetíveis à inundação, das indústrias, usinas, áreas de risco a desmoronamento e erosão. Assim sendo, os estudiosos de impactos ambientais atribuem pesos diferenciados à localização, distância, topografia, características geológicas, morfológicas, distribuição de terra, crescimento populacional, estruturação social do espaço urbano e processo de seletividade suburbana ou segregação espacial (GUERRA e CUNHA, 2006).

No planejamento da cidade, como citado anteriormente, devem ser abordados diversos fatores, entre eles a relação homem natureza, onde a vegetação é uma das formas representativas. MASCARÓ (2004) destaca que a formação de caminhos verdes no espaço urbano é de extrema importância, pois age como termorregulador do microclima, atenuando os efeitos da radiação solar, umidade do ar, ação dos ventos e das chuvas, melhoria da qualidade do ar, além de proverem habitat à fauna, tornando a cidade um espaço mais agradável e menos desequilibrado do ponto de vista da biodiversidade.

Fatos que DOBBERT e VIANA (2012) mencionam como o princípio da Complementação Ecológica do Uso do Solo (CEUS), o qual recomenda o agrupamento de diferentes manchas verdes urbanas, através de corredores verdes, alargando com isso os habitats, melhorando a biodiversidade e a resiliência ambiental, que pode incluir o uso de quintais, jardins e ruas bem arborizadas.

Metodologia da pesquisa

A construção de um questionário, segundo Aaker et al. (2001), é considerada uma “arte imperfeita”, pois não existem procedimentos exatos que garantam que seus objetivos de medição sejam alcançados com boa qualidade. Ainda segundo o autor, fatores como bom senso e experiência do pesquisador

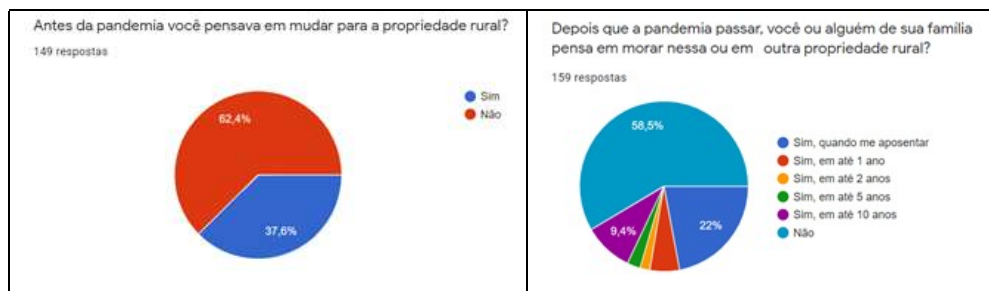
podem evitar vários tipos de erros em questionários, como por exemplo, as questões ambíguas, potencialmente prejudiciais, dada sua influência na amplitude de erros.

Desta forma para atingir o objetivo deste artigo foi aplicada uma pesquisa quantitativa exploratória em forma de questionário através de aplicativo de gerenciamento de pesquisas Google Forms, enviada através de redes sociais onde buscou-se atingir a cidade de Caçador e demais cidades da região num raio de até 50 quilômetros de distância.

Resultados e discussão (em caso de pesquisa)

Dentro do universo da pesquisa, identificou-se que a maioria da amostra tem entre 39 e 50 anos de idade. Mais de 60% são do sexo feminino e a renda familiar de mais de 60% da mostra é entre 4 e 10 salários mínimos.

Dentre os pesquisados 78,7% possuem residência própria na cidade, mas 47,6% se tivessem condições optariam por morar em meio rural, os principais motivos dessa mudança para o meio rural são: 54,1% gostam de estar em contato com a natureza, 12,8% acreditam que cuidariam melhor da saúde, 11,9% passariam mais tempo com suas famílias e 8,3% pelo custo de vida menor.



Fonte: gráfico google forms

Considerações finais

Comparando-se está pesquisa com a Pirâmide da Hierarquia das Necessidades de Maslow, percebe-se os fatores que mais influenciam as mudanças não estão relacionadas as necessidades fisiológicas (comida, água, abrigo, sono) e sim as necessidades de segurança (segurança da família, do corpo da propriedade) e social (amor, amizade, família e comunidade).

As cidades da pesquisa são classificadas em pequeno e médio porte, onde consegue-se com maior facilidade do que nas grandes metrópoles a aproximação com a natureza e família.

Esta pesquisa leva a recomendação de continuidade de estudo com a questão identificada entre os respondentes: Caçador e as cidades da região, consideradas por moradores de grandes cidades e metrópoles, como “interior”, estarão preparadas para receber o êxodo urbano?

Referências

- ARRUDA, J.J.A. **História antiga e medieval**. São Paulo: Ed. Ática, 1986,528p.
- AAKER, ET AL (2001) “Marketing Research” (7th Ed.), New York: John Wiley & Sons, Inc
- BRUMES, K. R. **Cidades: (Re) definindo seus papéis ao longo da história**. Revista Caminhos de Geografia (revista on line) , v. 2, n. 3, 2001.
- OLIVEIRA, A. M. S.; BRITO, S. N. A. **Geologia de engenharia**, São Paulo, Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1998, p. 488- 497.
- CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 2000, 94p
- ANTROP, M. **Landscape change and the urbanization process in Europe**. Landscape and Urban Planning, 67, p. 9–26, 2004.
- REIS, N. G. **Notas sobre a Urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo, Editora Via das Artes, 2006, 201 p.
- GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2006. cap. 1.
- MASCARÓ, L. A. R. **Ambiência Urbana**, Porto Alegre,: Editora Porto Alegre, 2004, 197 p.
- DOBBERT, L.Y.; VIANA, S.M. **Análise da cobertura arbórea, fragmentos e conexões no Distrito São Domingos** (São Paulo/SP). Revista Labverde, São Paulo, 4: 11- 29 , 2012.
- <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/pandemia-aumenta-procura-por-casas-no-campo-em-124> acessado em 11/06/2020
- <https://revistacasaejardim.globo.com/Curiosidades/noticia/2020/05/quarentena-faz-com-que-procura-por-casas-de-campo-aumente-em-ate-52.html> acessado em 11/06/2020